

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
NÍVEL DOUTORADO

MARCELO IGOR DE SOUSA

PROCESSOS TENTATIVOS DE INTERAÇÃO ENTRE GOVERNO E SOCIEDADE:
Casos e percalços comunicacionais nos Governos Dilma Rousseff

São Leopoldo
2018

MARCELO IGOR DE SOUSA

**PROCESSOS TENTATIVOS DE INTERAÇÃO ENTRE GOVERNO E SOCIEDADE:
Casos e percalços comunicacionais nos Governos Dilma Rousseff**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências da Comunicação, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Orientador: Prof. Dr. Antonio Fausto Neto

São Leopoldo

2018

S725p

Sousa, Marcelo Igor de.

Processos tentativos de interação entre governo e sociedade :
casos e percalços comunicacionais nos governos Dilma Rousseff
/ Marcelo Igor de Sousa. – 2018.

312 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos,
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, 2018.
“Orientador: Prof. Dr. Antonio Fausto Neto.”

1. Brasil – Política e governo – 2011-2016. 2. Internet –
Aspectos sociais. 3. Comunicação de massa. 4. Comunicação na
política. 5. Comunicação – Aspectos políticos. I. Título.

CDU 659.3

MARCELO IGOR DE SOUSA

**PROCESSOS TENTATIVOS DE INTERAÇÃO ENTRE GOVERNO E SOCIEDADE:
CASOS E PERCALÇOS COMUNICACIONAIS NOS GOVERNOS DILMA ROUSSEFF**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

APROVADO EM 13 DE ABRIL DE 2018.


BANCA EXAMINADORA

PROF. DR. MARIO OSCAR CARLÓN – UBA



PROF. DR. ANTONIO LUIZ OLIVEIRA HEBERLE – EMBRAPA



PROFA. DRA. ANA PAULA DA ROSA - UNISINOS



PROF. DR. PEDRO GILBERTO GOMES - UNISINOS



PROF. DR. ANTONIO FAUSTO NETO – UNISINOS

Aos meus pais, pelo incentivo à busca de uma vida de estudos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que colaboraram comigo no desenvolvimento deste trabalho e aos que foram compreensivos diante das ocasiões em que tal ocupação foi motivo de privação da convivência! Não me arrisco à disposição do rol de nomes para não desmerecer quem quer que seja.

Eu estou profundamente convencido de que há uma dezena de anos nós celebramos o fim da democracia representativa.

Umberto Eco

RESUMO

Nesta investigação, analisamos experiências de interação entre Governo Federal Brasileiro e cidadão, visando a descrever ações comunicacionais empreendidas entre 2011 e 2016. O contexto se refere aos primeiros anos da década de 2010, profundamente marcados pela consolidação do uso da Internet no Brasil, principalmente pelo acesso disseminado às redes sociais digitais como ferramentas de conexão entre pessoas. Durante esse período, pela primeira vez no país uma mulher é eleita para a Presidência da República: Dilma Rousseff, que permanece no cargo de 2011 a 2016, tendo saído após sofrer um processo de destituição. O objetivo é o de analisar como foram programadas e realizadas as experiências tentativas de interação entre Governo Federal e Cidadão nesse período, o que é sintetizado como problema da pesquisa em: “Como se dá a interação entre Governo e Cidadão a partir das ações comunicacionais em uma sociedade em vias de mediação?”. A tese se estrutura em torno das seguintes fases: inicialmente, explanamos sobre os contextos e os cenários sociopolíticos, com destaque para as tensões na democracia representativa e no presidencialismo, bem como para as mobilizações de rua e os grupos de militância virtual. Em seguida, discutimos o objeto, em termos teóricos, tendo a mediação da política como eixo, com destaque para a realidade dos usos e das apropriações das tecnologias da internet e das redes sociais, bem como para o conceito de circulação como marca desta processualidade de atividades, de meios e de operações comunicacionais. Essas atividades foram implementadas pelos atores em situações diversas e direcionaram a pesquisa a um aporte metodológico de estudo de ‘casos múltiplos’, devido a esse caráter variado de elementos. Os materiais examinados envolvem discursos, pronunciamentos, documentos, guias, marcas de atuação nas redes sociais e *websites*, e estão distribuídos em três circuitos de processamento de ações comunicacionais. Buscamos, ainda, tensionar os objetos a partir dos ângulos de pesquisa de diversas ordens e que envolvem reflexões analíticas como: opções da política de participação em situação de crise; o papel da imagem do governo na interação; o contexto de redes sociais e governança; e os polos de contato entre Governo e Sociedade, entre outras, com destaque para a avaliação da execução de três experiências de plataformas *web* participativas criadas na gestão: *Participatório*, *Participa.br* e *Dialoga Brasil*. Por fim, discutimos, em termos avaliativos, sobre a natureza dos modos de interação, sobre a execução e as falhas das políticas e sobre as perspectivas de atuação diante da sociedade cada vez mais afetada pelas lógicas de mediação. Em termos de conclusões, apontamos que o Governo promoveu experiências de interação a partir da consideração da era digital, mas que isso não foi uma

política estratégica, apenas tentativa. E o rompimento dos processos, diante dos fatores conjunturais, contribuiu para essa limitação.

Palavras-chave: Miatização. Política. Internet. Dilma Rousseff. Governo Federal Brasileiro.

ABSTRACT

In this investigation, we analyze interaction experiences between the Brazilian Federal Government and citizens, aiming to describe actions of communication engaged between the years of 2011 and 2016. The context refers to the first years of the 2010 decade, deeply marked by the consolidation of Internet using in Brazil, mainly by exponential access to social media as tools to connect people. During this period, for the first time in Brazil history, a woman is elected President of the Republic: Dilma Rousseff, who remains in charge from 2011 to 2016, when she undergoes a destitution process (impeachment) and leaves the presidency. The main objective is to analyze how the attempts of interaction between Federal Government and Citizen were scheduled and accomplished in this period, synthesized as our research problem in: "*How is the interaction between Government and Citizen given from the perspective of communication actions in a mediatization society?*". The thesis is structured around the following phases: initially, we explain about context and socio-politics scenarios, highlighting the tensions of the representative democracy and the presidential system. Also, with emphasis in the street mobilizations that emerged online and the role of virtual 'militia' groups. After that, we discuss the object, in theoretical terms, with the mediatization of politics as its axis, highlighting the reality of uses and appropriations of internet technologies and social media, as well as the concept of circulation as a sign of the social media activity process and communication operations. Those activities were implemented by 'actors' in different situations and guided this research to a methodological design which studies 'multiple cases', due to its distinguished genres and due to this varied character of elements. The examined material, distributed in three circuits of communicational action processing, involves discourses, pronouncements, documents, guides, signs of social media performance and websites. This work also seeks out to stress the object from angles of other researches involving analytical reflection, such as: options of participation politics in a crisis situation, the role of the government's image in the interaction, the social media context and the governance, the contact poles between Government and Society, among others, accentuating the execution evaluation of three participatory web platform experiences created during the management: *Participatorio*, *Participa.br* and *Dialoga Brasil*. Also, we discuss, in evaluation terms, about the nature of the interaction modalities and about the execution and the political flaws. Finally, we discuss about the action perspectives in a society increasingly affected by logics of mediatization. In terms of conclusion, we point out that the Government promoted interaction experiences based on the consideration of digital era, but this was not a political

strategy, it was just an attempt. And the processes disruption, in face of conjunctural factors, contributed for this limitation.

Key-words: Mediatization. Policy. Internet. Dilma Rousseff. Brazilian Federal Government.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capa da Revista Veja de 20 de abril de 2016.....	57
Figura 2 – Reprodução de Twitter de Geddel Vieira Lima	94
Figura 3 – Site da Consulta Pública ao Programa Nacional Juventude e Meio Ambiente.....	131
Figura 4 – Somos a Rede Social – Jornal O Globo no Twitter	135
Figura 5 – Cartaz das Manifestações de Junho - Pedro Vilela/AFP.....	138
Figura 6 – Cartaz das manifestações de Junho - Caio Kenji/G1	138
Figura 7 – “Ou para a roubalheira ou paramos o Brasil” - Raquel Freitas/G1.....	139
Figura 8 – TV Globo divulga editorial sobre a cobertura das manifestações.....	140
Figura 9 – Capa do Site Participatório em 2013.....	146
Figura 10 – Convite à colaboração nos artigos do Sistema Nacional de Juventude	148
Figura 11 – Comunidades do Participatório em 2013	149
Figura 12 – Anúncio da migração para o Portal da Juventude.....	152
Figura 13 – Interação do perfil Dilma Bolada com o perfil oficial de Dilma Rousseff.....	154
Figura 14 – Estratégia de Governo Digital – Portal Brasil.....	155
Figura 15 – Implementando e monitorando – Guia Técnico.....	157
Figura 16 – Capa do Participa.br	161
Figura 17 – Como funciona o Participa.br	163
Figura 18 – Trilha “Ouvidorias do Poder Executivo Federal.....	165
Figura 19 – Capa da Página das Conferências Conjuntas de Direitos Humanos	167
Figura 20 – Mensagem sobre interrupção do Participa.br no período de campanha eleitoral	169
Figura 21 – Capa do Participa.br em maio de 2016	171
Figura 22 – Postagem de publicidade do Governo no Muda Mais	173
Figura 23 – Dilma repete o gesto de Neymar em apoio à Seleção Brasileira	175
Figura 24 – Materiais de Campanha de Dilma em 2014 - LGBTTT.....	177
Figura 25 – Materiais de Campanha de Dilma em 2014 – Coração Valente	177
Figura 26 – Boneco da Campanha “Não vou pagar o pato”, em Brasília /Divulgação.....	182
Figura 27 – Movimento VemPraRua.Net convoca pannelaço durante o Jornal Nacional.....	184
Figura 28 – Mais conectados e mais engajados.....	185
Figura 29 – Material de Campanha do Humaniza Redes – Melhor tipo de gente.....	190
Figura 30 – Materiais de Campanha do Humaniza Redes – Violação nas redes	190
Figura 31 – Participantes da Marcha pela Liberdade em Brasília - Ed Ferreira/Folhapress..	193
Figura 32 – MBL é recebido por congressistas em 27 de maio de 2015.....	193

Figura 33 – Captura de tela do Programa do Partido dos Trabalhadores 06 ago. 2015	195
Figura 34 – Dilma concede entrevista ao Programa do Jô na Biblioteca do Palácio	197
Figura 35 – Protesto favorável a Dilma, com ressalvas.	198
Figura 36 – Chamada do Facebook para a manifestação de 16 de agosto	199
Figura 37 – Inserção de propaganda eleitoral do PSDB, em 15 de agosto de 2015.....	200
Figura 38 – Capa do Site Dialoga Brasil em 2015	201
Figura 39 – Dilma fala no lançamento do Dialoga Brasil	202
Figura 40 – Captura de tela do VT do Dialoga Brasil para TV.....	203
Figura 41 – Modo de colaborar na elaboração de propostas no Dialoga Brasil.....	204
Figura 42 – Modos de participação no Dialoga Brasil	205
Figura 43 – Sobre participações impróprias	205
Figura 44 – Presidenta grava vídeo em que convoca cidadãos para o Dialoga Brasil	206
Figura 45 – Postagem de Dilma sobre o Dialoga	207
Figura 46 – Uso de memes nas redes sociais	208
Figura 47 – Comentários em postagem do Dialoga Brasil em julho de 2015	209
Figura 48 – Comentários na página do Facebook do Dialoga Brasil	210
Figura 49 – Comentários na Página do Dialoga Brasil no Facebook.....	210
Figura 50 – Facebook do Dialoga Brasil – ‘Face to Face’ com o ministro Arthur Chioro	211
Figura 51 – Parcial de votação do programa Educação Básica.....	212
Figura 52 – Postagem de Foto do Evento do Dialoga Brasil em Fortaleza.....	213
Figura 53 – Resposta do Dialoga Brasil no Programa Ensino Superior (EDU).....	214
Figura 54 – Tweet ironiza a campanha “Tchau, querida”	220
Figura 55 – Capa da revista VEJA de 11/05/2016	220
Figura 56 – Cunha responde utilizando o bordão “Tchau, querida.....	221
Figura 57 – Capa da Revista Época de 25/03/16.....	222
Figura 58 – Dilma responde à Folha de S. Paulo	223
Figura 59 – Postagens no perfil do “Dialoga Brasil” no Twitter, em 31/03/2016	225
Figura 60 – As explosões Nervosas da Presidente – IstoÉ - 06.04.2016	243
Figura 61 – Reportagem da Folha de S. Paulo sobre os visuais de Dilma Rousseff.....	244
Figura 62 – Postagem nas redes sociais se utiliza de misoginia nos ataques a Dilma	245
Figura 63 – Mensagem contrária e mensagem favorável ao protesto de 15 de março.....	263

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Modelo de mediação	70
Gráfico 2 – A circulação discursiva	72
Gráfico 3 – Acesso à internet	88
Gráfico 4 – Uso da internet para e-Governo, de 2007 a 2016	88
Gráfico 5 – Interesse pelos termos #foradilma #naovaitergolpe e #impeachment.....	217
Gráfico 6 – Níveis de formulação	272

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 PERSPECTIVA DE INGRESSO NA PESQUISA	20
2.1 Elementos de Ingresso	21
2.2 Construção do Objeto de Pesquisa	26
2.3 O problema de pesquisa	30
3 CONTEXTOS E CENÁRIOS DE ADERÊNCIA DA PESQUISA.....	34
3.1 Percurso Brasileiro de Participação e Diálogo: Da Abertura Política ao Governo Lula	35
3.1.1 A transição de Lula para Dilma.....	42
3.2 Conjuntura do Período dos Mandatos de Dilma Rousseff	45
3.2.1 A continuidade e os tempos de relativa calma: 2011-2012.....	46
3.2.2 As vozes das ruas pelos direitos sociais: 2013	48
3.2.3 Uma Copa do Mundo de impopularidade, a direita e as eleições: 2014	51
3.2.4 De verde-e-amarelo contra o Governo – os ódios e quem paga o pato: 2015.....	53
3.2.5 O ocaso de um Governo – a construção de um impeachment: 2015/2016.....	56
4 A MUDIATIZAÇÃO AFETA A POLÍTICA.....	59
4.1 MUDIATIZAÇÃO e Processos Sociais	62
4.1.1 O acesso e a circulação na mudiatização.....	69
4.2 MUDIATIZAÇÃO e Política: Consolidação da Imagem e do Televisivo.....	75
4.3 MUDIATIZAÇÃO da Política na Era Digital: A Interação e a Participação Online Entram em Cena	87
4.3.1 MUDIATIZAÇÃO e internet - caracterização	90
4.3.2 A atuação nas redes sociais digitais.....	96
4.3.3 As políticas dos internautas	100
4.4 Interação Governo e Sociedade no contexto da internet.....	103
4.5 A MUDIATIZAÇÃO afeta a Política em seu Cerne?.....	108
5 PROPOSIÇÕES E MARCOS METODOLÓGICOS	115
6 UM CORPUS EM CIRCUITOS DE AÇÕES COMUNICACIONAIS.....	123
6.1 Circuito 1 – A Demanda que Extravasa nas ruas e as Respostas Tentativas	128
6.2 Circuito 2 – Nas Disputas da Interação, O Governo Pagou o Pato	155
6.3 Circuito 3 -As tentativas finais diante do ocaso do governo.....	188
7 INFERÊNCIAS SOBRE AS AÇÕES COMUNICACIONAIS	227

7.1 Opções da Política de Participação em situações de crise.....	228
7.2 O Papel da Imagem do Governo na Interação.....	234
7.3 O Desempenho de Dilma na Interação	238
7.4 O Contexto de Redes Sociais Digitais e a Governança.....	245
7.5 Os Polos de Contato entre Governo e Sociedade	248
7.6 Convite ao Público para a Interação	255
7.7 Debates, Consensos, Embates e Ataques	261
7.8 Os Movimentos dos Websites Participativos	266
7.9 Modelo de Gestão e Burocracia.....	271
8 INTERAÇÃO ENTRE GOVERNO E SOCIEDADE – AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS.....	277
8.1 Modos de Interação Propostos	277
8.2 Expressão dos Modos de Interação: Concretizações e Falhas.....	283
8.3 Perspectivas	289
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	295
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	304

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho trata da temática sobre Comunicação e Política, e está profundamente marcado pelos acontecimentos da Política Brasileira durante os dois períodos de mandato da presidenta¹ Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores - PT), que esteve no poder de 1º de janeiro de 2011 a 31 de agosto de 2016.² A perspectiva será de análise específica das experiências de participação e de diálogo entre Governo e Sociedade colocadas em funcionamento no período, a partir de ações comunicacionais. O propósito desta pesquisa é apontar, no ambiente dessa realidade, quais são as características desse índice de participação da sociedade e, principalmente, como o Governo Federal, no período determinado, agiu e buscou organizar as políticas e a comunicação com os cidadãos envolvidos nesse contexto. Ou seja, a localização da tese está no uso qualitativo e nos *feedbacks* dessa participação pelo principal representante das demandas da população brasileira: o Governo Federal, em instâncias, dispositivos e discursos.

Desde já apontamos que a visão ampla da participação comunicativa será artifício de investigação, ou seja, a análise não se restringe a objetos finais, a produtos comunicacionais como sites de participação, mas busca também as políticas axiais, os discursos políticos da presidenta, documentos e relatórios, e outros elementos que serão tratados no decorrer do trabalho. Bem como o histórico das políticas da área, tanto disseminadas no campo social, quanto em políticas governamentais, com destaque para os elementos constitutivos do ideário de participação do partido de Dilma, o PT. Obviamente, quando se afirma que o fim do Governo foi a partir de um processo de *impeachment*, não podemos negar o papel dos contextos e das conjunturas políticas da época, com a atuação de um governo eleito e reeleito, e que chega a ser deposto. Nesse sentido, são ajuntados ao trabalho, os elementos do contexto da dinâmica da política e seu papel na comunicação governamental.

Durante o período de análise, há certos momentos em que o foco único do Governo Federal está em tentar a sobrevivência de continuidade; por exemplo, quando as forças foram empregadas no objetivo de conseguir manter o Governo o quanto pudesse ser possível e, depois da admissibilidade do processo de *impeachment*, em preparar a opinião pública e as

¹ Desde o início de seu mandato, Dilma Rousseff reforçou o desejo de que a referência a sua pessoa fosse por meio do termo flexionado em gênero 'presidenta', tanto na comunicação oficial quanto pelos meios de comunicação. Nesse sentido, o termo será utilizado durante todo o trabalho, no entendimento do respeito ao modo como ela se sente melhor em ser nominada.

² Ela foi afastada provisoriamente em 12 de maio do mesmo ano. O mandato deveria ser cumprido até 31 de dezembro de 2018.

ferramentas legais para um melhor resultado na votação decisiva no Senado, o que definiria o efetivo afastamento. Tudo isso, obviamente, afeta a qualidade da interação com a sociedade e, em alguns momentos cruciais, as conjunturas modelam o pensamento comunicacional do Governo. O que se poderia pensar em comunicação entre Governo e Sociedade no momento em que o foco da gestão estava nas respostas à mídia e ao processo de impedimento? As forças governamentais se colocaram a preparar, dia e noite, respostas às questões da imprensa, aos vazamentos dos grampos publicados e repetidos nos veículos midiáticos, e aos ataques da oposição à direita. E, ao mesmo tempo, os assessores estavam empenhados em garantir retorno aos questionamentos judiciais e aos relatórios de gestão. Eis apenas um exemplo da dinamicidade do desenrolar comunicacional nesse período, com movimentos de inúmeras rotas traçadas, sejam pelos percalços ou, em outros momentos, pelo planejamento da política governamental.

Depois de situar essa base da temática, de um ambiente comunicacional em tensão, é preciso situar a base da construção do objeto. A constatação heurística foi de que a comunicação do Governo com a sociedade passou, no período, por tentativas e percalços. O Governo empreendeu ações comunicacionais visando a tentativa de estabelecer vínculos com a sociedade na admissão do cidadão em certos aspectos de sua gestão. Mas, a linha de contato Governo e Sociedade encontrou-se, também, diante de ruídos tão altos que não se podiam vislumbrar frutos. Ruídos em termos de fluxo comunicacional e também, em termos concretos, como o ruído das panelas de parte da população numa interação estratégica em sentido de “não quero ouvir” a cada pronunciamento da presidenta, ou durante a exibição de reportagens sobre o Governo na televisão.

Em outras situações, o canal Governo e Sociedade, aparentemente, ficou paralisado, como na falta de respostas a contatos iniciados ou na demora a algum retorno do público ávido por respostas, nas redes sociais ou nas ruas. Obviamente, há tempos mais pacíficos e propícios a outras experiências, com realizações da política apresentada pela gestão de “participação como método de governo”. Porém, em níveis diversos, também são influenciadas pelas conjunturas próprias, em iniciativas potencialmente inovadoras, e que levavam em consideração o processo de midiatização na hora de o Governo se dispor a realizar um contato mais interacional.

No processo de observação dessa realidade, nos empreendimentos e nas fragilidades nos canais de escuta da sociedade e de inovação participativa, a proposta desta tese é analisar as escolhas e ações comunicacionais no andamento da gestão da participação cidadã nos Governos Dilma. Tendo como foco as estratégias em seus pressupostos (planos e discursos),

suas modalidades e suportes de comunicação e em seus protocolos e aparelhos digitais operacionalizados (sites e redes sociais). Durante esse período (2011 a 2016), há enunciações de participação política e conversação pública por parte do Governo Federal, em suas políticas de secretarias³, mas também há demandas emergenciais, como respostas e ações no caso das manifestações de rua em junho de 2013, ou diante dos protestos contra o Governo durante o ano de 2015, logo após a reeleição da presidenta.

Desse modo, como foi enunciado no título, a pesquisa segue pelo tom de mostrar amplamente as perspectivas e ações comunicacionais do Executivo Federal em proposições e respostas, no âmbito da participação e os usos do comunicacional, por meio da articulação de Comunicação e Política na sociedade midiaticizada. O trabalho analisa o andamento da política de participação cidadã diante das diversas crises da democracia representativa, do contexto particularizado característico da participação via redes sociais e das características de polarização política que se forjou durante e após as eleições de 2014, e se estruturou em várias ocasiões. E, além disso, de algum modo, é objetivo compreender os fatos que desembocaram e o tom avassalador do ano de 2016, até o afastamento definitivo de Dilma, em agosto. Essas análises são realizadas em suas perspectivas comunicacionais, na captura de variáveis do âmbito da comunicação, a partir de um conjunto de importantes inferências pensadas nas características próprias da sociedade em vias de midiaticização.

Nesse contexto prévio é que se indica o processo de elaboração desta tese, a partir da construção de um objeto próprio do âmbito da Comunicação Política, e que segue um ciclo muito associado ao ambiente político dos dois mandatos de Dilma Rousseff. Desde já, apontamos que, o próprio objeto de pesquisa foi reformulado mais de uma vez, perpassando três *websites* que tiveram cursos tortuosos, com seus ocasos e/ou falências: *Participatório*, *Participa.br* e *Dialoga Brasil*,⁴ quando o propósito da pesquisa ainda era analisar algum dispositivo específico, ou seja, um *website* governamental. A convocação foi para o redirecionamento da análise para os passos e percalços das concepções e ações do Governo Federal, do tempo de resposta diferenciado na comparação Tempo de Usuário vs Tempo de Governo vs Tempo do Dispositivo, entre outros aspectos mais amplos, no propósito de realizar uma análise mais ampla.

³ Durante o período em questão, existem mudanças na configuração de ministérios, o que implica alterações na destinação das políticas de participação, que passam da Secretaria Geral da Presidência da República (2011-2015) para a Secretaria de Governo durante o segundo mandato (2015-2016). Quanto à Secretaria de Comunicação Social, não há alteração estrutural durante o período.

⁴ Em <http://dialoga.gov.br/>, o site tem a proposta de mobilizar debates sobre políticas públicas e questões gerais do âmbito da participação política, por meio de estratégias de participação em plataforma digital, utilizando-se das lógicas comunicacionais colocadas em funcionamento.

O ciclo de mudanças e dinâmicas desse objeto, fruto da tensão e do enfrentamento dos objetos será apresentado nos tópicos que seguem no decorrer da tese, em que as crises afetam profundamente. Os esforços de reconstrução serão parte dos dois próximos capítulos e, na parte final, serão realizadas as inferências, como contributo analítico sobre o objeto em questão. E o eixo de leitura desses materiais será da interação como ação comunicacional e da participação como exercício da cidadania, diante da atuação crescente do papel das redes e da internet. A pergunta motivadora da escolha da temática se encaminha para o teste da qualidade da atuação desse Governo, ressaltando que diversos elementos, entre conjunturais e característicos da democracia brasileira, contribuíram como entraves nesse teste à qualidade da atuação comunicacional de conversação e de fomento à participação do Governo Federal Brasileiro durante o período em questão.

Como forma de ancorar teoricamente a pesquisa nas ciências da comunicação, aludimos que este trabalho está localizado no rol das pesquisas desenvolvidas atualmente na linha de pesquisa “Midiatização e Processos Sociais”, em seus aspectos: proposições e perguntas; método de pesquisa; elaboração de inferências e da mediatização como contexto de investigação. A partir do envolvimento Estado e Sociedade, pretendemos gerar inferências sobre as ações comunicacionais que se dão nesse processo. São apontados: ofertas, apropriações e possíveis resultados da circulação, na perspectiva dos processos tentativos na comunicação.

O objeto em análise da tese e já citado anteriormente - os processos tentativos de interação pública entre Governo Federal e Sociedade – é construído a partir de coleta de materiais que indicam as *políticas* e as *enunciações* de mobilização para debates sobre políticas públicas e sobre questões gerais do âmbito da participação; os *discursos* e *relatórios* em que essas prioridades são apontadas e divulgadas; e as *ações* e *dispositivos* operacionalizados em plataformas digitais, como *websites*, perfis em redes sociais e produções para a internet. Entendemos, a partir da proposta de visada escolhida, que todo esse *corpus* se utiliza de lógicas⁵ comunicacionais colocadas em funcionamento.

Com a construção do objeto, a investigação segue, portanto, o processo de uma reflexão sobre os materiais à luz de variáveis comunicacionais, com destaque para as construções comunicacionais no discurso presidencial, para a concepção, a execução e a disponibilização de dispositivos práticos, para a semiótica do corpo presidencial, e para a

⁵ Para BRAGA (2015. p. 19), lógicas de processo social podem ser definidas como “padrões, modos de funcionamento e de ação que, além de serem habituais, devem se caracterizar por certa coerência, por alguma racionalidade interna que articula seus diversos movimentos; racionalidade que também relaciona tais ações com os propósitos do processo, assim como com os elementos de entrada”.

descrição analítica das estratégias desenvolvidas no âmbito do diálogo e da participação governamental. De igual modo, não ignoramos os turbilhões da governabilidade, como as dificuldades na concretização do diálogo da figura pessoal de Dilma junto ao Parlamento ou, por exemplo, os momentos em que os canais comunicacionais governamentais (*websites* e redes sociais) são silenciados ou paralisados pelas instâncias judiciárias ou, ainda, pelo clima político bastante desfavorável. Esses aspectos listados serão tensionados durante o percurso do texto.

Diante dos casos selecionados do período dos governos Dilma, confrontamos com o que compreende, desde as intenções presentes nas falas amplas, discursos e propostas políticas, até a construção concreta de um ambiente digital de recepção de propostas; por exemplo: desde o discurso após a reeleição (2014), em que Dilma fala em “consagrar” o mandato ao diálogo, até a execução e colocação em funcionamento de um canal físico de recebimento de participação digital no *Dialoga Brasil*.

O trabalho será de uma persecução dos elementos envolvidos em todo esse processo, entendendo que os objetos escolhidos são despontamentos de tais políticas executadas, das diretrizes conceituais até os canais comunicacionais utilizados, a face prática dessa política. Numa perspectiva de empreendimento científico, a pesquisa segue, depois do tensionamento do empírico, da formulação de perguntas e da geração de inferências, em busca da apresentação final de um trabalho consistente e fixado nas ciências da comunicação, na interface entre comunicação e política. De forma a caracterizar a política de comunicação participativa executada nos Governos Dilma, o propósito de investigar a interação realizada e propor a elaboração inferencial de retorno, a partir da constatação que o ambiente digital e a realidade brasileira demandam uma reflexão e, quiçá, um reposicionamento da postura relacional entre Governo Federal e Sociedade.

Para finalizar este item, apresentamos a prefiguração do corpo da tese em seus sete capítulos e considerações finais. Os blocos de organização de trabalho estão dinamizados da seguinte forma após esta introdução: 2. *Perspectiva de ingresso na Pesquisa*, em que são apresentados o objeto, a problemática, a singularidade e natureza dos objetos, além da hipótese de trabalho, dentro da especificidade da pesquisa no âmbito dos estudos em midiatização. 3. *Contextos e cenários de aderência da pesquisa*: capítulo em que se recuperam as dinâmicas históricas de participação e diálogo entre Governo e Sociedade do Brasil, da redemocratização ao Governo Lula, além de apresentar um panorama dos acontecimentos sociopolíticos durante o Governo Dilma Rousseff. 4. *A midiatização afeta a política*: recorre-se a ângulos que abordam a midiatização e a relação dessa com as práticas

políticas, especialmente em seus modos de afetação. O capítulo situa a mediação da política tanto sob a perspectiva das lógicas de mídia, quanto na fase atual das lógicas de mediação. 5. *Proposições e Marcos Metodológicos*: apresenta o estatuto de estudo de casos múltiplos em termos de operação metodológica.

A parte empírica e analítica segue nos capítulos seguintes. 6. *Um corpus em circuitos de ações comunicacionais*: descrevem-se os materiais comunicacionais, incluindo os sites construídos e os correlatos que contribuem para o estudo da compreensão do objeto. São elaborados três circuitos como forma de estabelecer relações e identificar dinâmicas em diferentes processos. 7. *Inferências sobre as ações comunicacionais*: retorno sobre o empírico, tensionando-o à luz do que foi formulado pelo marco teórico. Trata-se do empírico processado em reflexões de cruzamento entre os circuitos. É um capítulo de formulação: 8. *Interação entre Governo e Sociedade*: O processamento das inferências leva à devolutiva de uma proposição de sistematização das inferências, de forma a oferecer um retorno analítico à questão-problema de pesquisa. Conclui-se com as devidas *Considerações finais* (Capítulo 9).

Enfim, executando essa proposta de estrutura, o capítulo a seguir expõe a elaboração dos elementos base da pesquisa, o que será apresentado como alicerce no qual se sustenta a tese apresentada.

2 PERSPECTIVA DE INGRESSO NA PESQUISA

A tese apresenta eixos que percorrem capítulos e seguem a estruturação em diferentes níveis de elaboração. Ou seja, são apresentados capítulos da tese, constando um grande circuito de pesquisa. O texto em questão reflete o processo de quatro anos de investigação e, a partir da materialidade, apresenta o resultado de um contato mais intenso e acrescentado de inferências e análises. São indicadas: a apresentação do contexto, da pesquisa e do objeto; a construção do problema; a revisão da literatura; a construção do quadro teórico-conceitual; a análise dos materiais; e a construção de inferências, divididas conforme indicado na introdução. Os itens citados estão em grandes eixos norteadores do trabalho e, neste capítulo, realizamos um resgate da sua processualidade, com a indicação dos movimentos operacionais, dos mais singelos aos mais estruturantes e desestabilizantes.

Esta tese se propõe a discutir processos tentativos de interação pública entre Governo e Sociedade no sentido de localizar experiências comunicacionais do Governo Federal para além daquelas realizadas nos meios costumeiros de comunicação oficial ou no relato de atividades de Governo. Ou seja, os processos interacionais incluem um contato diferenciado do padrão *mainstream*. São “tentativos” pelo caráter experimental de tais iniciativas e sua colocação nos procedimentos estabelecidos tradicionalmente na estrutura das ações comunicacionais do Governo. Nesse sentido, o último item da pesquisa, capítulo 8, se debruçará sobre a proposta de uma devolutiva sobre o analisado e inferenciado e sobre o alcance da interação governamental junto à sociedade.

Desde já, afirmamos que o interacional está entendido além de uma compreensão restrita ao ponto a ponto de diálogo, ou seja, um diálogo estritamente individual entre o agente político e o cidadão. Mas se trata de apontar iniciativas em que esse tom dialogal direcionado, em diversas ocasiões, ao aparecimento do cidadão individual ou à humanização do agente político, seja a presidenta, os ministros ou agentes técnicos de governo. As interações e os diálogos são públicos, e têm a observação e colaboração de qualquer outro cidadão que demonstre interesse em semelhantes questões. Esse matiz é que direciona o trabalho para a apresentação das alterações do contexto de mediação sob uma ótica específica, a da caracterização dos processos conversacionais entre o Governo Federal e a Sociedade Brasileira.

No desenrolar da investigação, são ressaltados itens que podem colaborar na visualização mais ampla dos materiais como icônicos de uma proposição observacional de

mediatização da política, e como exemplar de um *modus operandi* do Governo Federal no âmbito da comunicação e da participação política. As indicações dos objetos e de suas especificidades dão o tom deste capítulo, na descrição do percurso de análise, além da construção do objeto e de seu problema. Os elementos apontados neste capítulo recebem aqui seu estatuto, mas a ossatura analítico-descritiva será dada no específico de dinamização dos empíricos: capítulo 6.

A justificativa do olhar para tal temática nessa angulação é que os governos desenvolvem, em sua atuação política, várias ações comunicacionais, numa temporalidade e em formas de gestão distintas, além das conjunturas particulares. Criam estratégias para fazer a política funcionar pelo viés da comunicação. Nesse sentido, o campo acadêmico da comunicação tem um papel importante de análise crítica sobre essa atuação, na contribuição para o aperfeiçoamento reflexivo, e para, em aspectos práticos, o aperfeiçoamento da própria democracia. Desse modo, realiza-se, como é praxe na linha de pesquisa de *Midiatização e Processos Sociais* e como nos propusemos a endossar: um trabalho sistemático de descrição, de apresentação de eixos e contornos, de visualização de indícios e de fundamentação da observação. Afirmamos, ainda que de forma heurística, que nos materiais podem-se visualizar complexas práticas, tecnologias, protocolos e contratos de funcionamento, que refletem o contexto atual de sociedade em vias de mediatização.

A força da operação realizada está associada aos casos múltiplos e ao contexto no qual eles se tecem, ou seja, à especificidade de afetações que atravessam práticas sociais, mais exatamente, às práticas sociais de natureza política. Nesse sentido, a visão ampla do contexto de localização ganha destaque. A política e a sociedade em vias de mediatização serão contextualizadas, compreendendo análises teóricas de referências bibliográficas e de pesquisas já desenvolvidas. Uma última ressalva, que será melhor detalhada adiante, é que não se trata de uma investigação sobre efetividade política, ou sobre índices de deliberação cidadã. O objeto é tomado de uma forma específica, em suas ações e lógicas comunicacionais.

2.1 Elementos de Ingresso

Em movimento incrustado neste capítulo de ingresso, dedicamos espaço para o relato da processualidade do objeto da tese, na compreensão de que seus movimentos são também suplementos para o trabalho. É apresentado todo o percurso, desde a delimitação do tema até o estabelecimento final do *corpus*, para o qual se desenvolve a pesquisa. A constatação de um caminho de percalços foi o que configurou a grande motivação em remodelar a investigação.

Isto é, após as mudanças e as instabilidades envolvendo os protocolos digitais propostos pelo Governo Federal, o próprio olhar para as questões mais amplas gera novo objeto e problema de pesquisa. Um olhar para além de um *website* isolado, por exemplo, na busca de respostas mais sólidas acerca do comunicacional, nas propostas de participação política em suas configurações no ambiente da midiatização.

O que não pode deixar de ser exposto é que essa motivação surgiu de crises diante de períodos de paralisia, tanto no momento em que a pesquisa se direcionava para o site *Participatório*, quanto no período em que se focou no site *Dialoga Brasil*, dispositivos que foram escolhidos como objetos emblemáticos dentre outros fragmentos comunicacionais que se despontaram. Da crise do objeto se pode visualizar a explicitação de um novo objeto, para o qual, conscientemente, e em função de outras injunções, se reformulou a pesquisa para esse material dinâmico. Houve custos, mas se acredita que as mudanças garantiram um benefício de análise mais amplo e uma mais completa sistematização das opções comunicacionais do Governo Federal. A seguir, um resumo temporal das intempéries e do percurso até o objeto eleito.

O ingresso no objeto de pesquisa se dá no rol das investigações em midiatização e processos sociais da atualidade, tendo aí a partida para um olhar comunicacional sobre a sociedade em busca de um projeto de tese relevante. Diante da pré-observação, ainda em 2013, antes da elaboração do projeto de doutorado, percebem-se iniciativas por parte de órgãos governamentais que estão localizadas para além da tradicional comunicação pública ligada aos meios, sejam os mais tradicionais, como rádio, jornal impresso e televisão, ou mesmo um uso estático nas tecnologias modernas, como *blogs* e *websites* sem interação, chamados também de 1.0.⁶ A superação é percebida em iniciativas de interação, consulta pública *online*, orçamento participativo digital, perfis em redes sociais digitais, além de fóruns, videoconferências e bate-papo *online*. Portanto, as estratégias observadas superam as assessorias de comunicação tradicionais e desenvolvem iniciativas em outras instâncias. As estruturas formais permanecem, mas a gestão começa a assimilar as ferramentas mais conversacionais.

Como forma de captura, ainda na esfera de dispositivo isolado, no segundo semestre de 2013, apresentamos para a seleção de doutorado, no Projeto de Pesquisa, um estudo sobre

⁶ Não utilizaremos a essa definição de *web* 1.0 e 2.0, acreditando que não contempla uma definição exata das transformações da *web*. Em outro sentido, apontamos o tempo mais recente como expoente de tecnologias mais conversacionais, interativas e em tempo real à Internet.

o *website Participatório*⁷, ligado à Secretaria de Juventude, que integrava a Secretaria-Geral da Presidência (SGPR). Chamada de *Participatório – Observatório Participativo da Juventude*, tal iniciativa funcionou como ambiente virtual com a proposta de interagir com a juventude e de estreitar a relação entre Governo e sociedade utilizando-se de estratégias baseadas em ferramentas digitais e das potencialidades da internet e suas operações. Constaram nas funcionalidades: rede social virtual, espaço para consulta pública, comunidades temáticas, transmissão online, biblioteca digital, repositórios virtuais, boletins e revista temáticos, dados e indicadores e interação com outras redes.

O site é acompanhado de seu início, em meados de 2013, até sua incorporação para o Portal da Juventude, no início de 2015. A investigação realizada contou com apuração de funcionamento, cumprimento de objetivos e avaliação da atuação, o que foi publicado em artigos apresentados em eventos de socialização (SOUSA 2015). Dos resultados apontados nas pesquisas elaboradas no período de investigação, podem-se localizar causas para um insucesso, incluindo a falta de incremento de diversidade de públicos, e um objeto que seguiu conversando com os mesmos interlocutores já incluídos nas políticas participativas da secretaria. Os demais elementos serão elencados no capítulo que versa sobre os materiais empíricos, visto que o *Participatório* segue como material de pesquisa dentro do conjunto mais amplo de construção do objeto. Além disso, obviamente, suas características serão mais bem localizadas na política de Governo e na comparação com as demais iniciativas. O que de fato se aponta aqui é que a alteração no *Participatório* e sua incorporação a outro site, nesse período, ocasionou a busca de uma guinada nos empíricos em estudo.

Em virtude desse fato, a pesquisa seguiu pelo mesmo trilha da participação cidadã na administração pública, mas se direcionou, mesmo que por pouco tempo, para o site *Participa.br*,⁸ novo espaço virtual de participação social do Governo Federal, com o objetivo de interação com a sociedade, colocado em funcionamento a partir de 2014. O intuito da ferramenta era realizar consultas e receber colaboração em temas específicos. Ainda em 2014, foi instituído oficialmente como “ambiente virtual de participação social, que utiliza a internet para o diálogo entre administração pública federal e sociedade civil, com o objetivo de promover a interação, a divulgação de conteúdos relacionados às políticas públicas do governo federal”.⁹ O funcionamento se dá “por meio do amplo acesso dos usuários a ferramentas de comunicação e interação, fóruns de debate, salas de bate papo, vídeos, mapas,

⁷ Disponível em: <http://participatorio.juventude.gov.br/>.

⁸ Disponível em: <http://www.participa.br/>.

⁹ Disponível em: <http://www.participa.br/ajuda/ajuda/quem-somos>.

trilhas de participação com diversos mecanismos de consulta, dentre outros".¹⁰ O diálogo entre a administração pública federal e a sociedade civil é realizado pela disponibilização de conteúdos, para debate e captação de posicionamentos, propostas e sugestões.

A manutenção do *Participa.br* como objeto de pesquisa foi curta devido ao formato padronizado e de pouca penetrabilidade. O contato se baseia em instâncias não tão inovadoras da web, com os fóruns e comentários como espaços privilegiados. O formato de comunidade pública, a partir de um texto ou um tema enviado pelo Governo, é o mais usual na plataforma, o que pasteuriza a interação e não faz uso das diversas potencialidades da internet, além de agregar um público muito restrito. E ainda podemos elencar: o *layout* pouco chamativo da página e a participação bastante segmentada que recebe, interligando apenas temas muito específicos na interação de usuários, com forte ligação a uma temática. É usado pontualmente, mas não se trata de um dispositivo convidativo à participação mais ampla do cidadão, pois os grupos de comunidades internas do site acabam recebendo interação de apenas dezenas de participantes. Esses aspectos apontaram para pouca amplitude do site e para um uso pouco inovador, o que deixou de ser interessante na temática central da investigação sobre uso do comunicacional, nas estratégias de aproximação com o cidadão. Como apontado no relato do *Participatório*, o acompanhamento do site levou a mudanças devido ao interesse de pesquisa.

Na sequência de trabalho, e ainda numa perspectiva de pesquisa sobre dispositivo, localizamos em julho de 2015, que o Governo Federal lançava uma nova aposta na dinâmica da participação social, e que direciona o interesse desta investigação, o *Dialoga Brasil*,¹¹ que trouxe o *slogan* “O País fica melhor quando você participa”. A comunicação participativa permeia a concepção da proposta que surge no segundo mandato de Dilma Rousseff, período em que ela afirmou ser dedicado ao diálogo durante o discurso após a vitória no segundo turno. Com a ideia de abranger um público bem mais amplo, a iniciativa teve um lançamento vultoso e o envolvimento de ministérios e secretarias, além da própria Presidenta da República. O site funciona em um formato de recebimento de sugestão de propostas dos cidadãos para áreas específicas e de votação popular das prioritárias, aquelas que seriam respondidas pelo Governo, por meio dos ministérios responsáveis por cada área. A interação seria realizada, potencialmente, em vários níveis.

Diante das pesquisas realizadas e dos materiais apresentados em congresso (SOUSA, 2016a), ressaltou-se que se tratava de um objeto singular na linha do tempo do Governo Federal, e, em comparação com experiências conservadoras e encaixotadas, o site se mostrou

¹⁰ Disponível em: <http://www.participa.br/ajuda/ajuda/quem-somos>.

¹¹ Disponível em: <http://dialoga.gov.br/>.

um passo além, pela inovação e pelo caráter mais amplo de alcance, não sendo restrito a grupos específicos, bem como possibilitando a participação individualizada. O formato mais simples de participação integra o cidadão interessado em colaborar a partir de sua opinião particular acerca de diversos temas da vida pública. O circuito de votação por parte dos cidadãos mostra-se capaz de gerar, de algum modo, um espaço de argumentação pública – mesmo que o espaço de justificação das propostas seja restrito. Mas, mesmo essa iniciativa entra, por detalhes e conjunturas políticas, na lista dos percalços. Durante os meses de novembro de 2015 a maio de 2016, o site fica em *stand by* e não segue para o passo seguinte, no qual os gestores deveriam apresentar respostas às perguntas mais votadas na plataforma. As respostas são disponibilizadas no arroubo do afastamento da presidenta, não sendo possível gerar um verdadeiro contato relacional entre Governo e Sociedade, visto que o presidente interino não dá prosseguimento aos acordos firmados nas respostas às demandas publicadas no site. Os percalços dessa experiência, aqui apresentados, serão, de igual modo, mais detalhados posteriormente.

Seguindo o percurso da processualidade da pesquisa, e em sinal de alerta diante da fragilidade dos dispositivos digitais, de acordo com os elementos descritos acima, indicamos, então, um movimento de ampliação do olhar. As experiências apresentadas parecem, de alguma forma, terem estado em um contínuo teste, de modo a conseguir respostas não muito evidentes das metas e dos objetivos. No percurso, chamado aqui de tentativo, a mobilização investigativa, então, se encaminha para a construção de objeto e problema para além dos sites, num enfoque que considera esses dispositivos já citados entendidos, em suas conquistas e fracassos, mas lança um olhar para uma perspectiva mais ampla, a de considerar a participação política promovida pelo Governo Federal, em instantes dos dois mandatos (2011-2014 e 2015 até 2016).

O objeto indicado após esse processo está localizado em uma articulação entre políticas, enunciações, discursos, relatórios e os dispositivos digitais, entendidos aqui como materiais elucidativos das tentativas de fomento da participação pública, em situações de interação entre Governo e Sociedade, em suas realizações e em seus percalços, em seus planejamentos e em seus improvisos. A linha de abordagem é a da percepção de ações, lógicas e perspectivas comunicacionais, não de um período muito restrito, mas da articulação da política com a comunicação, no papel da execução das ações governamentais, na construção de vínculos de cidadania com a sociedade.

No item que segue, a construção de um objeto de pesquisa aponta para a transição da conjugação tema & objeto empírico, para a evidenciação de um problema de investigação. O

objeto em questão é capaz de gerar inferências, desde o *status* de pré-observação, e de levar a construção de um trabalho em Ciências da Comunicação. São reveladas as tentativas de processo de interação entre Governo e Sociedade. Tentativas com limites, restrições, frustrações. Segue-se o levantamento de indícios para a construção de um observável cuidadoso e que vai levar à formulação de um novo problema, uma reflexão sobre os “casos tentativos”, ou seja, um esforço de refletir sobre os casos entre si e as articulações e pistas de uma reflexão sobre a processualidade entre esses casos.

Os próximos itens tratam da construção de um objeto e de um problema de pesquisa no ambiente da mediação.

2.2 Construção do Objeto de Pesquisa

O objeto de estudo emerge da própria crise dos objetos empíricos, sob os quais se tratava de nos debruçarmos nos primeiros passos de investigação, como relatado em 2.1. O fato é que diante de tais circunstâncias, a busca pela lapidação de um objeto se concretizou em não se limitar a um empírico apenas, mas em uma elaboração de política comunicacional a partir de atravessamentos próprios da gestão federal, ou mesmo advindos da conjuntura desfavorável. A defesa desse novo objeto está justificada para além da concepção de um objeto mais transversal, mudando também a compreensão para uma visão mais ampla, que seja capaz de caracterizar comunicacionalmente as crises de um Governo que será interrompido antes da conclusão de mandato.

A crise de tais objetos ancorados em dispositivos levou à feitura de um movimento de especulação mais amplo, a um esforço para compreender potencialidades, dilemas e impasses, que envolvam mediação e comunicação participativas na esfera governamental. A processualidade de encaixe dos materiais demonstra um desenrolar de circuitos, que se comunicam e se desdobram um sobre o outro. Neste item, a construção de um objeto de pesquisa a partir dessa materialidade é buscada. E a descoberta dessa processualidade segue pela chave deixada desde o título da pesquisa: o termo “tentativa”. Depois de buscar um objeto ancorado em um dado dispositivo, encontra-se um misto de força-maior e de debruçamento sobre os materiais, diante de uma perspectiva analítica mais ampla. A descrição dinâmica pode elucidar melhor esse objeto de pesquisa. E o “fazer o freio” para “repensar a rota” leva a resultados de lapidação mais apurada.

Eis, então, o objeto em seu formato dinâmico. Fruto de um trabalho denso e de observação analítica de captura, leitura, usos e apontamento de questões. A tese então se

encontra com uma pesquisa que transpõe o objeto/dispositivo e segue por análise das tentativas de viabilizar a política de interação, por meio de variadas ações. Desde já, se ressalva que não tratamos de um objeto lido a partir da execução de Políticas Públicas, mas um objeto que permita analisar o que é o comunicacional dentro das ações tentativas de o Governo interagir com a Sociedade. O ponto de vista do quadro em separação é o da mediatização dos processos sócio-políticos promovidos em níveis e modalidades diferentes, durante o período indicado. Seguimos uma narrativa elaborativa do processo tentativo, para construir um objeto de pesquisa.

O período do Governo Dilma Rousseff se localiza após uma administração de grande apoio popular, de Luiz Inácio Lula da Silva, o qual passou por cenários complicados, como a Crise Mundial, que teve sua pior fase em 2008, e o caso de desvio de dinheiro conhecido como Mensalão. Aponta-se o uso pessoal da figura de Lula no investimento de ofertas de comunicação, como a coluna semanal que circulou em diversos jornais impressos. Ainda que ela fosse do mesmo partido político, o Partido dos Trabalhadores, há uma série de ressalvas quanto ao estilo da presidenta e à dificuldade de suceder um líder político conhecido pelos altos índices de popularidade. É preciso localizar aqui os marcos conceituais das políticas de participação, em suas motivações, formulações e ações.

Além dos aspectos da sucessão, Dilma assume o poder em um contexto de ampliação das redes sociais da internet, o que se expande com a popularização do Facebook, por exemplo, criado em 2009 e que se torna a rede mais usada no Brasil em 2011.¹² Todo esse contexto de maior participação e acesso aos meios é acrescido de insatisfações com o aumento de tarifa de ônibus, em capitais e algumas cidades, e de críticas aos gastos em virtude da Copa do Mundo FIFA, o que encaminha às Jornadas de Junho. A emergência dessas jornadas leva o Governo a se manifestar e a tentar responder aos anseios que passam de potenciais insatisfações a lutas sociais, em pautas mais à esquerda e em movimentações que incluem as revoltas mais efetivas, como a realizadas pelos chamados *black blocs*, o que incluía ações efetivas no patrimônio público, além de uma revolta generalizada contra a classe política. Dilma é vaiada e xingada durante cerimônias da Copa das Confederações. O primeiro pico do objeto se desdobra com as respostas dadas pelo Governo Federal, em discursos e ações, além da eleição de um protocolo de contato com a sociedade: o site *Participatório*, que já estava sendo preparado, mas que teve seu lançamento catapultado para um mês depois das

¹² Disponível em: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2011/09/facebook-supera-orkut-no-brasil-pela-primeira-vez-diz-ibope.html>.

primeiras manifestações, ainda nesse ano de 2013, e carregava uma particularidade: estava destinado ao público jovem, o principal grupo envolvido nas manifestações.

Nesse ínterim e diante de eleição, a compreensão de muitos analistas era de que todo esse contexto e um insatisfatório retorno do Governo Federal, Dilma não conseguiria se reeleger. Por isso, o ano de 2014 é voltado para as eleições e a pequena vantagem em sua vitória leva a uma nova onda de protestos contra a presidenta e seu Governo. Ainda no primeiro mandato é instituído o *Participa.br*, definido nesse ano como centralizador das iniciativas de consultas e participação do Governo.

Já reeleita, e apesar de Dilma 'consagrar' seu segundo mandato ao diálogo – como apontado no discurso após a reeleição –, o público e o tom das manifestações ganham novos matizes em 2015. Adultos de classes não populares e de alinhamento político mais à direita, painelaços e um coro de *#ForaDilma* e Impeachment são características das manifestações, mais especificamente contra o Governo, apesar de manter certa insatisfação geral. Painelaços, xingamentos e uma classe política que se afasta da chefe de Governo e de Estado mostram um contexto mais desfavorável à política de participação.

Mesmo assim, há um esforço de validação de canais de participação e de escuta. A presidenta realiza pronunciamentos em cadeia de TV, o que gera protestos em tempo real – os painelaços – e um posterior pronunciamento pela internet, o que, segundo alguns, seria para fugir da fúria da resposta imediata no horário do *broadcasting*. Apesar do acirramento do desgaste, no período do segundo semestre de 2015 estão situados o lançamento de um dispositivo, o *Dialoga Brasil*. Nesse momento já existe, de forma bem ruidosa, o discurso do impeachment e a operação Lava-Jato, ação extremamente midiaticizada de combate à corrupção na estatal *Petrobrás*.

O desenvolvimento de ações, em suas concretizações, rupturas e paralisias, tem muito a dizer sobre o funcionamento da interação Governo/Sociedade. O rol das tentativas de comunicação participativa indica que a dinâmica desse objeto se relaciona com os contextos, mas também transcende a eles. O olhar em processo é capaz de mostrar as estratégias político-comunicacionais por trás dos objetos que, são a parte mais explícita de dinâmicas colocadas em funcionamento na implantação de políticas públicas do Governo Federal. A configuração de Secretarias e Ministérios e o espaço dado à participação são sintomas das rotas dessas políticas no Governo Federal. O resgate dessas dinâmicas e desses contextos é capaz de sustentar um objeto de investigação firme e relevante.

E o fato de que se formulam planos emergenciais, em que se remodelam os projetos como tentativas de resposta a demandas sociais, algo constatado no processo de observação,

também ajuda no levantamento de questões e na caracterização desse objeto, como impactado pelas contingências. Discursos e pronunciamentos sobre participação e representação são elementos materiais desses aspectos, compondo o funcionamento do objeto e sua processualidade. Outro aspecto que colabora na composição desse objeto é o uso das políticas de participação como marca do Partido dos Trabalhadores (PT). Sendo o partido um dos grandes alvos dos insatisfeitos – diga-se que “Fora, PT” é um dos gritos que ecoa – as políticas como Conferências, Orçamento Participativo e Consultas Populares – entram num pacote de aversão de boa parte da sociedade.

Nesse contexto, de 2013 a 2015, a insatisfação vai da extrema esquerda, num primeiro momento, e chega à direita e à extrema-direita. Também como inferência heurística, afirmamos que o Governo enfrenta dificuldades nos dois casos. Não consegue, em seu esforço tentativo, alcançar uma visível “confiança comunicacional”. Em 2013, a pressão é tamanha, que está sob as costas desse Governo até mesmo questões que não são de sua alçada, como reclamações sobre impostos que são arrecadados pelos estados, ou a tarifa do transporte público, que é de responsabilidade dos municípios, por exemplo. Há um distanciamento que não se resolve com os canais comunicacionais escolhidos (pelos sites, pelas redes, pelos pronunciamentos e coletivas de imprensa), como será visto mais detalhadamente no capítulo de labor junto aos empíricos.

Em diversos outros momentos, o olhar sobre o período apresenta a fuga do espaço de conversa como crucial para o entendimento da dinâmica desse objeto. Se durante o período eleitoral, Dilma Rousseff é colocada em destaque, e sob sua imagem são estabelecidas identificações, pois havia a busca de votos, após a eleição, mas ela some de cena. No início de 2015 há aumento de preços e corte de gastos. Não há uma transparência, as decisões não estão evidentes e há uma frustração pós-vitória em diversos campos de apoio. Os que gritaram Dilma Guerreira e Coração Valente¹³ manifestam-se contra as decisões dos primeiros meses de mandato. Está identificado aqui o processo de uma defasagem desde o discurso da vitória da reeleição. Há uma nova aposta de resolução por canais comunicacionais, com o *Dialoga Brasil*.

Há outra virada durante o período após os painelaços, que é a resposta mais dura às críticas, em que o Governo, a nosso ver, entende que não conseguirá abrir o diálogo com “todos os cidadãos”, bem como ironiza alguns discursos, como no caso da crítica às manifestações em 2015. Nesse período, uma crise sintomática é a divulgação de um

¹³ São duas referências de efeito ao que foi chamado de guinada à esquerda, quando Dilma Rousseff consegue gerar certa unidade com movimentos e partidos da esquerda, principalmente no segundo turno da eleição.

documento interno da Secretaria de Comunicação em que são relatadas críticas ao posicionamento comunicacional da Presidência da República nas redes sociais, nos discursos e no diálogo com a Sociedade. Há uma sensação de “não falo para vocês”. Os segmentos são cada vez menos universais. No mesmo sentido e em estágio mais final da materialidade selecionada, os dispositivos e discursos são direcionados ao uso enquanto meios de luta política. Manifestações, postagens e uso das redes sociais governamentais agregadas aos dispositivos disseminam discursos contra o que é chamado de golpe.

A polarização acirra-se ainda mais, e o diálogo em rede mostra-se mais dificultado, devido à falta de abertura para um discurso contrário à disseminação de notícias falsas, além da disputa ‘prós’ e ‘contras’ quase clubística nas redes sociais. E a pressão política assume sua esfera mais ofensiva no processo de Impeachment que é proposto por forças políticas da oposição, que traz para seu lado, dia a dia, membros dos partidos aliados, e ganha forte apelo popular a partir do discurso lançado de uma possível melhora do país com a saída de Dilma. Esses aspectos sociopolíticos serão mais bem descritos no capítulo 3 desta tese.

O trato com o comunicacional nesse processo é o objeto da pesquisa. É nesses contornos, ainda apenas indicados, mas que serão tensionados mais adiante, é que se desponta um objeto de muitas faces e formado por estudos de “casos múltiplos”, que podem parecer muito díspares, em se tratando de documentos, discursos, materiais audiovisuais e os sites desse período extenso, mas formam um `corpo` da midiatização política do Governo. É nesses contornos que se localiza a pesquisa, modelada a partir da comunicação. Partimos para a problemática de pesquisa, ou seja, diante desse objeto que saltou aos olhos da observação e que foi organizado, quais são as perguntas demandadas.

2.3 O problema de pesquisa

Explicar o problema de pesquisa é debruçar-se sobre o eixo estruturante para o qual se encaminha a investigação. Nesse sentido é que se formulam questões com as quais se aproximará dos materiais. O caminho é de transpor o observável para um específico problema de pesquisa tensionado. Ao processo observacional juntam-se as justificativas, as contextualizações, os objetivos e o percurso da pesquisa, na perspectiva da construção de uma investigação da problemática das ações comunicacionais. Nesse sentido, o ponto de partida para localizar o problema está em interrogar como as instituições políticas lidam com as transformações promovidas pelo ambiente midiatizado, quais são as respostas dinâmicas dadas nesse ambiente de sociedade midiatizada, e no que essas respostas afetam os modos em que o campo político está organizado.

Vale a ressalva de que o estudo é voltado para o tensionar do campo político, numa compreensão acadêmica válida para uma realidade de uma sociedade com uma democracia estabelecida, como no caso da brasileira, o que poderia ser muito diferente em outros contextos de governos autoritários e censores. As perguntas têm o viés comunicacional e a pesquisa foge do vício de se creditar a uma disciplina mais consolidada, como a Sociologia ou a Ciência Política. O instrumento analítico sobre o caso traz a insistência em examinar esse caso na perspectiva da comunicação, pois o foco da pesquisa não é o de checar o ganho democrático no sentido de inclusão política – que de nenhuma forma deixa de ser importante. Mas, como se trata de uma pesquisa localizada nas ciências da comunicação, os processos comunicacionais se despontam como mais relevantes. Testar as hipóteses da comunicação, no caso da pesquisa, seria um processo muito além de checar e qualificar as estratégias de um ponto de vista sociológico ou político.

No objeto desenhado, é identificada uma crise que o catapultou para uma perspectiva mais ampla, situa-se o problema de pesquisa em ações comunicacionais que pautam protocolos caracterizados por procedimentos diretos, com marcas específicas. E essas iniciativas quando concretizadas em dispositivos têm marcos conceituais das políticas. O marco situacional do objeto aponta um conjunto de ações tentativas de comunicação, numa problemática que vai além das preocupações conjunturais e de funcionamento da política. O exame da processualidade da comunicação leva o direcionamento aos processos, não no sentido de responder a perguntas frequentes nos estudos pós-eleitorais, causalistas ou de gestão política, mas ao pensamento sobre a conversação pública e às expressões de interação Governo e Sociedade.

Nesse sentido, a construção do trabalho, a partir do desenrolar do objeto, aponta para a problemática dos processos, mais perto do que se pode esperar de uma pesquisa desse campo, resultando a questão que pode ser considerada horizonte da investigação. Ou seja: “*Como se dá a interação entre Governo e Cidadão a partir das ações comunicacionais em uma sociedade em vias de midiatização?*”. Ou seja, em que aspectos a interação dinamiza processos comunicacionais próprios e específicos pelo de estratégias, ações, produtos comunicacionais, oferecidos pelos representantes da esfera institucional do Executivo Federal aos demais atores, chamados públicos, no caso, cidadãos. Assim sendo, se identifica a pergunta como de natureza comunicacional como o eixo de trabalho e, antes mesmo disso, se localiza a perspectiva de entrada nesse observável na avaliação das políticas de comunicação midiática nos Governos Dilma (2011-2016). E essa pergunta-problema, reafirmamos, não está

insulada num caso específico, mas pertence a uma processualidade de ações sociotécnicas, de discursos e de usos das várias modalidades de meios na ambiência midiaticizada.

Desse modo, apontamos que o foco está no modo como se dá a participação, entendida por fundamentos comunicacionais, bem como inserida nos diversos aspectos da política e do comportamento político-cidadão. O entendimento dos elementos da comunicação nos processos participativos dirige a perspectiva de entrada, enquanto o contexto de observação aponta para a midiaticização da política a partir de vários expedientes sociotécnicos e da caracterização do aprimoramento das tecnologias, com o registro dessa marca mais contemporânea. Ou seja, o passo de aprimoramento é o recurso às operações digitais, às tecnologias embasadas na internet. Marcas de cruzamento de midiaticização e política colaboram na compreensão da relação Estado/Sociedade por meio de ações comunicativas, tendo em vista o cenário de midiaticização. Este eixo estruturante da tese é que sustenta todas as demais ações.

Também questões mais específicas corroboram no desenho da pesquisa. São elas: *Quais são as características de participação anteriores aos governos Dilma? Qual seria o marco de comunicação participativa quando do início do Governo, em 2011? Qual o papel das novas mídias no modo de estruturar o fazer político e a gestão governamental? Quais os fundamentos da/s políticas implantadas: engenharia, objetos e materialidades? Como as intercorrências (manifestações, protestos) geraram mudanças nos marcos comunicacionais previstos? E, ainda, como a estruturação dos órgãos indica priorização ou desprestígio dessas políticas? Como essa movimentação nas dinâmicas pode ser percebida nos discursos da presidenta? E se, de fato há uma macropolítica participativa especificada durante os governos Dilma? Por fim, que tipo de modo de interação entre governo e cidadão pôde ser apreendido do objeto em estudo? E quais seriam os indicativos para um funcionamento satisfatório no contexto de uma problemática específica e envolta ao mesmo tempo em complexa processualidade de ações comunicacionais?.*

Em nível de prospecção de resultados, a hipótese heurística é a de que o Governo não conseguiu lidar efetivamente com os reveses, e enfrentou uma relação truncada diante das demandas da sociedade. A partir dessa resposta, novas questões submergem: *Será que, de fato as proposições conceituais, se existem, foram incapazes ou se tratou de algo entregue à imprevisibilidade? De que forma a crença esquemática e automática sobre os meios, acharia que as ferramentas resolveriam os gaps? A natureza da qualificação e a efetividade da interação Governo e Sociedade prejudicou seu andamento em termos político-comunicacionais? O Governo não teria apenas transpostos modelos tradicionais querendo*

apenas se utilizar dos dispositivos como ferramentas? Qual o motivo do ocaso de dispositivos tentativos, e o que esse ocaso tem a ver com o contexto amplo?

Diante da natureza das questões arroladas, as quais estruturam a problemática de pesquisa, nos propomos a oferecer uma hipótese de trabalho, que possa operar como um fio que dialogue com os próximos passos da pesquisa. Adotamos premissa segundo a qual a mediação permeia as práticas políticas em um ritmo cada vez mais crescente e nossa hipótese propõe que essa ambiência de mediação, diante das potencialidades e dos limites dos usos das ferramentas *online*, é capaz de *reconfigurar a política*, em sua gestão e atuação, dando novo formato à interação entre Governo e Sociedade, a partir da existência de outros *feedbacks* complexos. E, portanto, não de caráter linear dos elementos observados e que serão analisados inferencialmente, pode ser dito que se configuram em *ações tentativas*, pelo formato experimental que demonstram em suas execuções.

Elencada a questão central, as demais perguntas-problema bem como uma hipótese de eixo de pesquisa, os capítulos que seguem buscam tensionar essas proposições iniciais, garantindo-lhes aprofundamentos teórico-analíticos, que contribuem nessa análise o contato com indícios, cenários teóricos e análise das processualidades. As questões estão localizadas nos desenhos a seguir, que estão dispostos em: uma observação geral dos contextos sociopolíticos, uma observação teórico-metodológica e um mergulho nos casos.

3 CONTEXTOS E CENÁRIOS DE ADERÊNCIA DA PESQUISA

Neste capítulo serão apresentados, inicialmente, elementos históricos dos contextos sociopolítico-participativos que dão base para a identificação dos fundamentos anteriores ao Governo Dilma, desde os inícios da redemocratização brasileira. Em seguida, são apresentadas as conjunturas de um singular período de dois mandatos desse governo. Este capítulo serve de base para a estruturação, mais adiante, dos elementos comunicacionais dos governos Dilma. O entendimento é que tais contextos e cenários de conjuntura levantam informações importantes que vão emergir em seu contorno comunicacional na construção dos circuitos explicativos que aparecem adiante. Como afirma Braga (2010, p. 412): “Os fenômenos comunicacionais se desenvolvem em ambientes sociais compostos de múltiplas modulações e processos intervenientes”. E esse ambiente sociopolítico será demonstrado neste capítulo. A ressalva dada é que não se trata de uma sistematização rígida dos processos, mas uma localização de contextos em vista da compreensão do ambiente das ações comunicacionais.

A sustentação de colunas contextuais contribui para o que vai se depreender em relação às ações midiaticizadas. Nesse sentido, se necessita de desenho de observáveis na linha do tempo. São indicados processualidade e recortes de ações, por meio de objetos que remontem essa tentativa de interação pública, via ações políticas e estratégicas. Os episódios colaboram na compreensão dos materiais que compõem o espectro do objeto de pesquisa: mudanças político-institucionais, manifestações, protestos, respostas oficiais e informais e campanhas institucionais. Ou seja, um conjunto intenso de ações comunicacionais na relação Governo e Sociedade, o que se aponta a seguir.

A apresentação da conjuntura, a partir de sua processualidade, colabora para o trabalho pelo fato que contextos e cenários são apresentados na perspectiva do objeto e do problema, com a indicação da materialidade da processualidade, componente dos cenários. Isso será útil para a compreensão dos circuitos das ações comunicacionais, conforme são apresentados no capítulo 6. Desse modo, o que se mostra aqui é a demonstração do conjunto de processos, ações e linhas da política. São aspectos que serão lidos, mais adiante, na perspectiva dos casos múltiplos.

3.1 Percurso Brasileiro de Participação e Diálogo: Da Abertura Política ao Governo

Lula

Na perspectiva de demonstrar alguns aspectos que antecederam os Governos Dilma é que se situa este subitem. São oferecidas notas sobre o percurso brasileiro de interação, diálogo e participação da sociedade civil com os entes governamentais, do início da abertura política, fins dos anos 1970, até a conclusão do Governo Lula, em 2010. Durante grande período desse recorte, as experiências são fomentadas em movimentos sociais e de educação popular, tendo no espectro político da esquerda seu amparo, com destaque para o Partido dos Trabalhadores (PT).

Significativo câmbio de posição ocorre quando o partido, por trás do fomento de boa parte dos canais conquistados na área da participação, muda de esfera assumindo o poder, respondendo pelo sistema representativo na situação e cabeça do Governo Federal, quando o PT chega ao poder em 2003. O processo mostrado a seguir vai, então, da esfera de participação como emancipação e um campo de luta de reconquista do espaço público-político, pós-ditadura, até chegar na concretização de um espaço de participação negociada, caracterizado por uma contribuição consultiva na gestão petista e por canais institucionalizados de lutas moderadas, mais perto de uma colaboração, já nos anos dois mil.

Teixeira (2013), na pesquisa intitulada “Para além do voto: uma narrativa sobre a democracia participativa no Brasil (1975-2010)”, avalia as atividades de participação no País e, para o trabalho que desenvolvemos, oferece indícios interessantes na compreensão da base, sob a qual se estruturam as políticas de participação e diálogo entre sociedade e poder público. As características de visada, como ressalta a pesquisadora, estão bastante ancoradas na perspectiva política do Partido dos Trabalhadores, desde a sua fundação. Em nossa perspectiva, essa análise colabora aqui para o entendimento, posterior, das tensões e algumas dificuldades de Dilma Rousseff, herdeira de todo esse processo e, sem receio de se afirmar, da crise do modelo levado a cabo, chamada por alguns apenas de crise de representação, ao que pretendemos ampliar para crise de participação e de interação. A seguir, os elementos serão apresentados no percurso histórico.

O ativismo político de esquerda congrega ao seu redor, durante os anos 1970 e 1980, ainda que não exclusivamente, as experiências de participação política. O processo, segundo indicado por TEIXEIRA (2013, p. 25), é de uma alternativa à “violência justa” e de crítica à “luta armada”, utilizadas nos anos de chumbo. Algo como uma nova proposta diante da abertura política, em que direitos como liberdade de organização e de criação de partidos é

retomada. Iniciativas de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da linha progressiva da Igreja Católica, e de Educação Popular congregam experiências de participação e mobilização na perspectiva de emancipação pela formação política para a organização da vida em sociedade. E a difusão da ideia de “direito a ter direitos”, em ações que podem ser chamadas de pedagógicas devido ao período de retomada. Nesse período, portanto, o engajamento político é tratado como ideal de participação na vida política em sociedade.

O Partido dos Trabalhadores (PT) nasce nesse contexto, tendo uma parte de sua base nessa mobilização política, repetindo núcleos e grupos próprios das modalidades de participação da própria Igreja Católica e de movimentos populares. Mesmo que se afirme essa consonância do PT com o ideário de disseminação da participação política, Teixeira (2013) indica duas tendências nesse período. Por um lado: “visões mais estratégicas da democracia como valor universal, e de atuação em canais institucionalizados de participação como parte da construção democrática”. (TEIXEIRA, 2013, p. 36). E em outro sentido, e mais ligado a uma visão mais extrema: “visões mais táticas e instrumentais sobre a participação (onde não se aposta nela de fato, porque a democracia é sempre burguesa)”. (TEIXEIRA, 2013, p. 36). O que demonstra, ainda, alguma resistência em fazer parte do jogo político por esferas tradicionais e, ao menos parte dos atores políticos, ainda desacreditando das possibilidades de diálogo e participação na vida da *pólis* pelas vias institucionalizadas.

O ano de 1984 marca o rompimento amplo com o ranço antigo e a confirmação das novas formas de mobilização social após o fim do período de ditadura civil-militar. A mobilização à participação nesse período é vista na organização de Conselhos Populares, como atividade pedagógica, o que, em alguns casos, fica muito referenciado a militantes do Partido dos Trabalhadores (Teixeira, 2013). Os conselhos têm o caráter de informalidade antes da institucionalização que vem com o reconhecimento na Constituição Federal de 1988 (CF88). Essas experiências fomentarão as aberturas do estado após a institucionalização, o que levará esses coletivos participativos a terem lugar na gestão política. O caso mais lembrado é o do caldo de cultura dessas instituições na criação, posteriormente, de estruturas formalizadas. A capacidade de transformação social é o foco que resume esse período.

A participação em seu modo institucionalizado volta na mobilização da Assembleia Nacional Constituinte, com a garantia em texto na Constituição, e os conselhos e conferências, além de reorganização das políticas sociais, como, por exemplo, a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), que foi sustentada por diversos grupos organizados. Com a CF 88, o Estado de Direito é juridicamente restabelecido e a democracia brasileira passa a ganhar orientação participativa em muitas de suas facetas. E a estrutura das organizações da

sociedade civil recebe novas atribuições, com capacidades de interferir em decisões, como, por exemplo, nos conselhos, que se expandem em grande número. Cabe aqui um indicativo que mais adiante será exposto justamente o desgaste nessa participação institucionalizada, com a insatisfação de atores e de instituições que não se sentiram representados nesse modelo e provocam agendas paralelas, num problema relacionado com a incapacidade de dar voz e comunicar, diante da miríade de questões que podem surgir em uma área específica, por exemplo.

Seguindo na perspectiva temporal, nos anos 1990, as experiências de participação assumem espaço no campo decisório da gestão do executivo, inicialmente no âmbito municipal, com a disseminação dos Orçamentos Participativos (OP), com destaque para a primeira significativa experiência em Porto Alegre, governada por Olívio Dutra (1989-1992).¹⁴ A disseminação da incidência do OP se dá em outras cidades governadas por partidos de esquerda, mantendo o alinhamento da participação a esse espectro. Os conselhos também são reforçados em todo o país.¹⁵ No Governo Federal, a implantação de políticas neoliberais demonstra a priorização por parte dos gestores por critérios de estabilização da economia e um projeto de estado mínimo em detrimento das obrigações sociais.

Aqui não serão detalhados os aspectos específicos do funcionamento das experiências de Orçamento Participativo, válidos exemplos de participação e diálogo dos governos (mesmo que não tenha sido do Governo Federal) com os cidadãos. Mas, vale destacar as novidades nos locais onde ocorreram experiências: engajamento de boa parcela da sociedade, influência direta no âmbito decisório e ganho pedagógico da população sobre o funcionamento da gestão da coisa pública. Aqui, novamente, para ilustrar o que será dito mais adiante, a identificação dessa política de participação é dada ao Partido dos Trabalhadores ao longo da década de 1990, o que se pode afirmar (Teixeira, 2013) é que a participação era uma das dimensões principais de distinção do partido nos municípios que governava, e o modelo de OP era modelo de gestão da coisa pública. Outro detalhe é que o modelo inclui um público mais amplo que os institucionalizados conselhos.

Durante esse período são criados setoriais no Partido dos Trabalhadores em virtude da visibilidade dos novos direitos sociais, demonstrando lutas para além daquela de classes, bem

¹⁴ “Desde 1986, algumas cidades como Vila Velha (ES), iniciaram experiências de discussão do orçamento municipal com a população. A partir de 1989, foram iniciadas outras experiências como Porto Alegre, Uberlândia, Piracicaba, Santo André, São Paulo. O orçamento participativo viria a se consolidar no Brasil, entretanto, marcado pela experiência de Porto Alegre (RS), que se tornou mais duradoura, premiada e conhecida nacional e internacionalmente (Teixeira, 2013, p. 78).”

¹⁵ Uma expressão dessa vitalidade foi a criação e disseminação dos conselhos gestores por todo o território nacional, e a disseminação das experiências de orçamento participativo por um vasto conjunto de municípios brasileiros. (Teixeira, 2013, p. 61).

como posicionando a legenda com causas específicas, como a questão racial, com o Movimento Negro Unificado, por exemplo. (TEIXEIRA, 2013. p. 78). Essas questões vão se refletir mais adiante quando o partido assume o poder e as diversas lutas têm de ser traduzidas para o âmbito da gestão, que sempre é confrontado com outras disputas para além do PT. Em 2001 é realizada, em Porto Alegre, a primeira edição do Fórum Social Mundial, com grandes críticas às políticas neoliberais, e sinal de uma catalisação de forças progressistas no Brasil, com reflexo na eleição de orientação mais à esquerda nas eleições seguintes.¹⁶

Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, o partido mais ligado às questões de mobilização para a participação popular muda de atuação e passa a ocupar a esfera da administração federal. Para Avritzer (2016, p. 55), a posse de Lula representa uma ampliação de contradições do papel da participação. Segundo ele, forma-se uma orientação de governo “genericamente participativa”. O incentivo à participação nos conselhos e o número de conferências nacionais amplia, incluindo, também, áreas novas como Direitos Humanos, População LGBT, Cultura, Mulheres e Economia Solidária, tendo nesse aspecto consonância com a pauta progressista do partido e com a luta dos movimentos sociais. Outras tantas inclusões são realizadas em consonância com o histórico do partido.

Em sentido contrário, podemos afirmar que a expectativa de participação foi maior que a execução, ou seja, o espaço realmente dado ao que foi almejado de lócus de interação/contato/decisão. Por exemplo, mesmo tendo grande número de representantes em conferências, nos números absolutos, a população envolvida chega apenas a 6,5% (Avritzer, 2016. p. 55), contando as etapas regionais e nacionais.

A efetividade do potencial histórico de participação não satisfaz o espectro de esquerda, o que, a nosso ver, reverbera no Governo Dilma, quando a isso se somam críticas às alianças políticas e às decisões de política econômica, entre outros aspectos. Durante o Governo Lula, o ideal conceitual de uma participação disseminada não se concretiza, e o salto do orçamento participativo para a esfera federal, por exemplo, não é realizado. O ministro da Fazenda de Lula no primeiro mandato, Antonio Palocci, afirma que o OP seria transformado em “fóruns de debate”. (Teixeira, 2013. p. 102). A diferença entre fazer oposição e governar aparece em muitos instantes. Num espectro diferente, o PT se confronta com dificuldades de implantação dos ideários defendidos.

¹⁶ Essa ponderação “mais à esquerda” deve-se ao fato de que a viabilização de uma candidatura forte ao candidato Luiz Inácio Lula da Silva foi possível após alianças para além da Frente de esquerda tradicional, tendo, inclusive um grande empresário como seu candidato a vice: José Alencar (PR), o que foi criticado como um reposicionamento da tradição desde a Frente Brasil Popular, em 1989, com PT, PSB e PC do B.

Mesmo assim, não é possível ignorar as contribuições e os avanços nas políticas de diálogo e participação nos oito anos de Governo Lula. No período, houve aumento no número de conselhos, conferências e de audiências públicas, além das articulações políticas, valendo-se da figura presidencial sempre identificada como um singular negociador, tendo Lula se tornando importante peça, também, no cenário mundial. A Secretaria-Geral da Presidência da República, com um papel de articulação entre governo e sociedade, foi bastante incentivada.

A relação próxima entre o PT e os movimentos sociais gerou uma inclusão de membros desses movimentos na esfera de gestão, e ocasionou a criação de espaços institucionais em áreas inéditas em ministérios e secretarias, como: desenvolvimento agrário, economia solidária, direitos humanos e igualdade racial. Mas, como será visto adiante, as implicações da esfera de governo aparecem nos aspectos da coalizão, com a qual a distribuição de cargos entre partidos apoiadores entra em xeque com o modelo de inclusão de movimentos.¹⁷

A análise de Ana Cláudia Chaves Teixeira (2013) aponta essa contradição na gestão do PT no Governo: “Desapareceram por parte do governo referências a palavras como ‘partilha do poder’, ‘cogestão’ e ‘poder popular’ (que permearam as experiências participativas dos anos 80 e 90). Agora os termos predominantes se tornaram em ‘diálogo’, ‘escuta’ e ‘formulação junto’”. (TEIXEIRA, 2013, p. 116-117). O espaço de negociação Governo e Sociedade deve torna-se mais regulado que, talvez, imaginava o partido quando estava “do outro lado”. De um enfoque de controle social ou poder popular para um espaço de mesa de negociações, espaços consultivos. São os desafios da governabilidade que se confrontam com os ideais originários do partido.

Os processos são, em maior parte, consultivos, pois quando atingem as instâncias superiores, as centenas de propostas votadas pelos representantes, chamados de delegados, precisam ser negociadas com outros grupos sociais, o ‘mercado’ e as bases políticas. Colocadas em confronto com ações de governabilidade, as prioridades e ações indicadas na participação institucionalizada são motivos de conflito para o Governo, questionando a identificação histórica do Partido dos Trabalhadores. Por exemplo, a pauta indígena e a demarcação da reserva Raposa Serra do Sol (ainda no primeiro mandato de Lula), o caso da construção da Usina de Belo Monte, a pauta da liberação/descriminalização do aborto no ano de 2010 (com impacto na disputa eleitoral de Dilma Rousseff), ou da luta contra a homofobia, em 2011 (esta será exemplificada mais adiante).

¹⁷ Fato relevante no período é a fundação em 2004 do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), por um grupo dissidente do Partido dos Trabalhadores (PT), após a expulsão de três deputados: Babá (PA), Luciana Genro (RS) e João Fontes (SE), além da senadora Heloísa Helena (AL), devido à desobediência dos mesmos em votar com a deliberação do partido. O grupo alegou a discordância com decisões políticas que estavam sendo tomadas, com as alianças feitas e com casos de corrupção.

De fato, em sua ascensão ao Governo, o PT não chegou a executar de forma sistemática as dinâmicas fomentadas nos primórdios do partido para a esfera do poder. Muitas vezes, a participação se tratou de algo não muito além de uma “liturgia de ir até Brasília”,¹⁸ o que, pelo significado tem seu valor, mas em nível de efetividade fica a desejar. Não que o caráter de mobilização tem sido infrutífero, pois faz parte de pressões e de organização de grupos para determinadas temáticas, principalmente diante das demandas mais atuais na sociedade, como os direitos sociais reconhecidos nas últimas décadas. A história do Partido dos Trabalhadores é colocada em xeque, pois da crítica ao Governo Federal, desde sua fundação, passa ao lado de detentor do poder. E a consolidação no poder, por tantos anos, leva a uma visão crítica da real atuação no papel de executor das pautas essenciais (seja numa cobrança de seus inícios ou mesmo das negociações atualizadas), ou no papel fisiologista de manutenção do poder. Somam-se a isso os casos de corrupção durante o mandato de Lula, como no episódio do Mensalão.¹⁹

Um item de relevância para compreender o período, o qual vai causar grande influência no próprio da pesquisa, é o formato de regime político durante o período: o presidencialismo de coalizão,²⁰ chamado assim, pois está sustentado nos esforços de cooperação do executivo com as casas legislativas. O presidencialismo de coalizão gera, no decorrer dos anos, certa desconfiguração no estilo de governança do Partido dos Trabalhadores. As concessões são promovidas em muitos sentidos, ao mesmo tempo que pulula o surgimento de novos partidos, tendo em vista as diferentes coligações nos níveis municipal, estadual e federal, bem como a capacidade de negociação partidária. No caso do Governo Lula, algumas pautas progressistas e alguns aspectos da participação popular são deixados em nome das alianças governamentais na garantia da governabilidade.

Sobre o presidencialismo de coalizão, é possível tecer alguns comentários. Em 1994 ele ganha força no campo político brasileiro, enquanto a necessidade de articular alianças políticas para possibilitar a governança se amplia na esfera federal. Avritzer (2016) aponta como limites desse presidencialismo de coalizão o baixo custo de criação de novos partidos e

¹⁸ Vale o registro que participei, como delegado pelo Estado de Goiás, da Conferência Nacional de Comunicação, realizada em dezembro de 2009. Foram aprovadas centenas de propostas, mas a verdadeira negociação se deu posteriormente, com os donos das empresas de comunicação (que em sua maioria boicotaram o evento, mesmo tendo uma porcentagem de assentos) receosos de uma “regulação da mídia” que poderia estar sendo promovida pelo Governo.

¹⁹ Caso de corrupção, entre 2005 e 2006, de compra de votos no Congresso Nacional para a aprovação de propostas apresentadas pelo Governo Federal.

²⁰ Didaticamente, Leonardo Avritzer explica o presidencialismo de coalizão brasileiro como: “o presidente do Brasil se elege com uma quantidade muito maior de votos de que seu partido recebe nas eleições para o Congresso Nacional, criando a necessidade de alianças políticas no Congresso (2016, p. 31).

a fragmentação consequente, o modo como as alianças desorganizam o governo com a distribuição de cargos e a propensão à corrupção gerada por essa entrega de cargos. Avritzer (2016) afirma que o presidencialismo de coalizão produziu “uma forma estável de governabilidade por um longo período, de 1994 a 2010”, (AVRITZER, 2016, p. 46), exatamente até antes do período em que focamos nossa análise mais profunda, o Governo Dilma.

Já antecipando o período seguinte, um exemplo que pode ser dado é caso do kit “Escola sem Homofobia”,²¹ em 2011. O material fazia parte das propostas do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, fruto das propostas aprovadas na 1ª Conferência Nacional GLBT,²² realizada ainda no Governo Lula, em 2008. Após o material já pronto, mas diante de protestos da bancada evangélica, contrária à política, o material foi usado como moeda de troca diante de ameaças, na época da convocação do ministro-chefe da Casa Civil, Antonio Palocci, para prestar esclarecimentos em comissão da Câmara dos Deputados.²³ Esse fato mostra como o modelo político do presidencialismo de coalizão pode colocar em xeque os contratos estabelecidos com os cidadãos envolvidos em processo de Conferência de elaboração de um Plano Nacional. Para a legitimidade do governo diante do presidencialismo de coalizão, a participação e a mobilização de grande grupo de cidadãos são deixadas de lado em algumas circunstâncias, diante da necessidade de ceder a pressões de aliados.

Outro detalhe desse período de PT no poder, é que durante o percurso apresentado, vislumbra-se uma participação política identificada com movimentos sociais e organizações de esquerda, bem como uma assimilação de uma parcela de tais grupos para a esfera Governamental quando o Partido dos Trabalhadores assume o poder. O monopólio da identificação da participação ao espectro político de esquerda é outra característica que vai transbordar durante o governo de Dilma Rousseff.²⁴ A crescente insatisfação de setores da própria esquerda diante de tomadas de decisão em um acúmulo de insatisfações gera uma mobilização como a dos protestos de 2013, identificados, ao menos em primeiro momento,

²¹ Entre os ataques dirigidos ao material de apoio às escolas estava o de nomeá-lo como “kit-gay”.

²² A sigla à época era GLBT, com o passar dos anos, assumiu-se versão LGBT ou LGBTT.

²³ Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,para-salvar-palocci-dilma-cede-e-suspende-kit-anti-homofobia,724005>.

²⁴ Para Leonardo Avritzer (2016, p. 16), essa ruptura já se inicia no segundo mandato de Lula, com protestos contra algumas políticas na área de Meio Ambiente, em que o Governo toma posições diversas do percurso de movimentos sociais da área, e se acirra em junho de 2013, e nos protestos de rua de movimentos conservadores entre 2014 e 2015. Com exemplos mais patentes e que serão apresentados neste trabalho nos capítulos seguintes da tese.

com bandeiras da esquerda e com a busca de soluções por outras vias. A essa mobilização se somará o retorno da direita – e de sua face extrema – no filão das movimentações iniciais.

A correspondência da luta com o lado da política do Partido dos Trabalhadores funcionou de sua fundação, em 1980, até a chegada ao poder em 2003, de forma a indicar uma sinergia de sua opção no campo da participação social, mesmo quando conquista prefeituras importantes e governos estaduais. No Governo Lula (2003-2010) e até os primeiros anos do mandato de Dilma Rousseff, o processo teve certa operacionalidade, mesmo que tenha sido marcado por fissuras e tensões nas cobranças internas e dos movimentos, por coerência em relação às pautas históricas do Partido.

3.1.1 A transição de Lula para Dilma

Neste subitem, tratamos da passagem do período Lula até a vitória de sua sucessora. Desse modo, são colocados em destaque: a) o período de apresentação de Dilma por Lula, sendo ele pessoalmente a escolher a candidata; b) as adequações formais de Dilma para ser enquadrada no perfil eleitoral; e c) o contexto político da América Latina no período, o que foi chamado de ‘Guinada à esquerda’ e levou à identificação do Brasil e dos países vizinhos com presidentes da vertente da esquerda de forma aparentemente conjunta.

Muito antes do período eleitoral de 2010 ou mesmo do período de convenções partidárias, Lula escolhe, sem consultar o partido ou a coligação, sua então ministra-chefe da Casa Civil Dilma Rousseff como candidata a sua sucessão.²⁵ Sem nunca ter disputado uma eleição, Dilma é lançada como a preferida de Lula para a candidatura à presidência. Devido ao inusitado, fez-se referência, à época, ao fato de Lula poder “eleger um poste”, uma máxima da política brasileira atribuída ao político tradicional da Bahia Antônio Carlos Magalhães, quando, em 1982, seu candidato ao Governo do Estado morreu de acidente aéreo e foi substituído por um desconhecido. Ao ser questionado sobre o potencial do novo candidato, ACM, como era chamado, emplacou: "Se eu quiser, meu filho, elejo até um poste". Ou seja, quem tem carisma e poder tem a capacidade de transferência de votos. No caso de ACM, o nome indicado 40 dias antes do pleito foi o vencedor. Dilma chega a ser questionada sobre isso em entrevista:

ÉPOCA – A oposição tem comparado sua candidatura à de um poste. O que a senhora acha dessa comparação?

²⁵ Desde o primeiro ano do segundo mandato de Lula, Dilma já é chamada de “potencial candidata à sucessão”. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL21509-5601,00.html>.

Dilma – Você acha que, como ministra-chefe da Casa Civil, eu sou um poste?
 ÉPOCA– Provavelmente quem diz isso acha que sim.
 Dilma – Duvido. Duvido que os grandes experientes em gestão tenham o nível de experiência que eu tenho. Duvido.²⁶

Lula apresenta Dilma como uma gestora competente, mas, ao mesmo tempo, sua indicação precoce abre brechas a ataques de opositores. Como observam França e Corrêa (2012): “Ao fazer isso [apresentá-la como candidata precocemente], no entanto, também expôs precocemente sua candidata a desgastes e ataques”. (FRANÇA; CORRÊA, 2012, p. 318), em movimentos midiáticos de construção e desconstrução da “candidata do Lula”. Além disso, a imagem de Dilma é atacada como candidata do governo, mas tem o agravante de ser atacada como mulher.²⁷ Isso também se deveu ao fato de Lula ter como objetivo emplacar a primeira mulher na presidência da república do Brasil.

Desde então, o papel de uma figura feminina na eleição também é ressaltado, pois Dilma já tem de partida o potencial de ser a primeira mulher a aparecer com chances reais de ganhar uma eleição presidencial no Brasil.²⁸ “Contrários ou favoráveis à Ministra, os discursos midiáticos provocados pelo comportamento e pela aparência de Dilma revelam uma exigência de ostentar uma performance adequada ao gênero feminino, tempo todo”. (FRANÇA; CORRÊA, 2012, p. 330). O enquadramento do corpo feminino é realizado de tal forma que, entre o final do ano de 2008 e o início de 2009, Dilma faz uma cirurgia plástica estética em vista de traços mais “delicados”:

Ao procurar dar traços delicados à ministra, a cirurgia é uma forma de ressaltar aquele aspecto que está no centro de sua candidatura – a ideia de lançar uma candidata mulher à Presidência da República. A cirurgia ajudou a ressaltar os traços femininos de Dilma. A mudança no desenho das sobrancelhas diminuiu a severidade de seus traços. Num rosto que se tornou mais triangular, a delicadeza do nariz ficou mais visível, e foi ressaltada depois que ela retirou os óculos.²⁹

O empreendimento da mudança na aparência e no visual, como um passo a mais para a colocação de uma mulher no espaço de disputa pelo poder. A questão do audiovisual na disputa eleitoral (o que veremos no capítulo 4) tem um papel ainda maior no corpo feminino. Tal aspecto será visto novamente quando, durante o exercício do mandato, além das críticas

²⁶ Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,ERT122895-15223-122895-3934,00.html>.

²⁷ Compreendemos o valor dos estudos de gênero, mas ressaltamos que não será o foco desta pesquisa. Indicamos a leitura de FRANÇA e CORRÊA (2012) e de alguns trechos de TRAMONTINI (2014).

²⁸ Até então, a candidata com o melhor desempenho havia sido Heloísa Helena (PSOL), com 6,85% de votos no primeiro turno na eleição anterior, em 2006.

²⁹ “A cara de 2010”. Revista Época de 16 de jan. de 2009. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,ERT21555-15223-21555-3934,00.html>

possíveis à administração, Dilma recebe comentários por sua condição de mulher ocupante de um lugar de poder.

No ano de 2010, Lula é o forte cabo eleitoral na certeza da transposição de sua aprovação no ambiente de mediatização da imagem, numa dinâmica de aquisição de imagens em detrimento de um possível mercado de ideias. Numa transferência de signos de Lula para Dilma, o desafio era emplacar alguém que nunca tinha enfrentado as urnas, algo como quase um desafio pessoal de Lula. O fruto concreto do apadrinhamento político recebe força quando Dilma lidera as primeiras pesquisas eleitorais entre maio e junho de 2010.³⁰ Dilma vence a eleição no segundo turno, derrotando José Serra (PSDB). Vale destacar o papel da coligação ampla de Dilma, com dez partidos (PT, PMDB, PCdoB, PDT, PRB, PR, PSB, PSC, PTC e PTN), incluindo a vaga de vice para o tradicional partido de centro PMDB, que, na eleição de 2002, estava como vice de José Serra (PSDB), e, na eleição anterior, vinha sem definição de apoio formal a nenhum candidato.

Por fim, nessa caracterização de transição de Lula para Dilma, destacamos o contexto político da América Latina no período. O subcontinente alcança nos anos 2000 um grande número de representantes do espectro da esquerda, o que foi chamado de Guinada à esquerda. São diversos nomes, como Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) no Brasil; Evo Morales Ayma (2006- atual) na Bolívia; Hugo Chávez (1999-2013) na Venezuela; Rafael Correa (2007-2017) no Equador; Tabaré Vázquez (2005-2010) e José Mujica (2010-2015) no Uruguai; Fernando Lugo (2008-2012) no Paraguai, entre outros. Estavam nessa lista, ainda, a primeira mulher na presidência do Chile, Michelle Bachelet (2006-2010 e 2014-2018), e a segunda mulher na presidência da Argentina³¹, Cristina Fernández Kirchner (2007-2015). Na década de 2010, a guinada vai sendo substituída, gradualmente, pela onda conservadora, tendo sido enfrentada, no caso brasileiro, já por Dilma Rousseff, na eleição de 2014, e em seu segundo mandato, que foi abreviado em nome de setores conservadores e neoliberais.

Em 2010, o cenário favoreceria o posicionamento de Dilma como ligada a um partido de esquerda que vinha de aprovação alta, e agregava ao potencial de crescimento de nomes femininos despontando nos países vizinhos. Muitos dos casos dos presidentes latino-americanos são associados a uma aceitação popular e a um domínio de presença junto ao cenário público. Já citamos a popularidade de Lula, podendo destacar os traços de Hugo

³⁰ Em março de 2008, primeira pesquisa com o nome de Dilma Rousseff, a candidata aparece com apenas 3% de intenções de voto. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2008/03/1197602-jose-serra-e-o-favorito-a-sucesso-de-lula-em-2010.shtml>.

³¹ A primeira havia sido María Estela Martínez de Perón (1974-1976), conhecida como Isabelita Perón, que havia sido eleita vice de seu marido Juan Domingo Perón, tendo assumido o cargo após a morte de seu companheiro.

Chávez, conforme Rocco Mangieri: “combinação ou mistura do formal com o informal, embora esse aspecto seja modalizado pelo presidente de acordo com o contexto específico do discurso” e ainda que “a espontaneidade, a naturalidade e a ausência de programação forte são algumas das suas características”. (MANGIERI, 2012, p. 200). Outro exemplo do período na dinâmica da imagem pessoal como signo midiático é José ‘Pepe’ Mujica, no Uruguai, que gera grande interesse da mídia por seu caráter excêntrico, no sentido de preservar sua simplicidade e continuar residindo na zona rural, além de suas declarações com grande circulação muito além dos limites do país, garantindo-lhe, mesmo que à revelia, um papel de personalidade midiática. O próximo tópico situa as questões de conjunturas durante os mandatos de Dilma Rousseff.

3.2 Conjuntura do Período dos Mandatos de Dilma Rousseff

Novamente se faz a consideração de que este é um capítulo de cenários e contextos, embora ainda não tenha como foco os aspectos comunicacionais do período. Nesse sentido, o apresentado aqui serve como fonte para caracterizar melhor o objeto, ressaltando, por exemplo, que os elementos utilizados não tratam de um modo sistemático essas questões sociopolíticas, mas servem para demonstrar o período, formando subsídio para a compreensão comunicacional que será tensionada nos capítulos seguintes. A construção dos subitens em cinco espaços de tempo tem por objetivo organizar uma linha temporal e apresentar de forma ordenada os elementos conjunturais, que transpareceram durante a visada nos objetos comunicacionais durante a etapa de observação.

Nesse sentido, o cenário sociopolítico será útil para a analítica do comunicacional nos capítulos seguintes, de forma que a expressão dos casos múltiplos possa ser justificada, apontando para a singularidade de cada elemento que forma esse corpo dinâmico, que é portador de uma faceta comunicacional. A linha temporal está dividida em: 1) *A continuidade e os tempos de relativa calma: 2011-2012*; 2) *As vozes das ruas pelos direitos sociais: 2013*; 3) *Uma Copa do Mundo de impopularidade, a direita e as eleições: 2014*; 4) *De verde-e-amarelo contra o Governo – os ódios e quem paga o pato: 2015*; 5) *O ocaso de um Governo – a construção de um impeachment: 2015/2016*. Os itens serão apresentados como contextualização da problemática apresentada no capítulo anterior.

3.2.1 A continuidade e os tempos de relativa calma: 2011-2012

Dilma Rousseff assume em 2011 o mandato dando continuidade aos oito anos de Governo do Partido dos Trabalhadores. E recebe também o modelo de presidencialismo de coalizão assumido por Lula, incluindo o tradicional partido de centro PMDB na posição de vice-presidência. Em seu discurso de posse, no dia 1º de janeiro de 2011, Dilma ressalta que “[...] é importante lembrar que o destino de um país não se resume à ação de seu governo. Ele é o resultado do trabalho e da ação transformadora de todos os brasileiros e brasileiras”.³² O teor indica para a abertura aos cidadãos. No campo da participação política segue a herança do acúmulo do histórico do Partido dos Trabalhadores, com um ideário de representação e mobilização por instâncias organizadas, como conselhos e conferências, como visto em 2.1. O *slogan* do mandato é “Brasil – País rico é País sem Pobreza”, demonstrando a política social como foco e como seguimento das políticas centrais do governo anterior, o qual ficou muito destacado com as políticas de distribuição de renda e com a elevação de grande parcela da população a uma classe média consumidora.³³

Diante do modelo de coalizão, o governo funciona, a partir do nosso entendimento, numa relativa continuidade durante esses dois primeiros anos, mesmo com alguns conflitos, como a demissão de ministros devido a casos de corrupção, o que foi chamado de faxina ministerial,³⁴ dando um aspecto de comprometimento com o combate à corrupção, mas representou tensões entre partidos da base.

Institucionalmente, Dilma reafirma a Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR), que funcionou durante o Governo Lula, estando à frente durante todo o primeiro mandato o ministro Gilberto Carvalho. O discurso segue o mesmo: de participação como forma de governo. A gestão, como um todo, tendo em seus propósitos a centralidade da valorização da participação, também é destacada por Carvalho, que reforça isso durante todo o primeiro mandato de Dilma. Em sua atuação, reafirma a necessidade dessa participação como método de governo como fundamental para a construção de mecanismos de participação social. Mas, não apenas isso, ele indica o desejo de buscar outras iniciativas:

³² Presidenta Dilma Rousseff - Discurso de posse - 1º de janeiro de 2011. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-compromisso-constitucional-perante-o-congresso-nacional>.

³³ Há diversas polêmicas sobre a efetiva criação de uma classe média a partir da simples elevação do padrão de consumo, mas não iremos entrar no mérito dessa discussão.

³⁴ Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,retrospectiva-2011-faxina-ministerial-abre-espaco-para-reforma-na-esplanada,812647>.

Para além da criação, institucionalização e consolidação dos espaços de participação – Conferências, Conselhos, Ouvidorias, Mesas de Diálogo, Fóruns e Audiências Públicas, entre outros – o desafio maior é aperfeiçoar esses espaços e as formas de interlocução com a sociedade por meio do debate qualificado sobre o tema. (BRASIL, 2014a).

Ainda no primeiro ano de mandato, em novembro, é realizado o 1º Seminário Nacional de Participação Social, com centenas de participantes, organizado pela Secretaria Nacional de Articulação Social (SNAS), vinculada à SGPR. O evento reuniu sugestões para estabelecimento das políticas participativas no Governo e teve o objetivo de coletar propostas para a formulação do Sistema Nacional de Participação Social, que deveria ser implementado até 2014.

O Governo nasceu com tais intenções de política de participação comunicativa configuradas no incentivo a esse aspecto e na aposta a iniciativas que fizessem uso do comunicacional. No discurso de posse e em eventos correlatos são trazidas, implícita e explicitamente, ações participativas de diálogo com a sociedade. Isso levaria a uma corporificação em instrumentos que valorizam, principalmente, os signos de mediação.

Ainda em 20 de setembro de 2011, o Brasil é um dos fundadores da Parceria para Governo Aberto ou OGP (em inglês *Open Government Partnership*),³⁵ uma iniciativa internacional que pretende difundir e incentivar globalmente práticas governamentais relacionadas à transparência dos governos, ao acesso à informação pública e à participação social. Sobre esse último item, a participação, a definição de Governo Aberto aponta para: “O governo procura mobilizar a sociedade para debater, colaborar e propor contribuições que levam a um governo mais efetivo e responsivo”,³⁶ Nesse sentido, além das iniciativas locais, o Governo Federal aponta para o campo internacional, obtendo espaço de compartilhamento de iniciativas da área da participação e da porosidade governamental.

Comparado com os anos a seguir, os dois primeiros anos do mandato são relativamente tranquilos quanto à manifestação de insatisfações populares e às críticas amplas por parte da sociedade quanto à condução desse Governo. A continuação da investigação poderá indicar, de forma mais clara, o que é possível dizer desse período anterior às manifestações de rua de 2013, intensificadas no mês de junho, eclosão de insatisfações populares. Sendo assim, esse contexto é trazido para situar a pesquisa, pois os fluxos mais interessantes à pesquisa vêm a seguir e formarão, de modo mais denso, os circuitos de investigação empírica, assunto do capítulo 6.

³⁵ Disponível em: <http://www.governoaberto.cgu.gov.br/>.

³⁶ Disponível em: <http://www.governoaberto.cgu.gov.br/a-ogp/o-que-e-governo-aberto>

3.2.2 As vozes das ruas pelos direitos sociais: 2013

No início de 2013, o deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ), ainda não como presidente da Câmara, causa problemas na coalizão votando diferentemente do governo na MP dos Portos. Tal parlamentar será determinante quando se tratar do rompimento do PMDB com o Governo e da aceitação do impeachment de Dilma. Representante da base conservadora e religiosa, Cunha será um dos pilares contra as pautas progressistas, uma das características do Partido de Dilma Rousseff. A partir daí, problemas na governabilidade começam a se ampliar no nível de negociações do executivo com o legislativo.

Ainda no primeiro semestre, críticas ao modelo de organização do sistema político gerado pelo presidencialismo de coalizão aparecem no embate da esfera da sociedade civil. O marco da ruptura do consenso participativo se dá com a série de acontecimentos chamados de Jornadas de Junho.³⁷ Retornaremos com a dinâmica do olhar comunicacional sobre esses acontecimentos na construção dos circuitos empíricos. Nesse sentido, sob o aspecto político – foco deste capítulo –, Avritzer (2016) aponta que o ponto de partida das manifestações de junho foi “a ruptura do campo político da participação social no Brasil, ocorrida entre 2011 e 2013[...]”, com a acumulação de conflitos de pauta de “movimentos sociais, tais como o ambientalista e o indígena, com o governo federal”. (AVRITZER, 2016, p. 66). Surgem tensões diante das diferenças entre as prioridades do Governo e as pautas de seus aliados, e das críticas de movimentos sociais e demais críticos à esquerda. E isso vai transbordar quando a insatisfação se dissemina no âmbito da sociedade civil.

O período é delimitado com um termo específico por reunir características e alcances diferentes das modalidades de protestos realizados no Brasil. O que se vê em 2013 aparenta-se diverso do ideário de constantes mobilizações e de sociedade “em pressão” contra seus governantes de uma forma impactante, se o compararmos aos países vizinhos como Argentina e Uruguai ou ao Chile, por exemplo. A realidade brasileira ‘reservava’ a sindicatos e centrais sindicais mobilizações por pautas específicas. No caso em questão, a mobilização é caracterizada pela ausência de estruturas centralizadas, num “padrão de comunicação horizontalizada, com adesão distribuída”. (PIMENTEL; SILVEIRA, 2013, s/p). As manifestações de rua são caracterizadas pela luta por demandas sociais e pela insatisfação com a classe política. São tão expressivas essas manifestações de rua com protestos e

³⁷ Também conhecidas como ‘Manifestações dos 20 centavos’ (em referência ao valor de aumento no preço da passagem em São Paulo) ou ‘Manifestações de Junho’.

levantamento de demandas que chegam, em maior ou menor escala, a serem chamadas de “voz das ruas”. (CASTELLS, 2013; MALINI; ANTOUN, 2013).

Como percurso, o período de grande participação popular intensificada em número de participantes foi na semana de 17 a 21 de junho, alcançando uma proporção na casa de milhões, o que há muitos anos não era presenciada no País.³⁸ A crise de representação e a falta de uma escuta da vontade popular foram alguns dos principais aspectos levantados pelos manifestantes, em um grupo, em sua maioria, formado por jovens. Os protestos também foram direcionados criticamente aos gastos com a preparação para a Copa do Mundo FIFA, em manifestações sendo levadas à Copa das Confederações FIFA, realizada em 2013, em algumas das futuras cidades-sede da Copa de 2014, como sempre faz a entidade máxima do futebol.

O marco inicial de toda mobilização está concentrado no Movimento Passe Livre (MPL). Criado em 2005 e pertencente ao espectro de esquerda, o MPL tem atuação em capitais de forma bem visível desde março de 2013, após aumento do preço de passagem de ônibus coletivo em algumas capitais. O protesto de 7 de junho, em São Paulo, foi coibido violentamente pela Polícia Militar, o que colocou o grupo em evidência, incluindo a repercussão internacional do acontecimento. O caso da violência ampliou a dimensão da visibilidade da mobilização.

Durante todo o junho, são realizados importantes protestos em diversas capitais. No dia 17 daquele mês, o âmbito da convocação e do público envolvido começa a se alterar, saindo do foco do MPL. Após isso, e a partir do caráter de falta de centralidade na dianteira das mobilizações, pautas diversas aparecem no espectro de mobilização, para muito além do transporte público ou do direito à cidade. O uso das redes sociais nos protestos é fundamental para a mobilização e para o papel de transmissão ao vivo durante os acontecimentos, sendo esse último elemento importante na disseminação de uma capacidade de pluralização de vozes além da midiática tradicional. Esse aspecto será especificado na construção do caso na ótica do comunicacional, sendo ainda apenas relacionado aqui como aspecto característico da mobilização. Pesquisa do Datafolha, nesse dia, apontou que 71% dos participantes estavam pela primeira vez em uma manifestação.³⁹

³⁸ Disponível em: <http://www.etc.com.br/noticias/brasil/2013/06/quase-2-milhoes-de-brasileiros-participaram-de-manifestacoes-em-438-cidades>.

³⁹ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1296886-em-protesto-de-sp-maioria-nao-tem-partido-diz-datafolha.shtml>

Em 21 de junho, novos fatos dão uma virada no enredo: Movimento Passe Livre sai de cena (inclusive se negando a ser identificado como convocador do protesto).⁴⁰ Manifestantes conservadores queimam bandeiras de partidos políticos do espectro de esquerda, ainda presentes nas manifestações, ao mesmo tempo que participantes pedem intervenção militar e volta da ditadura.⁴¹ A luta por direitos sociais, transporte de qualidade é fagocitada e transformada, com auxílio midiático, em protestos contra o Governo Federal e diretamente contra Dilma Rousseff.⁴² A instalação de tal agenda é curtida e fermentada no decorrer dos anos seguintes, tendo um pico após a reeleição de Dilma, em 2014, e transbordando definitivamente em 2015, quando se autoproclama voz da sociedade brasileira. Esses aspectos serão tratados mais adiante.

Dilma Rousseff faz um pronunciamento em cadeia de rádio e televisão no dia 21 de junho, no qual reforça ser “presidenta de todos os brasileiros”. Faz relação dos problemas e demandas com a necessidade de serem debatidos com os “chefes dos outros poderes”. Ressalta de algum modo, que, por exemplo, o transporte coletivo seria de responsabilidade de outra esfera de poder. Reconhece o público prioritário de jovens e repreende o vandalismo. Ou seja, propõe-se a escutar “os que foram pacificamente às ruas”. No dia 24 de junho, após reunião com os governadores e prefeitos de capitais, Dilma cita um rol de pactos a que está disposta a levar adiante, o que inclui buscar médicos estrangeiros para suprir carências no sistema público e propor uma reforma política. Ela também recebe para audiências os representantes do MPL.⁴³ Mais marcas das respostas do Governo retornam no capítulo dos circuitos comunicacionais, número 6 deste texto.

De forma concreta, o Governo se compromete com cinco pactos: Responsabilidade Fiscal, Reforma Política, Saúde, Educação e Transporte Público. Ainda nesse ano é lançada a Página do Palácio do Planalto no Facebook.⁴⁴ Nessa mesma época, Dilma retomou as postagens no Twitter, perfil que estava parado desde o fim da Campanha Eleitoral em 2010. Outra forma de resposta do Governo, também depois da avalanche que foram as Jornadas de Junho é a criação do Site *Participatório*, em 17 de julho de 2013, menos de um mês depois dos principais acontecimentos de rua. Tendo recebido repercussão da mídia tradicional como tentativa de resposta do Governo Federal às “demandas das ruas”, o que não pode deixar de

⁴⁰ Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/06/movimento-passe-livre-anuncia-que-nao-convocara-mais-protestos-em-sao-paulo>.

⁴¹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/movimento-passe-livre-sai-de-protesto-nao-levanta-bandeiras-8764635>.

⁴² A movimentação do tema central das manifestações é apresentada por Pimentel e Silveira (2013).

⁴³ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/dilma-recebe-mpl-governadores-e-prefeitos-de-capitais-nesta-segunda.html>.

⁴⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/PalacioDoPlanalto/>.

ser considerado como afirmativo. A análise dessa tentativa comunicacional em dispositivo será retomada nesta tese no terreno dos empíricos, quando se localizam as dinâmicas e as marcas que aparecem nesta experiência de resposta.

Entendemos que o Brasil presenciou atos de grande mobilização popular nas ruas, mas não percorreu o mesmo processo das chamadas “Primaveras Árabes” como sugeriu, no calor dos fatos, (CASTELLS, 2013).⁴⁵ Podemos dizer que ocorre uma fissura nos acordos democráticos, com as insatisfações contra a representação e contra a condução da classe política. Por mais que o clima fosse de desgaste do sistema, o estabelecimento de luta vivenciado nos países árabes era de busca do regime democrático, no caso brasileiro, era de aperfeiçoamento da modalidade representativa da democracia.

3.2.3 Uma Copa do Mundo de impopularidade, a direita e as eleições: 2014

No dia 4 de fevereiro de 2014, um acontecimento que, para nós, ajuda explicar um pouco melhor alguns direcionamentos do modo de se posicionar de parte da população brasileira nas redes. A jornalista Rachel Sheherazade protagonizou um comentário durante a apresentação do Jornal do SBT⁴⁶ sobre um caso de linchamento público de um acusado de crime de roubo. O vídeo foi compartilhado nas redes sociais com o título "Adote um Bandido"⁴⁷ e, apesar de ser uma produção da mídia tradicional, recebeu grande sentido com sua circulação nas redes sociais. A jornalista fala: “O marginalzinho amarrado ao poste era tão inocente que, ao invés de prestar queixa contra seus agressores, preferiu fugir antes que ele mesmo acabasse preso. É que a ficha do sujeito está mais suja do que pau de galinheiro”, vociferou Sheherazade. E completou:

O contra-ataque aos bandidos é o que chamo de legítima defesa coletiva de uma sociedade sem Estado contra um estado de violência sem limite. E, aos defensores dos Direitos Humanos, que se apiedaram do marginalzinho preso ao poste, eu lanço uma campanha: faça um favor ao Brasil, adote um bandido.⁴⁸

O caso está elencado como referência de um modo de atuação que se intensifica, de defender pontos de vistas nas redes sociais, por mais que eles possam chegar perto de ofender

⁴⁵ No posfácio à edição brasileira de “Redes de Indignação e Esperança” Castells afirma “Aconteceu também no Brasil” (CASTELLS, 2013, p. 178-182).

⁴⁶ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=gi_O9ko-OWE.

⁴⁷ Disponível em <https://oglobo.globo.com/cultura/revista-da-tv/sbt-comentario-polemico-de-rachel-sheherazade-de-responsabilidade-dela-11524549#ixzz4xFWwP6rK>.

⁴⁸ Transcrição de trecho disponível no formato audiovisual em: https://www.youtube.com/watch?v=gi_O9ko-OWE.

direitos básicos. Além disso, os adeptos dessa atuação em “dizer o que se pensa” começam a receber apoio e solidariedade, formando comunidades de atuação. O uso das redes sociais na atuação política com disseminação de ideias alcança um nível muito grande no país. A nosso ver, essa opinião engajada, no exemplo trazido, afronta a direitos fundamentais, como o de presunção de inocência, ou de apologia ao linchamento e à tortura, mas consegue repercussão positiva em diversos nichos. Desse modo, o ano é profundamente marcado por disputas de sentido entre campos mais à esquerda e campos mais à direita, já que ativistas de direitos humanos e progressistas passam a contrapor tais discursos. O uso político dessa disputa é evidenciado, ao passo que estratégias como propagação de ódio e de notícias falsas é crescente durante as eleições desse ano.

Manifestações de rua seguem, mas em número mais discreto. O mais característico é o encaminhamento para a mudança do público presente, com o início de forte participação de grupos mais à direita, identificados com um apartidarismo e apresentados como grupo “familiar”. O uso político-eleitoral dos protestos também é bem visível, com candidatos tentando se utilizar da impopularidade de Dilma Rousseff e de seu partido. São criados vários perfis em redes sociais com objetivo de atacar o Governo e divulgar postagens com tom bastante agressivo, como o TV Revolta. O “vale-tudo” nas redes, que indicamos na colocação do vídeo de Sheherazade no campo dos embates - no caso de exemplo: ‘cidadão de bem’ vs ‘defensor de bandido’-, promove, de certo modo, uma “liberação” de qualquer conteúdo e uma autorização para diversas opiniões que estavam mais restritas, incluindo, por exemplo, os solicitantes da volta da Ditadura Militar, por exemplo. A revolta social em rede vira um marco do engajamento político brasileiro.

Além disso, 2014 é ano de realização da Copa do Mundo FIFA. O Governo consegue, de algum modo, lucrar visão positiva com o sucesso na realização da Copa do Mundo FIFA, sendo chamada “A Copa das Copas”. Mesmo havendo mobilizações contrárias, como a #NãoVaiTerCopa, os protestos durante o evento foram menos expressivos que os da Copa das Confederações FIFA, apesar de Dilma ter sido vaiada e xingada na abertura do evento, em São Paulo, no dia 12 de junho. Há uma quase unanimidade no apoio à Seleção Brasileira e uma voz corrente de sucesso na realização do evento. A derrota por 7x1 nas semifinais para a Alemanha apaga o entusiasmo da população com a eliminação catastrófica do Brasil.

Após a Copa, o tema do País se volta às eleições presidenciais, que recebem o rótulo de polarizada. E a diferença de menos de 3% entre Dilma e o candidato da oposição Aécio Neves (PSDB) é motivo para indicação de um “país dividido”. No segundo turno, o resultado deu a vitória a Dilma, mas não significou, de certo modo, o fim do processo eleitoral. Mais

adiante, na reflexão sobre os aspectos comunicacionais, será relatada a construção no campo do marketing da imagem da presidenta, pois foi um investimento grande para que se conquistasse uma vitória eleitoral diante de uma popularidade em queda.

No campo da execução de dispositivos, o governo cria, ainda no primeiro semestre, o site *Participa.br* como plataforma de participação e, após o período eleitoral, o site é oficializado como ambiente virtual da participação oficial do Governo. Nesse ano, também é aprovado o Decreto 8.243, de 23 de maio de 2014, que instituiu a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS e demais providências. Entre as dinâmicas indicadas nessa política, está a priorização por softwares livres no desenvolvimento na área digital da governança federal. As ações e os usos desses aspectos comunicacionais-participativos são retomados na observação empírica.

3.2.4 De verde-e-amarelo contra o Governo – os ódios e quem paga o pato: 2015

A não-conformidade com o resultado das eleições é a pólvora para o retorno às manifestações, nesse momento encabeçados por um público inflamado ligado aos partidos de direita e, principalmente, aos autodeclarados “sem partido” e “cidadãos de bem”. Com lemas patrióticos e sustentados, desde já, com um discurso de falta de legitimidade na continuidade do Partido dos Trabalhadores no poder, diante de casos de corrupção.

Por outro lado, as primeiras medidas do novo Governo, como nomes para a área econômica e cortes de gastos, geram um descolamento da militância que esteve apoiando a presidenta nas eleições do ano anterior. O que se aponta é que o Governo passa, gradualmente, a falar apenas para si mesmo. É justamente na contraposição das promessas do período eleitoral e das práticas de Governo que ficam muito evidentes nos primeiros meses de mandato de Dilma. Fausto Neto (2003a. p. 14) fala das diferenças das noções de gestão de governo e de gestão de campanha. Os elos de identificação a partir das construções de sentido de Dilma como “Guerreira” e “De volta à esquerda” e as questões econômicas formam um caldo de tensão: os preços controlados à força no período eleitoral são reajustados após a vitória nas urnas (como energia e combustível), além de um pacote de aumento de impostos.

Nesse período, Dilma some da cena e não há, nem ao menos, um discurso emulativo de uma perspectiva de melhora futura. Isso gera, em termos quantitativos, índice de queda na aprovação da presidenta, de 42% para 23% com pouco mais de um mês de um novo

mandato.⁴⁹ Já no início de 2015, avaliações davam a entender que a vida do governo seria inferior ao tempo previsto do mandato presidencial (FAUSTO NETO, 2016a, p. 101-102).

Outro aspecto desse início de novo mandato é a reconfiguração do Congresso Nacional eleito junto com Dilma, sendo considerado o mais conservador desde a redemocratização⁵⁰, e com Eduardo Cunha (PMDB-RJ), da bancada evangélica, escolhido como presidente da Câmara, derrotando o candidato do Partido dos Trabalhadores. Avritzer (2016, p. 48) indica esse período como crucial: “fecha-se um ciclo em relação à questão governo de esquerda, governabilidade e legitimidade do presidencialismo de coalizão”. O período é de ausência de capacidade de o Governo em lograr pautas no Legislativo.

Movimentos conservadores estão presentes em manifestações de 2013 e 2014, sempre se fazendo diferenciar de qualquer público de “vândalos” e das pautas progressistas. Esse público é o polo catalisador de grandes manifestações que são realizadas em 15 de março de 2015, o que leva a presidenta a pronunciamento, no qual afirma a liberdade de manifestação “Valeu a pena lutar pela democracia”. Ela se dispôs a ajustes para “continuar crescendo” e afirmou que o Governo conseguiu evitar que os efeitos da crise afetassem o País. A data reinaugura as mobilizações de milhões de pessoas, que dão novo tom à tomada das ruas, a tomada de espaço das classes média e abastada.

Durante o período de repercussão dos acontecimentos das manifestações de 15 de março, um documento interno da Secretaria de Comunicação Social é vazado para a imprensa. O texto relata o processo a que a comunicação do governo tinha chegado, o estado em que se encontrava e perspectivas para possíveis melhorias, uma autocrítica que não é retomada nas ações práticas.⁵¹ Há o pedido de demissão do chefe da pasta e a crítica à chamada no documento “comunicação errática” ganha ainda mais sentido com a proliferação de páginas de ataque ao Governo nas redes sociais, canais que acumulam curtidas na casa de milhões de membros engajados dispostos à publicação de conteúdos agressivos e de denúncia. Tais páginas nas redes sociais passam a ganhar relevância diante da potencialidade de convocação de manifestantes que possui.

Outros grandes protestos são realizados em 15 de abril e 16 de agosto, confirmando um novo ciclo participativo na sociedade brasileira: totalmente avesso à tradição de esquerda e ainda sem características ou resultados bem definidos. O que já se vê, como espaço

⁴⁹ Disponível em: <http://www.valor.com.br/politica/3899192/avaliacao-positiva-de-governo-dilma-cai-de-42-para-23-diz-datafolha>.

⁵⁰ Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2014/10/10/para-diap-congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-1964/>.

⁵¹ Tratamos do tema em SOUSA (2016b): “A autocrítica que faltou considerações sobre o documento atribuído à Secom da Presidência da República à época dos protestos de 2015”.

posterior, é alguma institucionalização, como a configuração de alcance do Movimento Brasil Livre (MBL) e o lançamento de candidaturas amplamente identificadas com os protestos.⁵² Vale o destaque que o MBL se apresentava anteriormente como “movimento apartidário” e, mais adiante, enxergando as possibilidades nas eleições municipais de 2016, passa a se intitular “movimento suprapartidário”. O movimento é um dos principais a se utilizarem da responsabilização do Partido dos Trabalhadores como plataforma, algo que lhe rende bastante na eleição municipal de 2016.

Na tentativa de explicação desse fenômeno, Avritzer (2016) afirma que a classe média alta amplifica o discurso contrário ao PT e ao Governo Dilma. Esse público também passa a atacar programas de transferência de renda e novos segmentos incluídos, além de programas sociais como de ações afirmativas em universidades. Como tentativa de resposta ao fortalecimento das redes de crítica e de disseminação de conteúdo agressivo, em abril de 2015, o Governo cria o perfil Humaniza Redes,⁵³ com o objetivo de ocupar o espaço das redes para fazer o enfrentamento às violações de Direitos Humanos que acontecem *online*, incluindo aí o combate ao discurso de ódio, disseminado em muitas das “revoltas” sociais em rede.

Em agosto de 2015 o Governo Dilma Rousseff atinge o menor índice de aprovação, apenas 8% de respostas bom ou ótimo para atuação, em pesquisa realizada pelo Datafolha.⁵⁴ Tal marca, no histórico do instituto seria superior apenas ao índice de José Sarney no período final de seu mandato, em 1989, quando indicou 5%.⁵⁵ É no segundo semestre, nesse ambiente, que o Governo Lança o site *Dialoga Brasil*, com o propósito de discutir as políticas públicas governamentais. No dia 2 de outubro, com as mudanças nos ministérios,⁵⁶ a Secretaria-Geral da Presidência da República – que tinha Miguel Rossetto como ministro (2014-2015) – deixa de existir, e a Secretaria Nacional de Articulação Social passa a integrar a pasta da Secretaria de Governo.

Para Ab'Sáber (2015), o que levou próximo do grau zero de uso do poder político do governo de Dilma Rousseff pode ser sintetizado, ironicamente ou não, em treze itens.

1. Profundos arcaísmos brasileiros, 2. Ideologia antipetista, 3. Interesses políticos e eleitorais e concretos, 4. crise econômica real, com base na recolha do capital mundial e no estouro da *bolha Brasil* lulista, 5. sistema político degradado (32

⁵² Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-37392055>.

⁵³ Disponível em: <http://www.humanizaredes.gov.br/>.

⁵⁴ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/08/71-reprovam-governo-dilma-diz-datafolha.html>.

⁵⁵ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/08/71-reprovam-governo-dilma-diz-datafolha.html>.

⁵⁶ Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/10/dilma-pede-dialogo-na-cerimonia-de-posse-dos-novos-ministros.html>.

partidos etc...), 6. Efetiva crise moral petista com importantes condenações na justiça, 7. Dissipação de um grande esquema privado-público-político de corrupção, com dissolução do lugar de poder de todo um setor da burguesia nacional, as grandes construtoras – aliado ao governo petista – 8. Crise interna continuada do próprio PT frente ao seu governo, 9. Fraqueza do caráter político da presidente, com ausência de qualquer carisma e falta de ligação orgânica com qualquer setor social, 10. Emergência, neste quadro, de uma liderança à direita no Congresso, oportunista, agressiva e *produtiva*, 11. Nova judicialização da política, ou criminalização das práticas tradicionais de governo e burguesia, em escala nunca antes imaginada, 12. Nova conquista das ruas por movimentos populares de direita, reorganizados no país por um sistema de comunicações original, constituído na internet e 13. Ausência real no espaço público de movimentos organizados e expressões à esquerda do espectro político[...]. (AB’SÁBER, 2015, p. 66-67).

Tais elementos sintetizam os aspectos históricos da realidade brasileira, o cenário de crise durante o período e o preço pago pelo Partido dos Trabalhadores diante das opções feitas para a manutenção no poder. Seguimos, ao quinto passo da linha apresentada, reforçando que a acumulação de todos os elementos para o ocaso do Governo.

3.2.5 O ocaso de um Governo – a construção de um impeachment: 2015/2016

Entre muitos pedidos de impeachment durante o ano de 2015, em setembro foi entregue aquele que seria aceito pelo presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB), em dezembro do mesmo ano, após o Partido dos Trabalhadores ter definido posicionamento favorável ao prosseguimento da cassação do mandato de Cunha, em 2 de dezembro.⁵⁷ Antes desse pedido, houve a divulgação do parecer do Tribunal de Contas da União sobre as contas do Governo e das “pedaladas fiscais”, o que foi ajuntado ao pedido. O fim de 2015 e o início ano de 2016 formam um período crucial para o Governo Dilma.

O pedido de impeachment, aceito no final do ano de 2015 tem nos primeiros meses de 2016, após as férias legislativas, todas as atenções voltadas à Votação de abertura do processo. O pedido passa, então, pela comissão e pelo Plenário na Câmara e segue para o Senado. O Governo sustenta o discurso de Golpe pela não identificação de crime no processo, mas a votação no Senado aprova o afastamento em 12 de maio, quando Dilma Rousseff é afastada do cargo que é tomado pelo vice Michel Temer, que assume políticas de austeridade e de viés neoliberal na economia.

Fausto Neto (2016b) descreve esse período de processo de impeachment com o significativo “sangramento”, um enfraquecimento para inviabilizar o Governo, deixá-lo sem condições. O termo foi utilizado em relação ao caso pela primeira vez pelo Senador Aloysio

⁵⁷ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1713918-bancada-petista-decide-votar-contracunha-no-conselho-de-etica-da-camara.shtml>.

Nunes Ferreira (PSDB-SP).⁵⁸ A dinâmica circulatória segue intensificada com o reforço da imprensa, nos editoriais (FAUSTO NETO, 2018) e nas capas das revistas semanais (FAUSTO NETO, 2016a), por exemplo. E ainda pela classe política e em protestos de rua.

São diversas estratégias na construção do discurso do impeachment de Dilma Rousseff. Antes mesmo da votação do pedido de impeachment na Câmara, a revista semanal *Veja* já estampa em sua capa: “Fora do Baralho”, em que mostra uma foto de Dilma com rasgões, como se tivesse desfigurada (Figura 1). O rosto que nem aparece por completo na capa de *Veja* demonstra o apagamento de Dilma decretado pela imprensa. Se o significante inicial é o “sangramento”, o significante final é “Tchau, querida”, um termo proferido pelo ex-presidente Lula numa ligação com Dilma grampeada pela operação Lava Jato e divulgada pelo juiz federal do caso Sérgio Moro.

Figura 1 – Capa da Revista *Veja* de 20 de abril de 2016



Fonte: Revista *Veja* Online.⁵⁹

Consumado o impeachment, mesmo sob os argumentos de que foi realizado sob os auspícios constitucionais e acompanhado pelo Supremo Tribunal Federal, a crise de legitimidade democrática se acirra. E mesmo que no campo da coalizão Michel Temer tenha-se conquistado melhores logros que Dilma, na aprovação popular seus índices são piores que os piores números alcançados pela petista. No empírico, mais adiante, os materiais serão apresentados na perspectiva da constituição dessa processualidade de ações comunicacionais.

⁵⁸ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/valor/2015/03/09/nao-quero-o-impeachment-quero-ver-a-dilma-sangrar-diz-tucano.htm>.

⁵⁹ Mesmo datada de 20 de abril, a revista foi lançada de forma antecipada. Disponível em: http://portalimprensa.com.br/noticias/ultimas_noticias/76824/veja+antecipa+edicao+e+diz+que+dilma+rousseff+e+carta+fora+do+baralho.

Todo esse período de turbulências e de eventos que em muitas características pode ser chamado de novos na realidade brasileira tem como consequências o que Avritzer (2016) chama de situação de incômodo em relação à performance da democracia. O autor aponta cinco elementos, que tomamos aqui como aspectos da ciência política para a construção dos casos, ressaltando que os aspectos comunicacionais serão tomados nos capítulos seguintes. Os cinco elementos são: os limites do presidencialismo de coalizão, os limites da participação popular na política (aspecto já apresentado anteriormente), os paradoxos do combate à corrupção, as consequências da perda de *status* das camadas médias e o novo papel do Poder Judiciário na política (AVRITZER, 2016). Os elementos ressaltados aqui aparecem no percurso da pesquisa em suas relações com o comunicacional.

Este capítulo foi relevante diante do entendimento de que “os fenômenos comunicacionais se desenvolvem em ambientes sociais compostos de múltiplas modulações e processos intervenientes”. (BRAGA, 2010, p. 412). Acreditamos ter cumprido o propósito de mostrar os aspectos dos cenários em que se localiza a tese. No seguimento da investigação, apontamos o cenário teórico no próximo capítulo.

4 A MUDIATIZAÇÃO AFETA A POLÍTICA

Na perspectiva de organização da tese, o intuito deste capítulo é tratar da reflexão dos elementos conceituais na construção de um fundamento para a pesquisa no acesso ao objeto descrito no capítulo 2. A estruturação desta parte visa a examinar o material observado no contexto de estudos sobre midiatização, buscando oferecer uma explicação mais sistemática desse conceito e de suas relações com a política até a era digital. Na perspectiva do problema de pesquisa apresentado, indicamos que marcas sobre a interação entre Governo e Cidadão estão localizadas em um contexto de sociedade em vias de midiatização.

Desse modo, o entendimento é de que o objeto e o problema de pesquisa já indicados demandam explicações a partir de um constructo teórico, de forma a se realizar a explanação do estado da arte, segundo elementos de uma lógica de compreensão diante dos circuitos dos elementos empíricos, que virão nos capítulos mais adiante. Desse modo, a estruturação dada neste capítulo pretende oferecer sentido ao material observado, na localização do objeto do campo da midiatização e política, bem como de midiatização e política na era digital.

Como forma de consideração prévia, nos dispomos a explicar sobre o uso do termo “era digital”. Segundo nosso entendimento, trata-se da presença de tecnologias sobre o ambiente social profundamente influenciado pelas características tecnológicas da internet, como a conexão em rede, distribuição de conteúdos de forma disseminada e desterritorialização. Para Castells,

[...] existe uma *transformação tecnológica* baseada na digitalização da comunicação, na interconexão de computadores, no software avançado, na maior capacidade de transmissão por banda larga e pela onipresente comunicação local-global por redes sem fio, de maneira crescente com acesso à Internet. (2009, p. 89 grifos no original).⁶⁰

Em alguns estágios do capítulo, elementos históricos são resgatados de forma a oferecer, pelo viés da comparação, uma explicação de elementos que influem ou que se sobrepõem, como lógicas de midiatização sobre lógicas de mídia, cuja distinção apresentamos mais abaixo. A busca de uma angulação teórica é útil para mostrar mais claramente o caso em questão. Os indícios levantados no labor de despontar o objeto e o problema de pesquisa apontam para um cenário de fundo que é teórico, como já dito: midiatização da política. Nesse

⁶⁰ Tradução livre de: “existe una *transformación tecnológica* basada en la digitalización de la comunicación, la interconexión de ordenadores, el software avanzado, la mayor capacidad de transmisión por banda ancha y la onipresente comunicación local-global por redes inalámbricas, de manera creciente con acceso a Internet.”

percurso, nos propomos ao exercício de desentranhamento do comunicacional (BRAGA, 2010) em seu cruzamento com o político. Ou seja, lançar luz sobre o objeto pelo olhar comunicacional, visto que tal leitura pode ser realizada por diversas perspectivas. E a compreensão é que neste capítulo mostramos, de forma detalhada, qual a perspectiva dada destacando que os itens apresentados aqui são coerentes com a proposta de desentranhamento do comunicacional. Entre os diversos elementos apresentados, está uma questão crucial ao afirmarmos que o estágio atual da midiática atinge o cerne dos processos sociais, incluindo – acreditamos que com bastante destaque – o campo político e suas práticas. E esse “político” é compreendido como inserido nos diversos elementos da midiática, por meio dos circuitos selecionados, e que serão abordados nos capítulos mais adiante.

Segundo Braga (2015a), algumas lógicas de processos sociais se tornam fortemente estabelecidas. E as lógicas comunicacionais são entendidas para além da simples lógica de mídia. Ou seja, lógicas de mídia estão próximas aos padrões de empresa comunicacional e “uma determinada lógica de mídia estabelecida (de campo ou tecnológica) incide sobre processos interacionais originalmente não midiaticizados”. (BRAGA, 2015a, p. 26). Já uma lógica de midiática “inclui um espectro mais amplo do que o das instituições midiáticas” (BRAGA, 2015a, p. 26). Para ele, a constatação de uma verdadeira mudança implica compreender que os processos vão além de conceitos de presença ou incidência. Ou seja, é na perspectiva das lógicas de midiática que se entende que são estruturados os elementos que compõem tal objeto formado por casos múltiplos, os quais se apresentam para a tese.

Para esta pesquisa, a política é compreendida como uma prática social articulada com as dinâmicas de práticas comunicacionais, ressaltando que as tais ações comunicacionais do campo da política são constituídas, na atualidade, de forma expressiva na internet e em suas operações. O entendimento é de que se faz necessário formular a perspectiva comunicacional – a comunicação se transforma numa esfera de processos participativos, enquanto circuitos diversos de interação. Desse modo, em síntese, apreendemos que a comunicação não pode ser compreendida como um mero substrato ou apenas suporte. O ângulo da midiática é que estrutura o eixo da fundamentação teórica, como veremos.

A caracterização da atualidade é que a disponibilidade de abertura de mídias digitais conversacionais, com seus canais mais informais que os meios tradicionais, tem causado mudanças que precisam ser identificadas e suscitam investigações científicas. Isso se dá principalmente pelo ainda pouco tempo de aplicação e pela carência de pesquisas que averiguem essas mutações. Ressaltamos que serão feitas análises de casos próprios de experiências tentativas da realidade brasileira inserida no ambiente dessas características,

conforme objeto de pesquisa situado entre os anos de 2011 e 2016, nosso recorte de análise. Ainda como consideração prévia, cabe, também, a interrogação sobre o fato de verdadeiramente estar surgindo um novo modo de participação política/interação governamental, próprio da ambiência do digital.

Afirmamos, portanto, que o trabalho se insere nos estudos de midiatização, na compreensão das interações entre Governo e Sociedade. Na dinâmica do comunicacional, as relações entre Estado e Sociedade estão ligadas por ofertas e apropriações de discursos, de mensagens, enquanto modalidade de interações, envolvendo ferramentas comunicacionais. Em nosso caso específico, por exemplo, ofertas discursivas vêm dos cidadãos envolvidos em manifestações e painéis, ou do Governo criando um site ou se apropriando do uso de um perfil em redes sociais. Os *resultados* dessas ações são os processos dialogais e participativos acionados nas diversas dinâmicas de contato, o que chamamos de interação entre Governo e Sociedade, em ações como justificativas políticas, porosidade do Estado, senso de coparticipação e, até mesmo, deliberação pública.

Neste capítulo, apontamos também o contexto de passagem das transformações da sociedade dos meios, em sociedade em vias de midiatização, num câmbio entendido muito além de uma troca de tipo de tecnologias, para uma compreensão de mudança na sociedade. A mudança é caracterizada como transformadora de processos sociais, o que será mais detalhado em seguida. Nesse pano de fundo teórico, é que se examina o papel das mídias digitais no campo da política, por meio, principalmente, de recursos que viabilizem possibilidades de interação dos cidadãos nas diversas esferas políticas e, especialmente, na contextualização das especificidades das práticas políticas em redes comunicacionais digitais. Há relações sociais envolvidas nas práticas políticas em rede e, de igual modo, há uma ressignificação do campo político muito superior a um determinismo tecnológico.

As preocupações teóricas, lembradas de modo sintético nas linhas anteriores, são apresentadas no andamento do texto segundo o roteiro a seguir: *4.1 Midiatização e Processos Sociais*, entendendo a midiatização como um conceito matricial para o desenvolvimento da pesquisa. Nesse caso, a referência principal é que a midiatização, mesmo que em níveis diferentes, afeta as práticas sociais; *4.2 Midiatização e Política*, no entendimento de que, no caso estudado, as práticas políticas são afetadas de modo específico, situando um segundo direcionamento da reflexão teórica, na análise específica das relações da midiatização com o campo político, incluindo aí um percurso histórico até a consolidação da imagem e do televisivo

A distribuição da referenciação teórica se estrutura, ainda, em mais três subitens. 4.3 *Midiatização da Política na Era Digital*, com destaque para o encaminhamento das questões conceituais a partir do digital, com destaque para o incremento das características online, como modalidades conversacionais, interacionais e participativas. 4.4 *Interação Governo e Sociedade no contexto da internet*, no qual são tratados os aspectos específicos do que chamamos interação no contexto de midiatização. 4.5 *A midiatização afeta a política em seu cerne?* Por meio de uma pergunta, esse item se propõe a discutir os alcances da midiatização no campo político, ao fazer um tensionamento com conceitos., em vista de uma apresentação das marcas de afetação da midiatização na política.

4.1 Midiatização e Processos Sociais

Entendemos que a tese está localizada no substrato axial da linha de pesquisa em Midiatização e Processos Sociais. Para tanto, identificamos duas “franjas” de lógica da comunicação: mídia tradicional e mídias transversais, com características próprias em cada uma delas e que se especificam, se aprimoram e se articulam em atividade processual. A ênfase da nossa preocupação está em mostrar que a sociedade atual está profundamente caracterizada pelas marcas de operação da comunicação. Atores sociais estão inseridos em diversos âmbitos de práticas sociais: educação, religião, saúde, relacionamentos, incluindo a política, ao passo que, nessas relações e âmbitos, a comunicação é marca presente e constante. Nesse sentido, afirmamos que a midiatização em processo afeta todas as práticas sociais em contextos que sofrem muitas modificações, por conta das relações que essas práticas desenvolvem, por exemplo, via tecnologias digitais, dentre outras possibilidades de linguagens.

Concordando com Braga (2006), entendemos que “construímos socialmente a realidade social exatamente na medida em que, tentativamente, vamos organizando possibilidades de interação”. (BRAGA, 2006, p. 3). E os processos complexos de midiatização incidem diretamente sobre a organização e o funcionamento da sociedade, e essa afetação interfere nas práticas sociais, em seus diversos aspectos. Já Rodrigues (1999) traz uma ideia próxima a essa complexidade, ainda que ele se refira a campos sociais numa perspectiva anterior ao fenômeno da midiatização:

São cada vez mais os complexos dispositivos técnicos de mediação que ajustam a nossa percepção do mundo às suas capacidades de simulação. Os governos programam as suas tomadas de decisão, os exércitos realizam as suas operações e os

altos comandos militares fazem os seus *briefings* em função dos horários televisivos de maior audiência. As famílias organizam as suas refeições e as suas saídas de maneira a não perderem os seus programas televisivos favoritos. As editoras fazem depender as suas agendas editoriais da publicação de romances que serviram de roteiro às telenovelas e às séries difundidas nos horários de grande audiência. Os manifestantes escolhem os momentos e os locais de exibição dos seus protestos em função da presença e da localização de câmaras de televisão. (RODRIGUES, 1999, p.169).

Para nossa conceituação, seguimos para além do que aponta Rodrigues, entendendo que ele não se encaixa na perspectiva dos estudos de midiatização, no entendimento de que lógicas e práticas próprias do campo dos mídia atravessam o funcionamento dos outros campos. E é com a complexificação da sociedade, “com a sua organização social sendo arquitetada por novas ligações sociotécnicas, que vai permitir um deslocamento da dinâmica dos campos e de suas estruturas, enquanto regras, para a de processos, enquanto estratégias, principalmente, de natureza comunicacional”. (FAUSTO NETO, 2015, p. 245).

Nesse sentido, entendendo que se referir a "campos dos *mídia*" não responde à questão da midiatização.⁶¹ Braga (2012), a quem preferimos para expor essa questão, propõe a ideia de circuitos, caracterizados por atravessamentos, interposições e experimentações (em aspectos tentativos). E esses circuitos compõem diferentes articulações e produzem contrafluxos de escuta. Podemos acrescentar nessa conceituação o fato de que os processos não são produzidos apenas pelos meios, mas também pelos atores e pelos grupos sociais, em dinâmicas bem abrangentes, à medida que acionam esses meios e tecnologias. Braga (2015a) também recusa a redução da midiatização a uma mera influência das lógicas de mídia sobre os processos interacionais dos demais campos sociais.

Sendo assim, a midiatização está além de uma concepção na qual se privilegiaria um estatuto do campo dos meios em torno da influência de suas atividades. No nosso entendimento, ela não suprime os campos, mas reformula as dinâmicas da relação entre eles segundo novos feixes e novas relações. Na perspectiva teórica de campos sociais, podemos dizer que, na midiatização, tais campos não desaparecem, mas veem suas dinâmicas e configurações reformuladas, em consequência de seus deslocamentos para circuitos; abandonam fronteiras, insulamentos e especificidades, para ingressar no território de fluxos. Campos que se contatam nos circuitos, estabelecendo uma nova configuração de sociedade em termos comunicacionais. Trata-se, portanto, de uma sociedade em vias de midiatização.

⁶¹ Conforme indicado por Fausto Neto (2015), as formulações de Rodrigues (1999) sobre os *campos dos media* devem ser entendidas como “referidas e datadas “e devem ser consideradas no contexto da “sociedade midiática”.

A perspectiva de Fausto Neto (2008; 2015), consoante à de Braga (2015a), aponta para uma concepção mais ampla que a indicada por Rodrigues (1999), que, segundo ele, ficou na fronteira da midiaticização. Para Fausto Neto, os campos são afetados pelas lógicas da midiaticização, quando seus funcionamentos estão organizados a partir das referências que os situa numa sociedade em vias de midiaticização, portanto, em uma nova ambiência. As lógicas de midiaticização estão para além de mais um campo social. Segundo Fausto Neto (2008, p. 92),

as mídias deixaram de ser apenas instrumentos a serviço da organização do processo de interação dos demais campos, e se converteram numa realidade mais complexa em torno da qual se constituiria uma nova ambiência, novas formas de vida, e interações sociais atravessadas por novas modalidades do 'trabalho de sentido'.

Nesse sentido, examinando esse conceito, vale reiterar que a midiaticização afeta todos os campos sociais, bem como cada um de forma distinta. Explica Braga (2011, p. 69) “O mediático interfere e interage profundamente com os espaços não-mediáticos, em função de suas características de inclusividade e de penetrabilidade”. Sendo assim, o papel do mediático, em maior ou menor grau, atinge os demais campos. O campo jurídico, por exemplo, é rígido em normatizações, ética e práticas, mas sua processualidade, em muitas ocasiões, não se faz na atualidade sem um braço de extensão e de acolhimento de operações de midiaticização. Práticas da política, da psicologia, da religião, da medicina e de outros tantos exemplos possíveis, se fazem realizar, de modo cada vez mais intenso, a partir de lógicas da midiaticização. A consulta psicológica transformada a partir das informações coletadas em rede (XAVIER, 2014), ou as relações com o sagrado na dinâmica das redes sociais (SBARDELOTTO, 2016) estão presentes em pesquisas empíricas como forma de expressar essa afetação, tendo por base a midiaticização e os específicos campos sociais. Das configurações das práticas resulta uma ecologia que faz com que comportamentos sejam atravessados pela midiaticização. O entendimento, nesse sentido, para uma explicação possível, é que o tecido das práticas sociais vai se configurando, cada vez mais fortemente, pela midiaticização.

Outra perspectiva de explicação do conceito diz respeito ao *status* da midiaticização estar em processo. Ou seja, afirma-se que a sociedade atual vive o fenômeno da passagem da sociedade dos meios para a sociedade em vias de midiaticização. A seguir, serão expostos alguns elementos que sustentam essa afirmação e as características que embasam as diferenças. Pode-se dizer que a midiaticização é um conceito que destaca uma atividade intensa e extensa de operações mediáticas, na construção de interações entre as instituições e os atores sociais,

provocando alterações nos vínculos entre indivíduos, meios e instituições. Ela interfere no cerne da teia das relações sociais, da cultura, do simbólico, de uma maneira relacional e transversal, ou seja, não é linear e nem determinista (FAUSTO NETO, 2005). Mas, se faz presente na realidade social, tensionando a sua forma e as suas práticas. Porém, não é uma ação de “mão única”, pois registros da realidade social são enviados, de forma a afetar também a dinâmica da mediação.

Se os processos de mediação da sociedade “afetam os campos sociais, suas práticas e suas interações, pois passam a se organizar e a funcionar tendo como referência a existência da cultura, de lógicas e operações midiáticas” (FAUSTO NETO, 2008, p. 120). É no contexto mais atual, de aprimoramento e de intensificação das tecnologias de comunicação e informação que ganham repercussão cada vez maior, que tem deixado mais evidente a mediação na sociedade, na cultura, entre outras, pois é visível a ampliação das possibilidades do comunicacional para além das mídias tradicionais e das corporações midiáticas. Ou seja, a comunicação está entranhada na vida social e progressivamente tem feito mais parte da vida dos atores sociais. A consideração “em vias de” indica que a sociedade, progressivamente, passa a ter suas relações e ações mais referenciadas por lógicas e dinâmicas midiáticas.

A tematização do processo progressivo de complexificação dos meios colabora no entendimento da existência do contexto no qual se desenvolve a sociedade em vias de mediação. A transformação da sociedade dos meios para sociedade em vias de mediação foi caracterizada por diversos elementos, destacando-se os *feedbacks* complexos como novas características interacionais. A natureza das relações entre produtores e receptores pode ser citada como um grande elemento dessa diferenciação em “estruturas e dinâmicos feixes de relações entre produtores e receptores de discursos”. (FAUSTO NETO, 2010a, p. 6).

A caracterização da passagem de sociedade dos meios para sociedade em vias de mediação demonstra o reconhecimento de que o antigo receptor ocupa novos papéis no cenário da comunicação. Para Fausto Neto (2010a, p. 6):

Na “sociedade dos meios” os estudos sobre a recepção formalizam hipóteses que vão guiar investigações, cujo cerne é mostrar que o receptor faz tantas coisas outras, distintas daquelas que são estimadas pelos produtores. Na “sociedade em vias de mediação” o receptor é re-situado em outros papéis na arquitetura comunicacional emergente.

Nessa mesma perspectiva, Braga (2015b) destaca a capacidade de reverberação em fluxos contínuos das mensagens, quando o receptor, nessa nova dinâmica de papéis, tem a capacidade de pôr em circulação:

Percebemos, então, um fluxo comunicacional *contínuo e adiante*. Após a apropriação dos sentidos de uma mensagem qualquer, seus receptores podem sempre pôr em circulação no espaço social sua resposta. Essa resposta, independente de um retorno imediato, segue adiante, em processos diferidos e difusos. (BRAGA, 2015b, p. 13, grifos no original).

Ambos autores identificam os processos de produção e recepção para além de modos estáticos, num entendimento mais dinâmico do papel de receptor, capaz de realizar diversas significações que escapam à modalidade explicativa da arquitetura comunicacional de natureza linear. E os processos são ressignificados em dinâmicas contínuas muito além de um fluxo unidirecional, por meio de processos *diferidos*, ou seja, estendidos no tempo em diferentes situações; e *difusos*, propagados em diversos espaços em fluxos que compreendidos sempre adiante.

A explicação conceitual assume, na sequência deste texto, um modo comparativo que, ao buscar elementos históricos, justifique a caracterização mais atual. O conceito de midiatização está conectado ao de mídia, sendo este último com seu sentido fortemente assimilado à observação da ação dos meios de comunicação, chamados de “grandes meios”. “As mídias eram entendidas ou como tecnologias da informação, ou como instituições midiáticas corporativo-empresariais, ou como elementos extrassociais”. (SBARDELOTTO, 2016, p. 72). Já os estudos de midiatização percorrem perspectivas mais amplas de entendimento para além do empresarial e das tecnologias e a partir do entrelaçamento sociocultural de tais tecnologias transformadas em meios. Isso é uma realidade, mesmo que ainda subsistam aspectos dos meios tradicionais, segundo apontam autores que pesquisem midiatização. “Tecnologias são convertidas em meios de interação e redefinidoras de práticas sociais, ou incidem diretamente sobre os regimes de discursividade, submetendo diferentes campos sociais às novas lógicas e processos de enunciabilidade”. (FAUSTO NETO, 2008, p. 127).

O modo de câmbio da sociedade dos meios para a sociedade em midiatização pode ser sintetizado conforme proposto por Braga:

transição entre uma sociedade que comporta um campo dos media, como organização profissional especializada em lógicas de mídia para circulação de informações (a sociedade dos meios); e uma sociedade (em processo de midiatização) na qual as interações mediadas por processos tecnológicos os mais diversos se tornam o ‘processo interacional de referência’. (BRAGA, 2015a, p. 29).

Desse modo, a perspectiva de interações como mediadas pelos diversos processos tecnológicos se torna “o” processo interacional de referência. Ou seja, complementando ao que foi dito sobre campos, a midiatização é identificada como o processo possuidor da referência, conferindo um papel diferente às noções de mediação e de midiatização.

O indicativo de processo dado aqui concorre com o entendimento de Verón (1992), que se distingue da sociedade anterior (midiática), por estar em processo a implantação de tecnologias de comunicação no tecido da sociedade, tornando-a mais complexa que as sociedades que antecederam a atual. Dito de outro modo: “sociedades em que as práticas sociais (...) se transformam *pelo fato* de que existem meios”. (VERÓN, 1992, p. 124).⁶² Na sociedade dos meios, por exemplo, o entendimento era de que a televisão possuía a capacidade de programar a oferta do dia a dia da vida social, a partir de sua produção *broadcast* (CARLÓN, 2013). Com o advento das novas mídias digitais e dos usos dados pela sociedade a partir do contato de suas práticas com as ferramentas dessas mídias, essa capacidade é amplamente afetada pelos novos modos de produção baseados na internet, nos quais o produto é oferecido, em princípio, a qualquer dia e horário, por meios de plataformas digitais de publicação e divulgação. Diante dessa constatação, ficam as perguntas sobre o deslocamento do papel da referência e o rumo das modificações estruturais desses processos de produção. Tais questões sobre acesso na sociedade em midiatização serão retomadas mais adiante.

O papel de programadores da vida social dos meios de comunicação tradicionais transforma-se e dá lugar ao movimento contínuo de oferta comunicativa, gerando outra natureza oferta, potencialmente incessante, de muitos para muitos, algo que gera profundas implicações sociais. A mediação clássica perde força e o poder de produção de mensagens está cada vez mais distribuído em diversas frentes. As condições de acesso à comunicação passam a ser possibilidades de alcance amplo

Sobre essa mediação, podemos avaliar, por exemplo, o papel do jornalista. Na sociedade em midiatização, o exercício de seleção e edição de notícias, por exemplo, está difundido socialmente, o que ocasiona fragilidades nas condições de definição por parte dos mediadores tradicionais, no caso, editores, jornalistas e empresas de mídia. Nas palavras de Fausto Neto (2012), “tal mediação não desaparece, mas seu poder de decisão sobre a sua existência e noticiabilidade do caso é deslocado”. (FAUSTO NETO, 2012, p. 301). Muda-se o desenho da atuação do especialista. No caso do jornalista, no contexto do exemplo em

⁶² Tradução livre de “sociedad en que las prácticas sociales (...) se transforman *por el hecho* de que hay medios”.

questão, ele assume a interpretação de dados que já circulam e não tem mais um poder específico de dizer o que será e o que não será noticiado, inclusive na definição de ângulos interpretativos.

Observamos, então, a efervescência dos processos de mutação. E as pesquisas podem ajudar a responder muitas questões dessas alterações nos processos sociocomunicacionais, pois “os ambientes próprios à produção de saber, à interação e ao desenvolvimento de incontáveis práticas sociais progressivamente se redefinem quando o elemento midiático ganha relevância”. (XAVIER, 2014, p. 46). A modificação advinda dos processos de midiaticização pode ser bem visível, como em:

O emergente resulta, cada vez, do surgimento de um novo dispositivo técnico – desde o momento inaugural de esculpir ferramentas na pedra até a Internet - que gera um fenômeno midiático inédito, o qual modifica e complexifica a forma em que se exteriorizam-materializam os processos cognitivos da espécie.⁶³ (VERÓN, 2012, p. 9).

E nesse contexto de modificação, a internet desponta como ápice, ao menos até o momento: “A WWW carrega uma mutação nas condições de acesso dos atores individuais à discursividade midiática, produzindo transformações inéditas nas condições de circulação”. (VERÓN, 2012, p. 14).⁶⁴ Ou seja, as condições estão dispostas de um modo diferente do que era praticado até então, no acesso, nos discursos e nas formas de circulação.

Carlón (2013) fala de três consequências dessas mudanças: a) crise dos meios massivos, pois as instituições não podem mais programar a vida social como faziam; b) um limite dos novos meios, pois não podem gozar do poder aos moldes dos meios massivos; c) a produção dos usuários (CARLÓN, 2013). A constatação desses aspectos indica uma intensidade de processos comunicacionais e, ao mesmo tempo, grandes mudanças nas dinâmicas desses processos. E, obviamente, esse contexto vai interferir nos diversos âmbitos sociais.

Diante dessas considerações, outra chave de compreensão do conceito de midiaticização é que ele vai além da mediação. A perspectiva de midiaticização entendida como muito além da mediação tecnológica é reforçada por Pedro Gomes (2008), que aponta a midiaticização como “reconfiguração de uma ecologia comunicacional (ou um *bios midiático*). “Torna-se [...] um

⁶³ Tradução livre de “Lo emergente resulta, cada vez, del surgimiento de un nuevo dispositivo técnico – desde el momento inaugural de la talla de instrumentos de piedra hasta Internet – que genera un fenómeno mediático inédito, el cual modifica y complejiza la manera en que se exteriorizan-materializan los procesos cognitivos de la especie”.

⁶⁴ Tradução livre de: “La WWW comporta una mutación en las condiciones de acceso de los actores individuales a la discursividad mediática, produciendo transformaciones inéditas en las condiciones de circulación”.

princípio, um modelo e uma atividade de operação de inteligibilidade social”. (GOMES, 2008, p. 21). E, de forma mais incisiva: “a midiatização é a chave hermenêutica para a compreensão e interpretação da realidade”. Além disso, a mídia é apresentada pelo autor como “*locus* de compreensão da sociedade”. (GOMES, 2008, p. 21).

Para Gomes (2015), midiatização configura-se com um “novo modo de ser no mundo, pelo qual os meios não mais são utilizados como instrumentos possibilitadores das relações pessoais, mas fazem parte da autocompreensão social e individual”. (GOMES, 2015, p. 53). O entendimento da midiatização como parte daquilo que o autor chama de autocompreensão impõe uma relação com os meios para além de uma ideia de influência. Nessas condições, a sociedade em midiatização potencializa a perspectiva comunicacional que se manifestava já na sociedade dos meios.

Não é somente a comunicação que é potencializada, isto é, não são apenas as possibilidades de comunicação, por meios tecnológicos extremamente sofisticados, que caracterizam o contexto atual; mas a sofisticação tecnológica, amplamente utilizada pelas pessoas desde a mais tenra idade, cria um novo ambiente matriz que acaba por determinar o modo de ser, pensar e agir em sociedade. (GOMES, 2015, p. 53).

E esse ambiente matricial, assim exposto, é nomeado como a sociedade em midiatização. Na perspectiva de processos em andamento, o momento atual pode ser caracterizado como a complexificação da midiatização. O processo de industrialização e de penetração das tecnologias tem um crescimento que pode ser dito como exponencial. Nesse sentido, podemos dizer que a midiatização se complexifica cada vez mais rapidamente com o decorrer do tempo, com o especial destaque para mais recente crescimento possibilitado pelas mídias digitais que se utilizam da internet e da conexão em rede. Obviamente, não se trata de afirmar uma homogeneização nos processos e nem a concomitância dos mesmos nas diversas partes do mundo.

4.1.1 O acesso e a circulação na midiatização

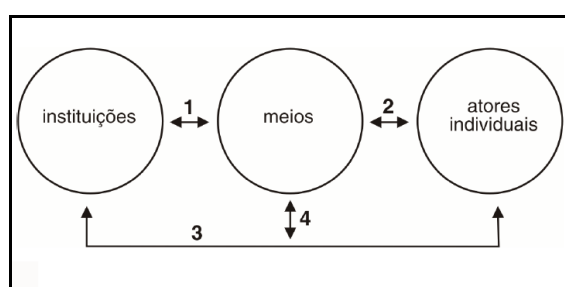
Item de importância para a caracterização da midiatização é a **questão do acesso** aos meios, o que pode ser chamado, na atualidade, de revolução devido ao patamar alcançado. Na atualidade, a evolução dos protocolos comunicacionais leva à constatação de que se partiu da referência dos meios de distribuição, para uma referência aos meios segundo dinâmicas mais intensas em termos comunicacionais/interacionais. Ou seja, a internet e suas operações provocam profundas mudanças no acesso do cidadão aos meios de produção e distribuição. O

acesso reformulou as relações, envolvendo eu/outro, eu/instituições, eu/dados e eu/cultura, por exemplo.

A disseminação das capacidades de produção vem irrompendo os limites entre os clássicos papéis de produtor e de receptor. Resguardamos, obviamente, que se trata de uma afirmação de impacto em seu modo potencial, pois os usos dados às tecnologias é que serão capazes de colocar em funcionamento seus incrementos, e tais usos podem ser, até mesmo, contrários aos objetivos esperados devido ao andamento da concentração da tecnologia ou da capacidade de centralização do poder em rede. Para a midiaticização, as mídias deixam de ser um simples campo e instrumento e passam a afetar profundamente a ordem social e suas dinâmicas, de tal forma que transformam a própria natureza da sociedade, seja o ambiente e/ou as interações. Essa afetação se reverbera nas relações sociais e nas relações entre os campos sociais.

Verón (2012) aborda a revolução do acesso no contexto da midiaticização, lembrando que a emergência da internet nesse cenário produz mudanças inéditas. Para ele, há uma mutação no acesso dos atores à discursividade midiática, no contexto de transformação de tecnologias em meios e práticas. Para entender essa afetação, podemos retornar ao próprio Verón (1997), pois, na sua perspectiva de primeiro entendimento sobre o conceito, a midiaticização se constitui em um processo no qual se articulam instituições, instituições midiáticas e os atores sociais.

Gráfico 1 – Modelo de midiaticização



Fonte: VERÓN (1997, p. 15).

A problemática apontada no Gráfico 1, de acordo com o primeiro esquema desenvolvido pelo autor sobre a midiaticização, chama a atenção para os níveis de acesso e de contato entre instituições, meios e atores sociais – níveis de acesso que são apresentados nas setas em diversas direções do esquema. Mostra-se, ainda, que as afetações entre os níveis ensejam acessos complexos fundados em descontinuidades nas suas interações, o que Verón

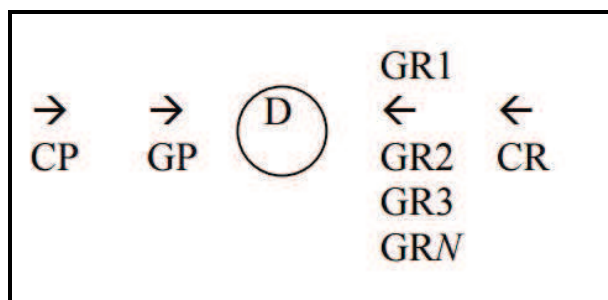
chama de *feedbacks* complexos e, portanto, não lineares. Esse aspecto faz antever a discussão sobre a circulação, conceito que será tratado mais adiante.

Com a intensificação dos processos da midiatização, há a mudança na relação entre instituições, meios e atores individuais. E um desses efeitos é que algumas estruturas de mediação ficam à deriva dessa nova complexidade (FAUSTO NETO, 2012). A mediação perde a centralidade na medida em que os meios mantêm, por um lado, a sua atividade relacional, mas também são dinamizados por transversalidades com os outros níveis. Emerge, na sociedade em midiatização, uma outra dinâmica interacional, que se caracteriza pela geração de articulações entre os três níveis (instituições, meios e atores sociais). Entendendo por articulações, não a fusão entre os mesmos, mas uma articulação dinamizada por suas diferenças e permeadas por lógicas de mídia. Tudo isso repousa na ideia central de que os contatos entre esses três níveis se fazem em meio a complexos *feedbacks*.

As gramáticas de produção e de recepção eram entendidas como específicas. Na dinâmica de abordagem de re-situar o receptor, que nem pode ser chamado mais por esse nome, outros papéis do mesmo devem ser entendidos para além de um intervalo neutro entre os polos emissão e recepção. Se produtores direcionavam seus efeitos previstos aos receptores, a partir da sociedade em midiatização, o pós-recepção passa ser levado em conta. Os efeitos não são tão previsíveis na audiência.

A complexificação das afetações nos leva ao Gráfico 2. A progressividade do desenvolvimento dos meios de comunicação modifica profundamente as condições de acesso. As gramáticas de produção e de recepção são atualizadas pelo próprio VERÓN (2013), após a identificação de que, com a internet, se realiza uma transformação profunda da relação dos atores individuais com os fenômenos midiáticos. Os vínculos são modificados. Boutaud e Verón (2007) apontam que se subverte qualquer possível linearidade da comunicação. condições de produção (CP), em suas gramáticas de produção (GP) recebem o reenvio das gramáticas de reconhecimento (GR), bastante diversificadas (1, 2, 3...), a partir de suas condições (CR).

Gráfico 2 – A circulação discursiva



Fonte: Boutaud e VERÓN (2007).

Para chegar até as discussões de acesso, Eliseo Verón passou, inicialmente, pelas reflexões sobre as afetações da midiatização, discutindo, depois, que essas afetações criam vínculos, que não são convergentes, não são complementares, mas, por natureza, assimétricos. Após, comenta a questão do acesso explicando que os modos de acesso dos cidadãos ao conhecimento, ao outro e à cultura mudam em função das mutações dos processos interacionais dinamizados pela midiatização, particularmente pelo trabalho das tecnologias comunicacionais que, convertidas em meios, geram novas condições de funcionamento das práticas sociais. Boutaud e Verón (2007) demarcam que a circulação se realiza por discursos (circulação discursiva). O contato acontece não mais nos polos, mas nesse espaço de circulação, no desajuste entre lógicas e intenções, na relação produção e recepção. E o sentido está em feixes de relações. A ação comunicacional é fundada na diferença.

A discussão da midiatização chega, ao conceito de circulação como superação dos elementos transmissionais, como indica Fausto Neto (2015): “O reconhecimento desse novo cenário nos convida a estudar o deslocamento dos campos de uma problemática transmissional para uma outra na qual o conceito de circulação, aqui exposto, desponta como um novo objeto”. (FAUSTO NETO, 2015. p. 249). O entendimento de circulação corresponde à leitura da complexidade do Gráfico 2. Fausto Neto (2015) indica também, que a compreensão dessa afetação transformada e das alterações nas lógicas dessas gramáticas com os estudos de circulação, definida da seguinte forma:

[...] a circulação – transformada em lugar no qual produtores e receptores se encontram em “jogos complexos” de oferta e de reconhecimento – é nomeada como dispositivo em que se realiza trabalho de negociação e de apropriação de sentidos, regidos por divergências e, não por linearidades. (FAUSTO NETO, 2010b, p. 63).

No nosso ponto de vista, a circulação deixa de ser entendida como esse lugar de contato entre produção e recepção, em vista da compreensão dos diversos movimentos de

oferta e reconhecimento. “Este esforço analítico se volta para formalizar a existência da problemática da circulação já não mais como um conceito abstrato, mas efeito do avanço sobre a sua própria complexidade” (FAUSTO NETO, 2010b, p. 63).

No intuito de adentrar à discussão sobre circulação, é preciso fazer uma ressalva no sentido de entender melhor seu propósito, pois há uma tendência imediata de pensá-la como referência ao processo desenvolvido pelo produto midiático, num caminho unilinear da emissão à recepção, na compreensão de que produtos midiáticos circulam. (Cf. BRAGA, 2015b, p. 12). Não se trata da concepção para este trabalho, mas aquela aliada à ideia de que se considera ainda a circulação como pós-recepção. Estamos mais próximos de Braga (2015b), que aponta que na circulação “temos aí ‘respostas’, novos produtos derivados dos primeiros, re-mediação, *remakes*, multimediação, *cross-media*. Todos esses processos evidenciam que o circuito do produto é bem mais amplo que a relação ‘curta’ da emissão à recepção” (BRAGA, 2015b, p.12).

Nessa concepção, a ênfase não é dada ao percurso de um produto que circula, mas para uma percepção mais ampla de fluxos em contínuo e de reprocessamentos contínuos. De outro modo, como afirma Braga (2015b, p. 15)

Mas é certo, também, que a processualidade rápida das redes, como sistemas de intensificação de circuitos, evidencia com mais clareza essa disseminação do ‘produto’ em um ambiente mais amplo, menos estritamente percebido apenas como ‘sistema de elaboração de produtos’, mas sim como fluxo de circulação adiante, em que falas e escutas se inscrevem e se desenvolvem.

E a inserção do conceito de recepção, em outra perspectiva – a dos estudos sobre circulação – nos aponta para a existência de uma zona de articulação, de negociação. Fausto Neto (2010a) apresenta deste modo:

No lugar da homogeneização de sentidos, a diversidade e heterogeneidade de estratégias. No lugar da convergência, inevitáveis defasagens crescentes entre gramáticas de produção e de reconhecimento; desvios de lógicas que viriam a mostrar complexas articulações entre estas duas instâncias, produção e recepção. (FAUSTO NETO, 2010b, p. 62).

A complexificação provocada pela circulação produz uma outra articulação entre produtores e receptores, distintamente da ideia de apenas uma zona de passagem, para reunir esses dois polos numa intensa variedade tentativa de atividades intercambialidade de sentidos, na atividade de interação. Essas atividades que deslocam produtores e receptores à zona de contatos, em que o ponto central é o reconhecimento da circulação como complexificadora dos nichos institucionais e de recepção. Desse modo, a interação, graças a essa nova

configuração na atualidade, que é circulatória, os processos de circulação despontam, no contexto da internet, como um campo de batalha, local de disputa, nessa nova arquitetura comunicacional, conforme alerta Verón (2012, p. 15): “Os processos de circulação são o novo campo de batalha, e essa guerra mal começou”.⁶⁵

Sbardelotto (2016) afirma que “não é possível falar de mídiatização sem os processos de circulação, pois, além de uma relação entre produção e recepção, a circulação também é a ação que o receptor faz para ‘seguir a diante as reações ao que recebe’”. (SBARDELOTTO, 2016, p. 84). No contexto da circulação, as instituições – midiáticas ou não – e os indivíduos emitem e produzem respostas, gerando uma nova arquitetura na qual sentidos são enunciados. Equidistante dos dois polos, mas, ao mesmo tempo, articulando as suas atividades, a circulação emerge como lugar terceiro.

Trata-se da complexificação do processo da comunicação e não de sua desobjetivação: não se trata da supressão dos lugares de produção e da recepção de discursos, mas de sua subordinação à configuração de novos regimes de discursividades nos quais o discurso está preso. Trata-se da ordem interdiscursiva onde a circulação – como “terceiro” – se oferece como um novo lugar de produção, funcionamento e regulação de sentidos”. (FAUSTO NETO, 2010b, p. 60).

A circulação se destaca como um lugar que organiza a dinâmica entre polos constituídos por âmbitos institucionais, de um lado, e por atores sociais, de outro, assegurando, via circuitos, novas condições de produção de sentido. Esses âmbitos transferem para a circulação suas práticas respectivas permeadas intensamente por lógicas específicas, mas, ao mesmo tempo, também, atravessadas por referências da cultura da mídiatização. Na sociedade dos meios, segundo o esquema veroniano (Gráfico 2), já se antevia a problemática da circulação, se considerarmos os fluxos entre as três instâncias (instituições, meios e atores sociais), gerando sentidos em situações não determinísticas. Também na sociedade em mídiatização, esse fenômeno se complexifica, pois os processos de circulação saem de uma situação de invisibilidade para apontar sua existência. Fato esse que é ensejado pela qualidade da ação comunicacional que produtores e receptores realizam, por exemplo, no âmbito da internet.

Desponta uma nova topografia dessa ambiência, em que a produção de sentido se faz segundo intensos fluxos técnico-materiais-discursivos de mensagens. São subestruturas que emergem como resultantes dessas configurações tecnodigitais, que dão à sociedade uma nova ambiência em termos de organização social. Podemos, mesmo, afirmar que, se durante muitos

⁶⁵ Tradução livre de: “Los procesos de la circulación son el nuevo campo de batalla, y esa guerra apenas ha comenzado”

anos o estudo da comunicação se centrou nos polos clássicos – produção e recepção, agora a atenção se volta para a circulação. Ou seja, as injunções que a circulação provoca nas interações entre instâncias produtoras e receptoras de mensagens. Como temos falado, as práticas políticas também são mediados, de modo que as condições de sua circulação merecem ser refletidas.

A seguir, em 4.2, serão apresentados os aspectos da mediação na política num período anterior ao digital. No capítulo 4.3, o olhar será lançado sobre as características das novas mídias e sua afetação no campo político, o que serve de elucidação para essa incidência e afetação nos aspectos da governança. Serão retomados aspectos de níveis da circulação em que se dão essas relações, no entendimento da circulação como arquitetura e dinâmica desse cenário. Para esta pesquisa, a circulação do “político” nessas diversas perspectivas será tratada a seguir. Os circuitos compostos por atores políticos, partidos, atores governamentais, mídia, instituições e organizações da sociedade civil e cidadãos individuais se posicionam comunicacionalmente nos diversos aspectos da circulação desse político. Dinâmicas da circulação do político em um processo de mediação são tratadas nos tópicos seguintes do texto. Novos lugares de circulação configuram, na nossa concepção, nova forma da política em tempos de mediação.

4.2 Mediação e Política: Consolidação da Imagem e do Televisivo

Neste item, o referencial de mediação é observado a partir do campo específico da Política, numa perspectiva de interface. O contato Comunicação/Política deve ser entendido a partir da mesma compreensão já apresentada de que “a mediação institui um novo 'feixe de relações', engendradas em operações sobre as quais se desenvolvem novos processos de afetações entre as instituições e os atores sociais”. (FAUSTO NETO, 2008, p. 96). Esse processo de afetação atinge instituições e atores políticos, bem como as instituições e os atores da sociedade. E o desentranhamento das questões comunicacionais nesse processo não será um gesto epistemológico de abstração do objeto, nem será um arrombo de seu espaço de interface (BRAGA, 2004) mas estará no contato com os observáveis, os empíricos, sob o ponto de vista teórico da mediação.

Se o “campo da comunicação é âmbito de interfaces”, como assevera Braga (2004), podemos afirmar, junto ao autor, que a experiência de interface é uma forte característica desse campo. Vale a ressalva, como também aponta Braga (2004), de que a interface não é área de sobreposição, mas se trata de uma área de tensão (BRAGA, 2004). Nesse sentido, a

busca pelo comunicacional na interface é, com valor, um trabalho de busca epistemológica de essencial importância. É a proposta de estudo na perspectiva de interface, enquanto interação, que encaminha à condição de referenciação teórica de midiaticização na relação dos aspectos políticos. Realizamos, então, uma revisão crítica do tema da midiaticização e política. Ou seja, apontamos a relação da política com os processos midiáticos na ambiência da midiaticização.

Serão tratadas as especificações da ordem e do regime da midiaticização na construção das estratégias do campo político, no entendimento de que os setores sociais “desenvolvem tentativas para se dotar dos recursos da mídia em suas interações, com uma variedade de motivações: *eficiência interna dos processos; maior penetração na sociedade; obtenção de reconhecimento e validade; objetivo de participar ativamente da esfera pública*”. (BRAGA, 2015a, p. 16, grifos nossos).

Os aspectos levantados por Braga (2015a) para os setores sociais são situados, para o nosso interesse de pesquisa, na especificação dos aspectos da política: a) eficiência interna dos processos: no campo da política, governos e atores políticos se utilizam e trabalham com as ferramentas comunicacionais para a execução de suas tarefas, na gestão e, em especial, das formas – tentativas de transparência, divulgação e marketing; b) maior penetração na sociedade: tecnologias comunicacionais são utilizadas no contato com maior público, ao passo que as possibilidades de alcance de meios massivos e/ou conversacionais são úteis para esses processos ampliados; c) obtenção de reconhecimento e validade: a justificação junto aos cidadãos pode ter na esfera comunicacional um apoio, com porosidade para a sociedade à qual o Governo está a serviço; d) objetivo de participar ativamente da esfera pública: o modelo de democracia representativa carece de espaços de participação abertos, sejam consultivos ou, até mesmo, deliberativos. E o campo midiático favorece experiências de contato entre atores políticos e sociedade.

Após essa verificação da localização das estratégias de midiaticização pela política, as relações entre o campo político e a midiaticização serão expostas desde uma perspectiva de sociedade dos meios até a constatação de uma sociedade em midiaticização. Com indicativo de passagem para a relação com os meios digitais, principalmente em detalhes sobre a realidade brasileira.

Assim como foi indicado um mapeamento reflexivo da midiaticização, será relatado um mapeamento tentativo das mídias no campo político, em um marco analítico, com destaque para a realidade brasileira: o uso dos meios comunicacionais e das ferramentas de comunicação nos diversos âmbitos do campo político: período eleitoral, divulgação de ideologias partidárias e atuação pública dos governos e governantes. A preocupação em falar

ao potencial público eleitor ou ao público governado tem o uso do comunicacional em voga e com o acirramento da midiática, as instituições passam, cada vez mais, a ter o midiático como referência. O que se destaca, também, é que as formas desse contato têm se modificado em um período mais atual ainda, com uma transição em contínuo de modalidades massivas para formas mais pessoais de comunicação.

O uso dos meios de comunicação por parte dos atores políticos tem significado a partir da visibilidade de ganhos sejam para as justificações das decisões políticas quando no exercício de governo, ou na obtenção do voto de confiança para o exercício de mandato. Nesse sentido, os políticos se aproximam da mídia e dos processos midiáticos “buscando expandir e promover ambientes de comunicação e de informação favoráveis à configuração da imagem e da ressonância social dos programas de governo”. (MANGIERI, 2012, p. 182). Ou seja, se aqui constatamos um uso, que a seguir vamos relatar, em um tom mais ou menos cronológico. E esse uso, a partir dos anos, será útil para perceber o espaço anterior e as mudanças a partir da midiática em curso. Vale destacar que as pesquisas já realizadas na área focam principalmente sobre eleições e mídia, o que entendemos, já que o período eleitoral é, de certa forma, o ponto alto da relação. Mesmo assim, reafirmamos que nosso trabalho tem como foco muito além da eleição e que, para tanto, assimilaremos outros aspectos, mesmo mantendo alguma relação mais direta com os períodos de campanhas eleitorais.

Pesquisas clássicas sobre o papel da mídia no campo político ganham relevância significativa, para além das teorias de opinião pública, com os autores da teoria do agendamento.⁶⁶ O *agenda setting* coloca-se em contraposição às pesquisas que traziam a ideia de que os meios de comunicação tinham o poder de alterar de modo linear as convicções do público.⁶⁷ Em contrapartida a isso, McCombs e Shaw, na década de 1970, elaboram, até certo ponto e de um outro modo, esta problemática ao chamar atenção para o poder midiático permeado pela noção de agendamento, algo que de certa forma, relativiza o poder causalista dos meios:

Ao seleccionarem e divulgarem notícias, os editores, os profissionais da redacção e os meios de difusão desempenham um papel importante na configuração da realidade política. Os leitores não só ficam a conhecer um determinado assunto, como também ficam a saber qual a importância a atribuir a esse mesmo assunto, a

⁶⁶ Uma ressalva a ser dada nesta pesquisa é que a teoria do agendamento não será tratada de forma sistemática. Aparece neste tópico apenas em nível de suporte para a explicação de contextos anteriores à midiática.

⁶⁷ McCombs e Shaw [1972] (2000) citam as pesquisas de Lazarsfeld indicando que este aponta os meios de comunicação com uma capacidade de alterar profundamente as convicções das pessoas, em um poder mais amplo que o proposto por eles, o de agendamento.

partir da quantidade de informação veiculada na notícia e da posição por ela ocupada. (McCombs; Shaw, 2000[1972], p. 47).

Identificando o papel de configuração da realidade social pelos meios, os autores atribuem, também, esse papel à configuração da realidade política. Esse poder do agendamento da mídia é estudado como protótipo a partir da campanha presidencial dos Estados Unidos, em 1968, quando afirmam que: “Ao divulgarem aquilo que os candidatos vão afirmando durante a campanha, os media podem muito bem determinar quais são as questões importantes, ou seja, podem estabelecer a ‘agenda’ da campanha”. (McCombs; Shaw, 2000[1972], p. 47).

Os estudos apontaram que a avaliação dos eleitores refletia a oferta da cobertura midiática. Tal teoria indica o poder dos meios de comunicação em “ditar” quais as questões e quais os tópicos que os cidadãos devem levar em conta na avaliação dos candidatos e dos partidos políticos. Ou seja, a mídia era apontada como capaz de estabelecer a “agenda política”, no caso de estudo, uma “agenda de campanha”, o que, diferentemente de estudos anteriores, não significa indicar aquilo que as pessoas devem pensar, mas sobre aquilo que devem pensar. Os estudos seguiram quando aconteceu o caso do escândalo conhecido como “Watergate”, entre 1972 e 1973, um novo teste do poder do agendamento dos meios de comunicação. Altera-se, então, a perspectiva de análise das pesquisas. A seguir, tratamos, de pesquisas no âmbito de uma lógica explícita de comunicação na sociedade em vias de mediatização, conceito já apresentado.

Verón (1998), em “Mediatización de lo político”, tematiza as eleições presidenciais francesas da década de 1970 e de 1980, para ele, importante período de mediatização da política nos processos eleitorais, mas segundo os movimentos estratégicos da comunicação midiática projetados nas campanhas. Verón (1992) se refere ao político envolvido em “regras do jogo” dos meios num vínculo ambíguo que esse político mantém com o audiovisual: “temor e fascinação”. (VERÓN, 1992. p. 126). Para ele, o temor leva a produzir regulamentos e a fascinação engendra estratégias. E é nesse contexto de crescente mediatização, que se engendra a relação mídia e política.

Segundo o autor, “na mediatização do político, este perdeu terreno na relação com os meios: tratando de conseguir o domínio dos meios a todo custo, os políticos perderam o

domínio de sua própria esfera”. (VERÓN, 1998, p. 230).⁶⁸ Ou seja, a ida contundente à esfera da mídia leva o político à perda da especificidade do seu lugar discursivo. Para este trabalho, afirmamos que, em diversas gradações, que a política se adapta ao funcionamento do campo midiático, seja com o campo midiaticizado, ou mesmo com o uso político dos dispositivos e das ferramentas midiáticas, mesmo que se advirta do afastamento de um determinismo tecnológico.

Nesse sentido, apresentamos a realidade brasileira tardia nesse contexto, visto que as eleições presidenciais ficam, por décadas suspensas, sendo retomadas apenas em 1989. Ou seja, o Brasil, no nível federal, após um vácuo de muitos anos sem eleições diretas, ingressa numa eleição já em um estabelecido cenário fronteiriço entre sociedade dos meios e sociedade em midiaticização. No período, o que indicamos como *consolidação da imagem e do televisivo* tem a ver com o favorecimento das esferas da aparência do político visualmente e de seu desempenho diante das câmeras, tendo a ideia de aparência uma ideia mais ampla que apenas qualificação estética, sendo entendida como a construção de uma persona em atuação no espaço público/político, em que a importância de aspectos formais supera elementos de conteúdo e proposições.

A primeira eleição direta para presidente recebeu destaque no uso da mídia, com o Horário Eleitoral Gratuito, e despertou várias suspeitas sobre o apoio de grandes grupos de mídia a determinado candidato. Inclui-se aqui o famoso caso de edição dos melhores momentos do último debate do segundo turno, entre os candidatos Luiz Inácio Lula da Silva e o candidato favorecido pela Rede Globo, Fernando Collor de Mello. A eleição acontece em um contexto de lançamento da política a um ambiente de mídia já estruturado e portador de um trabalho enunciativo, muito significativo junto à realidade brasileira, como situa Fausto Neto (2003b, p. 89):

Em 1989, a primeira após o ciclo autoritário, toda a lógica de campanha eleitoral se fez em torno da forma dos processos e dos produtos de mídia, circunstância em que os analistas chamam atenção para os fenômenos de espetacularização da política para a presença de atores e gêneros midiáticos dando inteligibilidade às questões do argumento, que leva a se supor que, desde ali, pelo menos, no Brasil, a política deixa de ser um “ofício de representação”, para se converter num “ofício de expressão”, graças, por exemplo, ao trabalho enunciativo da televisão.

O grande poder de construção de imagens, um voto chamado de emocional dado por parte dos brasileiros e os números elevados de audiência televisiva são elementos que levam a

⁶⁸ Tradução livre de “en la mediatización de lo político, es lo político lo que ha perdido terreno en relación con los medios: tratando de lograr el dominio de los medios a toda costa, los políticos perdieron el dominio de su propia esfera”.

mídia a trazer o tema político até mesmo para o âmbito das telenovelas (WEBER, 1990).⁶⁹ A eleição semiótica de elementos que pudessem orientar os eleitores que voltavam a participar de uma eleição presidencial é estabelecida sob diversos parâmetros da mídia comercial. Fausto Neto (1990) aponta no período o papel da televisão na transformação do discurso político.⁷⁰ Para ele, o horário eleitoral de 1989, o primeiro depois da redemocratização, se apropria de diversos gêneros televisivos, como telenovela, documentário, telejornal, programa cômico, publicidade, talk-show, entre outros, como forma de construir “estratégia de legitimação dos discursos reportadores”. (FAUSTO NETO, 1990, p. 16). Afinal, o país estava há quase trinta anos sem participar de uma eleição direta nacional e a televisão representava uma referência quase unânime na vida cultural brasileira.

Lima (1990, p. 30) indica a eleição de 1989 como a primeira realizada no contexto do Brasil como “país integrado por uma moderna indústria cultural, na qual se destacam a televisão e o virtual monopólio da *TV Globo*, detentora de uma média nacional de participação na audiência que oscila de 60% a 84%, em qualquer dia da semana e em qualquer horário”. E, coincidência ou não, o candidato mais adequado às exigências estéticas do audiovisual. Jovem, representante do novo, bem vestido e com retórica trabalhada, Fernando Collor de Mello ganha a eleição confirmando, de algum modo, a adequação ao papel da imagem na composição do político aceito sob os aspectos midiáticos.

Também o processo de Impeachment de Fernando Collor, ocorrido no terceiro ano de mandato,⁷¹ carrega algo muito específico, como a cobertura passo a passo pela mídia. O próprio início de toda a questão desencadeia-se na mídia quando Collor é acusado de corrupção por seu próprio irmão, Pedro Collor de Mello, em entrevista reveladora que ocupou diversas páginas e a capa da Revista *Veja*, em maio de 1992.⁷² Durante o desenrolar do ano, outros fatos se juntam à questão, como o papel de Paulo César Farias (Esquema PC), a realização de protestos e a aparição de jovens chamados de “caras-pintadas”, reconhecidos

⁶⁹ O papel das telenovelas no campo político do fim dos anos 1980 e no início dos anos 1990 é muito estudado por diversos pesquisadores. LIMA (1990) mostra a identificação do público com as noções de corrupção e os perfis de marajás, muito ilustrado nos produtos oferecidos à época. Já Maria Helena WEBER (1990) aponta para uma desqualificação e despolitização da política brasileira a partir de três importantes telenovelas da época: “Vale Tudo”, de 1988; “O Salvador da Pátria”, de 1989; e “Que Rei Sou Eu?”, de 1989, produtos midiáticos com forte conotação política e com grande envolvimento do público espectador nas tramas.

⁷⁰ Discurso político aqui é entendido conforme Verón (1980, p.88 apud FAUSTO NETO, 1990, p. 8): o “tipo de discurso que exhibe um vínculo explícito com as estruturas institucionais do poder e com o campo de relações sociais associado a essas estruturas: os partidos políticos e movimentos sociais”.

⁷¹ O afastamento do presidente para o julgamento do processo se deu em 2 de outubro de 1992, quando Itamar Franco assume interinamente. Em 29 de dezembro, durante o transcorrer do processo, que foi votado no dia seguinte no Senado, com um placar de 76 a favor e 3 votos contra, ocasionando a perda do mandato e inelegibilidade por oito anos.

⁷² Disponível em: <https://abrilveja.files.wordpress.com/2016/11/capa-veja-pedro-collor.jpg>.

pela visibilidade midiática recebida e por terem as cores verde e amarelo pintadas no rosto. A mídia teve um papel de protagonismo, inclusive, pelo fato de o pedido do impeachment ter sido apresentado pelo presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Barbosa Lima Sobrinho, juntamente com o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcello Laveniére. Para Fausto Neto (2016a), nesse caso, a presença da atividade discursiva midiática aponta que “a sentença da mídia chega antes mesmo daquela da justiça (...) A mídia promove, segundo seus enquadres discursivos, a saída de cena de Collor antes mesmo que a sentença do parlamento viesse a ser pronunciada”. (FAUSTO NETO, 2016a, p. 99). O percurso do impeachment tem um desenrolar ancorado nas discursividades dos meios de comunicação.

Os anos após saída de Collor são de uma consolidação do aspecto central de atores políticos na arena político-eleitoral, mesmo que a perspectiva de audiência concentrada da televisão e seu papel de influência social possa ter diminuído, com a oferta de mais produtos culturais e de mais variedade de enunciadores. O que cresce durante esse período é a programação para a apresentação da imagem do político, com a contratação de assessorias de imprensa, marqueteiros e publicitários, em suma, a intervenção de práticas de marketing no âmbito da política. Cada vez mais são tempos de visibilidade. A crítica frequente sobre a onipresença do audiovisual e sua relação com o empobrecimento do discurso político é válida, mas acreditamos que não se pode fazer uma relação direta. Verón (1992) tematiza essa questão no início da década de 1990, com reflexões que nos parecem válidas

O empobrecimento (frequentemente denunciado) do discurso político *não se deve ao audiovisual*. O ingresso do político na era audiovisual significou, pelo contrário, um enriquecimento da discursividade política, mediante a incorporação de novos registros de sentido (especialmente o do indicial) e mediante a complexidade das estratégias que dela resultam. (VERÓN, 1992, p. 137-138, grifos no original).⁷³

O autor destaca, com propriedade, que o enriquecimento veio pela ampliação de possibilidades no “registro de sentido”, com incremento às possibilidades discursivas. Por exemplo, uma exibição audiovisual permite ao cidadão conferir a relação entre o que está sendo dito e as expressões faciais e gestuais do ator político.

Nesse sentido, com o ingresso da televisão na arena política, o “regime corporal de contato” ingressa no discurso político, o que Verón (1987) chama de economia de contato. Ele aponta essa mudança comparando a presença política no rádio e na televisão: “Desde há

⁷³ Tradução livre de: “El empobrecimiento (a menudo denunciado) del discurso político *no se debe a lo audiovisual*. El ingreso de lo político en la era audiovisual ha significado, por el contrario, un enriquecimiento de la discursividad política, mediante la incorporación de nuevos registros del sentido (en especial, el de lo indicial), y mediante la complejización de las estrategias que de ella resultan”.

muito tempo, os líderes políticos foram obrigados a produzir textos sinceros; o rádio os levou a procurar um tom sincero; hoje em dia eles devem construir um corpo sincero”.⁷⁴ (VERÓN, 1987, p. 26). Também Martín-Barbero (2004) situa um âmbito de mudança – e não de dissolução – do campo político com a reconfiguração para a imagem e para o televisivo: “o que estamos vivendo não é a dissolução da política, mas a reconfiguração das mediações em que se constituem seus modos de interpelação dos sujeitos”.⁷⁵ (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 31).

O caminho da segunda metade da década de 1990 até a primeira metade da década de 2000 é de consolidação do televisivo, com destaque, como é próprio do meio, a forte importância da aparência e do simbólico diante das câmeras. Nessa mesma perspectiva, Saldanha (2002) examina as relações do telejornalismo e as eleições de 2002, numa concepção de “apropriação da política pela televisão”. (SALDANHA, 2002, p. 29). Nesse período, é visível o crescente papel das mídias nas campanhas políticas. Nesse sentido, Fausto Neto (2003c) destaca a capa de uma revista de 2002, República, com imagens dos marqueteiros das campanhas de José Serra (PSDB) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT), ressaltando a manchete “Um deles vai levar a presidência”, nas eleições daquele ano. O campo midiático atribui o sucesso político à qualidade do produto oferecido por marqueteiros como Nizan Guanaes e Duda Mendonça, reforçando a ideia da disputa entre profissionais habilitados à disputa imagética paralela ao confronto político em si. Um grande exemplo e, por sinal, caso vitorioso foi a construção de imagem de Lula nessa eleição de 2002. O candidato petista já vinha disputado ininterruptamente as eleições desde 1989, tendo sua imagem muito atrelada ao combate, ao discurso político agressivo e associado a uma ideia de “comunismo”. A campanha desse ano valoriza a questão da forma no lugar da retórica sindical, o colocando como “Lulinha Paz e Amor”, no que pode ser caracterizado como um “formato ‘zen’ [no qual ele] conversa, não interpela; confia, não exorta; pede, não ordena” (FAUSTO NETO, 2003c, p. 74).

No trabalho de análise da campanha presidencial brasileira de 2002, Fausto Neto (2003c, p. 72) aponta que “as estratégias enunciativas com as quais [os gestores das campanhas comunicacionais] trabalhariam para seus candidatos repousavam na questão da forma”. Para o autor, isso denota a importância que postulados midiáticos e seus atores têm para “a construção, hoje, da política”. Martín-Barbero (2004, p. 23) aponta que, nesse

⁷⁴ Tradução livre de: “Desde hace mucho tiempo, los líderes políticos estaban obligados a producir textos sinceros; la radio los llevó a buscar un tono sincero; hoy en día deben construir un cuerpo sincero”.

⁷⁵ Tradução livre de “lo que estamos viviendo no es la disolución de la política, sino la reconfiguración de las mediaciones en que se constituyen sus modos de interpelación de los sujetos”.

processo de transformações midiáticas, a tecnologia passa de “um mero instrumento para converter-se em razão, em uma dimensão constitutiva de nossas culturas e de nossas sociedades, enquanto a política sofria um processo inverso, levando à desconfiguração e reconfiguração da razão política”. Fausto Neto (2003d) contextualiza a complexificação da presença midiática por meio do uso do televisivo nas campanhas, o que pode ser chamado de um segundo nível de uso da televisão e também pode ser sintetizado na ideia de reestruturação do gênero, como nas entrevistas ao vivo nas bancadas de telejornais, entre outros:

Nas eleições de 2002, pela primeira vez a mídia televisiva reformula os processos editoriais e discursivos através dos quais vai proceder a midiática da política. Assim, redesenha a estrutura de alguns de seus gêneros, para assegurar a condição de ‘guardião do contato’ entre as relações mídia e sociedade. (Fausto Neto, 2003d, p. 122).

Observamos a consolidação do televisivo como um caminho de exposição exacerbada figura política. Ou seja, alcança-se a convicção que sem uma visibilidade qualificada no ambiente audiovisual não seria possível gerar uma satisfatória disseminação do discurso político, e esse discurso passa a ser adaptado para as exigências da linguagem televisiva. Portanto, a televisão passa a ocupar um papel de destaque na promoção de contatos e de estruturação do discurso político. Consolida-se um novo gênero da imagem do ator político, que precisa se preocupar com os capitais gerados por sua exposição audiovisual.

De certo modo, sem abandonar o que foi dito por Verón acima, os apelos racionais são substituídos gradualmente por solicitações emocionais, o que pode ser chamado de espetacularização do campo político. Verón (2003) relata a processualidade como um crescente de importância do papel da televisão.

A história da comunicação política televisiva pode ser descrita como uma evolução dos dispositivos de contato que a instituição televisão propõe (ou impõe) à classe política, dispositivos esses particularmente importantes nos momentos de campanha eleitoral. (VERÓN, 2003, p. 36, grifos no original).

O fato de manter o duplo propõe/impõe resguarda aos limites do alcance de uma relação direta da mídia nos âmbitos políticos. O próprio Verón (1987) já havia chamado a atenção para o problema da ancoragem apenas no aspecto externo do televisivo para o ator político: “Mas a sinceridade de um candidato e a sinceridade de um presidente não se elaboram da mesma maneira que a sinceridade de um apresentador de telejornal”.⁷⁶ (VERÓN,

⁷⁶ Tradução livre de: “Pero la sinceridad de un candidato, la sinceridad de un presidente, no se elaboran de la misma manera que la sinceridad de un presentador de noticiario”.

1987, p. 26). Ou seja, o comprometimento de um ente político é realizado por contratos diferentes daqueles de um agente da imprensa, pois as instituições – Governo e Mídia – interagem na vida do cidadão de formas diferentes e estão pactuadas com esse cidadão por acordos e necessidades próprias.

Mas a consolidação do poder da imagem na política também leva à constatação de estratégias de produção de sentido próprias. E essas estruturas são também diferentes em sua forma quando comparados os períodos eleitoral e de exercício de mandato. Desse modo, afirmamos que as estratégias de produção de sentido sobre a política governamental são diferentes daquelas eleitorais, mesmo se concordarmos que ambas estão estruturadas sob o prisma da midiaticização. Fausto Neto (2003a, p. 13) expõe os primeiros meses do Governo Lula como ações que “tomam forma no corpo das regras de visibilidade midiáticas” e, nesse sentido, a fala governamental se faz “via estratégias discursivas encontrando em seu percurso a inevitável semantização das mídias”.

Lula faz o uso das estratégias midiáticas em suas possibilidades agora diferentes daquelas da campanha política, quando havia, por exemplo, o horário eleitoral gratuito e um agendamento quase que unânime da pauta política. O interesse midiático deve ser conquistado pelo ator político, na geração de interesse. Nesse sentido, “as possibilidades com que o corpo do presidente sai às ruas para a mediação social são atravessadas por operações de sentido que se realizam no próprio solo dos meios de comunicação, ou por eles orquestradas segundo suas rotinas produtivas (...)”. (FAUSTO NETO, 2003a, p.13). Essas características da ação de Lula serão contrastadas na análise dos primeiros anos de segundo mandato de Dilma, nos capítulos adiante, quando ela se isola em momentos nos quais são demandadas explicações e sua presença física como papel de liderança.

Falando na *imagem* como central da midiaticização presidencial, é preciso identificar em que medida “as estratégias enunciativas do próprio corpo significativo (do presidente) seriam, por si, capazes de instaurar um ‘regime’ de interpretação da política”. (FAUSTO NETO, 2003a, p. 14). Lula se utiliza das estratégias midiáticas, com o conhecimento de que seu “corpo significativo” tem um sentido que será repercutido, como em ações de quebrar protocolos, estar perto dos cidadãos, até mesmo dar autógrafos, utiliza acessórios simbólicos, como o caso do boné do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), ainda no primeiro ano de mandato,⁷⁷ e dá declarações com frases metafóricas e/ou impactantes. O governo funciona comunicacionalmente, movido por lógicas da gestualidade presidencial,

⁷⁷ FAUSTO NETO (2003a) esmiúça esse caso no artigo “O deslocamento do boné” e cita, também, as camisetas que o ex-presidente Collor usava com frases de efeito durante as caminhadas, sabendo que seriam midiaticizadas.

promovendo uma “publicidade de seu corpo presidencial” e criando canais de comunicação com a sociedade. Além disso, ele usa, também, o efeito de se colocar a si próprio como a voz do Governo. (cf. FAUSTO NETO, 2003a, p. 16-17).

Além das estratégias de comunicação, a participação também recebe destaque para o Governo, o que já foi indicado no capítulo 3. No Plano Plurianual 2008-2011, apresentado em 2007, Lula afirma que

A construção desse plano contou com a participação de segmentos representativos da sociedade efetivada em cerca de 40 Conferências sobre diversas políticas públicas, inúmeros fóruns e Conselhos. Essa participação ativa, que será fortalecida na avaliação das políticas a serem implementadas, aprofundará o controle social das ações de governo. (CICONELLO, 2008, p. 6).

Lula dá um passo importante na concepção da participação política, com a estruturação da Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR), que tem nas atribuições a relação entre Governo e Sociedade, por meio de iniciativas participativas, por meio da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003,⁷⁸ que apesar de ter sido criada em 1990, tinha, até então, uma concepção de relacionamento com outros entes federativos.⁷⁹ Nessa alteração de 2003, a SGPR recebeu a configuração prioritária de articulação com os setores da sociedade civil, e não com legislativo ou governadores, por exemplo.

O aspecto da transformação da mediação presidencial é também debatido por Fausto Neto, Mouchon e Verón (2012), que tratam, principalmente das alterações em fluxo crescente da importância da mediação para o campo da política. Assim como para ECO (2012). Segundo ele, há grandes transformações no reflexo da importância da imagem para a vida política. O semiótico italiano é categórico:

De certo modo, pouco a pouco, [o papel da imagem na vida política] representou o fim da democracia representativa. A democracia representativa era a expressão da maioria do povo que votava um parlamento a partir de um programa. (ECO, 2012, p. 16).

⁷⁸Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10683-28-maio-2003-496772-publicacaooriginal-1-pl.html>. E ainda em: “[A SGPR] se estabelece como órgão especializado em participação social que, embora não tenha qualquer prerrogativa de hierarquia ou superioridade em relação às instituições participativas já constituídas, representa um espaço privilegiado para pensar o tema de modo amplo, além das setorialidades, e desenvolver estratégias de aperfeiçoamento que alcancem todo o governo. A esse órgão couberam a coordenação e a articulação dos debates que resultaram na Lei de Participação Social e no Compromisso Nacional pela Participação Social ora apresentados”.

⁷⁹ Disponível em: <http://www.secretariadegoverno.gov.br/acesso-a-informacao/auditorias/relatorio-se-2012>. “A Secretaria-Geral da Presidência da República - SG-PR foi criada pela Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, como órgão essencial da Presidência da República, com a finalidade de assistir direta e imediatamente o Presidente da República (...) para coordenar a ação administrativa da Presidência, acompanhar programas e políticas governamentais, coordenar o relacionamento com outros entes federativos e atuar na supervisão técnica das Secretarias da Presidência”.

A insatisfação de Eco tem a ver com a escolha “puramente emocional sustentada por uma campanha, um grupo do poder”. (ECO, 2012, p. 17), ou seja, em seu teor incisivamente crítico, o pensador enxerga o campo político subjugado a aspectos emocionais, próprios da teledramaturgia. Para Eco (2012), o poder da imagem torna a política populista. E a comunicação política baseada nos meios massivos comerciais acentua a figura do cidadão como público consumidor, tendo os atores político-governamentais como enunciadores de discursos a um público consumidor-cidadão, em que as regras de persuasão próprias do televisivo e da publicidade se sobrepõem ao interesse público e às lutas por cidadania plena.

Consideramos que, as impactantes afirmações demonstram a preocupação de Eco com a perda de importância dos elementos nucleares da política concomitantemente à ascensão de outros elementos acessórios. Entendido aqui como uma chamada de atenção, o recurso de Eco nos é útil para as discussões da afetação da midiaticização na política e para a visualização das questões acerca do posicionamento dos entes políticos no ambiente mais característico da midiaticização na atualidade, a arena virtual, tema do próximo capítulo. Como ele fala ainda numa perspectiva de política antes da década de 2010, o contexto predominante é da televisão e da publicidade.

Como forma de ampliação de contextos, situamos nesse mesmo período, outros governos na América Latina com o perfil de figuras presidenciais marcantes e com uma atuação qualificada nos espaços midiaticizados. Casos estudados por pesquisadores da imagem presidencial elencam, por exemplo: Álvaro Uribe Vélez, na Colômbia (CELY, 2012); Cristina Fernandez Kirchner, na Argentina (GELBES, 2012); Hugo Chávez, na Venezuela (MANGIERI, 2012); Evo Morales Ayma, na Bolívia (QUELCA, 2012). Esses presidentes são figuras marcantes num período de usos dos meios na perspectiva de abrangência da popularidade.

No item a seguir, serão confrontados os aprimoramentos e os vícios do contato do campo político de forma intensa com a internet e a conversação em rede, o que, em nosso ponto de vista, corrobora com vários aspectos da política construída pela imagem. Mas, incorpora, mesmo que canhestamente, o conversacional e a argumentação pública. O contexto de midiaticização mais intensa a partir do digital que se estabelece nos anos de Governo Dilma é caracterizado pela opção, em vários momentos, do uso da internet pelo Governo, diante da ambiência da sociedade em um contexto de maior acesso e de consolidação das redes sociais digitais.

4.3 Mídiação da Política na Era Digital: A Interação e a Participação Online Entram em Cena

Se as redes sociais digitais se disseminaram no fim da primeira década dos anos dois mil, é na segunda década que a comunicação e a interação com o suporte da internet ocupam espaços prioritários na sociedade em vias de mídiatização. Espaços de mediação, como o jornalismo, são profundamente modificados e, no caso particular desta pesquisa, o campo político passa por profundas alterações cujas dinâmicas estão sendo acompanhadas em tempo real. Políticos assumem o espaço conversacional como novos palanques de acesso mais amplo e de formato independente da mediação jornalística; cidadãos se agregam e compartilham informações; mobilizações são, totalmente ou em parte, organizadas no contexto da internet e das redes. Desse modo, após constatar o papel dos meios de comunicação na sociedade e sua implicação no campo político, no subitem 4.2, é preciso ressaltar o grau mais intenso que a mídiatização incide na política a partir da assimilação, cada vez maior, da internet e suas operações.

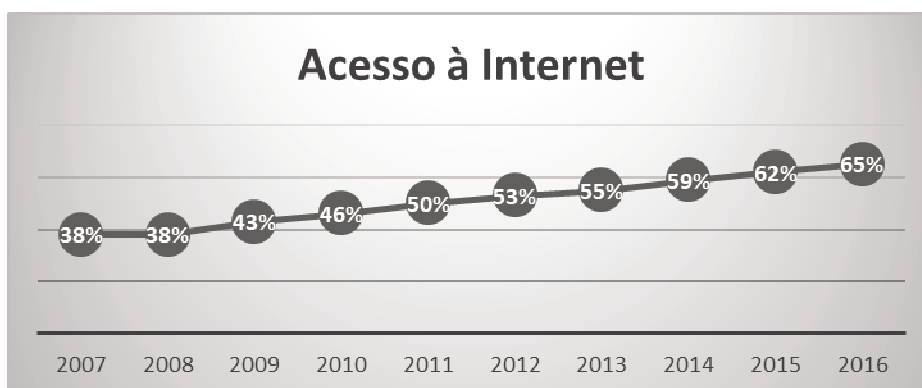
O primeiro mandato Dilma Rousseff coincide com esse contexto de ingresso intensificado do digital na cena da mídiatização e política. O Governo Federal recorre às novas práticas interacionais, do ponto de vista de ferramentas e de ações estratégicas. Os primeiros anos da década de 2010 são de consolidação do uso da internet, com a disseminação da banda larga e do acesso aos meios móveis, o que possibilita o acesso permanente e a difusão massiva de conteúdos em tempo real. Além disso, a difusão das redes sociais reconfigura a produção e o compartilhamento de conteúdos, além de driblar, em muitos momentos, o *status* de referenciação de produção de conteúdo dos meios tradicionais. É esse contexto que configura o modelo de relação mídia e política do período em estudo. Vale a ressalva de que esse modelo não elimina a modalidade ancorada no televisivo. Apontamos que nesses primeiros anos está configurada uma formatação híbrida, com indicativo de crescimento para as modalidades conversacionais e potencialmente interativas na relação mídiatização e política.

Apresentamos, a seguir, informações quantitativas sobre o crescente uso da internet no Brasil. Os dados são do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br),⁸⁰ vinculado ao Comitê Gestor da internet no Brasil (CGI.br). O Centro realiza pesquisas sobre uso das tecnologias digitais no País. No Gráfico 3, está indicada a porcentagem de indivíduos que acessaram à internet ao menos uma vez no intervalo de 12

⁸⁰ Disponível em: <http://cetic.br/pesquisa/domicilios/>

meses. O índice alcança 50% da população exatamente no ano de 2011 e quase 2/3 da população em 2016. Outro fator relevante do gráfico é a tendência de crescimento a cada ano, de ao menos 2% desde 2008.

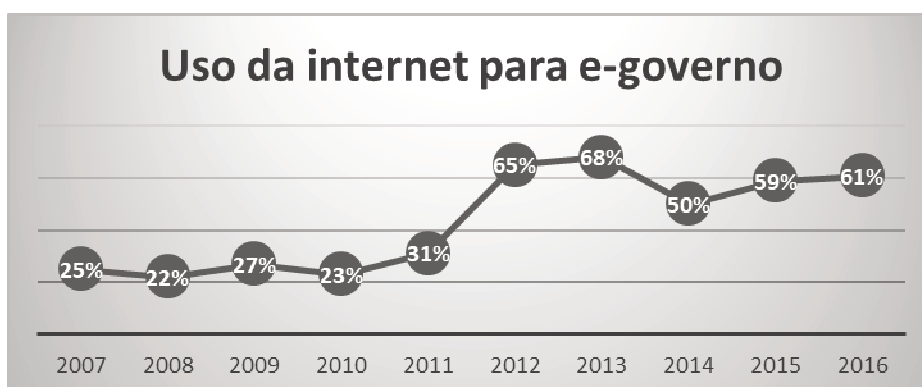
Gráfico 3 – Acesso à internet



Fonte: Elaborado pelo autor, com dados do Cetic.br.

Outro dado da pesquisa Cetic Domicílios que agregamos ao trabalho diz respeito ao uso da internet para o acesso de ferramentas de e-Governo, Gráfico 4. Ou seja, entre aqueles que acessam à internet, que percentual utilizou a rede para acessar serviços e conteúdos ligados à esfera governamental. No gráfico, percebe-se um salto entre 2011 e 2012, quando os índices saltam de 31% para 65%, permanecendo em valores iguais ou maiores que 50% durante todo o período posterior. Indicamos, também, uma consolidação da perspectiva de uso das ferramentas de serviço e de contato do Governo por meio das esferas do digital. Tais dados são trazidos em vista da caracterização dessa sobreposição da maior incidência do digital e das ferramentas interativas na segunda década do século XXI.

Gráfico 4 – Uso da internet para e-Governo, de 2007 a 2016



Fonte: Elaborado pelo autor, com dados do Cetic.br.

Desse modo, os contextos mais atuais, explorados neste subitem, tratam do político em suas diversas formas midiaticizadas, para além das emissões controladas e estruturadas industrialmente, pelos representantes da mídia tradicional, e institucionalmente, pelos detentores de poder nas esferas político-partidárias. Diversos significados circulam e se entrecruzam no contexto midiaticizado, caracterizado, em grande parte, pela ambientação nas potencialidades da internet e das tecnologias do digital, e marcado por disputas do simbólico numa construção tensionada de significados sociais.

A partir do nosso ponto de vista, tais contextos apontam mais visivelmente para o fato de que o campo político se adapta à midiaticização para, por exemplo, buscar justificativa de governança e conquistar votos nas corridas eleitorais. A vinculação que a política passa a ter com a mídia e com as diversas tecnologias midiáticas para sua subsistência torna-se mais evidente. A visão da importância da mídia para a política também pode ser registrada nas posturas de atores políticos e das diversas instituições políticas.

Nesse sentido, afirmamos que, assim que os aspectos destacados no ambiente televisivo se atualizam para o ambiente do digital, a imagem governamental e do político passa a ser conflitada com outros elementos; e o papel da aparência e do desempenho no espaço audiovisual televisivo começam a ser suplantados pelos aspectos cada vez mais crescentes de meios conversacionais e interacionais da internet e das redes sociais. E o marco mundial dessa passagem e de tais mudanças é a Campanha para a Presidência da República dos Estados Unidos do candidato Democrata Barack Obama, em 2008. Considerada como um marco das novas ações da política em ambiente digital, após o bom uso, referendado pelas urnas, de estratégias do digital.⁸¹ Os meios de comunicação ligaram a vitória do democrata ao sucesso dele na internet e nas redes sociais: “A campanha de Obama se tornou o símbolo de como a política será daqui para frente, em um mundo no qual a internet é indissociável do cotidiano da sociedade e do cidadão”. (SERRANO; GALO; MARTINS, 2009, s/p).

No Brasil, a Campanha eleitoral seguinte, no ano de 2010, segue várias experimentações no mesmo sentido. Rótulos de campanha digital e eleições 2.0 foram utilizados, e houve o deslumbramento diante dos usos do digital por parte de políticos e governantes, com a confiança de direcionar estratégias. Nos anos seguintes, os usos são intensificados, o que gera regulações sobre uso da internet e das redes sociais nas campanhas políticas e na atuação governamental. O uso também gerou uma crença de sucesso pelo

⁸¹ “Eleição de Obama simboliza relação entre política e web”, por Filipe Serrano, Bruno Galo e Rodrigo Martins. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,eleicao-de-obama-simboliza-relacao-entre-politica-e-web,2565>.

simples uso das ferramentas disponíveis. A seguir, serão discorridas as características específicas da midiatização a partir da internet.

4.3.1 Midiatização e internet - caracterização

Asseveramos com Carlón (2013) que “a era dos meios massivos acabou definitivamente”⁸², pois “nenhuma instituição midiática poderá (...) programar a vida social e controlar a oferta discursiva. Nenhum meio poderá ter de novo tanto poder”.⁸³ (2013, p. 230). A afirmação de que a era dos meios massivos se acaba tem a ver com a capacidade de disseminação unicamente a partir dos meios tradicionais, o que não é a negação de uma possibilidade de distribuição em massa, a partir de um polo individual (o antigo receptor).⁸⁴ Desse modo, concordamos com Carlón sobre a perda do controle e da programação da vida social e, também, com a ressalva feita de que, ao mesmo tempo, “a comunicação massiva não desaparecerá”.⁸⁵ (CARLON, 2013, p. 230).

Com essa perda de domínio totalitário dos meios massivos e a ascensão dos meios digitais, as instituições passam ao processo de reposicionamento de seus discursos e de suas estratégias e formas de acesso aos públicos. No caso das instituições políticas, está em jogo seu contato com os cidadãos e a abertura disponibilizada em cada instância de poder. Esse reposicionamento é que pode garantir vitalidade às instituições e capacidade de manutenção de suas relações com os atores sociais e as demais instituições da sociedade civil.

O que podemos juntar às afirmações acima de Carlón (2013) é que os elementos do campo político tidos como tradicionais não se desaparecerão, não se virará uma nova página apagando todos os modos anteriores de se fazer política. De fato, a estrutura e os elementos do fazer político – as ferramentas tradicionais do 'jogo' e as estratégias eleitorais estabilizadas – vão continuar existindo, mesmo que sendo colocadas em xeque a partir do contato com os meios personalizados e as ferramentas mais conversacionais. Como ainda aparenta-se estar num processo de transição, essas alterações estão em processo crescente, mas ainda não propriamente estabilizado, tornando-se experiências tentativas.

⁸² Tradução livre de “la era de los medios masivos acabó definitivamente”.

⁸³ Tradução livre de “ninguna institución mediática podrá (...) programar la vida social y controlar la oferta discursiva. Ningún medio podrá tener de nuevo tanto poder”.

⁸⁴ Não podemos deixar de ressaltar, por outro lado, que pesquisas, na atualidade, identificam o papel dos algoritmos nesse trabalho de direcionamento e programação do usuário ou da possibilidade de concentração da distribuição de conteúdo na Internet.

⁸⁵ Tradução livre de “la comunicación masiva no desaparecerá”.

O modelo indicado, portanto, ainda é de processos híbridos de referência do televisivo e do digital, com grande destaque para os despontamentos deste último processo referencial, que, por suas possibilidades inéditas, demanda novas respostas dos atores políticos. Em Mouchon (2012) observamos a tentativa de explicação de modelos em convivência entre o tradicional e a novidade das redes. Para ele, dois modelos estão dispostos: a televisão para o público em geral “*versus*” as redes na internet. (MOUCHON, 2012, p.150). A personalização das campanhas políticas e a aproximação desses atores políticos dos cidadãos apontam para alterações nos contextos democráticos. Concordamos com Mouchon (2012) quando afirma que “a capacidade dos telespectadores-internautas” frustra “os planos e as estratégias comunicacionais”, (MOUCHON, 2012, p. 158), pois o ritmo de interação próprio das redes da internet é mais disperso em comparação com qualquer *broadcasting* planejado por marqueteiros profissionais. As inferências iniciais já apontam, mas a análise mais apurada é que pode esclarecer: as dinâmicas da internet e de suas tecnologias oferecem, cada vez, menos controle dos emissores tradicionais; ou seja, posicionar-se na rede é dispor-se a um menor controle de fluxos por parte dos Governos.

O significado social da multiplicação de possibilidades de comunicação é esclarecido, dentre muitos investigadores, por Castells (2009). Ele trata da comunicação a partir das relações de poder, perfazendo um caminho do sociológico para até as imediações do comunicacional, porém, não correspondendo completamente a todas as angulações de questões que trazemos aqui para esta pesquisa. Para Castells (2009), poder de rede é poder de comunicação. E os processos sociais das sociedades contemporâneas, chamadas por ele de sociedades em rede, são traspassados por imensas possibilidades de comunicação. Entendemos que Castells (2009) vai à passarela da midiatização por meio de uma observação sociológica, tomando a internet como reestruturadora das relações sociais.

Nesse sentido, afirmamos que ele faz apenas um flerte com a midiatização, num caminho via problemática política, numa sociologia estruturante e pelo viés da técnica complexificada, em termos de ação social pela internet. Ou seja, a categoria de análise para Castells (2009) é a técnica corporificada na internet e suas operações, tomando daí uma consequência em termos comunicacionais. Nesse sentido, indicamos a necessidade de uma abordagem por outro viés, que priorize a comunicação. Para isso, propomos uma análise da midiatização na era digital no ambiente político, portanto, propomos outras reflexões sobre a relação mídia e política.

Nessa perspectiva de visão mais ampliada, Varela (2009) desenvolve a proposta de tensionar a mudança de realidade dos meios tradicionais aos novos meios. Ela compara, por

exemplo, a aceitação do *Youtube* pela televisão como uma validação do novo meio: “Quando um meio mais antigo aceita a incorporação da função de um meio mais novo, o está legitimando e outorgando-lhe carta de cidadania”.⁸⁶ (VARELA, 2009, p. 218). Fazendo uma adaptação dessa leitura realizada por Varela (2009), podemos dizer que a política tradicional muda a realidade quando “se rende” aos processos de midiatização validando suas ferramentas e incorporando seus aspectos, outorgando-lhe cidadania. Por exemplo, quando o candidato utiliza de seu horário de propaganda na televisão para informar o endereço de seu site ou do perfil de campanha no Facebook, ou quando um governo utiliza a internet para realizar o orçamento participativo na forma digital.

No ambiente do digital brotam inúmeras possibilidades de experiências que se utilizam das novas discursividades e novas operacionalidades fora do âmbito da determinação técnica dos meios tradicionais e mais longe da fonte dos âmbitos institucionais. Apontamos, portanto, para uma perda de centralidade das instituições de mídia. E quando se afirma a caracterização do digital, de forma alguma se retira do comunicacional e se delega à tecnologia a leitura de sociedade a que pretendemos. Ou seja, a ação de qualificar a midiatização da política a partir das características da era digital reforça o caráter mais específico deste estudo e ajuda a situar o interesse do recorte de pesquisa. Entendemos que o uso da comunicação pelo campo político (atores políticos, instituições e cidadãos) recebe um tom próprio, a partir das potencialidades da internet e suas operações e do uso das redes sociais digitais.

Após desenvolver reflexões sobre os aspectos sociopolíticos da midiatização no ambiente de meios digitais, podemos especificar melhor o contexto comunicacional gerado com a disseminação da internet e o acréscimo dado por suas *características*. Podemos citar a facilidade de acesso, produção e distribuição de conteúdo, possibilidade de anonimato, capacidade de formação, segundo certas peculiaridades, de comunidades e grupos por interesse e potencialidade de mobilização virtual, entre outras características. Por outro lado, é preciso estar atento ao fato de que essas características da especificidade do político no digital têm sido apresentadas de diversas formas, algumas deslumbradas, positivas além da conta, e outras mais catastróficas.

De fato, as interações em plataformas digitais geram novas modalidades do comunicacional em torno da política, seja entre os atores políticos, entre esses atores e as

⁸⁶ Tradução livre de “Cuando un medio más viejo acepta la incorporación de la función de un medio más nuevo, lo está legitimando y otorgándole carta de ciudadanía”.

demais instituições, ou mesmo entre esses atores e os cidadãos. Sobre o modo de organização a partir do digital, podemos retomar Castells (2005).

A infra-estrutura tecnológica e o meio organizativo que permitem o desenvolvimento de uma série de novas formas de relação social que não têm sua origem na Internet, que são fruto de uma série de mudanças históricas, mas que não poderiam desenvolver-se sem a Internet. Esta sociedade em rede é a sociedade que eu analiso como uma sociedade cuja estrutura social foi construída em torno de redes de informação a partir da tecnologia de informação microeletrônica estruturada na Internet. (CASTELLS, 2005, p. 286-287).

Nesse sentido, produção e distribuição de conteúdo também reconfiguram as relações no político. A estrutura social diversificada tem por característica a inclusão da falta de intermediação da mídia tradicional no contato entre atores políticos e cidadãos, a partir de diversos exemplos de um contato direto. Por exemplo, a manifestação de políticos diretamente nas redes sociais, contatos e formulários de apresentação de propostas e projetos por parte direta dos cidadãos e a fiscalização cerrada das atividades políticas, entre algumas práticas. Os meios são caracterizados pelo aspecto de diversidade na produção e o resguardo da potencialidade de alcance massivo. Os meios tradicionais já haviam causado mudanças no modo de fazer da política, tirando o ator político da exigência do contato direto com o cidadão. Eles possibilitaram a distribuição massiva de conteúdo e uma participação na esfera de debates políticos por meio da informação e de debates pela televisão ou pelo rádio, por exemplo. Na atualidade, com os meios digitais, as mudanças se aprofundam por meio da interação e da conversação midiaticizadas.

Na exposição das características da internet, vale o acréscimo dos usos políticos de potencialidades *não lícitas* – ou, ao menos, *obscuras* – das mídias digitais, como uso de *bots* (robôs) e de perfis falsos em redes sociais, além da distribuição de *fake News*.⁸⁷ Se antes o contato com o mundo da política era pelos meios de comunicação e com a mediação do jornalismo, nos meios digitais, as diversas formas de informação, chamadas por alguns de alternativas, incluindo também a facilidade de propagação pelos meios suspeitos ou não-lícitos.⁸⁸

⁸⁷ Notícias falsas, boatos e conteúdos falsos divulgados sob o formato jornalístico.

⁸⁸ Várias vezes foi apontado o grande papel das *fake news* na relevância no digital, em notícias da própria mídia profissional.

Como em:
a) *Na semana do impeachment, 3 das 5 notícias mais compartilhadas no Facebook são falsas*, por Ricardo Senra, em 17 abr. 2016:

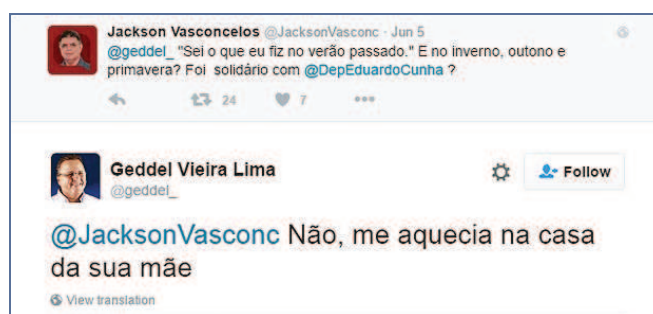
<http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160417_noticias_falsas_redes_brasil_fd>

b) Notícias falsas da Lava Jato foram mais compartilhadas que verdadeiras, por Alexandre Aragão, em 22 nov. 2016.

<https://www.buzzfeed.com/alexandrearagao/noticias-falsas-lava-jato-facebook?utm_term=.jfl5peme6g#.xhaN1vDvr2>

Da nova relação a partir das condições de acesso, chegam-se a novas formas de contato, novos vínculos e novos modos de interação entre os polos. Esses novos tipos de contato são intensificados pelas interações em uma espécie de nova face-a-face. Protocolos de novos e diferentes formatos são estabelecidos, como no caso do então ministro Geddel Vieira Lima na relação com cidadãos por meio das redes sociais, o qual, em um dos exemplos de sua presença *online* ofendeu a mãe do cidadão após uma provocação sobre a suspeição de sua idoneidade (Figura 2) e a relação com o então acusado de corrupção Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

Figura 2 – Reprodução de Twitter de Geddel Vieira Lima



Fonte: *Twitter* de Geddel Vieira Lima.⁸⁹

Sobre o caso, em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo,⁹⁰ o político tentou se explicar dizendo que “não respondeu como ministro de Estado, mas como ‘um tuiteiro’”⁹¹. E complementou: "Não será a primeira nem a última vez que respondo duro a quem, na minha avaliação, vai ali para me agredir". Obviamente a separação almejada por Geddel não é possível no nível de estruturação e da mediação da política na era digital. A emergência de *novas formas de política* é possível apenas após a disseminação do acesso à internet. Partidos políticos organizados no *online*, orçamento participativo digital e mobilizações pelas redes sociais são outros exemplos de que a comunicação vai muito além do polo empresarial midiático e da constituição tradicional do *modus operandi* da política.

Obviamente, as incursões nessa seara passam por diversos crivos sociais e institucionais. Investidas do campo político na mediação têm o caráter de ação nesse campo, mas resguardo o tradicional interesse dos atores políticos. Mesmo que se trate de uma

c) *Na web, 12 milhões difundem fake news políticas*, por Alexandra Martins, em 17 set. 2017. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral/na-web-12-milhoes-difundem-fake-news-politicas,70002004235>>; e no site Monitor do Debate Político no Meio Digital - <<http://www.monitordigital.org>>

⁸⁹ Disponível em: <http://twitter.com/geddel>.

⁹⁰ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1778961-ministro-geddel-responde-de-forma-grosseira-a-critica-no-twitter.shtml>.

⁹¹ Usuário da rede social Twitter.com.

política de Estado, a linha tênue entre Estado e Governo será atravessada em algum momento. Nesse sentido, não podemos realizar uma análise sobre o uso da mídiatização pelos políticos sem levar em consideração os interesses eleitorais e de capital político. Sobre isso, vale o que ressaltamos na pesquisa anterior sobre o E-democracia⁹² da Câmara dos Deputados (SOUSA, 2012). No uso de ferramentas participativas em que pode haver, frequentemente, a desconfiança de que as decisões já estão tomadas e serão acolhidas apenas as sugestões que convirjam com aquelas já definidas pelo ente governamental, enquanto o cidadão se sente enganado.

Diante de tais alterações, constatamos que as estratégias discursivas de governantes e de políticos favorecem a presença em vias de comunicação direta (sem a mediação midiática tradicional, por exemplo). Tais atores podem falar com seu público de modo a gerar engajamento e diversas aberturas para escuta e participação. Mas esses atores políticos passam, também, a partir do digital, por diversas situações de confronto diante de interações e conversações públicas, assim como: fiscalização monitorada das atividades, checagem de dados e contas por parte de grupos organizados, petições virtuais ou envio de mensagens, e constrangimentos e regulações, para citar exemplos de coletivos. Além disso, o confronto pode vir também de demandas de indivíduos isolados, por meio do acesso direto nas redes sociais em que os políticos estejam engajados.

Além disso, a caracterização mais atual do processo de desenvolvimento da internet tem o destaque do acesso móvel, via aparelhos como celular e tablets, o que pode ser apontado como fundamento de importantes modificações sociais e, conseqüentemente, na política. Ferramentas portáteis, principalmente por celular, possibilitam acessos instantâneos a informações e redes sociais, ferramentas de transmissão ao vivo e seu poder de vigilância e conexão constante a partir da independência em relação a microcomputadores. Esse aspecto demonstra o aprofundamento de diversas características da presença da mídiatização na sociedade.

Nesse sentido, usos e apropriações das ferramentas e das dinâmicas dos públicos tensionam as relações entre atores políticos e cidadãos, nessa perspectiva multilateral, em que benefícios ou prejuízos estarão na roleta da interação. Diversas tensões advêm desses embates realizados em esferas mais informais, em que papéis não estão rigidamente definidos e o tempo de resposta aparenta estar cada vez mais curto. A colocação em prática nos dois Governos Dilma será descrita empiricamente a partir do capítulo 6, quando esses elementos e

⁹² Disponível em: <http://edemocracia.camara.gov.br/>.

essas tensões serão tratadas de uma forma detalhada. Desde já, afirmamos, potencialmente, o entendimento de uma “nova política” após a assimilação do digital pelo campo político, o que se apresentará com mais clareza nas análises do empírico. Um dos itens a ser mais explorado, ainda na perspectiva teórica, é da circulação do político na estruturação comunicacional das redes sociais digitais.

Na sequência da abordagem proposta, o tema da mediatização da política se aprofunda para o detalhe mais específico da pesquisa, para a compreensão a partir da comunicação em redes sociais digitais.

4.3.2 A atuação nas redes sociais digitais

No caso do campo político, seus atores enunciadores seguem em busca de espaço e de conformação das suas perspectivas diante das tecnologias disponíveis. Por exemplo, um ator político estará no espaço virtual interagindo socialmente em busca de capital eleitoral, ou de justificação das posições governamentais. E assim, as iniciativas participativas, os sites de consulta, o aplicativo etc., bem como qualquer outra ferramenta comunicacional, terá seu enunciador, com seus interesses. As relações se adaptam, mas se repetem.

Além disso, segue a importância da presença e do agendamento dos meios tradicionais apesar das campanhas digitais e da e-governança. Mesmo assim, algumas características novas transformam modos de operar causando reconfigurações. Uma das alterações presentes na dinâmica de funcionamento do político em rede é o que sintetiza Castells (2004, p. 186): “Em vez de o Governo vigiar as pessoas, as pessoas poderiam vigiar seu governo”. Nesse sentido, podemos ponderar que o incremento digital pode refletir em facilidades de operacionalização para os representantes políticos, por um lado, mas, por outro, traz a presença do cidadão atuante para certo protagonismo e para atuação ativa em diversas esferas da participação.

Outra característica a ser destacada no funcionamento das dinâmicas a partir da internet e das redes sociais digitais é que os encontros e os embates dos diversos campos seguem ocorrendo. Tal fato se dá, pois, mesmo que se afirmem aspectos novos e características mais dinâmicas e conversacionais, não podemos negar, por exemplo, que o aparato jurídico, por meio das legislações eleitorais e fora desses períodos, atua para impor restrições e limites sobre o uso do elemento conversacional entre atores políticos e cidadãos na rede. Ou seja, quando o tribunal eleitoral atua restringindo a continuidade de diversos sites durante o período eleitoral, a moderação em vista de uma regulação que pudesse dar isonomia

aos ditames da política eleitoral interrompe sem possibilidade de qualquer brecha aos espaços de atuação do político governamental. Isso ficou evidente na pesquisa empírica que desenvolvemos nesta tese, quando sites participativos foram tirados do ar durante o período eleitoral em 2014.

A dinâmica das redes aponta também transformações no funcionamento das relações entre produtores e receptores. A atuação política transpõe os limites de papéis públicos dos atores sociais. A compreensão da lógica operacional e eficaz dos protocolos da rede leva tanto políticos a personalizarem sua atuação saindo das esferas mais básicas da internet, como os sites oficiais ou de campanha, para uma ação extremamente individual de atuação em redes sociais que são caracterizadas pela identificação em pessoa física. Tal atuação foi visível no caso do presidente argentino Mauricio Macri, que realizou transmissões de vídeos exclusivamente em seu perfil na rede social *Snapchat* uma cobertura pessoal da visita do presidente estadunidense Barack Obama, em 2016,⁹³ deixando jornalistas desavisados fora da cobertura, já que o estilo da rede social era de perfil de pessoas mais jovens e não estava em uso.⁹⁴ A nosso ver, tais usos redimensionam o desenho interacional entre comunicação, política e sociedade, redistribuindo protagonismos de forma multidirecional.

Outro exemplo em que o fenômeno midiático *rompe com fronteiras e ultrapassa os tradicionais modos de organização* da política, e também do político e sua relação com os meios tradicionais em sua configuração, a partir da dinâmica das redes sociais, é a falta de mediação dos políticos na plataforma *Twitter*.⁹⁵ A rede social promove a interação por textos e links e é capaz de colocar em contato direto atores institucionalizados da esfera política e os cidadãos, espaço diário da reconstrução de discursividades de ambos os “lados” desse contato. O ato de romper tais fronteiras pela internet reconfigura as relações entre atores políticos e atores sociais.

Um modo próprio de circulação do político nas redes sociais carrega a formatação do fazer política a partir das redes. Ou seja, formata-se um modo de atuação política a partir da estruturação da comunicação em redes. E, apesar de o foco desta pesquisa não ser sobre o uso das redes sociais na política ou sobre a atuação dos atores políticos e cidadãos em alguma

⁹³ Snapchat é um aplicativo de envio de mensagens de fotos e vídeos curtos em formato de rede social para que possa ser compartilhado de forma pessoal ou para os seguidores. A principal novidade lançada pelo Snapchat foi o tempo de “vida” de cada mensagem, ou seja, a mensagem postada ou enviada dura por certo período e depois deixa de poder ser acessada.

⁹⁴ O caso é tratado por Ana Slimovich, em SLIMOVICH, 2017.

⁹⁵ Um dos grandes exemplos do uso dessa plataforma é pelo Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, eleito em 2016 e que, em seu primeiro ano de mandato, vem utilizando a rede para se expressar e “fugir” da mediação jornalística à qual critica veementemente, em acusações diante de informações que lhe sejam contrárias.

rede social específica, essa caracterização das redes sociais digitais contribui para a apresentação do modo de uso do digital. Assim como do contexto de ampla potencialidade de conversação em rede, tanto de atores políticos, quanto dos cidadãos que usam as redes para, entre outras coisas, falar sobre política e sobre o cotidiano de suas vidas.

Considerando que a midiatização tem como teleologia a produção de uma nova forma de vinculação social, por meio da conexão entre processos midiáticos e sociedade (FAUSTO NETO, 2005), podemos afirmar que, na atualidade, a organização em redes sociais digitais possui elementos para ensejarmos a visualização dessa nova forma de vínculo social. Nesse sentido, converge com o que apresenta Sbardelotto (2016, p. 119):

Em suas inter-relações, as interfaces das plataformas sociodigitais em sua dimensão tecnológica e simbólica, os protocolos que aí são instituídos em relações sociais e tecnológicas, e as reconexões nelas realizadas como ações sociais e simbólicas complexas catalisam o dispositivo conexial”.

O *Facebook*, por exemplo, é considerado por Carlón (2012) como um meio de meios que possibilita, além de conectar pessoas – o que pode ser dito como sua função mais inicial – oferecer conteúdo de texto, imagens e audiovisuais. Ou seja, conjuga seu espaço de rede social com a disponibilização de conteúdo, tornando-se um agregador da oferta de produtos comunicacionais – sejam industriais, semiprofissionais ou amadores – com as ferramentas interativas de conversação e reação diante dos conteúdos. Tal característica é significativa para apresentar as múltiplas possibilidades que dão continuidade e convergência ao modelo dos meios anteriores. E esses meios são complementados com a possibilidade de criar grupos por proximidade, que podem ser de simples amigos ou de verdadeiras audiências que cheguem a milhões de espectadores. Nessa perspectiva, questiona Carlón (2012, p. 183): “Em que tipo de *enunciadores midiáticos* se convertem aqueles que possuem uma página pessoal no *Facebook* e produzem discursos como os que nos propusemos a analisar?”.⁹⁶ Na mesma obra, ele explica que tais enunciadores são “sujeitos midiáticos”.

De forma mais específica, podemos afirmar características da organização social dos cidadãos em rede na atuação política como exemplo dessa modificação. O enfraquecimento de sentimento de representatividade política dos cidadãos, por parte dos partidos políticos e instituições políticas se reverbera, no Brasil e em outros países, em páginas e mobilizações pelo *Facebook*, com a proximidade de pares por meio de posicionamentos comuns. A brecha deixada pelos modos tradicionais de congregação de posturas e posições políticas dá lugar a

⁹⁶ Tradução livre de: “¿En qué tipo de *enunciadores mediáticos* se convierten aquellos que poseen una página personal en *Facebook* y producen discursos como los que nos proponemos analizar?”.

ressignificações próprias do digital. Exemplo da realidade brasileira é o papel de grupos como Movimento Brasil Livre (MBL)⁹⁷ e Vem pra Rua,⁹⁸ com capacidade de mobilização igual ou maior que um partido político, apesar de seu laço mais frágil de filiação às suas demandas.

Nessa perspectiva, afirmamos que a estruturação da sociedade a partir de contato em redes sociais digitais tem se baseado em novas formas de organização, de conexão, de interatividade e de armazenamento e distribuição de conteúdo. Tais formas de organização atribuem modos diferenciados de percepção de tempo e de espaço. Além dos elementos mais gerais, outros aspectos mais pontuais podem ser acrescentados ao contexto para colaborar na explanação do político nesse ambiente: a facilidade do anonimato, a rápida agregação da proximidade de posicionamentos políticos e composição de redes de seguidores e o relativo baixo custo para disseminação de conteúdos. Todas essas características, no nosso entendimento, reconfiguram o político no espaço do digital, contrapondo o antigo modo em que os atores políticos e os cidadãos estavam ambientados, quando havia a prevalência dos meios massivos, com o modo como estão na ambientação do contexto de meios digitais.

Por fim, a relação do hipertexto com a circulação pode ser de muita utilidade para a compreensão do acirramento da midiatização na atualidade. Conceito que entende o fluxo sempre adiante do texto publicado na internet, o hipertexto inclui a confluência de modalidades de publicação e a ampliação de um texto em suas possibilidades de se expandir constantemente.⁹⁹ E a disseminação da internet amplia as possibilidades da midiatização. Para Fausto Neto (2016a, p. 99), “tecnologias convertidas em meios geram intenso processo de midiatização no seio do qual os processos interacionais entre instituições e atores sociais se cruzam a partir de lógicas de mídias, especialmente após o advento da internet”.

Ainda sob o entendimento das afetações do *online* no processo de midiatização, podemos concordar que “a digitalização altera profundamente as condições de circulação. No caso dos meios audiovisuais, a crise do *broadcasting* modifica, de forma definitiva, os processos de criação de valor”.¹⁰⁰ (VERÓN, 2012, p. 14). O modelo de acesso aos conteúdos, para além da centralização dos produtores, e em um contexto de produção por parte dos antigos receptores e de multiplicação de polos emissores, caracteriza o ambiente favorável à ampliação da midiatização no contexto da internet e suas novas tecnologias.

⁹⁷ Disponível em: <http://mbl.org.br/>.

⁹⁸ Disponível em: <https://www.vempraru.net/>.

⁹⁹ Para Verón (2012), a noção de hipertexto é idêntica ao conceito de intertextualidade proposto pela semiologia muito antes do surgimento da web: “Desde mi punto de vista, la hiper-textualidad es un invariante de la dinámica histórica de los textos desde el surgimento de la escritura” (VERÓN, 2012, p. 12).

¹⁰⁰ Tradução livre de: “la digitalización altera profundamente las condiciones de circulación. En el caso de los medios audiovisuales, la crisis del *broadcasting* modifica, de manera definitiva, los procesos de creación de valor”.

Essa dinâmica das redes caracteriza a “política dos internautas” em sua atuação política a partir da internet e do contexto de redes, nas dinâmicas da interação, o que será tratado no subitem a seguir.

4.3.3 As políticas dos internautas

Tomando emprestado o título do livro de Carlón e Fausto Neto (2012), “*Las políticas de los internautas*”, identificamos, neste ponto da discussão teórica, a possibilidade de debater sobre a política dos internautas, em busca de explicações sobre esse ser atuante na seara apontada nos itens anteriores. O cidadão em ação no contexto de redes e da internet diferencia-se, a partir do nosso entendimento, pelo potencial oferecido pela internet e pelas redes sociais. De igual modo, a expansão da presença das instituições políticas no ambiente *online*, com seus atores e discursos, produz, conforme aponta Slimovich (2012, p. 138), “a digitalização do espaço público e surgem novas instituições e discursos políticos de usuários cidadãos e interações de cidadãos com governantes, além de intercâmbios de internautas entre si”,¹⁰¹ Acreditamos que a compreensão dessa reconfiguração precisa ser mais aprofundada; o entendimento de mudança deve ser amplificado com pesquisas empíricas.

Algumas pesquisas já fazem essa caracterização, como os trabalhos da própria Slimovich (2012), por exemplo, que pesquisa o uso do *Facebook* por duas figuras políticas da Argentina (Cristina Kirchner e Mauricio Macri),¹⁰² o que contribui para delimitar essa caracterização da presença dos atores políticos no espaço público *online*. Diante do turbilhão de mudanças, Carlón (2012, p. 177) aponta que, nesse contexto das redes, são os sujeitos e não os meios *broadcast* que decidem que discursos consumir, quando e através de qual dispositivo. Ou seja, o protagonismo é característico do modo de atuação política tanto de atores políticos, quanto de cidadãos nessa arena, o que, para os antigos emissores – instituições governamentais, atores políticos e partidos – implica divisão e distribuição do papel enunciativo, bem como uma potencial demanda de mais esforço desses antigos enunciadores para ocupar um espaço relevante nas diversas arenas públicas.

Para se justificar a definição do enquadramento de “política dos internautas”, é preciso afirmar que novas formas de comunicação/relacionamento advêm do uso das tecnologias disponíveis. Os câmbios identificados levam a ponto de merecer uma diferenciação para o

¹⁰¹ Tradução de “la digitalización del espacio público y surgen nuevas instituciones y discursos políticos de usuarios ciudadanos e interacciones de ciudadanos con gobernantes, además de intercambios de internautas entre sí”.

¹⁰² SLIMOVICH 2012; SLIMOVICH, 2017.

ambiente *online*. Essa diferenciação é caracterizada por mudanças nas condições de acesso, produção, distribuição de conteúdos, além das ferramentas de conversação, interação e participação. Para Abélès (2012, p. 33),

A internet oferece um meio de entrar no espaço público como portador de uma capacidade de iniciativa. Agora, as pessoas já não querem ser apenas receptores passivos, mas desejam, eles também, influenciar a opinião pública e cada uma delas quer se expressar, escolher o seu tema, o seu jeito, o seu terreno.

O papel mais ativo do cidadão, como já citado, altera a situação relativamente confortável que os entes políticos poderiam se arrogar de detentores da emissão de ideias, propostas e planos políticos. No contexto da presença dos políticos nas redes, há uma dessacralização, ao que pode ser acrescentado de uma remediação, pois o discurso público, via tribuna parlamentar ou via meios de comunicação tradicionais, passa à conversa direta, que também é pública e volta à mediação dos veículos de comunicação tradicionais. A auto-organização das redes configura, a seu modo, o político em rede, por meio de exercício de negociação.

A conferência de visibilidade é que consagra o uso dos espaços em rede. E a facilidade em assumir protagonismo é um aspecto a se considerar no câmbio de visibilidade dos atores sociais. Um caso desse fenômeno pode ser indicado no exemplo da cobertura feita pelo *Voz da Comunidade*,¹⁰³ quando da ocupação no processo de “pacificação” no Morro do Alemão, no Rio de Janeiro. O canal se tornou o melhor meio na cobertura do fato e pertencia a um jovem morador, Renê Silva, que tinha acesso a tecnologias e estava mais próximo aos fatos comunicando para as redes sociais digitais. A possibilidade de esse cidadão se tornar protagonista do fato é mais concreta que em qualquer outra modalidade de comunicação mais tradicional. No quesito mediação desse fato, o ator-cidadão foi aquele capaz de realizar o melhor trabalho, tendo, inclusive, seu material utilizado pelos meios tradicionais.

O slogan do site *Youtube*, "*Broadcast yourself*", algo como “transmita você mesmo”, resume essa característica da política dos internautas, com a capacidade de cada cidadão ser, potencialmente, um produtor e divulgador de conteúdos. Há grandes mudanças nas negociações de espaços de visibilidade, apesar de ainda podermos afirmar que os meios massivos mantêm um poder de mobilização e de manutenção de audiência. No caso dos

¹⁰³ Criado em 2005, o canal *Voz das Comunidades* surge da ideia do jovem Renê Silva dos Santos de realizar a cobertura da vida da população das favelas do Conjunto do Alemão, a partir da notoriedade dada a acontecimentos não costumeiros na mídia tradicional. O canal ganhou destaque em 2010, já no período de disseminação das redes sociais e no período de ocupação da Polícia Militar, quando o site e as redes sociais do canal puderam dar visibilidade aos fatos a partir da perspectiva da comunidade, e não da voz oficial da polícia, buscada pela mídia tradicional. Disponível em: <http://www.vozdascomunidades.com.br/geral/nossa-historia/>.

protestos do Brasil, questões apresentadas na televisão e nos jornais impressos garantiam relevância e, de certa forma, balizavam a opinião pública. Apesar de podermos identificar diversas características de uma rota paralela nos discursos dos meios não industriais, na conversação em rede e na mídia pessoalizada.

Para Lacalle (2012), diferentemente da relação nos meios tradicionais, a política na internet aposta na

escrita compartilhada do *storytelling* eleitoral, construído conjuntamente na Rede pelos políticos e pelos cidadãos. Uma escrita participativa que, além de canalizar a emoção e impulsionar a ação, seja capaz de converter os simpatizantes em narradores.¹⁰⁴ (LACALLE, 2012, p. 132).

Ou seja, além da alternância de papéis de emissão, podemos dizer que no ambiente de internet e de redes, a construção coletiva é uma característica, a produção compartilhada devido ao acesso entre os diversos pontos, sejam atores políticos, gestores ou cidadãos, guarda um potencial de atuação conjunta, como no caso de *Wikilegis*,¹⁰⁵ que congrega o capital participativo dos cidadãos na elaboração de um projeto de lei, com a capacidade de proposições recebidas por cidadãos.

Na caracterização desse “internauta”, podemos apresentar alguns autores que complexificam sua denominação. Primo (2003) utiliza o termo “interagente”, em detrimento de usuário, pois, para ele, o mero usuário da tecnologia não é um ser ativo. Portanto, concordando com o proposto pelo autor, mesmo sem necessariamente acompanhá-lo no termo, acreditamos que esse internauta, portador de competências e habilidades, tem a potencialidade para ser ativo na sua participação política, podendo dialogar diretamente com os atores políticos. As redes podem ser caracterizadas como espaço de expressão pública de alcance, *potencialmente* alto para a circulação comunicacional por meio desse ator social.

Para além dos aspectos de potencial difusão de conteúdo, o cidadão também tem a capacidade de construção de redes com seus semelhantes, em relações baseadas na relativa autonomia em relação aos governos, às empresas e às instituições de mídia. Enfim, ir além das fronteiras rígidas de tempo e de espaço, como é próprio da internet, demonstra-se uma característica importante e impacta na definição de uma política dos internautas. Os usos das

¹⁰⁴ Tradução livre de: “escritura compartida del *storytelling* electoral, construido conjuntamente en la Red por los políticos y los ciudadanos. Una escritura participada que, además de canalizar la emoción e impulsar la acción, sea capaz d convertir a los simpatizantes en narradores”.

¹⁰⁵ A noção de *wiki* se tornou popular com a *Wikipedia* (<https://www.wikipedia.org/>), enciclopédia colaborativa em que os conteúdos podem ser editados por múltiplos utilizadores, com possibilidade de adaptar, acrescentar ou excluir uma informação em vista da elaboração conjunta.

redes têm demonstrado a existência de um cidadão diferente que, em situação de participação e interação, pode cobrar proximidade e tempo de resposta de seu representante eleito.

Por fim, ao afirmar que esse cidadão tem sua atuação em redes sociais, vale a advertência que aquilo que se costuma chamar de redes sociais, como *Facebook* ou *Twitter*, são, na verdade, plataformas para as redes. Quem torna os espaços em lugares de rede são os cidadãos, a partir dos usos e apropriações desses espaços estruturados pela comunicação. Ou seja, a caracterização da atuação em rede depende da adesão e da participação dos cidadãos, em termos de produção de sentidos. Ações em rede são viabilizadas pelos sites, mas as redes são constituídas, e os cidadãos colocam-se *online* na disposição para realizar as conexões. Não podemos deixar de mencionar que a mesma facilidade para a construção de redes se reflete, pelo formato de tais redes digitais, em estruturas frágeis, geração de laços menos apertados, de conexões menos intrínsecas.

4.4 Interação Governo e Sociedade no contexto da internet

Como forma de continuação do estabelecimento do marco teórico, discutimos, também, o entendimento de interação na internet a partir dos contextos de midiatização no ambiente *online*. E nessa constatação, situamos como o campo político tem sido afetado por essa reconfiguração. Apresentamos aqui uma base conceitual para a atividade de processamento inferencial que será feita no capítulo 8, em que as análises serão feitas após o contato com os empíricos. Heuristicamente, podemos entender essa interação como espaço de contato entre instituição política, em nosso caso o Governo Federal, e seu público, o cidadão, em tom dialógico, e com incentivo à participação desse cidadão nos espaços de gestão. A interação aqui é entendida como portadora de resposta personalizada para além de um atendimento burocrático, formatado de modo a permitir que sejam ultrapassados os limites rígidos de uma relação costumeira de oferta de serviços.

Outra questão importante neste subitem é sobre essa interação estar localizada no contexto *online*. De fato, independentemente da internet e suas operações, os governos realizavam e realizam experiências de participação como modo de incremento da democracia e de justificação da representação, em situações diversas: as audiências públicas; os encontros dos representantes com os cidadãos – nas reuniões itinerantes –; o recebimento de sugestões e abaixo-assinados pelos diversos meios de contato; e, em um nível de maior participação, a elaboração de um projeto de lei de iniciativa popular ou uma consulta pública. Ou seja, a relação entre Governo e Sociedade é estabelecida por canais de interação *offline*, se assim

podemos dizer. Por outro lado, é possível observar iniciativas em que o incremento das tecnologias *online* tem se mostrado em plataformas e meios de aprimoramento desses espaços, a partir das ferramentas *online* com um potencial de realização de experiências participativas melhor disseminadas.

A construção da política nos tempos atuais está ancorada em elementos que a descaracterizam nos aspectos de inclusão cidadã, colocando em xeque a capacidade de funcionamento da democracia representativa. Diante disso, mecanismos que promovam a porosidade nos governos são instrumentos essencialmente comunicacionais, que favorecem o incremento da democracia. Tais mecanismos de escuta podem sustentar os contratos de representatividade, a partir de aberturas à interação de forma a dar um caráter participativo à democracia representativa. Mas, por outro lado, a participação não é positiva de por si mesma, como alerta Wilson Gomes (2011, p. 24-25): “A participação não é um valor democrático por ser um valor em si mesmo, mas apenas na medida em que pode produzir algum benefício para a comunidade política. Caso contrário, qual qualquer participação (na *Ku Klux Klan* ou na *Hitlerjunge*) seria boa para a democracia”.

Obviamente, nessa interação localizada na sociedade em vias de mediatização, atores políticos se utilizam de meios e dispositivos de comunicação para além daqueles tradicionais, pois é com a internet e suas operações que as características conversacionais dos meios ganham capacidades de divulgação. A interação governamental é dinamizada em potencialidades, rupturas, fracassos e limites, a partir das características ponto a ponto de seu aspecto conversacional. Por outro lado, nos aspectos de realização aberta à miríade de interlocutores. Ou seja, essa interação *online* é uma conversa qualificada, um atendimento ao público que vai além de um modelo destinado a resolver questões individuais para possuir uma abrangência maior no acesso e na capacidade de possibilitar mais cidadãos de se aproximarem de sua atividade de gestão. A interação a partir do *online* está organizada sob uma arquitetura comunicacional específica da sociedade em mediatização, a partir das características da internet e das redes já trazidas neste capítulo. E a mediatização complexifica o funcionamento das práticas sociais, por meio de *feedbacks complexos*.

As ações comunicacionais de interação do Governo com o cidadão são mediatizadas e as respostas à participação pertencem ao grupo de cidadãos interessados nas demandas. Colocadas em rede, as conversações públicas podem, potencialmente, colaborar na gestão, na oferta de transparência e na geração da justificação. A questão das condições do acesso, identificada anteriormente, é que potencializa um movimento possível de realização. A partir do texto já citado de Verón (2012), confirmamos a ideia de que a internet é um campo de

batalhas e endossamos que as disputas de significados são exemplos dessa luta por justificação política, aceitação junto à sociedade e validação da democracia representativa. Ou seja, a colocação de governos nesse espaço depende da assimilação de lógicas, de linguagens e de temporalidades próprias desse ambiente.

Com as práticas sociais sendo afetadas segundo lógicas específicas dos meios de comunicação, os representantes políticos são instigados a emitir suas respostas a partir da singularidade de tais modalidades. Mas a interação entendida aqui é caracterizada também como uma estrutura de vínculo de natureza complementar assimétrica, na medida em que o trabalho interacional e do seu ir adiante é afetado por lógicas definidas pela instância governamental. Ou seja, o Governo se coloca no espaço interacional mais propício aos ambientes conversacionais, mas resguarda sua institucionalidade e suas rotinas de ambientes decisórios.

A conexão em dispositivos móveis também acelera a proximidade do cidadão com aspectos de diversos campos sociais, incluindo o político. Aplicativos de celular podem monitorar candidatos, políticos eleitos, casas legislativas e órgãos governamentais, por exemplo. A partir dessa relação do indivíduo com a tecnologia, por meio de forma mais autônoma, “tanto as tecnologias quanto os usos prescritos ou efetivamente concretizados sobre aquelas, por se inserirem em uma determinada trajetória pessoal ou coletiva, também se inscrevem em um tecido sócio-histórico dado, comportando significações socioculturais” (SBARDELOTTO, 2016, p. 76). A proximidade do aparelho celular e a praticidade desse de acompanhar o cidadão quando, por exemplo, espera a fila do banco ou mesmo quando ele está na cama esperando pegar no sono, amplia a possibilidade de fazer da conexão pela internet algo próximo e potencialmente conversacional. Ou seja, a rotina de comunicar-se se expande ainda mais para o cotidiano do cidadão.

A escuta da recepção é reforçada por Verón (2015) e a explicação sobre a sociedade a partir dessa lógica da escuta é considerada em sua grande importância. Desse modo, mesmo que nossa proposta de pesquisa não seja de um estudo de recepção, já que o foco está na análise das ofertas de interação por meio das iniciativas do Governo, indicamos que nos materiais empíricos a posição dos atores estará presente nos traços que traspassam na pesquisa. Os percalços, indicados até mesmo no título, são sintomas da diferença nesse processo de interação. A fala do Governo tem sempre o processamento a jusante pelos atores sociais. E as falas desses atores não estão necessariamente dentro dos circuitos programados, em espaços que desdobram em outros circuitos. O que indicamos aqui é a limitação em

acompanhar todos esses desdobramentos, mas ressaltamos, dito novamente, que os traços dessas ressignificações estarão presentes nos materiais.

Para concluir este tópico sobre a interação entre atores políticos e sociedade, acrescentamos uma reflexão sobre tendências mais atuais, as quais se localizam numa proposta de atualidade mais próxima que a trazida na pesquisa, o que chega até mesmo a ser um exercício de prospecção. Como tivemos o objetivo de indicar a tendência de uso da internet na política durante os Governos Dilma, dizemos também que as alterações continuam e que novos cenários poderão ser foco de estudo de outras pesquisas sobre como as ferramentas comunicacionais têm reposicionado os políticos. O contexto mais atual é de configuração de candidaturas que usam dos meios *online* de forma muito além de um simples suporte, pois tais atores políticos têm no ambiente de internet e de redes sociais a quase totalidade da construção de suas candidaturas.

Um exemplo dessa modalidade de “candidato *online*” pode ser descrito com o caso do deputado federal por Goiás, em 2014, Delegado Waldir. Ele foi o candidato mais votado do Estado, com 274.625 votos, o que representou mais de 9% dos votos válidos e quase 100 mil a mais que o segundo lugar, Daniel Vilela (PMDB). O candidato era chamado de “político de *Facebook*” e utilizou as redes sociais para fazer a campanha, por meio de discursos de fácil apelo, como porte de armas e tolerância zero com a criminalidade, com incentivo à distribuição de conteúdo e ao compartilhamento na rede social. O caso pode ser um exemplo isolado ou mostrar uma tendência de modificação da construção do político.

Outra situação é um caso ainda em curso, da candidatura do Deputado Federal Jair Bolsonaro (PSL) à Presidência em 2018. A análise de pesquisa do Ibope divulgada em 29 de outubro de 2017 indica, em números gerais, o candidato com 13% numa segunda posição, posicionando-se entre o ex-presidente Lula (PT), primeiro colocado com 35%, e Marina Silva (REDE), com 8%¹⁰⁶. O recorte específico da pesquisa indica um fato relevante: quando isolado apenas o público que costuma usar a internet, Lula cai para o máximo de 31% e Bolsonaro atinge de 18% a 23%.¹⁰⁷ Esse maior volume nas redes sociais é resultado da ação do candidato e de seus seguidores, com mobilizações e compartilhamento dos conteúdos, numa ocupação de discursos na rede. A expressividade do candidato nas redes sociais leva à

¹⁰⁶ Lula e Bolsonaro na frente: <http://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/ibope-lula-e-bolsonaro-na-frente.html>

¹⁰⁷ <http://www.valor.com.br/politica/5180921/diferenca-entre-lula-e-bolsonaro-varia-conforme-acesso-de-eleitores-internet>

sensação entre seus eleitores de que Jair Bolsonaro teria um maior percentual de votos que o demonstrado pelas pesquisas.

Esse será um fato relevante a ser estudado acerca da eleição de 2018 (o que apenas ilustramos nesta pesquisa), visto que, em 2017, Bolsonaro era o pré-candidato com maior número de seguidores¹⁰⁸ e com um dos maiores engajamentos no *Facebook*.¹⁰⁹ Se ele tem grande espaço nas redes sociais, pelo aspecto político, será candidato, em 2018, por um partido pequeno, o PSL¹¹⁰, e quase sem espaço de rádio e de televisão no Horário Eleitoral Gratuito. Pesquisas acadêmicas futuras poderão indicar, ou não, o papel dos meios tradicionais, uma possível perda de importância do Horário Eleitoral e o crescimento do modo de fazer política nas redes sociais e na internet.

Mostra-se como problema o fato de a principal arena da discussão política estar sendo deslocada para as redes sociais, pois a organização das plataformas dessas redes está baseada na manutenção do público o maior tempo possível conectado, utilizando para isso estratégias de aprovação, do reconhecimento e da conformação de suas ideias, o que gera as já conhecidas nesse ambiente como “bolhas”.¹¹¹ O risco dessas ocorrências está na falsa ilusão de que a *timeline* corresponde à realidade. Isso, também gera uma situação de não-debate e de aproximação e confirmação do próprio pensamento, já que a tendência das redes sociais é aproximar os usuários com o pensamento comum, sem espaço para ampliação de perspectivas e possibilidade de mudança de ideias. Junta-se a isso, o acirramento de ânimos no debate político e o compartilhamento de convicções cada vez menos fundamentadas.

A eleição de 2018 terá também outro desafio, com a permissão legal de propaganda paga na internet.¹¹² Nos tempos atuais, o papel do algoritmo, por exemplo, mudou bastante, ao passo que as empresas de redes sociais ampliaram sua interferência com o objetivo de direcionar melhor o conteúdo. Isso, será também um teste para medir o poder das redes sociais na circulação de sentidos sobre a política.

¹⁰⁸ O perfil de Bolsonaro (<https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro>) tinha 4,9 milhões de seguidores em 30 de novembro de 2017. Por outro lado, o perfil de Lula (<https://www.facebook.com/Lula>) contava, na mesma data, com 3 milhões e o de Marina Silva (<https://www.facebook.com/marinasilva.oficial>), com 2,2 milhões.

¹⁰⁹ Disponível em: <http://www.infomoney.com.br/mercados/politica/noticia/6829897/mais-populares-nas-redes-doria-bolsonaro-disputam-hegemonia-facebook>.

¹¹⁰ O número de congressistas de cada partido na Câmara dos Deputados é utilizado na divisão do Horário Eleitoral, o que indica que Bolsonaro terá apenas alguns segundos na TV e no Rádio.

¹¹¹ A bolha é caracterizada pela tendência das redes sociais em cercar o usuário de seguidores e amigos que compartilhem da mesma visão que a sua.

¹¹² “Reforma eleitoral abre espaço para propaganda paga em sites”, por Jonas Valente. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-10/reforma-eleitoral-abre-espaco-para-propaganda-paga-em-sites>.

4.5 A Mídiação afeta a Política em seu Cerne?

Após a exposição dos detalhamentos da mediação da política em sua caracterização *online*, apresentamos uma questão sobre a profundidade das afetações desse ambiente mediado. Para iniciar este subitem, trazemos algumas das perguntas feitas também por Fausto Neto, Mouchon e Verón (2012, p. 7-8), sobre o papel da mediação na política. Os autores se perguntam sobre o tema: “Trata-se de uma mutação das democracias contemporâneas ou simplesmente de uma evolução na mediação da posição executiva? Os vínculos de representação são afetados? [...]. As condições de negociação e da obtenção de consensos estão se transformando?”.

Indicando que tais questões são realizadas ainda no contexto da primazia do televisivo, mas com a identificação do peso crescente da internet, podemos trazê-las para o contexto de maior penetração do digital nas próximas linhas. Ou seja, requalificamos as perguntas apresentando a discussão sobre o alcance de tais transformações identificadas numa efetiva constatação de mudanças. Podendo, então, tal questionamento ser elaborado de modo duplo, da seguinte forma: *O modo como se dá o tensionamento entre Governo (e as demais instituições político-governamentais) e os cidadãos no uso dos dispositivos comunicacionais digitais tem modificado a política no seu cerne? Há alguns indícios de alteração estrutural no campo político a partir das dinâmicas comunicacionais ou tais novidades são assimiladas apenas como novos meios para se fazer o mesmo?* Essas questões apresentadas balizam este subitem como forma de complementação das reflexões teóricas próprias deste capítulo.

A formulação das questões gira em torno da pergunta sobre a capacidade de a afetação da comunicação na política promover, na atualidade, uma afetação nuclear, que atinja o cerne desse campo, ou se o que foi apresentado até aqui se trata apenas de um grupo de mudanças factuais nos suportes. A grande dificuldade de tensionar tais processos neste momento está no fato de que eles estão em desenvolvimento, porém, cujas dinâmicas não podem ser negligenciadas.

Nossa hipótese inicial é de que o Campo Político sofre afetações no ambiente da mediação e, gradualmente, condiciona suas operações às lógicas comunicacionais. E, de fato, a política vale-se dessa permeabilidade da comunicação. Nesse entendimento é que se tensionam os alcances, numa reflexão de fundo sobre o tema do papel do reflexo da mediação e de sua afetação na política, a partir dos questionamentos sobre a potencialidade da mediação no alcance ou não do cerne da política.

E no exercício de tensionamento teórico, nos propomos, já munidos dos referenciais de mediação apresentados neste capítulo, ao debate com reflexões de dois pesquisadores que discutem as relações comunicação e política: Wilson Gomes e Stig Hjarvard. Apresentamos suas proposições, com as visões sobre a afetação da política pela mídia, e salientamos que para nossa pesquisa se tratam de posições com as quais apresentamos discordâncias ou concordâncias parciais. Nesse sentido, apresentadas as hipóteses dos autores, é realizada uma elaboração sobre como, a partir do nosso entendimento, a mediação afeta a política de forma a tocar seu cerne, resgatando o conceito como já apresentamos e incluindo hipóteses de outros autores.

Apesar de afirmar que as alterações no contexto de comunicação e cultura de massa transformam os meios em ambientes, para Wilson Gomes (2004), os processos comunicacionais não afetam profundamente o sistema de produção do campo da política, sendo esse um sistema fechado e que se preserva, não tendo atingidas as suas fundações. Seu questionamento é de que o contexto de maior espaço das mídias se trata de um ambiente técnico cultural e não uma inovação radical. “Certos aspectos da política que permanecem estáveis enquanto outros mudam” (GOMES, 2004, p. 417).

Para Wilson Gomes (2004) existe uma limitação das alterações da comunicação à esfera da política apenas nos aspectos *ad extra*. Entendemos, desse modo, que ele relativiza a incidência dos processos midiáticos sobre os elementos constitutivos dos processos políticos, e afirma que a comunicação mediada não modifica os sistemas de práticas inerentes da política. “Nem mesmo se pode depreender – pelo menos não com a força de necessidade – da mudança de um dos sistemas o fato de que a política que nessa sociedade se pratica tenha mudado globalmente”. (GOMES, 2004, p. 422). Diante das mudanças mais atuais, discordamos desse conjunto de afirmações e sustentamos argumentos embasados na mediação para mostrar uma perspectiva diferente. Consideramos que a mediação, como foi exposto no início deste capítulo, é entendida como “um novo modo de ser no mundo” e afeta as relações sociais, como aponta Pedro Gomes (2013). Lógicas e operações midiáticas afetam as práticas sociais no seu âmago. Para a mediação, a comunicação resguarda uma penetrabilidade e atinge no âmago os demais processos sociais, de um modo mais amplo que uma afetação pontual.

Em outra de suas afirmações para reforçar seu argumento, Wilson Gomes (2004) diz: “Além do mais, instituições importantes, não comunicacionais, para a política parecem continuar existindo”. (GOMES, 2004, p. 419). Para nós, o fato é que, mesmo que instituições não comunicacionais sigam existindo, como no caso apontado da política, não podemos negar

o papel da midiatização até mesmo nessas instituições chamadas por ele de “não comunicacionais”. Pois a midiatização não coloca em contraposição tal distribuição de modalidades de instituições, sejam “comunicacionais” ou “não comunicacionais”, e nem projeta o desaparecimento das instituições que possam ser consideradas mais tradicionais.

Em outro sentido, afirmamos que a midiatização enseja produzir afetação em todas as instituições, de modo diverso e, especialmente, em termos de procedimentos comunicacionais, podendo, de igual modo e concordando com nossa afirmação inicial deste subitem, afetar o cerne delas. É bem verdade que essas instituições que o autor define por “não comunicacionais” seguem existindo, mas, para a midiatização, o processo de afetação encontra-se “em vias de”. Ou seja, em construção, de modo que a afetação de instituições e atores sociais pode ser um processo que conviva com elementos e fases anteriores.

Nesse mesmo sentido, indicamos que a midiatização vai além de aspectos entendidos como instrumentais e passa a afetar profundamente a ordem social e sua dinâmica. De tal forma é essa transformação, que ela modifica a própria natureza da sociedade, seja o ambiente ou as interações, incluindo as instituições, numa afetação profunda e recíproca. Trazendo para o caso específico – mídia e política –, diante do apontamento de Wilson Gomes, de que não há mudança global na política, podemos, ancorados nos estudos de midiatização, afirmar que a comunicação atravessa os processos sociais, sendo os processos políticos um desses. Recorrendo novamente a uma citação de Braga (2011) já trazida nesta tese: “O mediático interfere e interage profundamente com os espaços não-mediáticos, em função de suas características de inclusividade e de penetrabilidade”. (BRAGA, 2011, p. 69). No caso específico, se reforça a insistência na visão das alterações. Não é possível isolar o que é o restritamente mediático e o que é o restritamente não mediático.

Lógicas do mediático estão incorporadas, em maior ou em menor grau, nos diversos campos sociais. Isso será mostrado, mais adiante, nas características da realidade da midiatização do Governo Federal Brasileiro. Assim como a forma como esse governo é afetado diante das diversas demandas e de como o apego a burocracias pesadas não o deixa ileso, demonstrando o papel significativo da esfera da midiatização. Isso mostra que a afetação pela midiatização cobra, até mesmo, um reposicionamento das instituições, exigindo alto preço do apego à burocracia, no caso da política governamental. Até aqui, propusemos algumas considerações sobre os fatores que aproximam a midiatização e os processos políticos, a partir do embate com Wilson Gomes. Para nós, o campo da política se modifica para sua presença e chegada aos cidadãos. A seguir, fazemos outro debate, agora com Stig Hjarvard, indicando aproximações e diferenciações.

O papel do midiático em Stig Hjarvard (2014a) é apontado nos destaques para o modo como as demais instituições se acomodam à 'lógica da mídia',¹¹³ entendida como *modus operandi* pelo qual “os meios de comunicação alocam recursos materiais e simbólicos e lidam com regras formais e informais”. (HJARVARD, 2014a, p. 77). Nesse sentido, um dos casos dessa acomodação à lógica da mídia em estudo é o da política, se trouxermos para o foco deste trabalho. Para esse efeito, de modo sintético, o pesquisador entende que a “mídiação da política” é um caso da *influência* transformadora dos meios de comunicação sobre a esfera política. Hjarvard (2014a) entende uma ampliação da referência social da mídia, o que chama de institucionalização, ou seja, para além do papel de refletir a sociedade, a mídia participa de sua produção. Mas essa institucionalização não significa independência. Para ele, os meios de comunicação se converteram, nas últimas décadas do século XX, em instituições semi-independentes, “influenciando” a política de várias formas.

Para nós, as contribuições de Hjarvard (2014a; 2014b) são consideradas, em parte, válidas para a conceituação da articulação entre mídiação e política e seguem, em grande parte, o encaminhamento que damos à tese. Hjarvard (2014a) faz reflexão sobre o conceito de mídiação, tema central da linha de pesquisa em que a tese está localizada. Sua proposta de compreender a transformação na relação estrutural entre a mídia e as demais esferas da sociedade traz uma resposta conceitual sobre mídiação.

Nossa crítica, a partir Hjarvard (2014a) e sobre a questão da afetação do cerne, é para o risco do termo “influência”,¹¹⁴ elemento que se encaixa na preocupação com um possível reducionismo capaz de apagar o comunicacional de seu real papel e de desenhar a mídiação por uma via instrumental. É nesse sentido que nossa conceituação se diferencia um pouco da concepção hjarvardiana. A “afetação” é um pressuposto diferente da “influência” proposta pelo sociólogo. O caráter de “incidir sobre”, pelo ângulo de influência parece não corresponder ao propósito dos estudos em mídiação do em que sustentamos nossa pesquisa. Em nosso entendimento, a afetação é relacional, entre práticas políticas e comunicacionais, ao que aludimos, anteriormente, como *feedbacks* complexos e não lineares.

Mas, ao mesmo tempo, há muita concordância com o dinamarquês, como no sentido das transformações advindas pelo crescente processo de presença e uso dos meios de comunicação. A constatação de Hjarvard (2014a) de que há uma “influência” transformadora dos meios de comunicação sobre a esfera política, apesar de não ser a que utilizamos, concorre mais próximo ao que pretendemos e rechaça, mesmo que em parte, a proposta de

¹¹³ Ver a discussão sobre lógicas de mídia e lógicas de mídiação, feita na abertura do capítulo 4.

¹¹⁴ Os termos no original são “influence” e “transformative influence”.

Gomes (2004). A explicação hjarvardiana é de que há um processo crescente, que gera uma interdependência institucional entre os campos da mídia e da política. Seguimos com proposições sobre o que entendemos, para esta reflexão, ser essa afetação.

Enfim, para a midiatização, *no modo como elegemos para esta investigação*, a comunicação resguarda uma penetrabilidade e atinge no âmago os demais processos sociais, de um modo mais amplo que uma afetação pontual, mas para além de um conceito de influência. É bem verdade que as instituições tradicionais seguem tendo sua referência, e que a política se mantém configurada numa estrutura tradicional, mas, para a midiatização, o processo de afetação encontra-se “em vias de”. Ou seja, em construção, de modo que a afetação de instituições e atores sociais pode ser um processo que conviva com elementos e fases anteriores. Verón (2001) já falava dessa configuração no ambiente da midiatização do televisivo.

Um aspecto fundamental da midiatização do político deriva, então, do fato de que a estratégia política, anteriormente exercida essencialmente no domínio do simbólico (isto é, da linguagem), está obrigada hoje em dia a abrir caminho através da rede de metonímia, em busca de um bom contato. (VERÓN, 2001, p. 24).¹¹⁵

A afetação é recíproca, interpenetrante e profunda. Ela está muito além da predominância dos meios tradicionais, não entendidos aqui, como para Hjarvard (2014a), como detentores potentes, ainda, de papéis centrais de negociação. As ressalvas de que não há mudança global na política podem ser tensionadas, nos estudos de midiatização, pelo fato de que para essa linhagem, a comunicação atravessa os processos sociais, sendo os processos políticos um desses. Para esclarecer melhor nossa defesa para além das perspectivas dos dois autores, procuramos expor como entendemos a afetação da midiatização de forma a alcançar o núcleo do processo político, principalmente diante do contato com as tecnologias mais atuais.

Em nossa concepção, o campo da política é provocado de tal forma, sendo algo que repercute estruturalmente em suas configurações, e faz com que busque o atendimento das demandas de interação/participação, por exemplo, em uma visada comunicacional, sendo isso mais evidente no contato com o digital. Desse modo, é que localizamos a noção de interação, associada a uma intercambialidade por *feedbacks* complexos. Sob o conceito de midiatização que utilizamos, buscamos localizar de que modo os processos comunicacionais permeiam a

¹¹⁵ Tradução livre de: “Un aspecto fundamental de la mediatización de lo político deriva, entonces, del hecho de que la estrategia política, que se ejercía antaño esencialmente en el dominio de lo simbólico (es decir, del lenguaje), está obligada hoy en día a abrirse camino a través de la red de la metonimia, en busca del buen contacto”.

sociedade e, como objeto de pesquisa, esses processos têm de ser estudados pela comunicação, visto que algumas abordagens possuem certo tipo de olhar sobre esses fenômenos, que sempre ficará aquém da visada comunicacional, conforme a perspectiva da midiaticização. E ainda, as mídias deixam de ser um simples instrumento para serem vistas como processos que passam a afetar profundamente a sociedade e suas dinâmicas; e, de igual modo, também serem afetadas pelas dinâmicas desta. Isso ocorre de tal modo que as mídias transformam a própria natureza da sociedade, seja o ambiente ou as práticas sociais, e, também, em sentido contrário, as práticas sociais repercutem sobre as configurações das lógicas comunicacionais.

Aproximando-nos ainda mais dos elementos concretos, podemos ilustrar modos destacados desse alcance, o que será mais visível na explanação dos casos examinados em seus circuitos específicos. Grandes demandas por participação, porosidade dos governos e transparência administrativa são geradas num contexto de disponibilização de produtos midiáticos. Sobre isso, Cingolani (2012) é categórico: “Podemos dizer que, como grande parte da dimensão política é resolvida em termos midiáticos, a estratégia enunciativa de um agente político na mídia faz parte da própria estratégia política”. (CINGOLANI, 2012, p. 55). Para ele, o papel do ator político na mídia está conectado ao papel geral da estratégia política, mas não apenas o ator político. O cidadão, que agora é produtor e consumidor, incita respostas mais rápidas, pois pode ser ouvido nas redes e pode divulgar conteúdos de denúncia ou reclamação. Um novo cidadão se apresenta, bem como novos atores e instituições políticas são gerados.

Também Valdetaro (2012) converge para a mesma ideia. Segundo a pesquisadora argentina, “o uso de redes e dos recursos associados às novas tecnologias aponta [...] para um *redimensionamento dos componentes expressivos e dialógicos da política* dentro em um marco geral de pragmatismo, esvaziamento das instituições representativas e crise de confiança”.¹¹⁶ (VALDETTARO, 2012, p. 168-169, grifos no original). Ou seja, a pesquisa aponta, ao que concordamos, para um verdadeiro reposicionamento da política, nos componentes de modo de expressar e de posicionamento ao diálogo a partir do contexto de redes sociais e dos demais recursos da internet, incluindo aí alterações significativas nas instituições.

¹¹⁶ Tradução livre de: “el uso de las redes y de los recursos asociados a las nuevas tecnologías apunta [...] a un *redimensionamiento de los componentes expresivos y dialógicos de la política* en un marco general de pragmatismo, vaciamento de las instituciones representativas y crisis de confianza”.

E a dinâmica do objeto desta pesquisa mostra que são diversos processos heterogêneos colocados em funcionamento no cruzamento das práticas dos campos sociais. Como dito anteriormente, gramáticas de produção e reconhecimento se entrecruzam e ressignificam os sentidos. É assim que se aponta que a problemática de comunicação política é visitada na perspectiva da midiaticização, sendo capaz de, por meio desse objeto específico, oferecer respostas a questões mais amplas. Nesse sentido, é pretensão plausível desta pesquisa localizar quais são as interrogações provocadas pelo tema comunicação e política, bem como afirmar que o midiático/comunicacional muda (ou ao menos afeta) significativamente o funcionamento do político/institucional.

A dimensão dessas afirmações será mais visível na exposição e no trabalho sobre os empíricos nos capítulos adiante, entendendo que os conceitos apresentados neste capítulo colaboram na elaboração do caso. Antes disso, a exposição do caso exige a definição de estratégias e marco metodológicos, que serão tema do capítulo a seguir, que apresenta os modos de abordagem do caso. Mais adiante, no capítulo 6, os empíricos tomam forma por meio de circuitos de ações comunicacionais.

5 PROPOSIÇÕES E MARCOS METODOLÓGICOS

Após a apresentação do tópico relativo ao marco teórico, elaboram-se no presente capítulo as proposições e os marcos metodológicos da pesquisa. Destacamos como principal ângulo desta proposição a escolha de abordagem dos materiais empíricos metodologicamente como estudo de caso, considerando a singularidade da sua natureza do ponto de vista de ações comunicacionais relativas à experiência de um determinado período de atuação do Governo Federal. Tal singularidade se estrutura em torno de vários processos que envolvem tentativas de contato entre governo e sociedade, no contexto de uma sociedade em midiatização.

A experiência comunicacional do governo aqui estudada se constitui em torno de elos diversos com características específicas, mas que compõem uma constelação de iniciativas desenvolvidas em conjunturas políticas que apontam para uma diversidade de estratégias em situação de uma complexa processualidade. As formulações metodológicas serão elucidadas nos passos do trabalho da tese em sua execução, levando em consideração as dinâmicas de contato e as especificidades materiais empíricos. A noção de estudo de caso aqui apresentada se reveste, por um lado, daquilo que a literatura metodológica entende por esse conceito, mas, por outro lado, leva em conta a natureza da materialidade e processualidade empírica das ações comunicacionais, no contexto dos estudos da midiatização da política.

Nesse sentido, este capítulo tem o objetivo de fazer com o que a expressão dos diversos casos, enquanto elos de uma processualidade mais ampla e em sua multiplicidade, devido à peculiaridade dos materiais, possa ser justificada, apontando a singularidade e a força de cada elemento escolhido para compor tal corpus “diverso e heterogêneo”. Percebemos que o caso não é uniforme e, também, que cada um dos seus materiais é estudado no elenco que compõe a totalidade dos observáveis. Serão observações e mapeamentos que levarão em conta o interesse do problema de pesquisa.

A última consideração inicial diz respeito ao papel que as pesquisas empíricas têm para os estudos em midiatização. Entendemos que no empírico estão as pistas, indícios para a explicação dos processos sociocomunicacionais, que se manifestam na sociedade em vias de midiatização. Sendo também importante ressaltar que o caso é observado em circuitos comunicacionais que se desdobram em diversas ramificações e suas dinâmicas. Ou seja, na diversidade de “conexões” dos processos midiatizados, os fluxos diferidos e difusos indicam para uma complexidade de elementos cujo funcionamento pode ajudar na compreensão dos fenômenos comunicacionais mais complexos, conforme a natureza do que aqui se propõe

como pesquisa. Recorde-se que a observação não se dá *a priori* e nem em estado bruto, mas passando sempre por um processo de construção. Daí a importância dos processos observacionais que se lançam sobre as ações no sentido de avançar, particularmente, numa pesquisa sobre mediação da política. Uma vez que nos materiais empíricos estão contidas marcas dos processos sociais mediados, significa dizer que os objetos empíricos serão também observados em situações de mediação, já que também o *status* da observação do pesquisador ocorre em determinada situacionalidade, qual seja a sua inserção de observador situado neste tipo de sociedade.

Após as considerações iniciais, delimitamos os itens que configuram nossa proposição de estratégia metodológica. O primeiro deles é a sistematização da abordagem em torno da noção de estudo de casos múltiplos, com definição de “*estudos de caso*” e a justificativa da qualificação desses casos como “*múltiplos*”. Ainda no nível da caracterização metodológica, apresenta-se a especificidade de “*casos de construção e expressão midiática*”. Na sequência, apontamos dois processos de trabalho, que envolvem e permitem uma espécie de intervenção de ordem prática sobre os materiais: a *observação* e a *descrição*. No item seguinte, ao se tratar de estratégias de ação metodológica, são definidos e apresentados *os materiais* que compõem os casos e também *os passos* que são dados na pesquisa, em seu contato mais profundo e sistemático com a empiria.

Recorremos a teóricos da metodologia de pesquisa qualitativa para apontar que este trabalho se ancora na modalidade de estudo de casos múltiplos, mas resguardadas a natureza do objeto e da processualidade do caso, em termos da sua singularidade de natureza mediada. Inicialmente, no processo de diálogo com autores, indicamos que, para Becker (1999), o estudo de caso herda da tradição da medicina e da psicologia a modalidade da análise detalhada de um caso individual, ou seja, a exploração intensa de um caso. Mais próximo de nossa área de pesquisa, o estudo de caso nas ciências sociais “é tipicamente não o do indivíduo, mas sim de uma organização ou comunidade”. (BECKER, 1999, p. 117). A compreensão para a nossa pesquisa é de que a seleção de casos e sua exploração densa podem contribuir para leituras analíticas da realidade da sociedade mediada.

A validade da operacionalização segue o que também fez Braga (2008) quando se referiu a esse método nas pesquisas da comunicação: “os estudos de caso e o ‘paradigma indiciário’ de Carlo Ginzburg parecem compor um modelo epistemológico bem ajustado a necessidades da área”. (BRAGA, 2008, p. 75). Em linhas gerais, o paradigma indiciário trata os detalhes dos objetos selecionados como capazes de apontar indícios, pistas, sinais. Desse modo, os materiais selecionados podem revelar ao pesquisador inferências sobre o que

pesquisa. Tais pistas podem saltar à vista durante o processo de observação, chamando o pesquisador a outros elementos, devendo esse realizar perguntas e se atentar, criticamente, ao processamento analítico. A execução da investigação leva ao caminho de que no processo de pesquisa é preciso indiciar (construir figuras), em vista do contato maior com esse objeto.

Desse modo, o estudo de caso seleciona materiais de modo a chegar aos passos que vão examinar, a seguir, sua natureza e suas complexidades. Nas palavras de Goldenberg (2004), “O estudo de caso reúne o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com o objetivo de apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto”. (GOLDENBERG, 2004, p. 33-34). O estudo de caso é um reflexo de que na complexidade dos materiais estão potenciais respostas.

Diante da articulação da problemática Comunicação e Política, como algo que singulariza a natureza desta pesquisa, nos propomos a uma seleção de que materiais, enquanto casos, resguardam sua face de ação comunicacional, mas que têm formatos de ações diferentes. Chamamos então, para a construção desta investigação, a reflexão sobre uma multiplicidade de casos enquanto elos que apontam a complexa manifestação da relação entre comunicação e política. Tal escolha tem como justificativa a potencialidade que materiais diferenciados em sua natureza, constituição e funcionamento podem dar consistência e pertinência ao *corpus*, enquanto universos de materiais a serem estudados, bem como a colaborar de melhor forma na busca de respostas heurísticas às questões de pesquisa. Formalmente, as ações comunicacionais poderiam formar um bloco só, por estarem conectadas ao grupo de estratégias colocadas em funcionamento durante o período de pesquisa, mas em sua forma e modo de agir se constituem fragmentos de situações, segundo a processualidade e natureza de um objeto situado na dinâmica de manifestações de mediação.

Ford (2002), estudando esta problemática face à especificidade de materiais midiáticos submetidos à pesquisa, propõe o termo “exasperação do caso”, para sintetizar uma predisposição para se realizar o processo de construção do observável. Contemplar um caso comunicacional como objeto de investigação é considerá-lo em sua processualidade, é torná-lo um caso descrito, esmiuçado, detalhado, intensificado, ou como Ford (2002) diz, exasperado. Um verdadeiro processo de exaustão descritiva é o modo como pode ser resumida a pretensão de se construir um observável por meio dos procedimentos aqui propostos. Nessa condição, esse relato, como caracterizado anteriormente, deve ser extensivo para que não seja entregue a uma narrativa que incida sobre o material descrito um direcionamento determinístico e simplório. Dizer-lhe exaustivo é chamar a atenção para as

diversas narrativas costuradas num mesmo caso, é indicar a singularidade que o envolve em nuances próprias.

A expressividade do caso diz respeito ao fato de que cada campo possui uma visada. No caso de *expressão midiática*, leis e lógicas que se apresentam na particularidade da expressividade midiática na pesquisa. Nesse sentido, indicamos que o caso de natureza e de expressão midiática deve ser tensionado por recursos analíticos que possam dar conta de um objeto situado num contexto específico, no caso, o campo da comunicação, pois esse dispõe de autonomia e competência discursiva para nomeá-lo. E também pelo fato de que a exatidão e sua expressão de caráter mediática dão ao caso em estudo um teor comunicacional e, em outro sentido, é preciso garantir que essa visada não leve o trabalho a um caso abstrato, desvinculado do tecido social. É nessas condições que a exasperação está ligada ao comprometimento com a natureza e origem do observável e suas relações com determinado tecido social, algo que marcaria de modo bem característico os estudos em mediação.

Nos textos consultados e levados à reflexão sobre pesquisas empíricas, os trabalhos de elaboração de diversos autores indiciam um caminho exaustivo, capaz de apontar uma investigação verdadeiramente abrangente de cada caso de expressão midiática, mas sem desconhecer a importância de sua profundidade e complexidade. Retiramos, por exemplo, do trabalho metodológico de Verón (2004) boas pistas de orientação: na pesquisa sobre capas de revistas, em que a primeira página das publicações é tratada como superfície discursiva, suas marcas são relatadas de forma exaustiva e comparativa, entendendo as mensagens como endereçamento de discursos, em seus detalhes, para o que se vale ainda de exame comparativo entre cada uma delas. E a extensão explicativa dos processos observacionais de caráter minucioso aponta para o fato de que se estabeleceu um detalhamento dos elementos, uma confrontação com as teorias e uma comparação de indícios.

Definido o caso em seu caráter múltiplo e sua expressão midiática, indicamos a *observação* e a *descrição* como modos de aproximação de um trabalho de leitura do objeto. Desse modo, para o trabalho de mobilização do estudo de casos múltiplos, valorizamos a perspectiva da observação intensiva dos materiais relativos às ações comunicacionais em estudo. Concordamos com Becker (1999) na afirmação de que a observação permite acessar a “uma ampla gama de dados, inclusive os tipos de dados cuja existência o investigador pode não ter previsto no momento em que começou a estudar, e, portanto, é um método bem adequado aos propósitos do estudo de caso”. (BECKER, 1999, p. 118). É com esse entendimento que já relatamos o processo de construção do objeto, no capítulo 2, indicando

que foi o percurso dos observáveis que delineou a abordagem para uma perspectiva mais ampla.

O trabalho do observador, que em nosso caso mobilizou construções e desconstruções, com o foco de pesquisa, tem o papel de purificar o olhar no sentido de livrar a pesquisa de caminhos mais fáceis, caminhos aos quais poderia ser conduzido o pesquisador para um trajeto equivocado e sem obtenção de respostas coerentes com a natureza do problema da pesquisa. Para tanto, levamos em conta a ponderação de Becker (1999), ao indicar que “em geral, as observações múltiplas nos convencem de que nossa conclusão não está baseada em alguma expressão momentânea e passageira das pessoas que estudamos, sujeita a circunstâncias efêmeras e incomuns”. (BECKER, 1999, p. 86).

Ou seja, as primeiras impressões devem ser colocadas à prova. Além da observação, a descrição, o relato extenso do observado colabora na configuração dos casos de estudo. Assim, “A descrição tem um papel de ajudar no processo de ‘evitar o pensamento convencional’”. (Becker, 2007, p. 115). Tal consideração colabora no entendimento de que a descrição na pesquisa científica vai além do simples relato, mas se configura num relato de intenção analítico-comparativa, de um processo de conexão de materiais em vista de um processo reflexivo. E esse processo deve se desvencilhar de respostas construídas de modo prévio, o que provocaria a uma condução daquilo que se pesquisa à simples conformação das hipóteses heurísticas. Novamente buscando Becker (2007), “um obstáculo significativo para a descrição e análise adequadas de fenômenos sociais é que pensamos já conhecer a maior parte das respostas”. (BECKER, 2007, p. 115).

Desse modo, consideramos, também, esta pesquisa de cunho exploratório e descritivo, num trabalho de forma sistemática em busca de inferências. Aproximamo-nos, então, do que Braga (2010) chama de Análise Performativa, que consiste em “estudar sistematicamente as relações que o objeto *constrói e entretém* com seu contexto, assim como as *ações realizadas* pelo texto ou pelo produto midiático nas dimensões explicitamente definidas pelo problema de pesquisa que esteja em construção”.

Seguimos, então, à indicação dos materiais que são organizados para a pesquisa, segundo os diferentes níveis aqui examinados. Como eixo de conexão desses materiais, situamos como ações comunicacionais propostas pelo Governo Federal no intuito de construção de processos interacionais com a Sociedade durante o período de janeiro de 2011 a agosto de 2016, durante os dois períodos de Governo Dilma Rousseff, até seu afastamento definitivo. Os casos são caracterizados pelas ações tentativas e concretizações, em falhas e paralisias, em respostas e propostas, em crises e calmarias, etc.

De forma prática, os materiais comunicacionais em observação são: *discursos, pronunciamentos e entrevistas* de Dilma Rousseff, em situações de destaque face às preocupações de diálogo e a participação como temática ou como proposta de ação comunicacional; *documentos técnicos, guias e legislações* da área de participação, internet e redes sociais; *plataformas, sites e perfis em redes sociais* de promoção de participação e de interação *online*. Além disso, são realizadas entrevistas semiestruturadas com os técnicos promotores dos *websites* de participação elaborados pelo próprio Governo durante a execução das plataformas e depois de deixarem os projetos – *Participatório* (BEZERRA, 2013; 2017) e *Participa.br* e *Dialoga Brasil* (POPPI, 2016; 2018). As entrevistas são citadas em alguns momentos do texto, mas seu uso está, também, no auxílio à compreensão dos processos realizados, com informações que foram assimiladas na compreensão das ações comunicacionais. Houve, ainda, uma solicitação de entrevista com Dilma Rousseff que não foi atendida. As localizações dos materiais na linha temporal e sua distinção em modalidades específicas serão detalhadas no capítulo de processamento dos empíricos. Coleta, mapeamento, tematizações, articulações, comparações e decantação serão frutos do trabalho que segue.

Os casos eleitos incluem tensões de seus operadores (Governo e atores políticos), lógicas de suas arquiteturas, metodologias, regras de uso, entre outros aspectos. Examinar cada caso e retirar indícios é o processo que se segue. A exposição de casos por meio de uma descrição e digressão comparativa será capaz de gerar comentário analítico sobre cada um deles em seus limites e suas potencialidades bem como na relação entre eles. Eventuais categorizações de organização das análises são tipificadas à medida que sejam descritos amiúde os casos e realizado o processamento dos mesmos na retirada de inferências.

No processamento, o pesquisador se envolve com uma dissecação produtiva; ou seja, uma descrição consciente e comparativa capaz de gerar inferências de trabalho. No específico desta pesquisa, como indicamos, fizemos a opção por casos múltiplos, entendendo situar o processo observacional em vários materiais- aqui considerados, então, como casos múltiplos, num trabalho em que seja possível potencializar e realizar observações e elaborações interpretativas. Os casos operam em relações e compõem um desenho maior, mais dinâmico. Dentro do específico da pesquisa, na diversidade dos casos, os *websites* criados e fomentados pelo Governo despontam como mais representativos e capazes de apontar de melhor forma os elementos concretos da política comunicacional-participativa de tal Governo, pois, em comparação com um perfil em redes sociais, que se enquadra num modelo privado existente e com suas regras, por exemplo, os *websites* destacados nos materiais são criados na própria

estrutura governamental usando a própria estrutura de servidores técnicos e parceiros, incluindo sua concepção de leiaute e de ferramentas.

Na ocorrência do específico da pesquisa em curso, o indício de partida, como resposta heurística, é de que a oferta de canais de participação Governo/cidadão tem um potencial de favorecimento para a construção de trocas comunicacionais e influem positivamente na governança, mas, o trabalho de pesquisa que segue tem o papel de inserir esses indícios na rede argumentativa, questionar alguns aspectos para ir além do visível, segundo emana das marcas deixadas nos processos. O estudo é pontual, circunscrito e verticalizado sobre uma experiência, mas reiterando em uma processualidade temporal. Para tal labor, a eleição de casos colabora no processo de desenho das estratégias e práticas desse Governo. Apontamos, a seguir, as particularidades de cada capítulo da sequência.

No capítulo 6 apresentaremos de forma tensionada as ações comunicacionais que compõem o estudo de ‘casos múltiplos’. O material apresentado corresponde ao período de cinco anos e oito meses, tendo sido resgatado a partir do despontamento daquilo que está conectado ao interesse de pesquisa. Ou seja, ao tema da interação entre Governo e Sociedade, seguindo o entendimento de que, no papel de observador se delineiam

as possíveis implicações teóricas de seus achados, considerando de que classe de eventos poderiam ser representativos, e fazendo uso desta teoria, na medida em que é criada sobre aquela classe de eventos, para deduzir outras proposições. (BECKER, 1999, p. 124-125).

A explicação da configuração em circuitos está no próprio capítulo. As ações comunicacionais estarão esquadrihadas, já com uma descrição analítica com prioridade à circunscrição dos casos nos circuitos em destaque no capítulo.

O capítulo 7 se destina a análises mais aprofundadas a partir de itens com capacidade de promover reflexões sobre todo o processo. As proposições que dão sequência, no percurso metodológico proposto, serão apresentadas nesse capítulo, que realiza novo processamento dos casos múltiplos, de forma a proporcionar análises que encaminham a inferências. E o modo de abordagem é o da pergunta sobre o comunicacional no objeto em questão, em termos de relevância, força, densidade e impregnação, na perspectiva da construção de um caso inserido nas pesquisas em ciências da comunicação, sob o ângulo da mediatização. É preciso, em termos da comunicação, descrever e avaliar as tensões entre os públicos, as questões do modo como são estipuladas as políticas de comunicação e as estratégias de interação do Governo com os cidadãos. Os resultados apresentados são parte da análise crítica, com os aspectos da relação Governo e Sociedade.

Desse item resulta um necessário capítulo seguinte, 8, que vai ser constituído no cruzamento das escolhas teóricas sobre a leitura dos objetos, em uma investigação que visa responder à pergunta específica do problema de pesquisa: “*Como se dá a interação entre Governo e Cidadão a partir das ações comunicacionais em uma sociedade em vias de mediação?*”.

Duas considerações finalizam esta indicação de marco metodológico. A primeira delas é sobre a pesquisa de estudo de caso ser realizada em consideração ao fato do papel do observador na pesquisa, sob a perspectiva de Becker (1999).

Em geral, não devemos esperar resultados idênticos quando dois observadores estudam a mesma organização a partir de diferentes pontos de vista, ou quando estudam subestruturas diferentes dentro de uma organização maior. (BECKER, 1999, p. 68).

Com essa consideração, indicamos ser a pesquisa ancorada em um determinado viés, o dos estudos de mediação, e realizada a partir da perspectiva específica de pesquisa, que aqui é extensamente apresentada. No mesmo sentido, temos a colocação de Rossetti (2010), que é específica para os estudos de comunicação: “Não é possível o acesso direto à realidade empírica da comunicação sem a mediação do próprio observador-pesquisador, que já carrega em seu olhar um enfoque teórico e que, portanto, no momento em que recebe o dado empírico, o constrói”. (Rossetti, 2010, p. 85). Ou seja, o papel individual do observador-pesquisador não pode ser ignorado na configuração de seu processo de atuação na pesquisa.

Mas tais considerações, para fechar reflexão sobre o processo metodológico, não significam uma falta de rigor acadêmico, pois, por outro lado, as pesquisas podem ser cobradas por uma compatibilidade e não-contradição, mesmo quando são feitas por pesquisadores diferentes e de diferentes áreas. O próprio Becker indica isso: “O que temos o direito de esperar é que as duas descrições sejam *compatíveis*, que as conclusões de um estudo não contradigam implícita ou explicitamente as do outro”. (BECKER, 1999, p. 68).

Os capítulos seguintes dão corpo ao que vai emoldurado neste capítulo de proposições e de problematizações metodológicas, em extensa camada, suscitadas pela natureza de um objeto cuja processualidade – a da mediação em curso – transcende, via de regra, com objetos que lidaram, de outro lugar, com as técnicas do estudo e dos casos múltiplos.

6 UM CORPUS EM CIRCUITOS DE AÇÕES COMUNICACIONAIS

Pretendemos realizar neste capítulo o trabalho observacional sobre o material empírico do que estamos chamando de “casos múltiplos”, a partir da descrição e da exposição dos elementos que constituem as “ações comunicacionais” que formam o objeto desta tese. Consoante com o problema e com os objetivos desta pesquisa, que interrogam como se dão as condições de interações entre Governo e Cidadão, a partir de marcas e de afetações de processos da midiatização, apontamos a necessidade, em termos de análise, da eleição de um capítulo sobre o qual se realize um trabalho de leitura de materiais relacionados com as diferentes estratégias comunicacionais que envolveram complexos materiais aqui eleitos no período especificado. Este trabalho levará em consideração os contextos e as conjunturas (apresentados no capítulo 3), para a realização de uma pesquisa a partir do *tensionamento* dos materiais com os marcos teóricos (capítulo 4) e os marcos metodológicos (capítulo 5). Os materiais estão reunidos em torno de um complexo objeto — plural e heterogêneo — a saber: um conjunto de práticas, produtos de comunicação, discursos, documentos institucionais, sites, perfis em redes sociais, entre outros, elaborados por instâncias governamentais e pelos atores políticos.

Nessas condições e de forma geral, os empíricos são caracterizados segundo os seguintes critérios: a) pertencem à esfera política do *Governo Federal* brasileiro, seja por meio de seus atores políticos ou institucionalmente, durante o período de 2011 a 2016, no que corresponde ao momento de Dilma Rousseff no cargo de chefe de Governo e de Estado; b) estão afetados pela *midiatização* na modalidade das práticas digitais, tanto pela natureza específica de objetos práticos, como sites e perfis em redes sociais da internet, quanto pela ligação de tais objetos com o ambiente social impactado pela cultura da internet; c) representam, ao menos tentativamente, possibilidades de *interação*, em termos de diálogo e/ou de participação comunicacional. Nessas condições, os materiais selecionados se situam no contexto do que chamamos de “casos múltiplos” e serão organizados em circuitos e, pela abordagem que tomamos, visamos descrever ações comunicacionais e suas dinâmicas, no contexto de um trabalho tentativo sobre a midiatização da política.

Especificando melhor o trabalho de análise dos materiais que constituem as ações comunicacionais, pretendemos fazer uma análise das seguintes peças que, selecionadas, formam os casos múltiplos, conforme a proposta metodológica indicada no capítulo 5, e que

estão distribuídas nos três circuitos já indicados: *dispositivos de interação online* propostos pelo Governo, a saber, os sites *Participatório*, *Participa.br* e *Dialoga Brasil*; *perfis em redes sociais* de atores políticos e de instituições; *documentos* de definição e de avaliação de políticas, *guias e normas* de orientação técnica nas áreas de comunicação e participação; além de *discursos públicos*, *pronunciamento em cadeia de rádio e TV* e *entrevistas* da presidenta Dilma Rousseff. O entendimento é de que esses materiais contemplam as duas faces de interesse da pesquisa: por um lado, representam, em maior ou menor grau, as tentativas de estratégias interacionais entre Governo Federal e o cidadão; e, por outro, possuem operações tecnossimbólicas que se enunciam como manifestações da midiaticização da política. Tais faces de interesse nos ajudarão a elaborar as reflexões interpretativas sobre a tentativa de interação no ambiente da midiaticização, que serão propostas no capítulo 8 desta tese.

Nas próximas linhas, se especificam as duas características principais do trabalho realizado com os empíricos: estão estruturados por **casos múltiplos** e formam **circuitos de ações comunicacionais**. Como afirmado anteriormente, a dinâmica de pesquisa seguiu, inicialmente, pela busca de um determinado caso específico a partir da eleição de um objeto e se reorientou para a proposta de *casos múltiplos*, na medida do entendimento de que a complexidade de objeto seria mais útil ao trabalho proposto, como busca de uma contribuição analítica de forma mais ampla, descritiva e elucidativa. Tal deslocamento reflete, a nosso ver, características da midiaticização em processo, já que os materiais demonstraram estar sujeitos às intempéries das temporalidades nas adaptações e no redirecionamento das ações comunicacionais.

No processamento de construção e de análise de um objeto constituído por casos múltiplos, a proposta reúne um esforço de recuperação de materiais, enunciações, proposições, documentos e conteúdos disponibilizados, com o objetivo de mostrar essa rearticulação do objeto, contemplando a interrogação sobre a qual se estrutura o problema da pesquisa e entendendo a existência de uma processualidade sobre as ações comunicacionais. Isso é feito mediante o trabalho analítico das manifestações desse objeto, no processo de descrição de suas especificidades, interfaces e articulações.

Apontamos como se faz a gestão do processo político, por meio de estratégias e de lógicas de midiaticização que se mostram atravessadas por várias variáveis, especialmente as temporalidades de conjunturas. Podemos citar como exemplo, do ano de 2013, a dinâmica dos protestos de rua e reclamações sobre direitos sociais, principalmente por jovens, leva a presidenta a um pronunciamento e indicação de prioridades numa reunião, tudo isso sendo seguido do lançamento de um site de participação digital direcionado à elaboração de políticas

públicas pela juventude. Tais processos e dinâmicas estão organizadas em conexões delimitadas por sua temporalidade e ligação das ações comunicacionais. Além disso, a conexão de ações é que constrói esse objeto heterogêneo que se modeliza comunicacionalmente, requerendo, portanto, o olhar comunicacional em termos de análise.

Outro aspecto que se aponta sobre o caráter dos materiais apresentados é a sua organização no que chamamos aqui de *circuitos de ações comunicacionais*. Entendemos por essa noção os conjuntos de materiais organizados para fins de análise, entendendo tais conjuntos como elementos que vão muito além de blocos fechados e desconectados. Ou seja, os casos múltiplos são organizados em circuitos que rastreiam as experiências tentativas, aqui entendidas desse modo por se tratarem de relações colocadas em funcionamento num processo em curso de midiaticização. Esse processo acontece para além de temporalidades sequenciais e de novas formas de estruturar as possibilidades de interação entre Governo e Sociedade. Nesse sentido, os casos dão logicidade aos materiais e permitem uma análise mais abrangente e, ao mesmo tempo, detalhada.

Os circuitos são mapeados e organizados na tentativa de reconstrução de processo. Nesse sentido, correlacionamos a proposta com o buscado por Tramontini (2014) em sua pesquisa:

Não se trata de enquadrar materiais analisados em categorias prontas ou em planos de trabalhos pré-definidos, mas de deixar que estes materiais falem por si a partir desse cenário de midiaticização da política, no qual percebemos que a política se faz mediante apelos e solicitações ao campo midiático, pois vive essa ambiência da midiaticização. A política tem necessidade de fazer endereçamentos à midiaticização para se fazer reconhecida no cenário atual. (TRAMONTINI, 2014, p. 51).

Tais circuitos são distribuídos em três momentos e se baseiam, ainda, no modo como foram realizadas as observações das ações comunicacionais, com a busca de conexões entre a natureza da interação, em termos comunicacionais, envolvendo as ações governamentais e as demandas populares. Como indicado acima, vale acrescentar que a proposta de construção dos circuitos leva em consideração os contextos e as conjunturas, mas a ênfase que depositamos aqui é a de qualificar esses circuitos, conforme vem sendo explicitado, como “de ações comunicacionais”, e essas constituídas por lógicas vinculadas às estratégias de diversas ordens e por materialidades específicas. Vale, por fim, ressaltar que os circuitos têm um percurso temporal, mas estão circunscritos em momentos específicos, pois é nesse âmbito que funcionam as especificidades das ações comunicacionais.

No funcionamento dos diversos circuitos, por exemplo, localizamos como a sociedade comunica suas demandas e quais são as respostas do Governo, incluindo com destaque o

manejo dos objetos midiáticos *online*, os sites, oferecidos com a proposta de configurar melhor a resposta tentativa da perspectiva governamental. Nesse sentido, as diversas modalidades de ações comunicacionais desmembradas no circuito se conectam nesse objeto de casos múltiplos, que serão analisados na verificação, por exemplo, de como os sites contemplam as questões de interação instigadas pela população ou enunciadas pelos atores políticos.

Os materiais são diversos, mas, em seu tensionamento, ajudam a constituir um objeto complexo e elucidador, pois o comunicacional é estabelecido, planejado na execução das políticas de Governo, mas, por outro lado, esse comunicacional sofre injunções dos contextos sociopolíticos, das crises, do mundo judiciário e da própria dinâmica de funcionamento da sociedade. São considerados aqui os elementos da comunicação no Governo, de seu início até o afastamento definitivo da presidenta, com destaque (mas não exclusividade) aos elementos de fomento da participação cidadã na governança, em seu viés comunicacional.

A organização tem o objetivo de proporcionar uma observação com o objetivo de descrever e se retirar informações sobre a complexidade de tais casos. Nesse sentido, foram estabelecidos três circuitos, nomeados da seguinte forma: 1) *A demanda que extravasa nas ruas e as respostas tentativas*: estruturado na análise da interação oferecida a partir da visão de participação institucionalizada e a guinada demandada pelas insatisfações vindas de protestos de rua; 2) *Nas disputas da interação, o Governo pagou o pato*: demonstra as respostas diante do acirramento das críticas ao Governo por uma oposição ancorada em manifestações iniciadas na internet; e 3) *As tentativas finais diante do ocaso do Governo*: a fragilidade da interação já contaminada pelos diversos revezes e pelo clima desfavorável. Tais circuitos são entendidos como dinâmicas de fluxos a partir de objetos comunicacionais e que têm por base as motivações políticas, por meio de operações comunicacionais realizadas nesses períodos. São apresentados os limites e as possibilidades das ações em aspectos gerais do período e na especificidade.

E esses circuitos são qualificados por “*ações comunicacionais*”, ao entendermos ser nosso olhar atravessado por interrogações do lugar das ciências da comunicação e do cenário da midiatização em processo e que os circuitos das ações comunicacionais implementadas se constituem em protagonistas da natureza daquele tipo de ações. No percurso de delimitação de cada período em que se situa cada circuito, em casos e na linha do tempo, localizamos a caracterização das estratégias do Governo no âmbito do digital, em diversas situações, bem como a interferência das experiências digitais na governabilidade. No período que percorre a pesquisa (2011 a 2016), as estratégias comunicacionais que envolvem a participação política

se fazem em termos de operações *online*, ou seja, têm, periodicamente, o sustentáculo na internet e nas redes sociais.

Além disso, três elementos destacados, um em cada circuito, são os *websites* elaborados na estrutura governamental e colocados em funcionamento, canais que especificam uma sequência em processo e um marco que é a opção pelo digital. O objeto, apresentado em alguns elementos complementares, tem seu sentido sustentado de maneira firme nas três tentativas práticas do digital durante o período selecionado. São as seguintes experiências num cenário de comunicação e política a partir do viés do incremento da participação:¹¹⁷ *Participatório*; *Participa.br* e *Dialoga Brasil*. A descrição empírica sistemática dos sites dará pistas do intento de elaboração em jogo, e a sofisticação a partir de inferências qualificadas encaminhará para a sustentação de uma tese aqui apresentada, a partir, também, da força que esses dispositivos digitais têm na construção dos casos, pois se tratam de lógicas muito específicas de uma experiência de Governo.

Ainda sobre os *websites*, nos propomos, no interior dos circuitos, um relato acurado sobre os materiais, de forma a apresentar a análise nos seguintes aspectos: a) na proposta inicial de participação social na plataforma, o que indica o ponto de partida de tal Governo, ou seja, o modo como são concebidas as formulações de tais políticas participativas; b) na verificação da execução das políticas, com seus aspectos positivos e negativos, incluindo a avaliação das alterações em percurso. c) na constatação do impacto do uso governamental das tecnologias digitais, incluindo os modos de relacionar as plataformas virtuais com as estratégias de participação em ambientes tradicionais (não-virtuais). Para a composição analítico descritiva dos *websites*, foram realizadas entrevistas com responsáveis pela concepção e execução das três plataformas.

Por fim, e como já dito, foi o próprio itinerário tortuoso das configurações que o objeto tomava, inicialmente, que nos levou à construção e descrição de tais objetos, nos deparando com o estabelecimento de um objeto complexo e que, em sua processualidade, segue sinuoso. Mas, para além de esperar um objeto enquadrado e conformador das expectativas, a proposta é justamente poder contribuir do ponto de vista de um tensionamento comunicacional com a reflexão sobre os aspectos das interações entre políticas governamentais e a sociedade. O processo que segue é resultado um de um trajeto observacional sistemático e constituído por casos múltiplos. O gancho de olhar segue o

¹¹⁷ O recorte específico dos sites seleciona aqueles que têm o objetivo de solicitar a participação do cidadão na construção de políticas públicas e nas ações governamentais. Nesse sentido, não serão estudados portais de notícia ou aqueles com caráter apenas informacional.

âmbito da participação política, mas segundo justificativas, operações e modos de uso, fundamentos, lógicas e metodologias comunicacionais.

Desse modo, é que se indica que ações comunicacionais são apresentadas como capazes de elucidar os detalhes das políticas e dos enunciados e recebem destaques como picos para as análises, sendo sínteses concretas dos processos tentativos de interação. O Governo responde, pela mediação da presidenta e pela criação de instâncias de mediação engendradas por várias modalidades de comunicação, inclusive a de natureza digital. A seguir, os três circuitos serão apresentados e tensionados, na exposição das descrições das “ações comunicacionais” que são realizadas em cada um deles. Entendemos como uma exposição empírica já qualificada de análise desses materiais, cabendo ao capítulo seguinte, 7, a responsabilidade por tensionar os materiais no cruzamento dos diversos circuitos.

6.1 Circuito 1 – A Demanda que Extravasa nas ruas e as Respostas Tentativas

Na perspectiva indicada nas linhas acima, apontamos este primeiro circuito organizado em torno de fatos ocorridos nas chamadas Jornadas de Junho, em seus antecedentes e desdobramentos, cujos detalhes conjunturais foram expostos no Capítulo 3 desta tese, apresentados agora tendo como referência as ações comunicacionais. Como é próprio da proposta de estruturação dos empíricos nos aqui chamados circuitos, os materiais serão associados em sua diversidade, com os indicativos dos elementos próprios da mediatização que despontam em tal seleção, a partir do interesse da pergunta-problema que tem como foco as interações entre Governo e Sociedade. Desse modo, são caracterizadas as ações comunicacionais do início do mandato até os meses finais do ano de 2013, como elementos significativos para a localização do período em destaque neste primeiro circuito interpretativo.

Em tal circuito, chamado de “A demanda que extravasa nas ruas e as respostas tentativas”, podemos situar os materiais a partir de como foram localizadas as estratégias de comunicação nos primeiros anos de governo até o acontecimento nevrálgico das Jornadas de Junho, em que foram demandadas respostas a tempo curto, elaboradas em contextos diversos daqueles costumeiros até então e desfavoráveis nos aspectos da interação entre Estado e Sociedade Civil. Como indicado anteriormente, os eventos de conjuntura, são apresentados aqui na dinâmica das ações comunicacionais.

A elaboração deste circuito no contexto desta tese busca explicitar a interação entre Governo e Sociedade num momento em que o Governo vê contraposta sua política

participativa e necessita elaborar respostas em vista de conseguir construir e reconstruir espaços interacionais. Este circuito também é caracterizado como o primeiro relevante período em que um Governo Federal Brasileiro tem de lidar com um uso disseminado das redes sociais na sociedade e com a transposição desse uso em vista de convocações para protestos em escala massiva. A expressão dessas mobilizações, como veremos, tem a característica de fomento de demandas sem objetivo comum e explícito bem definido, o que dificulta, ainda mais, o diálogo dos atores políticos com a sociedade imersa em tal ambiência.

Ingressando na observação do circuito 1, destacamos que os seguintes materiais: **discursos, falas e pronunciamentos de Dilma Rousseff** voltados à participação: a) discurso de posse, em 01/01/2011; b) o discurso na 1ª Conferência de Alto Nível da Parceria para o Governo Aberto, em 01/04/2013; c) Pronunciamento em cadeia de rádio e TV pós-manifestações, em 21/06/2013; d) Apresentação dos pactos, em 24/06/2013. **Documentos técnicos e legislação:** Governo Aberto; Políticas da Secretaria-Geral da Presidência da República; **Proposições específicas de interação:** Perfis nas redes sociais; *website Participatório*, este último, como plataforma de interação destacada. Examinaremos o funcionamento da materialidade dos circuitos seguindo o contexto e a cronologia dos acontecimentos.

O início do mandato de Dilma Rousseff é marcado pela continuidade do Partido dos Trabalhadores (PT) no poder, sendo que o partido que já governava havia oito anos. Nos primeiros anos, como já apresentado, o Governo contava com certa popularidade, na comunicação de favorável agenda positiva de implantação das políticas e no contato com a sociedade civil. Em seu discurso de posse, em 1º de janeiro de 2011, Rousseff afirma que “é importante lembrar que o destino de um país não se resume à ação de seu governo. Ele é o resultado do trabalho e da ação transformadora de todos os brasileiros e brasileiras”¹¹⁸, numa perspectiva inclusiva dos cidadãos como um todo e de indício de consideração da participação do mesmo na gestão. O indicativo do mandato é que a política social seguiria como foco, bem como o que foi indicado no *slogan* “Brasil – País rico é País sem Pobreza”, numa tentativa de comunicar aquilo que estava sendo favorável, a luta por direitos sociais.

Na indicação de conjuntura, chamamos esse período inicial de “continuidade” e de “tempo de calmaria”, o que podemos trazer aqui como operações de sentido de uma conciliação favorável, em grande medida, para a governança. O contato do Governo com a

¹¹⁸ Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-compromisso-constitucional-perante-o-congresso-nacional> .

Sociedade segue a tradição petista de diálogo por meio da interação representada na relação com movimentos sociais e grupos organizados. Lula entrega o Governo com uma aprovação de 87%¹¹⁹. Comunicacionalmente, trata-se de uma base de possibilidades de interação a partir de uma aceitação, mesmo que seja claro que tal transferência de aprovação não seja automática.

Mesmo num contexto crescente de aceleração dos aspectos da midiaticização, os modos institucionalizados da participação e do diálogo com a sociedade civil são referendados dentro do ideário herdado pelo Partido dos Trabalhadores. E a manutenção dessa modalidade pode ser caracterizada nas ocasiões formais em que é realizada a interação Governo/Sociedade, a partir de Conferências, Mesas de Diálogo, Audiências Públicas, Fóruns e demais espaços em que a representação forjada do cidadão, recebendo espaço aquele mais especializado, ou seja, o representante capacitado para discutir as políticas públicas. Na caracterização de ações comunicacionais, poderíamos dizer se tratar de uma interação de comunicação em dois passos, baseada na ideia de um formador de opinião, um cidadão que possa repercutir junto aos demais, numa orientação funcionalista de processos. Tal especificação contrasta com a crescente tendência da expressão de opiniões, de não-representação da vontade e de ascensão individualizada aos canais comunicacionais.

O modelo sintetizado dinamizado no período chega a ser intitulado “participação como método de governo”. São diversas publicações por parte do Governo, principalmente por meio da Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR), que foram visitadas na pesquisa e indicam essa máxima (como BRASIL, 2013; BRASIL, 2014a; BRASIL 2014b). O entendimento “como método” é de que a política estaria para além de um tema e seria uma transversalidade na governança. Numa leitura comunicacional dessa máxima, podemos dizer que a proposta seria “contaminar” de participação as estratégias de governança.

Nós temos um compromisso democrático com a participação social como método de governar. Ela foi, continua sendo e será sempre um processo de conquista da sociedade na sua relação com o governo. Uma conquista que tem de ser renovada cotidianamente pelo diálogo constante. (BRASIL, 2014b, p. 6)

O modelo executado, conforme exposto no capítulo 3, segue a tradição da participação delegada e baseada em atividades presenciais. De igual modo, com essa constatação do incentivo da participação e da escuta em moldes de contato por representação, não podemos negar que há indicativos de ampliação da interação em vista de novos públicos e do contato

¹¹⁹ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html>.

via tecnologias digitais, como apontado no Guia Técnico do Plano de Ação do Compromisso Nacional pela Participação Social:

(...) é importante ressaltar o diálogo com os novos atores sociais e com a cidadania em geral. Para isso, as ferramentas de tecnologia da informação, as novas mídias e as novas linguagens de participação podem ser um novo canal de diálogo e, mais do que isso, uma forma de reinventar as práticas participativas tradicionais. (BRASIL, 2013, p. 15)

E ainda em: a realização do “monitoramento das demandas que a sociedade civil apresenta nas mídias e redes sociais”, no mesmo documento (BRASIL, 2013, p. 18). Esses são indicativos tentativos de uso das ferramentas digitais e de redes sociais em um documento estruturado para a participação tradicional.

Mas a execução das propostas de interação no digital nos primeiros anos de ação não reflete a fase de interação que a internet vem assumindo, de facilidade de relacionamento, de conversação e de trocas colaborativas. Como no exemplo da consulta sobre Juventude e Meio Ambiente (Figura 3), realizada no primeiro semestre de 2013. A proposta de transposição daquilo que já é realizado presencialmente começa a utilizar as ferramentas possíveis na internet. Os mecanismos formais já existentes são reforçados: do envio de sugestões, sem conexão com redes sociais e com a colaboração em rede. A página de consulta tem o formato de site tradicional, com abas estáticas e os materiais e documentos priorizam o público especializado na área de políticas públicas. A realidade da sociedade em midiatização é assimilada com ressalvas.

Figura 3 – Site da Consulta Pública ao Programa Nacional Juventude e Meio Ambiente



Fonte: Site Consulta Pública ao Programa Nacional Juventude e Meio Ambiente.¹²⁰

¹²⁰ Disponível em: <https://consultajuventudemeioambiente.wordpress.com/>.

No percurso da realidade de implantação da política de participação como método de Governo, podemos apontar que a busca é pelo debatedor qualificado, ou seja, com intenção de se aproximar do público que já circula nas temáticas de políticas públicas, a partir da interação junto a “iniciados”, aqueles já participantes de movimentos e grupos. Nesse período é realizado, em Brasília, o Seminário Nacional da Participação Social, com o público de centenas de representantes de movimentos, o público especializado e numa condição de delegados.

Também na perspectiva de estruturação da política institucionalizada da participação, o Governo formaliza a Parceria para Governo Aberto (OGP), cooperação internacional apresentada no capítulo 3, o que denota uma demarcação de posicionamento do Governo em seu primeiro mandato. Entre aspectos, como transparência e inovação tecnológica, um dos eixos da parceria entre diversos países é a participação cidadã. Sendo signatário, o Governo Brasileiro se compromete a organizar planos de ação em consonância com os demais países, com o objetivo de partilhar e incentivar a disseminação global de ações das diversas características de um governo aberto.

As características propostas pela parceria OGP têm um matiz de respaldo à sociedade e são contribuições para uma caracterização de interação e têm ambiência nos aspectos de mediatização, pois é comunicacionalmente que se dão acesso, circulação e multiplicação de vozes. Com o compromisso, as instituições públicas precisam se apresentar com porosidade, clareza de gastos e ações, além de assimilarem aspectos de inclusão de seu público nas decisões. A grande questão é a operacionalização dessas características diante das conjunturas e da opção do Governo para o uso das ferramentas, pois é preciso gestar comunicacionalmente a aplicação de uma política, embora as duas estratégias – política e comunicacional – nem sempre se coincidam. Por exemplo, a página da OGP no Brasil é administrada pela Controladoria Geral da União (CGU),¹²¹ tendo, a nosso ver, com essa designação, incentivado os aspectos de controle e de transparência.

No mesmo campo das parcerias internacionais de governo aberto da época, em 17 de abril de 2012, no discurso durante a realização da 1ª Conferência de Alto Nível da Parceria para o Governo Aberto, diante de representantes de outros países, Dilma Rousseff reforça o cumprimento das potencialidades de participação: “Temos, também, um forte compromisso com a participação social. Praticamente a totalidade dos programas federais brasileiros possui, ao menos, um mecanismo de interação entre Estado e sociedade, como conselhos, mesas de

¹²¹ Transformada em Ministério da Transparência após a destituição de Dilma.

diálogo, ouvidorias, audiências públicas e consultas.”¹²² É a reafirmação da política institucionalizada, com o destaque para as ferramentas tradicionais.

Portanto, o modelo de interação com a sociedade aos moldes da representação e do diálogo com movimentos dá o tom dos primeiros anos, na enunciação de discursos e proposições do Governo. Mas esse ambiente de relativa tranquilidade é irrompido com a comunicação aguda e avassaladora das Manifestações de Junho de 2013, caracterizadas conjuntamente em nosso capítulo 3, momento em que urge demanda paralela por quem não se sente contemplado pelos mecanismos que estão sendo oferecidos nas políticas de Governo. Tal eclosão se dá com a disseminação de outras ações comunicacionais que despontam a partir das lógicas da sociedade. Com os protestos por direitos, os canais tradicionais de comunicação são questionados, o uso da tecnologia do digital para a propagação de vozes e a interação é disseminado entre os cidadãos e as relações entre atores individuais e instituições é modificada. Toda essa realidade alcança e tensiona a relação entre Governo e Sociedade.

Diante da ampliação dos questionamentos à democracia representativa ter alcançado um nível disseminado na sociedade, a modalidade de abertura, indicada pelo Governo – como nos dois casos apresentados, do Seminário da Participação e dos acordos de Governo Aberto, por exemplo – parece não satisfazer às demandas já mais apuradas de ingresso do cidadão na democracia estabelecida em seu modelo representativo. Isso coincide com um patamar alcançado nas formas de expressão e de mobilização da sociedade por meio das redes e da internet na sociedade em vias de midiatização. Há uma demanda do cidadão em direção ao Governo, numa situação forjada por um modo específico e inédito na sociedade brasileira. A seguir, serão descritas as características comunicacionais dessa relação em junho de 2013, com destaque para o confronto das modalidades de interação praticadas com as novas demandas e, ainda, as novas modalidades de respostas propostas pelo Governo Federal, seja nas estratégias discursivas ou nas proposições práticas de ações comunicacionais.

As *Jornadas de Junho* podem ser estudadas de diversas formas, já indicamos nossa opção de situar o olhar da midiatização sobre tal fenômeno tido como eixo deste circuito. Nesse sentido, nossa escolha é pela leitura desse ato pelo viés comunicacional num ambiente de ampliação da midiatização, com destaque para as respostas do Governo perante os fatos que se sucedem. Considerando os acontecimentos realizados nas redes e nas ruas, podemos indicar materiais comunicacionais desses processos e apontar que a linguagem das manifestações é profundamente afetada pela midiatização em processo. Inicialmente, é

¹²² Discurso da Presidenta Dilma Rousseff na abertura da 1ª Conferência de Alto Nível da Parceria para o Governo Aberto – OGP – em 17 de abril de 2012.

possível afirmar que as manifestações não seguem o padrão tradicional acumulado de mobilizações, o que se torna possível a partir do modelo nomeado por Castells (2009) como autocomunicação de massas:

É comunicação de massa porque potencialmente pode chegar a uma audiência global, como quando se posta um vídeo no Youtube, um blog com links RSS para uma série de sites ou se envia uma mensagem para uma lista enorme de endereços de e-mail. Ao mesmo tempo, é autocomunicação porque um mesmo usuário gera a mensagem, define os possíveis receptores e seleciona as mensagens específicas ou os conteúdos da web e das redes de comunicação eletrônica que deseja recuperar.¹²³ (p. 88).

O modelo de comunicação, potencialmente, de muitos para muitos promove ingresso de diferentes atores no protagonismo das manifestações.

No caso da luta simbólica, após a motivação inicial do preço da passagem de ônibus, a mudança de pauta, em 17 de junho, ganha o simbolismo “Não é só por 20 centavos”, o que leva à ressignificação das disputas, dando uma abertura à proposição de reivindicações, pertencentes individualmente a cada ator social no ambiente midiaticizado. Nos dias seguintes, entram o direito à manifestação, contra a criminalização dos movimentos sociais e o direito à cidade, sendo que o aumento das tarifas chega a ser revogado em 19 de junho, em São Paulo, mas o uso das manifestações continua. No estudo de Pimentel e Silveira (2013) sobre a autoridade¹²⁴ nas redes, eles indicam que no dia 20 de junho o Movimento Passe Livre mantém o protesto já convocado, mas perde a primazia “não constando mais na lista das 20 maiores autoridades da movimentação das redes” (2013, s/p). Esse dia 20 de junho é o que reúne o maior público e o maior número de cidades envolvidas. Segundo o site G1, o público chega a 1,25 milhão de pessoas¹²⁵. As pautas de direitos sociais – inicialmente transporte público e depois saúde, educação e segurança – são elementos de uma caracterização de “demanda por escuta” dos cidadãos diante dos governos.

Os protestos de junho representam uma guinada em muitos aspectos. Um deles é o protagonismo, que passa das instâncias tradicionais de mediação, partidos e sindicatos, para uma descentralização de instâncias mediadoras. Os setores indicados “perderam no mês de

¹²³ Tradução livre de: “Es comunicación de masas porque potencialmente puede llegar a una audiencia global, como cuando se cuelga un vídeo en YouTube, un blog con enlaces RSS a una serie de webs o un mensaje a una lista enorme de direcciones de correo electrónico. Al mismo tiempo, es autocomunicación porque uno mismo genera el mensaje, define los posibles receptores y selecciona los mensajes concretos o los contenidos de la web y de las redes de comunicación electrónica que quiere recuperar”.

¹²⁴ Para os autores, a autoridade estima o valor do conteúdo de cada página ou nó a partir do número de compartilhamentos de suas postagens.

¹²⁵ Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/protestos-pelo-pais-tem-125-milhao-de-pessoas-um-morto-e-confrontos.html>.

junho o posto de intermediário privilegiado de convocação e organização de multidões e a mídia de massas perdeu o monopólio de interpretação dos acontecimentos”. (PIMENTEL; SILVEIRA, 2013, s/p). O padrão assumido, se assim é possível dizer, concebe-se em uma rua midiaticizada. Ou seja, o evento-manifestação se modeliza na ambiência da midiaticização, em diversos elementos estéticos próprios da internet, como a sua característica de priorização à horizontalização.

Diferentemente de protestos como das “Diretas, já” ou “Impeachment de Collor”, em 2013 não há um objetivo comum e explícito compartilhado, um foco estratégico determinado ou um objetivo político a ser levado a cabo. Eram manifestações sem estratégia política bem definida, baseadas no voluntarismo e no desejo de ser escutado, em atos que tinham a base nas redes sociais da internet. “O espaço cibernético e o espaço urbano interagem mutuamente e as redes oferecem a oportunidade de pessoas que nunca se movimentaram nesse sentido participarem do processo”. (SILVA et al., 2014, p. 145). Nesse sentido, caracterizamos o “cidadão comum” – com todas as ressalvas do termo – como personagem em busca de diálogo para via do processo “das redes às ruas”. Isso caracteriza certo espelhamento do contexto de redes sociais digitais para uma ressignificação da movimentação nas ruas, como indica a Figura 4, que expõe uma das faixas em 17 de junho, em São Paulo: “Somos a Rede Social”. Desse modo, se, por meio de sinédoque, o significado de “rede social” havia sido transportado no senso comum apenas para o âmbito da rede conectada na internet, deixando a ideia sociológica de “rede social” mais ampla de lado, com o transbordamento às ruas e o ajuntamento das pessoas, o conceito é reconectado ao seu sentido original.

Figura 4 – Somos a Rede Social – Jornal O Globo no Twitter



Fonte: *Twitter* do Jornal O Globo.¹²⁶

¹²⁶ Disponível em: <https://twitter.com/jornaloglobo/status/346753824763019264>.

É certo que as redes sociais digitais ocuparam papel de destaque durante esse período. Para Pimentel e Silveira (2013, s/p), tal mobilização nas ruas a partir das redes sociais digitais “criou um espaço híbrido entre as redes e as ruas”. O espaço híbrido deve-se à coexistência das experiências *offline* e *online*. Nesse mesmo sentido, Silva e Ziviani (2014) explicam que o fenômeno ocorrido em 2013 decorre da “apropriação social das ferramentas digitais e do espaço urbano que, entre outros aspectos, se caracteriza por agenciamentos múltiplos e em rede, pela sobreposição de mediações sociotécnicas e por complexificação da circulação¹²⁷ de ideias na interface entre a internet e as ruas”. (SILVA; ZIVIANI, 2014, p. 12). É nesse ambiente híbrido que se dão as comunicações tentativas em modelos relativamente inéditos no País.

Nesse sentido, podemos, com ALZAMORA; ARCE e UTSCHE (2014, p. 61), caracterizar o acontecimento como “dispositivo protesto”, a partir do entendimento de alguns meandros de sua configuração. Seu caráter de amparo nas redes sociais é o principal, como indicado em: “Algumas decisões tomadas nas ruas pelos manifestantes, como registro de imagens colocadas em circulação nas mídias sociais, em tempo real, alteraram taticamente o rumo das passeatas. Constituíram, assim, curvas de visibilidade e de enunciação no *dispositivo protesto*”. Podemos elencar ainda, como características, a convocação de eventos pelo *Facebook*, transmissões ao vivo por dispositivos portáteis e uso de *hashtags*¹²⁸. Outra característica assimilada da internet é que a mobilização não é orgânica: “Táticas acionadas pelos manifestantes não significam, porém, homogeneidade de ações, nem sequer consenso. E é justamente esse caráter provisório e disruptivo das táticas que as tornam essenciais na dinâmica de forças que conforma a dimensão política do *dispositivo protesto*”. (ALZAMORA; ARCE; UTSCHE, 2014. p. 61). O caráter provisório e de laço frágil de tais mobilizações fazem, até mesmo, que tenham um volume muito grande e, em outra situação, seja facilmente enfraquecida e possa perder relevância.

Em caráter de síntese, o contexto comunicacional de fundo do período é de uma sociedade brasileira conectada e atuante na mobilização de uma internet potencializada por ferramentas de conversação, ou seja, com possibilidades para além da digitalização de conteúdos. A saber:

¹²⁷ Ressalvamos que o entendimento de ‘circulação’ para as autoras difere daquilo que entendemos e já apresentamos. Ver o item 4.1 desta tese.

¹²⁸ Durante as Jornadas de Junho, as *hashtags* mais usadas foram: #mudabrazil #changebrazil e #ogiganteacordou.

- a) Convocação das mobilizações com uso das redes sociais, principalmente do Facebook, incluindo ações próximas ao modelo flashmob, de convocação às cegas, em que os participantes não se conhecem antes do evento;
- b) Possibilidades de produção, divulgação e disseminação de conteúdo amador;
- c) Uso das transmissões ao vivo, por meio da conexão via celular;
- d) Referência ao discurso próprio das redes, com frases curtas e mensagens imediatas, além do poder de alastramento de hashtags.

Nesse sentido, o modo de contato ofertado pelo Governo, de abertura à escuta de grupo selecionado de representantes em um seminário ou uma conferência, por exemplo, se contrasta com o ambiente de batalha por estabelecer e posicionar um ou muitos discursos no ambiente midiático. São exemplo desse ambiente em disputa os cartazes colocados em circulação nas manifestações, ou seja, elaborados para além da ocasião rua, mas feitos com a intenção de ganhar repercussão nas redes sociais e na mídia tradicional¹²⁹. Nesse sentido, aspectos de persuasão fazem parte dos discursos dos cartazes, incluindo aí o humor, para dar um potencial maior de *buzz*¹³⁰ nas redes sociais e na internet como um todo.

Nas figuras a seguir (Figura 5), é possível ver essas referências que se utilizam da linguagem das redes e que não demonstram plataformas específicas de grupos organizados, mas demandas genéricas, num discurso individual por direitos sociais ou por expressão de indignação com os modos de funcionamento da política e da governança, solicitando, explicitamente, (Figura 6) uma interlocução com a chefe de estado sobre a realidade das negociações dos grandes jogadores de futebol no país: “Dilma [sic] chama a educação de Neymar e investe nela”. Na outra imagem (Figura 7), um intertexto com a saga de livros e filmes de Harry Potter: “Minha carta de Hogwarts não chegou, mas cansei de ser trouxa”, numa relação com o termo trouxa traduzido na versão em português para aquele que nasceu sem poderes mágicos e que poderia sair da situação recebendo uma carta convidando para a escola de magia. A referência está com o significado usual de trouxa em língua portuguesa.

¹²⁹ Sobre a circulação de cartazes nas manifestações de junho de 2013, ver NEVES, 2017.

¹³⁰ Na tradução literal, seria zumbido, bochicho. É a característica das redes sociais de espalhar alguma ideia.

Figura 5 – Cartaz das Manifestações de Junho - Pedro Vilela/AFP



Fonte: Portal G1.¹³¹

Figura 6 – Cartaz das manifestações de Junho - Caio Kenji/G1



Fonte: Portal G1.¹³²

Mesmo sem um centro definido, o grupo MPL (Movimento do Passe Livre), participante do espectro da esquerda, é, ao menos nos primeiros momentos, quem convoca os protestos. Ou seja, a cobrança é de um posicionamento mais à esquerda do Governo, após as alianças e as decisões políticas representativas de pautas ao centro e à direita. A significação dessa questão é a perda de recepção das pautas governamentais em um espectro favorável. Essa aprovação do campo progressista será substancialmente reconquistada, como veremos, na campanha eleitoral de 2014, mas perdida de forma mais ampla nos meses seguintes.

¹³¹ Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/cartazes-das-manifestacoes/platb/>.

¹³² Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/cartazes-das-manifestacoes/platb/>.

Comunicacionalmente, a aprovação do Governo junto aos cidadãos representa uma aceitação das propostas e ações comunicacionais. Outro detalhe da dificuldade de resposta que pode ser elencada é a insatisfação disseminada contra toda a classe política. Nesse sentido, o descrédito com aquilo que pudesse ser proposto pelos atores políticos não tinha um público disponível à aceitação (Figura 7). Ou seja, o espaço de confiança necessário ao diálogo e à participação é diminuído gradualmente, o que se torna um obstáculo a mais no exercício proposto a qualquer interação das instituições políticas com a sociedade.

Figura 7 – “Ou para a roubalheira ou paramos o Brasil” - Raquel Freitas/G1



Fonte: Portal G1.¹³³

O descrédito também atinge partidos políticos, que têm seus pressupostos questionados e precisam, no ambiente da midiaticização, de um esforço maior para atingir formadores de opinião e para se qualificarem como representantes dos cidadãos. Ou seja, há um desprendimento geral das estruturas formais de contato do cidadão com as instituições políticas. Nesse sentido, as manifestações desse período, como um todo, se configuram na tentativa de diálogo da sociedade com seu Governo e se tornam, no Brasil, como a primeira grande experiência da modalidade caracterizada como utilizadora da realidade da midiaticização na ambiência do digital, por sua mobilização, em sua constituição e na circulação. Os protestos são convocados via redes sociais e têm a cobertura realizada também nesse espaço.

Um último aspecto desse contexto, antes de elencarmos as tentativas de resposta do Governo, é que essa disputa de discursos coloca em evidência, também, a luta dos meios de comunicação tradicionais diante do contexto de midiaticização. Veículos tradicionais alteram sua programação para transmitir eventos, repercutem em seus telejornais e se confundem na

¹³³ Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/cartazes-das-manifestacoes/platb/>.

busca fontes oficiais, já que se trata de discursos disseminados e sem lideranças definidas. Os protocolos da autocomunicação tensionam os modos tradicionais do jornalismo e dos veículos de comunicação, como indica Fausto Neto (2016b):

No contexto das manifestações de 2013, coberturas jornalísticas tiveram que refazer suas estratégias na medida em que a dinâmica dos acontecimentos foi além das pautas, deixando os jornalistas perguntando a quem iriam entrevistar, na medida em que a tevê era caudatária do que se passava nas ruas, segundo protocolos da “autocomunicação”. (FAUSTO NETO, 2016b, 118-119).

Figura 8 – TV Globo divulga editorial sobre a cobertura das manifestações



Fonte: Portal G1/Jornal Nacional. ¹³⁴

A imprensa também é questionada em sua legitimidade de mediação. Em algumas ocasiões, os protestos se voltam contra a imprensa, principalmente a TV Globo, o que gera, inclusive, um editorial para reforçar o que indica ser a cobertura “sem nada esconder”. Nesse período surge a Mídia Ninja¹³⁵. *Ninja* é uma sigla de Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação, indicando que o grupo realiza atos baseados na cobertura ao vivo aliada à transmissão via internet, sendo voz alternativa à mídia tradicional e recebendo aceitação dos grupos pelo caráter duplo de veículo de mídia e engajamento. Um discurso diferente ao de “vandalismo de baderneiros”, muito utilizado pela mídia tradicional, garantiu relevância à cobertura do grupo e de outros semelhantes. E também os protestos movimentam o desejo de capturar as modalidades de representação dos meios de comunicação, do jornalismo e do entretenimento para conquistar uma visibilidade (BUCCI, 2016).

¹³⁴ Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/06/tv-globo-faz-reportagens-sobre-manifestacoes-desde-o-inicio.html>.

¹³⁵ Disponível em: <http://midianinja.org/>

Um personagem das manifestações de junho de 2013 que também merece ser destacado é o *Black Bloc*, que atuava nos protestos usando atos fortes como símbolo de luta, como a destruição de fachadas de bancos, pichações e resistência aos bloqueios policiais. A violência se estabelece como linguagem no entendimento de revanche ao Estado violento, seja pelo direcionamento de suas políticas ou pela força policial. Os *Black Blocs* sintetizavam mais uma força simbólica que um grupo significativamente numérico, sendo sempre chamados de “minoría” ou “minoría vândala”. São atores desse cenário de contestação, mesmo que sua forma de irrupção comunicacional não seja pela interação dialogal.

Diante dessas características expostas, nos propomos, então, a apresentar, empiricamente, qual foi o teor de resposta do Governo Federal, já que apontamos o acontecimento em seu viés de comunicação, cabe considerar concretamente quais foram as respostas. As pautas em debate foram direitos sociais, como saúde, educação e segurança, principalmente, após o *start* do caso do aumento das tarifas. Mesmo alguns dos serviços sendo de responsabilidade das esferas municipais e estaduais, podemos dizer que o processo é canalizado para a pressão ao Governo Federal, seja pela identificação mais singela dos manifestantes ou mesmo pelo interesse da mídia tradicional e de setores da sociedade em atribuir-lhe culpa e demandar-lhe reação.

As respostas dadas às manifestações, diante novas formas de participação política e mobilização social em rede, são carregadas do deslumbramento e de falta de manejo diante de tamanho acontecimento e expõem a cobrança social em confronto entre um modo de fazer política tradicional e outro em que o contato se dá por uma rua midiaticizada em que os cidadãos não estão propensos à representação, mas querem falar diretamente. O modo midiaticizado de gerar demanda por parte da sociedade mostra aos atores políticos que a agenda política não pertencia mais ao Governo e que as modalidades de interação executadas, até então, não supriam às necessidades dos cidadãos, de forma geral. Era um alerta para as instituições e os atores políticos de que o modo tradicional de agenda das políticas públicas não poderia mais ser levado a diante, precisava ser adaptado.

No modo de rua midiaticizada, discurso e contradiscurso se interpõem de maneiras não lineares. É evidente que linearidade é um caminho mais fácil de tratamento para o espaço pesado e burocrático da governança, mas um desnível se apresenta e nem é possível medi-lo antes de já ter de se pronunciar, pois os estragos estavam sendo feitos. Não trataremos aqui de aspectos da comunicação de crise, mas destacamos que a interação entre Governo e sociedade se dá nesse ambiente numa crise alastrada durante a segunda quinzena de junho de 2013. Para Bucci (2016), as Jornadas de Junho inauguram uma agenda inédita no País: “Seu momento

zero foi o rechaço ríspido contra a surdez do Estado. Eclodiram juntos a reprovação moral (e moralista) contra a impunidade da corrupção generalizada e o cansaço furioso contra a péssima qualidade dos serviços públicos”. (BUCCI, 2016, p. 16). Em nosso interesse de pesquisa, o apontado por Bucci (2016) como surdez do Estado sintetiza o problema conversacional colocado em xeque. O *gap* entre as propostas formuladas pelo Governo em temporalidade diferente daquela vivenciada pelo cidadão está no foco das questões.

O ator político de gabinete tem de lidar com um interlocutor disperso. E as primeiras ações demonstram a dificuldade em se dispor a uma postura adaptada. O desejo de se expressar pulula de uma forma que o Governo não consegue estabelecer diálogo satisfatório. Além disso, o Governo parece não identificar motivos evidentes de tamanha fúria repentina que vem aliada à conversação em rede. Fala-se de algum modo que a crise tem a ver com essa problemática e, nesse sentido, Bucci (2016) desenvolve uma fala analítica apontando a falta de repertório de Dilma e ao demais da gestão para “compreender as multidões de junho” (p. 18) e acusa o Governo de não entender a língua dos protestos. E decreta:

Os protestos, com seu tranco duro, vaticinaram o que estava por vir. A primeira infelicidade de Dilma Rousseff foi não ter compreendido a mensagem. Ela não aquilidou corretamente o alcance daquela energia, que seguiria — e ainda segue — açoitando a máquina pública encarquilhada e os políticos profissionais especializados em parasitá-la. (BUCCI, 2016, p. 17).

As modalidades de comunicação de forma mais distribuída, de modos de muitos para muitos, interferem na relação que o cidadão tem com suas instituições como um todo, o que inclui a instituição Governo Federal. No calor dos acontecimentos de junho, em duas ocasiões o Governo enfrenta as tensões no contato com a sociedade e se pronuncia. Em 21 de junho, um dia após os maiores eventos, Dilma Rousseff fala em cadeia de rádio e TV, durante 10 minutos. No dia 24, na reunião com governadores e prefeitos de capitais, ela emite pronunciamento e propõe compromissos.

A presidenta, em cadeia de rádio e televisão, realiza um comunicado padronizado. Diante da linguagem expressa emocionalmente nas ruas, Dilma Rousseff, apesar dos indicativos de mobilização e concordância relativa com os manifestantes, lê um pronunciamento redigido em gabinete em contraste com o calor emocional das ruas:

Precisamos oxigenar o nosso sistema político. Encontrar mecanismos que tornem nossas instituições mais transparentes, mais resistentes aos malfeitos e, acima de

tudo, mais permeáveis à influência da sociedade. É a cidadania, e não o poder econômico, quem deve ser ouvido em primeiro lugar¹³⁶.

Ela concorda com o “desejo da juventude de fazer o Brasil avançar” e propõe alguma empatia lembrando que, em sua juventude, lutou contra a ditadura militar e foi sua geração que buscou que a voz das ruas fosse ouvida e indica “sou a presidenta de todos os brasileiros, dos que se manifestam e dos que não se manifestam”.

Dilma faz a ressalva do impedimento do diálogo com quem age com violência. Os Black Blocs, na operação semântica da guerra de significados, foram chamados de “vândalos” pela imprensa e pela população em geral e de fora dos “primados da lei e da ordem” e fora de uma manifestação “pacífica e ordeira” por Dilma Rousseff, no seu pronunciamento de 21 de junho. Mesmo que ela não tenha nomeado textualmente o grupo, era a eles que fez ressalva quanto às manifestações. Devido à sua restrição, fala apenas na escuta das pessoas que “foram pacificamente às ruas”¹³⁷.

Em 24 de junho, no contexto de diálogo em gabinete, Dilma recebe para reunião, no mesmo dia e em audiências diferentes, os representantes do MPL e, depois, os governadores e prefeitos de capitais. A tentativa de diálogo com representantes das ruas demonstra uma busca pelo entendimento, mas mostra a escolha de um contato linear, o modo costumeiro de “falar com as lideranças”. No encontro seguinte, com os atores também institucionalizados, Dilma busca articulação política e faz uma avaliação dos acontecimentos das ruas:

O povo está agora nas ruas, dizendo que deseja que as mudanças continuem, que elas se ampliem, que elas ocorram ainda mais rápido. Ele está nos dizendo que quer mais cidadania, quer uma cidadania plena. As ruas estão nos dizendo que o país quer serviços públicos de qualidade, quer mecanismos mais eficientes de combate à corrupção que assegurem o bom uso do dinheiro público, quer uma representação política permeável à sociedade onde, como já disse antes, o cidadão e não o poder econômico esteja em primeiro lugar.¹³⁸

De fato, um modo de comunicação disperso causa, também, dificuldade de respostas da parte do Governo. E a resposta enquadrada e padronizada, baseada na articulação com lideranças, não é solução palpável num contexto de efervescência emocional das massas. Tendo sido cobrada de ações concretas, a nova tentativa de Dilma Rousseff, nesse dia 24, vem

¹³⁶ Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv> .

¹³⁷ Disponível em: Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv>

¹³⁸ Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-reuniao-com-governadores-e-prefeitos-de-capitais>

no estabelecimento de cinco pactos. O entendimento é de que os pactos são réplicas às principais demandas, sintetizadas em respostas oficiais. São eles: 1) *Responsabilidade fiscal e controle da inflação*: em vista da estabilidade econômica e do controle da inflação; 2) *Plebiscito para formação de uma constituinte sobre reforma política*: com o formato popular, a consulta deveria ser ampla e colaborar no combate à corrupção e ampliação da transparência¹³⁹; 3) *Saúde*: investimentos na área e anuncia o Programa Mais Médicos, ainda sem nomeá-lo, já antecipando o terreno polêmico junto à classe médica diante da contratação de profissionais estrangeiros para suprir carências de pessoal; 4) *Mobilidade Urbana*: investimentos em obras do transporte público, desoneração de impostos na área e criação de conselho na área do transporte público; 5) *Educação*: Pacto da Educação Pública e o reforço da destinação dos royalties do petróleo e do pré-sal para a área. Os pactos se destinam, portanto, a responder às demandas de pautas gerais como corrupção e reforma política e às questões de direitos sociais, mas carecem de uma temporalidade mais evidente. Além disso, a pauta da reforma política via constituinte e não pelo caminho do legislativo não soou como algo positivo para o Congresso, causando insatisfações.

Sobre as movimentações realizadas, a nosso ver, não é capturado o tom informal e conversacional das ruas. A demanda feita em um cartaz repleto de objetividade e de humor recebe uma resposta burocrática em gabinete e aos moldes de sempre. A sociedade está em pressão contra seus governantes, em reações horizontalizadas, massivas e dispersas. Eram grupos impulsionados e sem um laço forte entre si, mas que juntos representavam uma corrente comunicacional. Mesmo assim, o esforço, até aqui, foi de receber representantes dos grupos que organizaram as primeiras ações e que nem estavam mais como os principais incentivadores, como dito anteriormente.

Concordamos com Bucci (2016), que aponta a chave da política já não basta para interpretar os acontecimentos: “Prisioneiros de suas circunstâncias, o governo, seu partido e os partidos da oposição não perceberam que a chave da política não bastava para interpretar a situação e para dialogar com as ruas; não notaram que, além da chave da política, precisariam acionar outra chave, a da cultura”. (BUCCI, 2016. p. 18). Uma ação mais profunda não foi concretizada. Bucci (2016) complementa: “As autoridades insistiam no erro: tentavam ver com lentes velhas um evento novo. Não conseguiam assimilar o mecanismo da replicação mimética, típica da era da imagem eletrônica potencializada pelas redes sociais, que já tinham mostrado sua face em outros países (...)”. (BUCCI, 2016. p. 18). Concordando com o autor,

¹³⁹ Dilma retira a proposta tempos depois. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/dilma-recua-sobre-plebiscito-para-reforma-politica-14391883>.

podemos dizer que o Governo não logrou sucesso e acumulou essa derrota. Diante das respostas insuficientes, o ataque atinge o andamento do Governo e é o primeiro grande baque à gestão.

Mais alguns dias depois, outra forma de resposta à demanda das ruas vem com a adoção de estratégia comunicacional, mediante o site *Participatório*¹⁴⁰, colocado em funcionamento cerca de um mês após o ápice dos protestos. Trata-se de nova tentativa de resposta, agora com a proposta de uma linguagem específica voltada para o público mais mobilizado nas manifestações: os jovens. Vale ressaltar que o site já estava sendo pensado há um tempo – já em 2009, com a ideia em debate, e em 2011, com realização de oficina de *design thinking*.

Na metodologia indicada para cada circuito, chegamos à ação comunicacional elaborada em proposta de plataforma digital colocada em funcionamento no período, como práticas interacionais mediadas por tecnologias, no contexto da mediação: o site *Participatório*. Nesse sentido, a crise de representação e a falta de escuta da vontade popular, levantadas nas manifestações de rua de junho de 2013 e mobilizadas utilizando as redes sociais e as ferramentas digitais, principalmente por parte da juventude, como já exposto. Cerca de um mês depois, em julho de 2015, o Governo Federal, por meio da Secretaria Nacional de Juventude - SNJ (ligada à Secretaria-Geral da Presidência da República), lançou o site *Participatório – Observatório Participativo da Juventude*, ambiente virtual em formato de rede social interativa.

O nome, *Participatório*, vem da fusão das palavras “participação” e “observatório” e o site surge com a proposta de mobilizar jovens e demais interessados em debates sobre políticas públicas de juventude e questões gerais do âmbito da participação política, por meio de estratégias de participação em plataforma digital, em experiências de conversação, em mobilizações, no compartilhamento de conteúdo e na formação de comunidades virtuais para debate de políticas públicas ou outro interesse compartilhado. O principal do site foi buscar o contato do Governo com a juventude de forma geral e com os movimentos sociais juvenis, gestores de políticas públicas, além de pesquisadores da área. A capa do site (Figura 9) apresenta as ofertas possíveis de contato: debates, comunidades, blogs, vídeos, membros e atividades. Além disso, apresenta quais são as *tags*, ou seja, as palavras-chave das discussões do momento.

¹⁴⁰ Disponível em: <http://juventude.gov.br/participatorio> .

Figura 9 – Capa do Site Participatório em 2013



Fonte: Site Participatório.¹⁴¹

Em nossa observação, indicamos ser a primeira ação voltada para oferta de uma noção de interação *online* desenhada pelo Governo Federal Brasileiro, se constituindo, posteriormente, em experiência piloto para as demais iniciativas, na assimilação de usos e de tecnologias. Diante da realidade que se apresentava, Bezerra (2017), em uma avaliação solicitada durante entrevista para a pesquisa, afirma que no momento de lançamento, em 2013: “O ‘Governo’ não entendia muito de rede social. Ainda estava na lógica de assessoria de comunicação bem formal. Havia concepções de limite de *posts* por dia, por exemplo. Não se entendia de algoritmo de Facebook e quase nada da dinâmica da rede”. Ou seja, o caráter tentativo da experiência encontrou dificuldades de saída na estrutura e nas resistências.

O site aposta em algumas das tecnologias da face conversacional da internet: a possibilidade de interação, o conteúdo distribuído facilmente em diversas mídias e o espaço conversacional e segue o desejo de elaborar e aperfeiçoar metodologias para a participação social. A proposta foi a tentativa desse Governo de estabelecer novas formas de incrementar a interação com esses públicos colocando-os de forma mais próxima das esferas decisórias de poder, numa iniciativa inédita nesses contornos de participação e mobilização. É colocado em prática, de forma articulada, com parceiros para o funcionamento da ferramenta e para o acesso às pessoas e aos grupos (ONGs, movimentos sociais, institutos de pesquisa, redes, coletivos etc.).

O *Participatório* integrou a política da Secretaria Nacional de Juventude e esteve sempre relacionado às suas ações localizadas na articulação, em âmbito federal, dos

¹⁴¹ Disponível em: <http://www.participatorio.gov.br>.

programas e projetos destinados à população da faixa etária de 15 a 29 anos, apresentada pela secretaria como “sujeito político e de direitos”. (BRASIL, 2014c). Como política de Governo, sua finalidade e competência institucional seguem a execução das políticas da Secretaria Nacional de Juventude e suas ações prioritárias, como consta no Objetivo estratégico 03 da SGPR: “Promover e articular as políticas públicas de juventude e consolidá-las como políticas de Estado, de modo a reconhecer os jovens como sujeitos de direitos, contemplar suas diversidades e ampliar oportunidades para autonomia, inclusão e participação”. (BRASIL, 2014b, p. 19)

Além disso, a ampliação de espaços de interação também se mostrava com um dos objetivos setoriais da mesma SNJ: “produzir conhecimento em rede; promover a participação em rede; mobilizar e disputar valores da juventude”. (BRASIL, 2014d, p. 22). No caso do *Participatório*, isso pode ser visto, indicativamente, no incentivo à interação, tentando colocar o público de forma mais próxima das esferas decisórias de poder, numa iniciativa nova quanto ao uso do virtual nesses contornos de participação e mobilização por parte do Governo Federal Brasileiro. Constataram nas funcionalidades do site: rede social virtual, espaço para consulta pública, comunidades temáticas, transmissão *online*, biblioteca digital, repositórios virtuais, boletins e revista temáticos, dados e indicadores e interação com outras redes.

O funcionamento do site pode ser explicado na divisão de três categorias que podem ser discriminadas, como explicado a seguir:

a) Participação:

O site apresentou possibilidades de interação por meio de intervenções em debates e na constituição de comunidades temáticas item deve-se ao fato de o site estar ligado à Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR), que é responsável pela interlocução com os movimentos sociais e por ações de democracia participativa (conferências, conselhos, sistema nacional de participação). Os espaços dados eram abertos para escrever comentários livres e sugerir debates sobre algum tema. O *Participatório* funcionou como uma ação desse processo de interlocução com foco primordial na participação juvenil e no contato de jovens com as políticas públicas de juventude.

O princípio do Estatuto da Juventude de que todo jovem tem direito à participação social e política¹⁴² é indicado como guia das ações e concilia a isso o fato de o público

¹⁴² “Art. 4º O jovem tem direito à participação social e política e na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de juventude”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm.

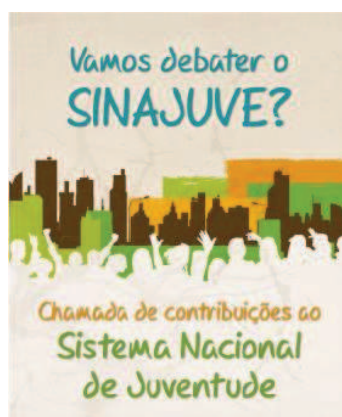
ativamente na internet e nas redes sociais. O fundamento do núcleo da oferta, associando o discurso das redes com o discurso político, a partir do discurso institucional

O que queremos é utilizar o Participatório para fortalecer essa participação ampliando e massificando. O intuito, então, é criar um canal de participação que possibilite que possamos fazer consultas, debates e ser uma escuta mais clara, de um conjunto mais ampliado de atores da sociedade. (BEZERRA, 2013, s/p).

Também segundo Carla Bezerra (2013) indicou, ainda, faltavam espaços para secretarias municipais de juventude e, devido ao público ser especialmente conectado, a Secretaria Nacional de Juventude se utilizou desse espaço como forma de alcançar um público mais amplo. No documento da avaliação do site, textualmente, é apresentado que a participação social da juventude é “um método de governo” (BRASIL 2014e, p. 7), demonstrando a ligação da proposta com o incentivo à interação.

No período de funcionamento, foram realizadas consultas públicas, como da constituição do texto do Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE), em que 20 dos 49 artigos do documento receberam ponderações (Figura 10) – uma construção colaborativa –, a pesquisa de opinião “Agenda da Juventude”, interação com outras redes e abertura de espaços para comentários e sugestões na plataforma. Além disso, duas experiências de confluência podem ser relatadas: a construção coletiva dos termos de uso e as aberturas de diálogo sobre o funcionamento do site são ações que incrementam o sentimento de participação na execução da ferramenta.

Figura 10 – Convite à colaboração nos artigos do Sistema Nacional de Juventude

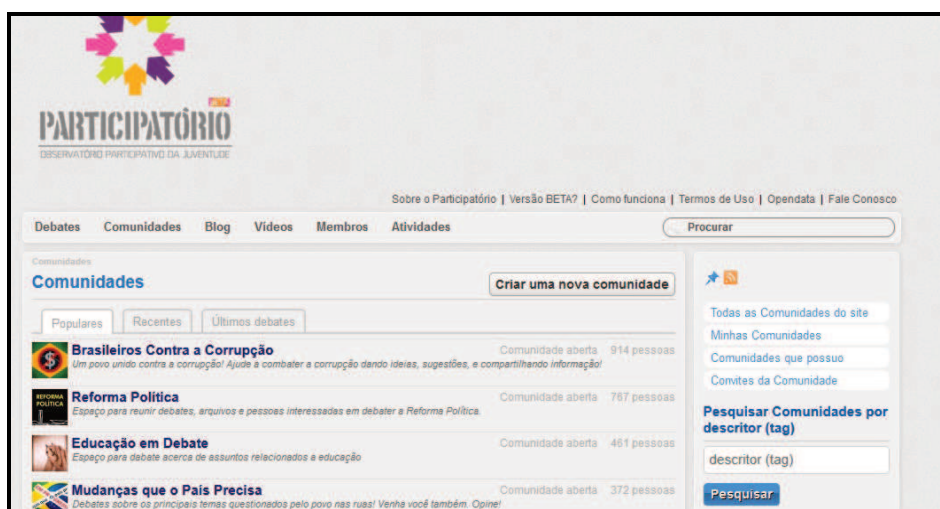


Fonte: Site Participatório.¹⁴³

¹⁴³ Disponível em: <http://participatorio.juventude.gov.br/>.

No nível próximo ao deliberativo, pode ser citada a realização das eleições *online* para o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), que, segundo informam os organizadores, bateu recorde de inscrições devido ao formato virtual potencializado pelo site. Houve, ainda, a construção colaborativa nas experiências *wiki*¹⁴⁴ de documentos e textos de políticas públicas. As comunidades formavam o elo de grupos e concedia o selo sobre a temática de interesse, como na figura 11.

Figura 11 – Comunidades do Participatório em 2013



Fonte: Site Participatório.¹⁴⁵

b) Mobilização:

Por meio do site foram geradas convocações de mobilizações para eventos e ações da Secretaria Nacional de Juventude, do Governo Federal em seus ministérios e órgãos e de demais instituições e entidades. Durante o período de execução do *Participatório*, O Governo apresentou pautas para a sociedade e convocou para outras agendas relacionadas às políticas já implantadas pela Secretaria de Juventude. Esse aspecto inclui a convocação da SNJ para ações, eventos e demais estratégias de interesse da Secretaria e de grupos juvenis. Ações ligadas diretamente ou não ao órgão, além de ações que possam despertar interesse dos grupos ligados à plataforma.

Usar o site como convergente da mobilização parece ser uma estratégia bastante incentivada pela equipe organizadora: “É um canal que usamos para comunicação e divulgação de quais são as agendas da juventude, da Secretaria Nacional de Juventude, da Secretaria-Geral, nossos princípios, valores e programas”. (BEZERRA, 2013, s/p), afirmou

¹⁴⁴ Disposição de documentos em *wiki* significa que os mesmos podem ser editados coletivamente.

¹⁴⁵ Disponível em: <http://www.participatorio.gov.br>.

uma das gestoras, à época de lançamento. Devido ao formato de rede social, o site pode ser utilizado para a convergência de pessoas nessas mobilizações, mas nas questões numéricas e de ampliação de públicos não foi realizado algo significativo, como apontaremos mais adiante.

São exemplos colocados em execução, ações como: a divulgação do Estatuto da Juventude; oportunidades de “tira-dúvidas *online*” a respeito de editais e dos programas, como do Plano Juventude Viva; transmissão ao vivo de dezenas de eventos; coberturas colaborativas. A mobilização alcançou oficinas ministradas por responsáveis do grupo e participação em mesas temáticas de eventos relacionados. Foram realizadas, também, ações específicas com grupos diversificados, como mulheres, negros, moradores e periferia e de zona rural, povos de religiões de tradição africana etc. Além de ações regionais ou locais que receberam apoio na plataforma.

Com a liberação da criação das comunidades segundo o desejo dos participantes, a construção temática de mobilizações a partir da realidade pessoal foi realizada. As comunidades mais populares da ferramenta foram: 1. Reforma Política; 2. Educação em Debate; 3. Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil; 4. Mudanças que o País Precisa; 5. Brasileiros contra corrupção; 6. Transmissões do *Participatório*; 7. Esquerda no Brasil; 8. Política e Participação Social; 9. Brasil Sem Corrupção; 10. Rede Juventude Viva (em outubro de 2014) – (BRASIL, 2014e). Existiram comunidades com um viés de engajamento político-partidário, como “Fora Dilma, fora PT não Lula”. Aqui transparece, mais uma vez, aspectos da mobilização a partir da realidade próxima, das questões que estavam sendo suscitadas para além da discussão formal de políticas públicas.

c) Produção de Conhecimento em rede:

Também chamado de observatório, o *Participatório* atuou para além do aspecto da participação, o site pretendeu, também, acumular conhecimento sobre juventude e se tornar referência como banco de dados de informações e de materiais de consulta sobre a área juvenil. Portanto, houve investimento no aspecto de produção de pesquisas e disponibilização de conteúdo sobre questões juvenis, de forma a congregar materiais antes dispersos e fomentar a ampliação de disponibilidade desse tipo de conteúdo. O reforço dessa face da plataforma é na disponibilização de informações e conteúdos. A estratégia de se tornar um observatório, com capacidade de produzir dados, estudos e pesquisas, contou com ações pontuais, mas de impacto durante o período em análise. Um observatório é um local de referência para certo tema de interesse coletivo. No caso da internet, o observatório se torna um repositório virtual. Uma Biblioteca Digital dentro do *Participatório* foi criada em

fevereiro de 2014, com livre consulta e disponibilidade para *download*, com disponibilização de artigos, monografias, teses, livros e outras publicações em formatos diversos, que incluem áudios e vídeos. Além do Centro de Documentação e Pesquisa Sobre Juventude e Políticas Públicas.

Essas três características foram mostradas para apresentar o quadro geral da ferramenta proposta pelo Governo Federal como modalidade de interação com a sociedade. Integrando esta pesquisa, realizamos uma contraposição do que foi indicado com a observação por quase dois anos e a produção científica, concretizada, principalmente, em SOUSA, (2015).

Em síntese as principais questões que podem ser tensionadas como críticas à execução do *Participatório* são: a) concentração dos trabalhos em rede social própria. Em vez de ir, queria que o público fosse à plataforma; b) perda de espaço gradual e dificuldade em conversar com os indivíduos dispersos; c) foco das conversas em grupos e ONGS já organizadas; d) ancoragem em projetos e eventos relacionados com a linha política do Governo; e) parcerias que já eram realizadas; f) Peso da estrutura da secretaria, o que era transportado para esse espaço; g) a falta de acesso a grupos que não acessam à SNJ: Falando com as mesmas pessoas; h) fuga da conversação informal/ linguagem não acessível; i) Objetivos não explícitos: Saber o que fazer com aquilo. Tais características demonstram a diferença entre o pensado e o executado e também serão retomadas na análise comparativa entre as três plataformas que estão presentes na pesquisa sobre as proposições governamentais e dos usos dados pelos cidadãos.

Ainda vale ressaltar que um grande espaço de incomunicabilidade percebido é que o site ficou quase totalmente inacessível durante o período eleitoral, 5 de julho a 26 de outubro de 2014. Obviamente, por força da rígida lei eleitoral que veta a disseminação de conteúdos que possam ser considerados uso de máquina por órgãos de governo durante três meses antes do primeiro turno até o final do pleito. Mas essa “força maior” não é de simples captação pelo público usuário que está engajado em uma ferramenta. Ou seja, o rompimento dos contratos de comunicação foi feito de forma brusca e impediu a funcionalidade de boa parte das ferramentas de comunicação, além de anular aquelas de interação. E o período amplo, quase quatro meses, gerou um desgaste no uso das funcionalidades, principalmente as interações entre iguais.

Por fim, ressaltamos que o site sofreu uma migração no final de 2014, quando foi incorporado ao Portal da Juventude, em 2015, deixando de ter um espaço exclusivo na passagem para o segundo mandato de Dilma. O aviso de migração dizia: “O *Participatório*

está funcionando em modo somente leitura entre os dias 21 a 30 de novembro. Isto é, todo o conteúdo continua sendo acessado, mas com interatividade limitada” (Figura 12). A troca enfraqueceu a relevância como plataforma participativa, no ano seguinte. Segundo Bezerra (2017), o *Participatório* migrou para integrar o projeto do Portal da Juventude, que tinha o objetivo de hospedar todos os sites da Secretaria numa mesma instalação. No ano seguinte, com a incorporação, o *Participatório* deixou de ser acompanhado por esta pesquisa.

Figura 12 – Anúncio da migração para o Portal da Juventude



Fonte: Site Participatório.¹⁴⁶

Em avaliação sobre a execução do *Participação*, Bezerra (2017) aponta que a plataforma funcionou “enquanto interação de comunicação”, não tendo como eixo a “participação efetiva enquanto definição de políticas públicas de Governo. Caminhou para essa forma de interação”.

De fato, a proposta de dialogar com toda a juventude não pôde se concretizar pelo fato de o site ter dedicado em grande parte apenas ao diálogo com grupos, movimentos e representações, como Agência de Redes para a Juventude, Observatório de Favelas ou Viração Educomunicação – o que não deixa de ser uma conquista interessante –, mas o *Participatório* mancou, principalmente, no diálogo com o cidadão “disperso”, ou seja, aquele que não integra ou apoia movimentos de representação. O principal problema foi não saber dialogar com esse cidadão “não-representado”, aquele que participa de manifestações, mas é

¹⁴⁶ Disponível em: <http://participatorio.juventude.gov.br/congelado>.

avesso a partidos, a grupos e a movimentos, por exemplo. E é justamente esse público que protagoniza os protestos dos anos após as eleições de 2014, o que será o eixo do Circuito 2.

Ainda como elemento pós-jornadas, podemos destacar mais algumas ações comunicacional da internet e das redes sociais digitais que fazem referência ao acontecido em Junho. No dia 27 de setembro de 2013, é lançado o novo site Portal Brasil¹⁴⁷, com a proposta de congregar informação, serviços, transparência, prestação de contas e participação, congregando ações dos diversos ministérios. Dilma indica uma mudança de perspectiva: “Nossa ideia é mudar o governo de analógico para digital”. E faz nova referência aos protestos e ao desejo de participação:

Queremos construir uma prática sistemática de ouvir as ruas, o que querem as universidades, o que querem as pessoas do campo, dos diferentes segmentos sociais, e ouvir as redes sociais, ter com elas uma interação. Isso que permite que eu diga que o Portal Brasil, que estamos hoje lançando na nova forma, é mais um instrumento pra exercício da cidadania.¹⁴⁸

No mesmo dia 27 de setembro de 2013, Dilma anuncia que criaria a *fanpage* do Palácio do Planalto no *Facebook*¹⁴⁹ (o que é efetivado em 20 de novembro) e retoma sua conta em seu nome no *Twitter*, após ter sido abandonada desde o dia 13 de dezembro de 2010, logo depois de ter sido eleita. Lá no fim de 2010, a postagem no *Twitter* indicava uma continuidade da presença na rede, o que acabou não acontecendo: “Amigos, muito legal ser tão lembrada no *Twitter* em 2010. Logo eu, que tive tão pouco tempo p/estar aqui c/vcs. Vamos conversar mais em 2011[sic]”¹⁵⁰. Ou seja, o perfil ficou quase três anos desativado.

No retorno, em 2013, as primeiras postagens são de interatividade com o perfil “Dilma Bolada”, de responsabilidade do humorista Jéferson Monteiro (Figura 13), que tinha feito sucesso nos meses anteriores realizando uma sátira da presidenta, sendo Dilma apresentada como uma pessoa descontraída e que falava como quisesse sobre os acontecimentos do País e do mundo, com ironia, se gabando ou criticando adversários políticos. No dia de volta à rede, Dilma realiza diversas postagens. Em uma delas, brinca com a letra da música famosa do cantor Roberto Carlos: “.@diImabr Eu voltei, voltei para ficar. Porque aqui, aqui é meu lugar.”¹⁵¹.

¹⁴⁷ Disponível em: <http://www.brasil.gov.br>.

¹⁴⁸ Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2013/09/dilma-anuncia-reformulacao-do-portal-brasil>.

¹⁴⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/palaciadoplanalto/>.

¹⁵⁰ Disponível em: <https://twitter.com/dilmabr/status/14383039513624576>.

¹⁵¹ Disponível em: <https://twitter.com/dilmabr/status/383615315893960705>

Figura 13 – Interação do perfil Dilma Bolada com o perfil oficial de Dilma Rousseff

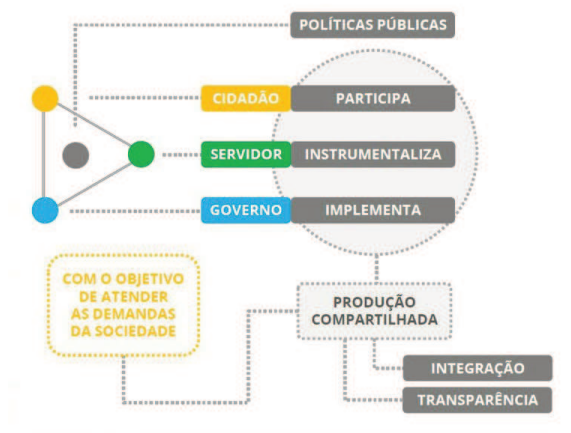


Fonte: Perfil no Twitter Dilma Bolada

Aparentemente, a presença nas redes não é uma estratégia de Governo, pois houve, sem explicação, um vácuo de quase três anos de ausência na conta de Dilma no *Twitter*. Não está claro, também os objetivos em seu uso, devido à descontinuidade injustificada. Vemos nesse retorno às redes uma tentativa, também, de o Governo, por meio de sua representante, circular por entre os ambientes de conversação informal das redes sociais. No próximo subitem (Circuito 2), poderemos observar como essa realidade é bem utilizada durante a campanha eleitoral, obviamente, com o apoio do marketing eleitoral. Também no Circuito 2, poderemos visualizar como o abandono das esferas de comunicação e as pautas-bomba, após a reeleição, dificultam ainda mais uma conversação nos meses após a vitória nas urnas.

Como fechamento deste circuito, destacamos, por final, a síntese da proposta de governança digital é apresentada no site do Portal Brasil. Reproduzimos o gráfico elaborado pelo Governo Federal (Figura 14), que aposta numa produção compartilhada entre cidadão, servidor e governo. O modelo de estratégia de governo digital segue a estruturação participa/instrumentaliza/implementa, na integração em vista do atendimento “das demandas da sociedade”. O ritmo indicado sintetiza as modalidades de continuidade do processo de participação, implementado pelo Governo, tendo por base o histórico do Partido dos trabalhadores. De tal imagem, identificamos as linhas gerais de aspectos conceituais que caracterizaram e condensaram as ações deste circuito, numa oferta de propostas institucionalizadas, mesmo diante de questionamentos daqueles que receberiam tal política.

Figura 14 – Estratégia de Governo Digital – Portal Brasil



Fonte: Portal Brasil.¹⁵²

6.2 Circuito 2 – Nas Disputas da Interação, O Governo Pagou o Pato

A proposta de observação do circuito 2 tem o intuito de examinar as ações comunicacionais do período entre final de 2013 até março de 2015, ou seja, dos últimos meses do primeiro mandato de Dilma Rousseff até o primeiro trimestre do segundo mandato. A leitura do presente circuito no contexto da tese busca explicar a interação entre Governo e Sociedade num segundo recorte temporal, após a experiência do Governo diante dos fatos das jornadas de junho, que podiam ter sido entendidas como eventos inesperados. Ou seja, já havia o acúmulo dessa experiência no momento do planejamento de políticas de interação. De fato, novas tentativas são colocadas em funcionamento diante do crescente acesso da sociedade à internet e às redes sociais como um todo, mas, veremos que a assimilação dos contextos, por parte do Governo, não é realizada de forma satisfatória

Entende-se, na análise desse período que o governo contou com algum tempo para refletir sobre o que presenciou nas mobilizações das redes às ruas, em 2013. Os materiais comunicacionais focos de análise deste circuito, são seguintes: **discursos e pronunciamentos de Dilma Rousseff** voltados às temáticas do diálogo e da participação: a) lançamento da Política Nacional de Participação Social, em 23/05/2014; b) Abertura da Copa do Mundo de Futebol FIFA, 10/06/2014; c) Vitória nas eleições 26/10/2014; d) Posse no segundo mandato 01/01/2015; e e) Entrevista após as manifestações de março 16/03/2015; **Documentos técnicos e legislação**: a) Plano de Ação do Compromisso Nacional pela Participação Social – Guia técnico orientador, b) Decreto nº 8243/2014 - Política Nacional da Participação Social,

¹⁵² Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo-digital>.

c) Documento “A participação como método de Governo, d) Instrução Normativa SECOM-PR nº8 - Implantação e a gestão da Identidade Padrão de Comunicação Digital, e) Documento Interno da Secretaria de Comunicação Social - Março 2015; **Site:** a) Experiência não-governamental *Muda Mais*; **Proposição de site de interação:** a) Plataforma *Participa.br*.

A existência desses materiais, na dinâmica de ações comunicacionais, é muito impactada pelos elementos conjunturais já apontados no capítulo 3. Nesse sentido, indicamos que este circuito se articula com o anterior na medida em que se observa que as cobranças dos cidadãos diante das experiências anteriores da interação Governo e Sociedade, incluindo as queixas de falta de escuta. Isso acontece a partir da observação de mais presença do cidadão nas redes, enquanto protagonista da pauta de políticas pública e, em grande medida, insatisfeito com os canais ofertados.

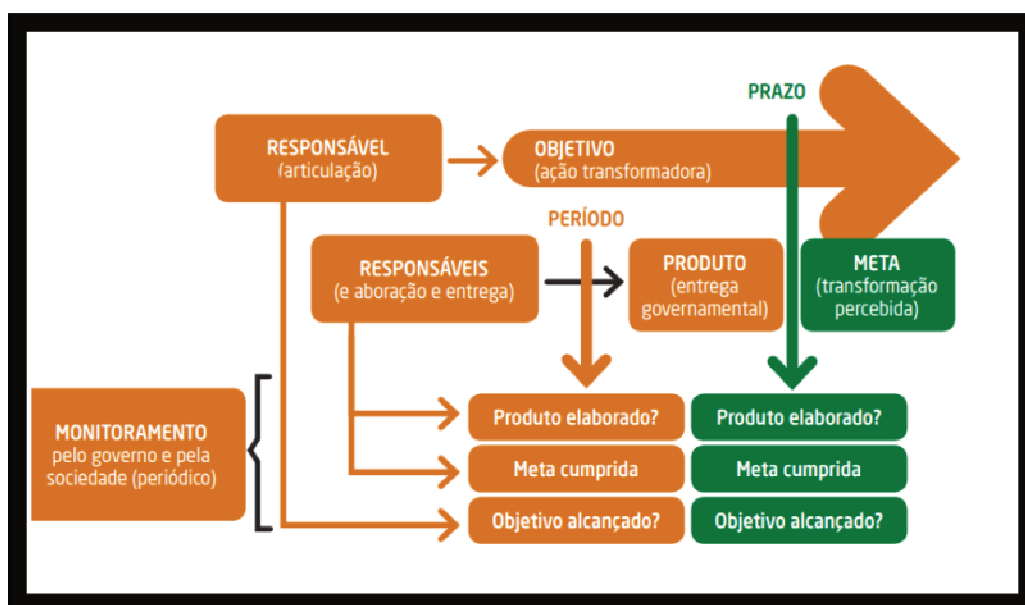
Os materiais empíricos deste circuito serão tensionados a partir do fluxo cronológico e dos objetivos e da natureza do problema da pesquisa. Como já foi dito, as ações comunicacionais deste circuito situam-se em períodos após contexto de mobilizações de 2013, e também se direcionam até uma nova onda de grandes protestos, em março de 2015. O que pode ser visto, por exemplo, ainda no final do ano 2013, é que a política de Participação Social segue com as iniciativas em vista da institucionalização, o que, de *per se*, não pode ser tomado como negativo. A SGPR lança o material “Guia Técnico Orientador – Plano de Ação do Compromisso Nacional pela Participação Social”, no qual apresenta a participação social como “um direito humano, uma política de estado, um método de governo” (BRASIL 2013). Seu objetivo é planejar a participação social nas diversas instâncias: municipais, estaduais e nacional, em busca de pactos com os diversos níveis, em vista de uma cultura de participação no país. A proposta visa a expandir a política para os diversos entes federativos.

O texto de apresentação do documento, feito pelo ministro-chefe da SGPR, Gilberto Carvalho, diz em “reafirmar nossa fé na democracia”. (BRASIL, 2013, p.3), reforçando a via institucional como oficial da participação e como garantia do contato Governo e Sociedade e o discurso de que a participação seja conformada nas instâncias que existem, pois houve várias críticas sobre ações chamadas de “não-democráticas” durante os protestos acontecidos meses antes. No formato de guia técnico, o objetivo é conduzir processos pelo modo passo a passo, num documento instrucional. Como referência à Política Nacional de Participação Social, o documento indica uma fundamentação sobre participação e estimula uma “uniformização conceitual” (2013, p. 6) sobre o tema.

A metodologia está associada à matriz de contato com a sociedade, que segue a tradição histórica de formulação de grupos organizados na construção e elaboração de

políticas públicas. O gráfico a seguir (Figura 15) demonstra a modalidade de implementação e monitoramento das políticas proposta pelo Governo. O formato indica o monitoramento pelo Governo e aponta uma série de passos em que as políticas são discutidas nos espaços consolidados de debates. Numa concepção de processo de interação, os fluxos das interações estão previstos no gráfico de acordo com a concepção tradicional de participação ainda fomentada.

Figura 15 – Implementando e monitorando – Guia Técnico



Fonte: BRASIL, 2013, p. 26.

Outra das realizações do Governo Dilma na área é a formalização da Política Nacional de Participação Social (PNPS) e do Sistema Nacional de Participação Social (SNPS), que são instituídos sob forte crítica por justamente oficializar a consulta e a participação do Governo junto à sociedade por meio de grupos como conselhos e movimentos, recebendo a participação delegada um *status* superior e deixando desprotegido o cidadão comum que não estivesse envolvido em movimentos institucionalizados. A restrição delineada é demarcada pela opção pelo diálogo a grupos mobilizados e, como praxe da institucionalização, de representantes delegados. A modalidade chegou a ser chamada até de sovietação do Brasil, pelos críticos mais ferrenhos¹⁵³, setores sociais que já acumulavam críticas ao modelo colocado em funcionamento. Instituída pelo decreto 8.243, de 23 de maio de 2014, a PNPS surge apresentando como o objetivo fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias de

¹⁵³ Wilson Gomes critica tal visão em GOMES, 2014b

diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil, ou seja, como dito, a interação mediada pelos grupos. A nosso ver, isso contrasta com o apelo que o Governo presenciou nas ruas e nas redes sociais, por estar ancorada em outra matriz de comunicação.

Mesmo assim, o documento privilegia a noção de um tipo de contato, mas não restringe a isso, indicando, ainda, estratégias de mobilização que envolvem indicativos de aproximação do mundo da internet e das redes sociais. No documento legal, o artigo 6º (BRASIL, 2014f) refere-se às instâncias de organização da participação reconhecidas pelo Governo. Ao todo, são nove: I - conselho de políticas públicas; II - comissão de políticas públicas; III - conferência nacional; IV - ouvidoria pública federal; V - mesa de diálogo; VI - fórum interconselhos; VII - audiência pública; VIII - consulta pública; e também indica como uma delas, o IX - **ambiente virtual de participação social.**, modalidade esta que aponta para um ambiente próprio e estabelecido. Isso será concretizado no site *Participa.br*, o que veremos mais adiante. Ou seja, do ponto de vista estratégico, é a primeira vez que um site de interação para as políticas participativas é indicado, a relevância das estratégias *online* tem algum espaço no que se institui como política.

O inciso X do Artigo 2º (BRASIL, 2014f) detalha a questão e indica a instituição de ambiente virtual de participação social como “mecanismo de interação social que utiliza tecnologias de informação e de comunicação, em especial a internet, para promover o diálogo entre administração pública federal e sociedade civil”. E no artigo 17, há o reforço de que as consultas públicas utilizem “internet e de tecnologias de comunicação e informação” (BRASIL, 2014f). A configuração de tal “ambiente virtual” é descrita no artigo 18, identificando as seguintes diretrizes:

- I - promoção da participação de forma direta da sociedade civil nos debates e **decisões do governo;**
- II - fornecimento às **pessoas com deficiência** de todas as informações destinadas ao público em geral em formatos acessíveis e tecnologias apropriadas aos diferentes tipos de deficiência;
- III - disponibilização de acesso aos **termos de uso** do ambiente no momento do cadastro;
- IV - explicitação de **objetivos, metodologias e produtos esperados;**
- V - garantia da **diversidade** dos sujeitos participantes;
- VI - definição de **estratégias de comunicação e mobilização**, e disponibilização de **subsídios para o diálogo;**
- VII - utilização de ambientes e ferramentas de **redes sociais**, quando for o caso;
- VIII - priorização da exportação de dados em **formatos abertos** e legíveis por máquinas;
- IX - **sistematização e publicidade** das contribuições recebidas;
- X - utilização prioritária de **softwares e licenças livres** como estratégia de estímulo à participação na construção das ferramentas tecnológicas de participação social; e

XI - fomento à **integração com instâncias e mecanismos presenciais**, como transmissão de debates e oferta de oportunidade para participação remota. (BRASIL, 2014f – grifos nossos).

Do ponto comunicacional, a matriz imaginada indica a definição de estratégias de comunicação e mobilização e definição de objetivos e metodologias, aludindo ao fomento ao planejamento; a oferta de subsídios, como forma de embasar discussões; o uso das redes sociais, além dos aspectos técnicos, como a viabilização às pessoas com deficiência, termos de usos e uso de softwares livres e formatos abertos. Outro indicativo de caráter interacional a ser destacado é a sistematização e divulgação de resultados, um indicativo que poderá ser testado nas experiências colocadas em funcionamento nas próximas ações comunicacionais. Por fim, há a ressalva final de manter o contato com espaços presenciais, ressaltando a não-substituição de um por outro.

A PNPS surge, então, como orientadora de uma abertura à interação Governo e Sociedade. No lançamento da Política Nacional, Dilma Rousseff discursa reforçando os ideários presentes no decreto: “A participação social tem esse caráter inerentemente transformador, porque ela mostra o rumo que o povo do país quer trilhar”. Faz referência ao diálogo, à discussão e às manifestações como fundamentais, além de reforçar o acúmulo participação do Partido dos Trabalhadores: “Toda a experiência que nós acumulamos nos últimos anos justifica e dá como base a decisão de implantar a Política Nacional de Participação Social”, reforçando esse alinhamento às bandeiras históricas do projeto progressista do PT. O tom do discurso é que o governo tem ideário de participação circunstanciado em uma noção de organização que se fundamenta, de modo mais específico, na cultura política e não em culturas outras que emanam da própria organização da sociedade.

Nesse mesmo período é lançada a publicação de um documento — *Participação Social no Brasil: entre conquistas e desafios*, pela Secretaria-Geral da Presidência da República (BRASIL, 2014b), em que se busca uma sistematização do processo de participação antes do Governo Dilma e se avalia o primeiro mandato, indicando proposições para as ações na área da participação, direcionando uma fala propositiva à sociedade. Entre os números apontados, está a informação de que sete milhões de pessoas participaram da modalidade de Conferências entre 2003 e 2013, ou seja, o grupo de cidadãos delegados que atuou nas dinâmicas institucionalizadas. Ao que nos interessa mais, destacamos, da fala do ministro Gilberto Carvalho, a indicação de o Governo ter considerado os eventos das Jornadas de Junho e o ambiente das redes sociais. Já no corpo desta oferta de interação, que vem à tona pelo viés de um determinado discurso político pelo qual o governo quer “sair das cordas”:

A presidenta Dilma respondeu ao desejo da juventude por mais democracia, mais participação, mais direitos e melhores serviços. Poucos meses depois, foi implantado um conjunto de medidas que dialogava com as principais reivindicações. Um exemplo foi a publicação da Política Nacional de Participação Social, que tem o objetivo de **consolidar as instâncias de participação existentes e, ao mesmo tempo, estimular novas formas de participação pelas redes sociais, inaugurando uma nova era no exercício da cidadania.** [...] Dentre as incertezas que esse novo ciclo de protestos impôs à análise e à ação políticas, está a forma como **as manifestações vão dialogar com a institucionalidade participativa construída como resultado dos ciclos anteriores.** A presente publicação reconhece que as ruas de junho de 2013 têm desafiado os espaços institucionais de participação a se mostrarem como alternativa de mudança para uma geração que não viveu o ciclo de protestos dos anos 80 e 90. Para **a juventude, a participação precisa fazer sentido.** (BRASIL, 2014b, p. 12 – grifos nossos).

O discurso proposto sugere a tomada de consciência sobre o recado das ruas, a necessidade de dialogar a partir da participação mais conversacional das redes sociais digitais, mas, por outro lado, reforça a institucionalidade participativa aos moldes tradicionais e estabelece que a participação “precisa fazer sentido” para a juventude “que não viveu o ciclo de protestos” dos anos 1980 e 1990, ou seja, da modalidade tecida pelo Partido dos Trabalhadores e indicada por nós no capítulo 3, diferenciando os dois modelos. Mesmo assim, podemos destacar que há certa consideração, ao menos nível das indagações, como proposto em nas perguntas dispostas no mesmo documento: “Como os espaços de participação vão dialogar com essa força que emerge nas ruas? Até que ponto pode se fortalecer por meio dela? Os canais de participação existentes estão prontos para oferecer um caminho que conduza às mudanças desejadas?”. (BRASIL, 2014b, p. 12). Ou seja, aparece a tensão acumulada de adequação às modalidades de participação, a partir dos efeitos de operações referências da mediatização que se fizeram presentes nas manifestações de junho, mesmo que elas não tenham sido profundamente enfrentadas.

Como caso concreto, examinaremos a implantação do site *Participa.br*, apresentado como ambiente virtual da participação e, ao mesmo tempo, sinal de uma passagem apenas pelo viés da instrumentalização da ferramenta digital e não da concepção de política de comunicação numa gestão a partir da realidade de mediatização. Para tanto, seguimos, então, a metodologia no sentido de apresentar em cada circuito uma plataforma *online* colocada em funcionamento no período. Em março de 2014 já começa o funcionamento do site *Participa.br*, que se torna a plataforma oficial da participação social no Governo Federal em maio. Segundo Poppi (2018), a proposta surgiu como oportunidade de “mostrar para o conjunto do Governo como uma política de participação pode ser implementada através de instrumentos virtuais. Nos inspiramos em comunidades de participação para oferecer aos órgãos governamentais” (s/p).

O site que foi aberto às interações dos cidadãos com uma consulta na primeira comunidade dedicada justamente à participação social. Na sua apresentação, o mesmo está descrito como “mais um espaço para participação social no Brasil, escuta e diálogo entre o governo federal e a sociedade civil”¹⁵⁴. Há um reforço de informar que a plataforma é desenvolvida em software livre e com a “missão desenvolver práticas inovadoras de participação via internet e oferta de espaços de manifestação e debate para qualquer cidadão ou organização, com o intuito de construir políticas públicas cada vez mais eficazes e efetivas”¹⁵⁵. Trata-se de um enunciado forjado numa lógica linear. A página inicial, em 2014, (Figura 16) apresentava três chamadas de tom imperativo que apontam o tom diretivo e exortativo das funcionalidades do dispositivo: *Participe* – contribua nas consultas em andamento; *Proponha* – sugira temas para os próximos debates; *Mobilize* – divulgue e busque apoio para suas propostas. O site se estabelece com a proposta, de certa forma unilateral, de um dispositivo a concentrar iniciativas de participação digital enquanto proposta de interação com o cidadão.

Figura 16 – Capa do Participa.br



Fonte: Site Participa Brasil.¹⁵⁶

Visava também a congregar o que era feito em outros espaços, voltando ao exemplo da consulta realizada sobre o Programa Nacional Juventude e Meio Ambiente, citada no item anterior, que foi publicada em uma plataforma *Wordpress*¹⁵⁷, sem conexão com outros sites do Governo e com a utilização de um leiaute padrão comercial. Nesse sentido, o *Participa.Br*

¹⁵⁴ Disponível em: <http://www.participa.br/ajuda>.

¹⁵⁵ Disponível em: <http://www.participa.br/ajuda/ajuda/quem-somos>.

¹⁵⁶ Disponível em: <http://www.participa.br>.

¹⁵⁷ Disponível em: <https://br.wordpress.org/>.

surge com a proposta de ser um dispositivo a congregar esses espaços e facilitar a organização e distribuição de conteúdos. Sendo assim, após a criação do *Participa.Br*, as experiências de interação do Governo deveriam ser direcionadas e reorganizadas na plataforma, já que se tratava de algo oficial e estabelecido como estratégia de governança. Tal característica de oficialidade garante uma subsistência à plataforma e uma certeza de processualidade, tornando-se uma estratégia com objetivos continuados, segundo fundamentos de indução, definidos pela metodologia da oferta governamental. A seguir, serão relatadas as modalidades de participação na plataforma (conforme figura 17)


Figura 17 – Como funciona o Participa.br

Como funciona?

Para começar a participar dos diálogos e debates existem dois caminhos: comunidades ou trilhas de participação. Localize na página principal do participa.br a área de "Comunidades" ou "Trilhas" e faça sua escolha.

Depois de escolher a comunidade de seu interesse, clique em "Entrar" no lado esquerdo da página da comunidade. Pronto! Agora você é um integrante dessa comunidade. Participe, dialogue e comente! Construa por meio das trilhas um caminho de colaboração e participação social. É a sua participação sem fronteiras!

1 Junte-se a uma comunidade



2 Participe das trilhas! Construa seu caminho de participação social!



PROPOŃIA TEMAS
 Você poderá sugerir temas adicionando e comentando este t3pico na comunidade de Ajuda.

CONSULTAS
 Você j3 imagina poder construir pol3ticas p3blicas colaborativamente? Adicione seus coment3rios e ideias em cada par3grafo do documento em consulta. Indique o que voc3 acha importante em um determinado texto ou pol3tica!

Fonte: Site Participa.br.¹⁵⁸

¹⁵⁸ Dispon3vel em/: <http://www.participa.br/articles/0006/1591/infografico-participe.png>.

A participação no *Participa.br* seguiu pelas *trilhas* que são como o roteiro de andamento de cada tópico que se torna uma comunidade. As trilhas possuem um tom regulatório pois em sua organização delimitam as possibilidades de interação, que podem conter: debates abertos, organização de temas, formulação de propostas, votação para eleição de prioridades, entre outros. Elas são relacionadas com o processo de elaboração de políticas públicas e a constituição de cada grupo (comunidade), tendo formato e objetivo distintos um do outro. A comunidade pode ser *proposta* por qualquer cidadão, mas caberá uma aprovação da parte dos organizadores. Com a criação da comunidade, todos são identificados como membros. Após propor, é necessária a busca de apoio a partir da extensão para as redes sociais externas. O cadastro livre e aberto a qualquer pessoa. Uma ou mais ferramentas oferecidas pela plataforma *Participa.br* constava em cada trilha, ou seja, a modalidade de interação variava em cada temática.

As trilhas de participação a serem seguidas segundo lógica definida *a priori* foram estudadas por Fabrício Solagna (2014). Ele exemplifica o funcionamento de uma trilha que qualificou como referência: “Ouvidorias do Poder Executivo Federal”¹⁵⁹. A mesma contou com fórum presencial, questões provocadoras e texto colaborativo *online*, avaliação pela comissão e, por fim, uma audiência pública (Figura 18). Mas apenas 39 integrantes participaram na trilha. Solagna (2014, p. 7) indica dupla entrada na ferramenta: para os mecanismos tradicionais de participação, que podem potencializar sua atuação na rede; e novos engajamentos a partir dos arranjos produtivos da *web*. Ele aponta (2014) como problemas o fato de que não há uma hierarquia entre trilhas e ferramentas, além da falta de associação dos processos da comunidade *online* com as instâncias definidoras, o que pode ser um problema:

Isso pode gerar uma profusão de usos de ferramentas de participação deliberadamente, sem a vinculação com uma instância de participação, transformando o processo em apenas um fórum ou uma enquete, por exemplo. Como não há um modelo hierárquico da arquitetura de informação, muitas comunidades acabam por abandonar a utilização das trilhas. (SOLAGNA, 2014, p. 16).

A trilha “Ouvidorias do Poder Executivo Federal” teve o início com uma atividade presencial entre 17 a 19 de março de 2014, no “Fórum de Ouvidorias Públicas e Privadas”. Entre os dias 19 de maio até 20 de julho foi estabelecido o processo de consulta virtual, em que os participantes utilizaram as ferramentas de respostas e proposições no “Processo


¹⁵⁹ Disponível em: <http://www.participa.br/ouvidorias>

participativo virtual”, por meio de perguntas direcionadas. Após as propostas, foi realizado o processamento das colaborações por comissão de técnicos. Por fim, foi realizada uma audiência pública no Senado.

Figura 18 – Trilha “Ouvidorias do Poder Executivo Federal

PRINCÍPIOS ORIENTADORES DO MARCO LEGAL DAS OUVIDORIAS

22 de Abril de 2014, 8:13, por Paulo André Caminha Guimarães Filho · | Ninguém está seguindo este artigo ainda.



A nossa nova trilha de participação terá a finalidade de estabelecer os princípios que devem orientar a elaboração de uma lei a respeito das Ouvidorias.

Participe!

Passos

- 1

de 17 até 19 de Março de 2014

📅 Fórum de Ouvidorias Públicas e Privadas

Fechado

Realizado entre 18 e 20 de março de 2014, em Brasília, o evento reuniu cerca de 340 participantes, entre representantes de Organizações Não Governamentais, Defensoria Pública, Agências Reguladoras, parlamentares e ouvidores de instituições públicas e privadas de todo o país. O objetivo foi discutir a proposição de um marco legal para estabelecer os princípios fundamentais à organização e ao funcionamento das ouvidorias brasileiras. Na ocasião foram discutidos diversos temas de interesse das Ouvidorias, e foi apresentada uma proposta de Projeto de Lei pela Petrobras. Mais informações sobre o evento podem ser obtidas em http://www.cgu.gov.br/Eventos/2014_Forum_Ouvidorias/index.asp.
- 2

de 18 de Maio até 19 de Julho de 2014

📅 Processo participativo virtual

Fechado

De 19 de maio a 20 de julho de 2014 será possível a participação de qualquer pessoa no ambiente virtual, respondendo às perguntas provocativas acerca dos principais temas a serem tratados no marco normativo das Ouvidorias. Será possível também conhecer o texto e fazer comentários e sugestões à proposta apresentada pela Petrobras por ocasião do Fórum de Ouvidorias Públicas e Privadas. Qualquer pessoa pode também enviar propostas, que serão publicadas e postas em discussão no Participa.BR. Participe! Envie sua proposta! Faça seus comentários!
- 3

de 30 de Junho até 29 de Setembro de 2014

📅 Fase técnica

Fechado

Uma comissão formada por representantes de vários segmentos de ouvidorias e de outras instâncias de participação social, coordenada pela Ouvidoria-Geral da União, promoverá o aprofundamento das discussões com base nos resultados da fase de participação virtual da sociedade. Haverá espaços de discussão técnica para consolidação e aprofundamento das ideias debatidas nas fases anteriores.
- 4

de 31 de Outubro até 29 de Novembro de 2014

📅 Audiência Pública

Fechado

Será realizada Audiência Pública, já no âmbito do Senado Federal, por meio da qual serão discutidos, de forma presencial, os temas que devem ser contemplados no marco normativo das Ouvidorias.

Fonte: Site Participa Brasil.¹⁶⁰

Nesse sentido, o andamento das trilhas, como a aprontada conta com trabalho de recepção e monitoramento das contribuições, demonstrando que a participação almeja se consolidar num aproveitamento da contribuição. Ou seja, em cada trilha a participação depende da condução e da observância das etapas, por parte dos servidores e gestores. Quanto ao público envolvido, vê-se um número não destinado a uma ampliação ou abertura aos não

¹⁶⁰ Disponível em: <http://www.participa.br/ouvidorias/principios-orientadores-do-marco-legal-das-ouvidorias>.

especializados¹⁶¹. Ou seja, o uso do digital colabora em suas facilidades de tempo e espaço para a realização de atividades já da rotina das instâncias de governo. Outro fato a se considerar no funcionamento da “trilha” é o passo final de realização de uma Audiência Pública, ou seja, o retorno ao presencial. O ritmo realizado foi de um processo de trabalho conduzido para o espaço da internet, ou seja, a dinâmica que se restringia ao encontro pessoal e à troca de e-mails pode ser facilitada com a ferramenta e teve a assimilação discreta de novas potencialidades

Um outro exemplo de funcionamento do *Participa.br*, já num caráter mais interativo e inovador, foi a experiência da Arena NET Mundial, em que não foi realizada uma trilha, mas usadas novas formas de participação, na consulta realizada de 20 de março a 17 de abril de 2014. A atividade foi chamada pelos organizadores de “uma das maiores consultas públicas sobre internet já realizadas utilizando a metodologia de priorização aos pares”¹⁶², com a recepção de 280 mil participações e 295 propostas. A consulta da Arena NET foi baseada em três perguntas: “Que Internet você quer?”, “Quais direitos você considera fundamentais para garantir o futuro democrático da Internet?” e “Quais princípios devem orientar a governança da Internet?”. A plataforma do *Participa.br* foi utilizada, também, para o debate e construção do texto legal do Marco Civil da internet, em trabalho conduzido pelo Ministério da Justiça.

A metodologia de priorização aos pares (*pairwise*), utilizada em atividades de algumas comunidades do *Participa.br* coloca diante do usuário duas propostas e ele escolhe a que prefere, os índices de “preferido” e “preterido” são ponderados e disso é gerado um “score” capaz de ranquear as propostas. A experiência, de consulta simples (escolha entre duas propostas), foi significativa para o processo e tornou-se a base para a criação da próxima experiência promovida pelo Governo e que relataremos no terceiro circuito, o *Dialoga Brasil*.

O *Participa.br* também foi organizado para poder oferecer páginas específicas para participantes durante um evento promovido pelo Governo Federal. Ou seja, a formação de uma comunidade para um ciclo específico e com prazo determinado, como para as Conferências Conjuntas de Direitos Humanos, realizadas entre os dias 24 e 29 de abril de 2016¹⁶³ (Figura 19). Nesse caso, o ambiente virtual participativo se destina à ancoragem do evento presencial e, também, para a sequência de algum encaminhamento de atividade.

¹⁶¹ Em 2015, a indicação era de que o portal contava com 3.200 usuários, registrando cerca de 21 milhões de acessos às páginas. (BRASIL, 2015a. p. 112)

¹⁶² Disponível em: <http://www.participa.br/netmundial/consulta-publica-para-o-netmundial-fecha-com-280-mil-participacoes-e-295-propostas#.W17Ud7ynHIU>

¹⁶³ Disponível em: <http://www.participa.br/conferenciasdh>.

Figura 19 – Capa da Página das Conferências Conjuntas de Direitos Humanos



Fonte: Site Participa.br.

De forma geral, o funcionamento do site mostra disponibilização potencial para consultas públicas, comunidades de interesses e possibilidade de construção coletiva de documentos. O entendimento da participação institucionalizada está presente e o uso do digital nas características de “disposição de conteúdo *online*” pesam mais que efetivas “conexão, interação e ampliação de público”. Ou seja, esse espaço virtual destinado à participação social segue a política do Governo Federal e está incluído na dinâmica de utilizar a internet para incrementar a relação entre administração pública federal e sociedade civil, com propósito de escuta, publicação de conteúdos por meio de fóruns de debate, salas de bate papo, vídeos, mapas, trilhas de participação com diversos mecanismos de consulta. Trata-se da oferta de um determinado tipo de ação comunicacional centrada em pressupostos da gestão dos processos governamentais

Vale o destaque que entre os demais *websites* apresentados para a pesquisa – *Participatório, no circuito 1*, e *Dialoga Brasil, circuito 3* –, o *Participa.br* é o único que lida com a problemática da comunicação com um meio de longo prazo. Ou seja, está inserido numa estratégia de Estado como plataforma de concentração de experiências interação entre Governo e Sociedade e tem regulamentação de canal oficial, contando, inclusive com referência a isso no Diário Oficial da União, em 2014¹⁶⁴. Também tem como diferencial a

¹⁶⁴ No dia 12 de novembro de 2014, foi publicada, no Diário Oficial da União (DOU), uma portaria de Secretária-Geral da Presidência da República (SGPR) que instituiu o Participa.br como o ambiente virtual de participação social. Disponível em:

vantagem de constar com aplicativo para dispositivos móveis, que têm acesso crescente no País. O aplicativo esteve disponível na Plataforma iOS a partir do dia 22 de abril de 2014, contando com uma atualização para correção de erros em 18 de novembro do mesmo ano. Para aparelhos Android, foi lançado em 17 de abril de 2014, com a versão ainda atual e registro de mais de mil downloads. Tal aspecto acrescenta positivamente à ferramenta no conhecimento dos usos da tecnologia, tendo em vista o crescimento do acesso à internet nas plataformas móveis na sociedade.

Aos usuários ou gestores que propõe uma comunidade¹⁶⁵, são oferecidos quatro *templates*, ou seja, quatro modalidades de proposta: consulta, site, evento e Comunidade. Apesar dessa divisão, identificamos que o uso dado não seguiu essa caracterização. Há eventos situados na divisão de Comunidade, entre outros. Um exemplo uma comunidade é a Participação Social¹⁶⁶, que conta com tópicos como política, compromisso, decreto (PNPS), consulta pública, roda de conversa, guia técnico, notícias e publicações. A comunidade segue o formato “fórum” e trouxe trechos do texto para comentários.

O *Participa.br* constitui-se uma rede de comunidades temáticas e teve a proposta de não se reduzir ao nível federal, pois contou com a iniciativa de envolver, potencialmente, gestores públicos federais, estaduais ou municipais, cidadãos, organizações, redes e movimentos da sociedade civil para a discussão de temas relevantes sobre as políticas públicas. Cada cidadão, movimento social ou gestor poderia ter o seu perfil pessoal nesta plataforma. Ou seja, o trunfo da plataforma foi congregar iniciativas e poder ofertar o espaço potencialmente participativo, mesmo não tendo a audácia de aproveitamento de ferramentas mais interativas e capazes de ampliar o público.

A construção de políticas públicas por meio de suas comunidades virtuais temáticas, com a formação de “trilhas” que funcionam em períodos específicos de duração, apresenta uma vantagem de apresentar, de partida, o uso que será dado à participação, um dos grandes questionamentos enviados a instrumentos dessa modalidade, quando o cidadão não consegue perceber que haverá algum aproveitamento de sua participação no processo ofertado pelo governo. O recurso da trilha – mecanismo de participação em sequência no site – ajuda deixar claro, como indicamos no funcionamento de algumas trilhas, inclusive mostrando em que o

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=12/11/2014&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=92>.

¹⁶⁵ O termo usado é comunidade. Mantivemos o mesmo, apesar de identificar o problema de que uma das opções de *template* é, também, chamada de Comunidade, a qual será identificada com letra maiúscula.

¹⁶⁶ Disponível em: <http://www.participa.br/participacaosocial/>.

momento em que estão as discussões na plataforma, os passos já dados e os passos que se seguirão.

As ofertas das trilhas seguem por muitas possibilidades: discussão de prioridades, elaboração de documento, votação em algum tema, propor aplicação de políticas públicas, elaborar planos, até produção de site. Sendo assim, o nível de interação dos atores políticos com o cidadão vai depender da proposta acordada. Os membros não são diferenciados no decorrer da comunidade. E a moderação para organizar depende de interesses da comunidade, sem participação ativa dos gestores. Em entrevista para a pesquisa, POPPI (2018) argumentou, como gestor, que a proposta não era de massificação: “O *Participa.br* não teve a proposta de massificação, mas de descentralizar, de facilitar processos e de melhorar a metodologia na dinâmica da participação social” (s/p).

Da mesma forma que o *Participatório*, o site foi interrompido durante o período de campanha eleitoral, devido ao veto do que poderia ser entendido como uso da máquina pública pelo partido de situação, permanecendo ‘congelado’ durante vários meses, sem possibilidade de acesso. Mais adiante, no capítulo 7, tensionaremos a compreensão do judiciário sobre as políticas de participação digital como ferramentas de publicidade de governo e não como ferramentas da governança.

Figura 20 – Mensagem sobre interrupção do Participa.br no período de campanha eleitoral



Fonte: Site Participa Brasil.

A mensagem apresentada (Figura 20) cita o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o entendimento do órgão de que sites geridos pelas instituições públicas são de responsabilidade dos agentes e reforça que o site está além de um espaço de “publicação de conteúdos pelos

seus gestores”, por ser “plataforma de interação”. Sendo assim, o site deveria funcionar sem as ferramentas participativas. Em entrevista para a pesquisa, um dos responsáveis pelo site, Poppi (2018), confirmou a postagem da mensagem como informativa, mas, também, com a intenção de produzir discussão sobre a concepção insuficiente da justiça sobre a plataforma, entendida pelo TSE apenas como um site comum e não como uma estratégia participativa. O congelamento, como indicou Poppi, “teve um quê de protesto”. No texto, se pode ler:

Como todos sabem, o Participa.br é um ambiente interativo de rede social que permite a publicação de conteúdos pelos próprios usuários, sem moderação prévia. Em outras palavras, o Participa.br vai muito além de um espaço de publicação de conteúdos pelos seus gestores, se constituindo como uma plataforma de interação. Essa natureza do ambiente ainda não encontra respaldo nas teses jurídicas, tendendo estas a responsabilizar os gestores da plataforma pelo conteúdo publicado por seus usuários. Por esse motivo, estamos submergindo o participa.br durante esse período, retornando com liberdade após o término das eleições.¹⁶⁷

Na dinâmica de acompanhamento dos objetos para além do período do circuito, identificamos em maio de 2016 (Figura 21), data do afastamento de Dilma Rousseff e de seu ministério, o site estava em funcionamento, com 171 comunidades distintas, divididas nas seguintes modalidades, de acordo com a proposta de cada uma delas:

- a) Consulta: 7 comunidades - Exemplos: Consulta Pública do Marco Legal de Ciência e Tecnologia¹⁶⁸ - 43 membros; Consulta Pública sobre o acesso ao patrimônio genético - 81 membros (ativa);
- b) Evento: 1 comunidade: *Exemplo*: Conferências Conjuntas de Direitos Humanos¹⁶⁹ - n/d;
- c) Comunidade: 163 comunidades. *Exemplos*: Marco Regulatório de Organizações da Sociedade Civil¹⁷⁰ - 124 integrantes; Plano de Cultura do DF¹⁷¹ - 261 integrantes;
- d) Site: nenhum.

¹⁶⁷Disponível em: www.participa.br, em julho de 2014.

¹⁶⁸ Disponível em: <http://www.participa.br/profile/marcolegalcti>.

¹⁶⁹ Disponível em: <http://www.participa.br/conferenciasdh>.

¹⁷⁰ Disponível em: <http://www.participa.br/osc#.V0axAtIrLIV>.

¹⁷¹ Disponível em: <http://www.participa.br/culturadf>

Figura 21 – Capa do Participa.br em maio de 2016



Fonte: Site Participa Brasil.¹⁷²

Há ainda uma comunidade de ajuda, na qual são dadas as orientações de funcionamento¹⁷³. Em 26 de maio de 2016, o site indicava: 18.925 usuários; 1596 *tags*; 406.566 comentários e 9.075.864 acessos gerais. A nuvem de *tags* indicava como principais temas: *#participabr*; *2012*; *agenda*; *arena da participação social*; *arena net mundial*; *comigrar*; *consulta pública*; *habitat*; *habitat 3*; *habitat iii*; *internet*; *mrosc*; *netmundial*; *participa.br*; *participabr*; *participação social*; *pnps*; *política nacional de participação social*; *relatório*; *software livre*. A página no *Facebook* contava com 19.056 seguidores, no *Twitter*, 3.191 seguidores e mais 156 no *Instagram*.

Apesar dos números de inscritos no site, a pesquisa de SOUZA (2014) indica que 26% dos usuários apenas se cadastraram na plataforma, sem realizar qualquer interação, e 32% utilizaram o site apenas para informação. Os demais 44% participaram com comentários e administração de comunidades. Outro aspecto é a falta da presença dos gestores nas comunidades, que mesmo que aconteça, é diluída, pois todos os membros têm o mesmo patamar. É preciso adaptar a forma de atuação de gestores.

O que se lê na observação é que não se pode transportar a burocracia tradicional para um novo espaço e esperar que o dispositivo e seus protocolos atualizem. Ou seja, o formato dinâmico de um site não vai transformar a burocratização de forma instantânea. As metas de ofertas de participação disponíveis se efetivam apenas com a circulação de sua mensagem, quando o cidadão faz uso das ofertas. Desse modo, o site, diante de um *status* formal tem como principal uso o acompanhamento de dinâmicas de processos específicos, como eventos

¹⁷² Disponível em: <http://www.participa.br/>

¹⁷³ Disponível em: <http://www.participa.br/ajuda>.

e grupos de trabalho do Governo. Como lembrou Verón (1992), quando ainda se referia ao contato do político-governamental com a mídia televisiva, que tendo garantido o acesso ao meio, os políticos o “empobrecem radicalmente”, dando um uso parco das diversas possibilidades que o meio de comunicação tem. Seguimos pelas demais ações comunicacionais desse período.

Além da dinâmica da presença do Governo na internet por meio das plataformas já indicadas, como no *Participa.br*, apontamos tentativas de presença dos atores políticos nas redes em 2014, ano de importância eleitoral. O perfil não-oficial¹⁷⁴ *Muda Mais* não é uma estratégia governamental, mas de caráter partidário que se propõe, num primeiro momento, desde março, a divulgar realizações do Governo Dilma (Fonte: Perfil no Facebook do Muda Mais).

2) e, já próximo das eleições, estimula a campanha de Dilma em vista da reeleição, com propostas e críticas a adversários. Apesar de não ser um material estratégico de governo, justificamos a inserção pelo fato de que o site será retomado na campanha eleitoral de Dilma e fará parte de sua dinâmica de atuação no período eleitoral. Ressaltamos aqui o modelo como presença nas redes a partir da linguagem própria desse espaço. O *Muda Mais* contou com página no *Facebook*, perfil no *Twitter* e no *Instagram* e grupos de *WhatsApp*, divididos por região do Brasil. O site também é usado para proposições sobre o debate na rede, contra as campanhas de ódio e como denúncia a estratégias de disputas desleais em campanhas nas redes.

Com o *Muda Mais*, o planejamento de marketing eleitoral começa a campanha, de forma discreta, mesmo antes do período oficial, com destaque para as realizações do Governo, na sustentação do discurso de conquistas durante o período, dando ao site a dupla articulação do discurso político via partido e via governo. Trata-se de uma modalidade comunicacional de duas faces. E também, como é próprio do discurso marquetológico, armas para antecipar questões são utilizadas, inclui-se aí a previsão de que a discussão eleitoral estaria cheia de “boatos, *fakes* e robôs”. Os objetivos de tais estratégias, obviamente, estão para além da interação de gestão e buscam o convencimento em vista da conquista do voto.

¹⁷⁴ Reforçamos que o *Muda Mais* não foi uma estratégia de gestão, mas o trazemos para caracteriza o uso de canais de interação com o interesse eleitoral e de como tais canais possuem mais estratégias de convencimento que de participação.

Figura 22 – Postagem de publicidade do Governo no Muda Mais



Fonte: Perfil no Facebook do Muda Mais.¹⁷⁵

Ainda nos primeiros meses de 2014, também num misto de garantia oficial e de estratégia de marketing, o apoio ao perfil de Dilma Bolada (citado no circuito 1) continua em vista da campanha eleitoral. E seu objetivo persegue o mesmo tom já citado, de presença nas redes em busca de convencimento eleitoral. Definimos por misto, pois Dilma incorpora seu “alter ego” Bolada para interações em sua conta pessoal. A disposição de contato com a personagem que humoriza a presidenta está na busca pela conferência de caráter espontâneo, muito cobrado de Dilma.

Antes de ingressarmos diretamente nos aspectos da Campanha Eleitoral de 2014 nos âmbitos de interação no ambiente de midiaticização desse período, lembramos que a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 antecede o pleito, sendo realizada nos meses de junho e julho. O evento celebrado ainda pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva quando o Brasil foi escolhido como país-sede da maior competição de futebol, em 2007, chega a sua realização com um acúmulo de alguns sentidos não muito positivos para o Governo: nos protestos de 2013, várias cobranças se referem aos gastos excessivos com obras para o evento, como a construção de estádios; e persiste a campanha #NãoVaiTerCopa, liderada por movimentos sociais contrários ao apoio estatal à realização de um evento privado. A classe média também

175

Divulgado

em:

<https://www.facebook.com/mudamais/photos/a.691219430916882.1073741828.686639838041508/692080124164146/?type=3&theater> – Publicado em 25 de março de 2014.

se apresenta insatisfeita com o Governo e já se aponta mais próxima da candidatura do candidato de oposição Aécio Neves (PSDB) oficializado como tal no congresso do partido, realizado na semana de abertura da Copa.

Em busca de algum logro em diante da empolgação do país pela realização do evento, seja em virtude da movimentação da economia com a grande circulação de turistas pelo País ou pela paixão que a população tem pelo futebol, Dilma faz discurso em cadeia de rádio e televisão, de 10 minutos de duração, no dia 10 de junho, sobre a realização da Copa do Mundo FIFA. Ela saudou o público externo, reforçou a existência de um discurso “derrotista” e “pessimista” dos segmentos contrários ao evento e críticos à capacidade do país em sediar a Copa. Referiu-se às obras, à segurança e aos possíveis lucros para o país. Como tentativa de resposta às críticas, ela interagiu com um público específico, uma espécie de coletivo tratado de modo impessoal, portanto, indeterminado, por meio da noção de um cidadão não identificado, um interlocutor genérico ao qual diz “Tem gente”, ao se posicionar em tom de resposta:

Tem gente que alega que os recursos da Copa deveriam ter sido aplicados na saúde e na educação. Escuto e respeito essas opiniões, mas não concordo com elas. Trata-se de um falso dilema. Só para ficar em uma comparação: os investimentos nos estádios, construídos em parte com financiamento dos bancos públicos federais e, em parte, com recursos dos governos estaduais e das empresas privadas, somaram R\$ 8 bilhões. (Grifos nossos)¹⁷⁶

O contato de Dilma durante a realização da Copa tem novo capítulo no dia 12 de junho de 2014, na abertura do evento, em São Paulo, quando, ao ser apresentada, ela é vaiada e o coro que se escuta é “Ei, Dilma, vai tomar no [palavrão]”. O termo ofensivo direcionado à presidenta indica uma insatisfação acumulada, mas também APONTA o recorte do grupo presente no evento, já que o ingresso poderia custar até R\$ 990, 00 (um salário mínimo, à época, valia R\$ 724,00)¹⁷⁷. A vaia recebida em público por parte de uma classe média e média alta vai ser o tom do período e seguirá perseguindo o Governo Federal e seus atores. Em sua interação como representante oficial do país no evento, Dilma é ofendida pelo interlocutor de classes remediadas. Sobre o ocorrido, Eugênio Bucci (2016, p. 23) sintetiza: “A classe dominante lavava sua roupa suja na frente do mundo inteiro. Barraco de luxo. Barraco total”. Eis um fato, para nós, marcante neste circuito, pois a classe média se afirma, pela crítica e

¹⁷⁶ Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/centro-aberto-de-midia/noticias/pronunciamento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-de-radio-e-televisao-sobre-a-copa-do-mundo-2014>

¹⁷⁷ Dilma já havia sido vaiada, um ano antes, na abertura da Copa das Confederações FIFA, em Brasília, em 15 de junho de 2013, mas não houve o xingamento explícito e ela chegou a ser defendida pelo presidente da FIFA, Joseph Blatter.

pelo ódio, como contrária às decisões tomadas por Dilma e pelo Governo, o que será ampliado nos meses seguintes, configurando o ponto principal deste circuito.

Como palavra última sobre o evento Copa do Mundo, podemos ainda citar o engajamento de Dilma na torcida pela Seleção Brasileira, aderindo assim a um imaginário de outro discurso, já que após iniciadas as disputas, o País contou com certa harmonia numa torcida que estava discreta antes do início do torneio. A presidenta postou foto repetindo o gesto característico do jogador Neymar (Figura 23), em que ela pega carona no relativo sucesso no desempenho até as semifinais, quando o Brasil sofre uma goleada histórica de 7X1 para a Alemanha. Ao se conectar à seleção de uma forma mais íntima, o simbolismo do fracasso do time de futebol também é associado ao Governo.

Figura 23 – Dilma repete o gesto de Neymar em apoio à Seleção Brasileira



Fonte: *Facebook*.¹⁷⁸

Após a Copa do Mundo, a Campanha Eleitoral ganha forma mais efetiva por todo o Brasil. O período é identificado como de grande engajamento da sociedade nas discussões políticas e uma polarização muito acirrada, principalmente no segundo turno presidencial. A disseminação e o compartilhamento de notícias políticas são bastante disseminados, pois há uma identificação das redes sociais como espaço para emitir a opinião e para “defender” seu candidato e, ao mesmo tempo, “criticar” e “atacar” o adversário. É a primeira campanha presidencial brasileira com a presença intensa nas redes configuradas para a interação e exposição de opiniões, já que em 2010, o uso de ferramentas *online* foi discreto e mais cerceado pela justiça.

As referências aos acontecimentos do ano anterior, 2013, são bastante difundidas e a insatisfação dos cidadãos com a classe política desponta em diversas ocasiões. Nesse sentido, o discurso de mudança é foco de diversas campanhas, como a de Aécio Neves, cuja coligação se intitulava “Muda Brasil” e, até mesmo, a própria candidatura de situação, de Dilma, repetia o indicado no perfil já utilizado desde março nas redes: “Muda Mais”, reforçando o papel daquele site em antecipar a campanha, além do slogan “Para o Brasil Seguir Mudando”. Mesmo assim, à candidatura de situação são assimilados os problemas nacionais expostos intensamente nos protestos que se iniciaram em junho do ano anterior. Na disputa por operações de sentido, o trunfo da campanha de Dilma Rousseff está no marketing político.

Em 19 de agosto de 2014 se inicia o horário eleitoral no rádio e na televisão, com 25 minutos em três dias na semana. Afirmamos existir um papel ainda grande de importância do tempo de horário eleitoral de TV. Nesse contexto, Dilma Rousseff, na coligação “Com a força do Povo” (PT/PMDB/PSD/PP/PR/PROS/PDT/PC do B/PRB) contava com quase metade de todo o tempo, 11min24s, quando o segundo maior tempo, da coligação de Aécio Neves, Muda Brasil (PSDB/PMN/SD/DEM/PEN/PTN/PTB/PTC/PT do B) contava com 4min35, restando cerca de 9 minutos para os demais candidatos juntos. O poder do marketing eleitoral atua durante essa campanha, com o investimento na valorização das conquistas do Governo e no aproveitamento do tempo para de televisão para defesa da candidata à reeleição.

Com a ida para o segundo turno, a polarização se concentra entre a candidata petista de um lado e todo o espectro de oposição em apoio a Aécio Neves. Dos candidatos derrotados no primeiro turno, Marina Silva (PSB), Pastor Everaldo (PSC), Eduardo Jorge (PV), Levy Fidélis (PRTB) e Eymael (PSDC) declaram apoio ao peessedebista; José Maria (PSTU), Mauro Iasi (PCB) e Rui Costa Pimenta (PCO) indicaram apoio ao voto nulo; apenas Luciana Genro (PSOL) indicou neutralidade aliada a um repúdio ao voto em Aécio. Ou seja, havia o lado de Dilma e, praticamente, todo o outro espectro era desfavorável.

A busca pelo eleitor mais à esquerda, mais distante após a perda da identificação com as pautas sociais e com a luta por direitos no primeiro mandato, é realizada com a divulgação da imagem de Dilma como alinhada aos direitos sociais e civis. Materiais de campanha (Figuras 24 e 25) buscam a reconquista de aliados da esquerda, com a promessa de um “Governo novo, ideias novas”, com referências a pautas progressistas, como os direitos LGBTs e ao lema “Coração Valente”, inspirado numa imagem de Dilma quando esteve na luta contra a Ditadura. Nas imagens, há uma valorização do heroísmo, mostrando Dilma quase como um personagem de quadrinhos. O resultado é certa reconquista da militância e do eleitor alinhado ao PSOL, por exemplo, e aos movimentos sociais, com a promessa de um

segundo mandato “mais à esquerda”. Do ponto de vista comunicacional, podemos dizer que há um contrato realizado com esse público e isso será motivo de cobrança por esses grupos diante da execução no exercício de mandato.

Figura 24 – Materiais de Campanha de Dilma em 2014 - LGBTT



Fonte: Facebook.

Figura 25 – Materiais de Campanha de Dilma em 2014 – Coração Valente



Fonte: Facebook.

No dia 26 de outubro de 2014, Dilma é vitoriosa nas eleições. A petista recebeu 51,6% dos votos no segundo turno, contra 48,3% de Aécio Neves. O índice de pouco mais de 3% de diferença entre os candidatos foi o menor para um segundo turno na história das eleições presidenciais no Brasil. O resultado foi operacionalizado semanticamente como “um país dividido”, em vista da identificação com um dos lados da disputa eleitoral. E esse contexto segue nos próximos meses, sendo um “prolongamento” do processo eleitoral. No discurso após a chancela do resultado, na noite do dia 26, Dilma se refere a esse clima intitulado de país dividido: “Não acredito, sinceramente, que essas eleições tenham dividido o país ao meio. Entendo, sim, que elas mobilizaram ideias e emoções às vezes contraditórias, mas

unidas por sentimentos comuns: a busca por um futuro melhor para o país”¹⁷⁹. Ou seja, como é do caráter do encerramento de uma eleição, com o reconhecimento do vitorioso, a governança será para os que votaram e os que não votaram naquele ou naquela que foi eleito.

Outro tema tratado no discurso e de muita importância para a pesquisa é a valorização que o termo diálogo tem nessa fala dirigida ao povo e aos aliados políticos presentes na comemoração da vitória. Dilma se manifesta em diversos momentos, como em: “Esta presidenta está disposta ao diálogo, e esse é meu primeiro compromisso no segundo mandato: o diálogo”. Em mais um trecho: “Estou disposta a abrir grande espaço de diálogo com todos os setores da sociedade para encontrar as soluções mais rápidas para os nossos problemas”. E por fim: “Vou estimular o mais rápido possível o diálogo e a parceria com todas as forças produtivas do país. Antes mesmo do início do meu próximo governo, prosseguirei nessa tarefa”¹⁸⁰. Tema recorrente, o diálogo é um indicativo da preocupação da interação da presidência com a sociedade e a classe política, algo pelo qual ela foi cobrada em sua primeira gestão.

Os meses seguintes são, em outro sentido, de uma significação diversa da enunciada por Dilma no calor da vitória eleitoral. A política econômica da nova gestão já é indicada nos primeiros dias após a eleição. Joaquim Levy é anunciado em 27 de novembro de 2014. A sensação no bloco mais à esquerda é de que a vitória foi com um discurso e, após eleita, ela passa a seguir outro. Isso será indicado no documento da Secretaria da Comunicação, que trataremos mais adiante, como traição ou estelionato eleitoral. Esse contexto de segundo mandato será tratado nas linhas a seguir.

Ainda no final do primeiro mandato de Dilma, em dezembro de 2014, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM-PR) normatiza implantação e gestão da identidade padrão de comunicação digital das propriedades digitais dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal (BRASIL, 2014e). Em tais orientações para a interação *online* no serviço público federal estão descritas.

Art. 12. As propriedades digitais oferecerão os meios de contato aos cidadãos, observadas as seguintes diretrizes: I - **consistência e garantia de respostas** aos interessados pela mesma propriedade digital de registro inicial de uma demanda; II - **classificação como informação oficial** a enviada em resposta ao interessado por quaisquer meios; III - **divulgação do nome da unidade responsável** pelo atendimento. (BRASIL, 2014e).

¹⁷⁹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/leia-integra-do-discurso-de-dilma-rousseff-14369830#ixzz4thhbp3Jg>.

¹⁸⁰ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/leia-integra-do-discurso-de-dilma-rousseff-14369830#ixzz4thhbp3Jg>.

O Governo se expõe publicamente a ocupar os espaços da rede, com propostas de garantia de oferta de respostas, a chancela de se tratar de uma resposta oficial e a identificação do servidor responsável pelo trabalho. Desse modo, reafirma o espaço das redes como capaz de realizar prestação de serviço ao cidadão, numa visão mais ampla que um entretenimento para simples engajamento de público. Além, disso, há a previsão de criação de um Comitê de Comunicação Digital na estrutura da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Trata-se de uma política específica para o estabelecimento nas redes, buscando representar um pensamento de política comunicacional para esse espaço. A execução dessa presença não foi satisfatória, como veremos a avaliação do próprio ministro-chefe da Secretaria de Comunicação, apenas três meses depois, em março do ano seguinte.

O ano de 2015 marca o início do segundo mandato de Dilma Rousseff. Na cerimônia de posse, que podemos considerar como capaz de certa síntese dos propósitos de um novo Governo, Dilma ressalta a confiança da população no desejo de poder “fazer muito mais” e de “continuar as mudanças”. Faz referência a três pautas urgentes: reforma política, desafios da economia e combate à corrupção. Ela faz apenas uma alusão à participação da população nas decisões indicando ouvir como ato em vista da legitimidade do Governo: “Democratizar o poder significa lutar pela reforma política, ouvir com atenção a sociedade e os movimentos sociais e buscar a opinião do povo para reforçar a legitimidade das ações do Executivo”¹⁸¹. Tais pautas serão motivo de cobrança em novo ciclo de protestos que se iniciam quase imediatamente após o início de mandato. O lançamento desse novo período traz um lema “Brasil, Pátria Educadora” e o reforço de que “educação será a prioridade das prioridades”, mais um dos elementos que comporão a contraposição ao Governo, pois será contratado com os cortes e as definições na prática das políticas.

Nesse sentido, em nossa observação destacamos o período dos primeiros meses desse mandato como cruciais para a disposição que damos a este circuito analisando-o do ponto de vista comunicacional. Algumas características podem ser elencadas e serão trabalhadas. A primeira delas é o andamento das decisões do Governo, como a definição da política econômica, o aumento de impostos, aumento das tarifas de energia, a escolha de ministros, a continuidade de casos de corrupção no Governo e um detectado afastamento de Dilma da comunicação dessas questões. Esses aspectos demonstram, aparentemente, certa desconsideração com o valor “do modo de ser de um corpo significante na política, em

¹⁸¹ Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-compromisso-constitucional-perante-o-congresso-nacional-1>

tempos de midiaticização”. (FAUSTO NETO, 2003a, p. 16), pois, nesse ambiente midiaticizado, o corpo signifiante tem muito a dizer.

Iniciemos pelo último item, que faz relação direta com nossa perspectiva de visualização do andamento das interações Governo e Sociedade, visto que uma sociedade mais presente nas esferas de discussão política gera uma demanda maior por respostas. Tal falta de contato do governo com a sociedade, via mídia, é noticiado pela própria imprensa que Dilma se afasta de cena: “Início do mandato de Dilma, 30 dias sem entrevista” diz manchete do Jornal O Globo, em 21 de janeiro de 2015¹⁸². As medidas impopulares são tomadas e não há um comparecimento à cena pública, a não ser por notas oficiais. A notícia de *O Globo* destaca ainda o fato de a presidenta não ter retornado a edição do programa radiofônico “Café com a Presidenta”. A resposta da Secretaria de Comunicação à pauta do jornal foi que “a falta de entrevistas desde o Natal se explica pelo recesso da presidente no fim do ano e os despachos internos com os novos ministros”. O afastamento é destaque em processos circulatórios que reforçam isso.

Ao contexto de falta de presença na cena pública se juntam outras características: a) *o sentimento de traição* – o termo será utilizado pelo próprio secretário de comunicação – por parte dos grupos e movimentos que apoiaram a candidatura de Dilma no segundo turno; b) *o revanchismo e a contestação* da lisura do processo eleitoral por parte da oposição; c) *o crescimento de páginas de crítica ao Governo* nas redes sociais, como Revoltados Online, Vem pra Rua e Movimento Brasil Livre; d) *o enfraquecimento da presença do Governo nas redes sociais*, com o fim do objetivo eleitoral e, até mesmo, de investimento para uma atuação nesse campo. Nesse sentido, a pequena diferença de votos e o direcionamento das primeiras ações de Governo levam a um índice avaliação positiva de apenas 23% já em fevereiro de 2015¹⁸³, ou seja, se consideramos o índice de 51,6% nas urnas cai mais da metade em poucos meses. A seguir, tratamos desses aspectos em seus contextos comunicacionais.

O mês de março de 2015 é crucial na expressão de insatisfação de parte da sociedade contra o Governo. É nesse período, com o acumulado nos meses anteriores, que estratégias comunicacionais são utilizadas de forma massiva e no contexto da midiaticização. Primeiramente, podemos situar o pronunciamento de Dilma no Dia Internacional da Mulher. A pauta da data é utilizada apenas como mote para um pronunciamento (já que, dos 15 minutos de gravação, apenas alguns segundos refletem sobre o tema) de certa explicação

¹⁸² Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/com-medidas-impopulares-dilma-completa-30-dias-sem-dar-entrevistas-15106450>.

¹⁸³ Disponível em: <https://dcomercio.com.br/categoria/gestao/avaliacao-otima-boa-do-governo-dilma-despenca-para-23>.

sobre a situação econômica, em que são citadas dificuldades e o enfrentamento da crise internacional pelo Brasil, segundo Dilma. Ela confirma que o Governo absorveu até 2014 os efeitos da crise internacional, indicando não ser mais o caso do momento. “Absorvemos a carga negativa até onde podíamos e agora temos que dividir parte deste esforço com todos os setores da sociedade”. Ou seja, há um reconhecimento da situação desfavorável e uma cobrança de compreensão. No processo interacional, Dilma abre o jogo sobre os problemas.

O dispositivo comunicacional, utilizado por parte da sociedade, é da manifestação de insatisfação durante o pronunciamento em cadeia de rádio e televisão com os atos que ficaram conhecidos como pannels, com a ida para as janelas dos prédios batendo uma panela de forma intermitente, numa linguagem de demonstração de contrariedade diante da tentativa de fala de Dilma. Os eventos passam, posteriormente, a contar com repercussão na imprensa, que noticiava os locais em que aconteciam as manifestações, geralmente em capitais e em bairros de classe média alta. Após essa ocasião, a modalidade de protesto ganha popularidade em diversas outras ocasiões. A resposta interacional dada por certa parcela da população já é de indisposição a ouvir as justificativas.

Nessa ocasião, já está marcada para o dia 15 de março uma grande manifestação contra o Governo. Uma marcha dominical de demonstração de insatisfação que reúne, principalmente, o grupo de eleitores do candidato Aécio Neves, indicando, de certo modo, uma não-conformidade com o resultado das eleições. Trata-se de um comício pós-eleição acrescentado dos fatores citados acima, em vista de alguma possibilidade de contestação do governo recém empossado.

No sentido de confrontar os protestos que se aproximavam, em 13 de março foi realizado apoio a Dilma, um apoio de movimentos e outros partidos, mas cheio de ressalvas, como o não endosso ao novo ministro da Fazenda Joaquim Levy, por exemplo. Dia 13 de março se tratava de uma chancela à política de Dilma, mas apenas uma resposta à pauta defendida por aqueles que iriam às ruas no dia 15 de março, com um caráter à direita e próximo do nacionalismo. O discurso de sexta-feira, dia 13, era de que o Brasil precisava mudar, mas com a manutenção do governo com Dilma. Já em 15 de março, domingo, o discurso era de desejo do fim próximo desse governo, mesmo que ele não tivesse nem mais de 80 dias de existência.

Os direitos sociais não são foco dos protestos conduzidos pela classe média, que se mobiliza em evento de “cidadão de bem” numa atividade “sem-partido”, mas que, em sua

maioria, é composta de eleitores de Aécio Neves, 82%, segundo o Datafolha¹⁸⁴. A modalidade de manifestação é de caminhada pacífica e de traje verde-e-amarelo, de um público em que 74% das pessoas jamais tinham participado de uma manifestação política¹⁸⁵, demonstrando uma modalidade nova de atividade política para cerca de ¾ do público. A ideia é derrubar um governo de “esquerda” – chamado algumas vezes de “comunista”. Concomitantemente, existe uma onda reacionária e, até mesmo, com o desejo de volta da ditadura defendida por parcelas pequenas desse grupo.

O veio desto das manifestações contra Governo/Dilma/PT, que apareceu em 2013 e 2014, se torna voz principal em 2015, com o endosso de entidades e grupos organizados sem medo de se expor, como no caso da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), em São Paulo, que patrocina a campanha “Não vou pagar o pato”, referindo-se sobre aumento de impostos para a população. A falta de pauta unificada de 2013 não é o caso dos protestos, chamados de #ForaDilma e canalizados no processo de impeachment meses depois.¹⁸⁶ A simbologia do pato foi utilizada em muitas operações do período, ganhando, até mesmo, um site¹⁸⁷ e um “mascote” que foi reproduzido como boneco inflável, conforme (Figura 26):

Figura 26 – Boneco da Campanha “Não vou pagar o pato”, em Brasília /Divulgação



Fonte: Página no *Facebook* Não vou pagar o pato.

Tratou-se de uma caminhada para expressar a insatisfação contra Dilma Rousseff. A estética do verde-e-amarelo está aliada à “proibição” da cor vermelha e sem a presença do

¹⁸⁴ Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/82-dos-manifestantes-de-domingo-votaram-em-aecio/>

¹⁸⁵ Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/82-dos-manifestantes-de-domingo-votaram-em-aecio/>

¹⁸⁶ De acordo com a pesquisa Datafolha, o principal motivo de protesto era lutar contra a corrupção (47%) e o segundo já aparecia o impeachment de Dilma Rousseff (27%). Em: <https://exame.abril.com.br/brasil/82-dos-manifestantes-de-domingo-votaram-em-aecio/>

¹⁸⁷

Disponível

em:

<https://www.facebook.com/naovopagaropato/photos/a.1096232997053429.1073741830.1087476531262409/1104508046225924/?type=3&theater>

personagem *Black bloc* ou outro similar. Na disputa de sentidos, as manifestações são apenas passeatas e com um tom pacífico, um evento familiar. Para referendar que o grupo estava com a ordem, o policial vira ente com o qual se tira fotos. Tal registro indica o corpo que os protestos ganham de ressignificação da qualidade de manifestação, os personagens são aliados da polícia. Não podemos ignorar um fascismo incubado em algumas frentes dessas manifestações, em que indivíduos representantes de um nacionalismo exacerbado estão presentes. O discurso já se diluía num indicativo de impeachment, mas havia também pedidos de renúncia, além de, em menor grau, alguns pedidos de intervenção militar.

O público presente nas manifestações de 15 de março supera aquele do maior dia das manifestações de junho de 2013. Ou seja, a impressão de insatisfação era de que precisava ser feito algo. Passando em análise sobre os protestos de 15 de março de 2015, Bucci (2016) resume:

Como cena política, a confraternização não tinha graça nenhuma, suspense nenhum, emoção nenhuma; mas causou um estrago definitivo. Isso porque, embora fosse a favor da hierarquia da sociedade de classes, dos códigos ordenadores do espaço urbano, ela mostrou que a classe média queria Dilma bem longe do Palácio da Alvorada. (BUCCI, 2016, p. 156).

Em março de 2015 as redes sociais já contam em grande volume com mobilizações contra o Governo, com #foradilma e #Impeachment no *Twitter*. Ver (MORAES; QUADROS, 2016).

A sequência de circulação dos acontecimentos continua. Na noite desse dia 15, os ministros José Eduardo Cardozo, da Justiça, e Miguel Rossetto, da Secretaria-Geral da Presidência da República, concedem entrevista sobre a manifestação. Mesmo assim, ainda havia o desejo de uma fala de Dilma Rousseff. Na segunda-feira, dia 16, ela se expõe e legitima o direito de manifestação nos protestos, reforçando sua luta pessoal contra a ditadura no passado: "Ontem, quando eu vi centenas e milhares de cidadãos se manifestando, não pude deixar de pensar que valeu a pena lutar pela liberdade, valeu a pena lutar pela democracia. Este país está mais forte que nunca."¹⁸⁸

Na exibição da fala de Dilma, durante o telejornal *Jornal Nacional*, da TV Globo, o painel retorna, já num caráter ainda mais incrementado de manifestação, sendo até mesmo convocado pelas redes sociais, como na figura 27, com um formato de evento para o qual as pessoas devem participar e convidar seus “amigos”. A imagem é do perfil no *Facebook* do

¹⁸⁸ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/dilma-se-emociona-ao-falar-das-manifestacoes-das-ruas.html> .

VemPraRua.net. A imagem de convocação é mais um dos exemplos em que as manifestações personalizam seu objeto de destino das queixas: a presidenta. A panela, também, já é um símbolo próprio, visto que o convite nem especifica qual seria a manifestação. Apenas indica “Todos já sabem o que fazer, certo?”, ao lado da figura do utensílio doméstico. A articulação do discurso político com o discurso publicitário se dá em diversas postagens como essas nessa disputa no campo das redes.

Figura 27 – Movimento VemPraRua.Net convoca panelaço durante o Jornal Nacional



Fonte: Portal Terra.¹⁸⁹

Os modos de atuação dos cidadãos nas redes sociais e nas ferramentas *online* para convocação seguem o padrão já utilizado em 2013. Os cidadãos estavam em contato e agendavam suas ações. Grupos gestados nas redes e também os interessados em uma possível desestabilização e queda do Governo se unem. Os atos não tinham uma centralidade num palanque, como comumente fazem os sindicatos e grupos de esquerda. Os números de presentes eram dignos de mais interesse que eventuais discursos: “um milhão, dois milhões, três milhões...”.

O volume também pode ser visto na realidade social de conexão, quando comparados os anos de 2013 e 2015. Em matéria do Site da Revista Época (Figura 28), os dados são apontados como salto em número de *smartphones* e redes sociais, com principal destaque para a rede *WhatsApp*, que teve crescimento de 160% entre os dois picos de manifestações, saindo e 20 milhões de usuários para 52 milhões. O caráter da rede de compartilhamento em grupos por proximidade em detrimento de *timeline* pode ser uma explicação para o favorecimento das bolhas, como a da disseminação do antipetismo, que se torna eixo do engajamento dos vários

¹⁸⁹ Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/novo-panelaco-acontece-em-reprise-de-fala-de-dilma-no-jn,0b1a057d6052c410VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>.

grupos protagonistas das redes. A importância do uso das redes caracteriza o crescimento do papel daqueles que conseguem arremessar grupos para suas ações, como os protestos.

Figura 28 – Mais conectados e mais engajados

Mais conectados e mais engajados
O Brasil deu um salto no número de usuários de redes sociais e smartphones nos últimos dois anos

	Usuários de internet no Brasil	Usuários que acessaram as redes sociais em computadores	Usuários de smartphones no Brasil	Usuários de WhatsApp no mundo e no Brasil nos últimos dois anos	
				MUNDO	BRASIL
2013	100 MILHÕES	46,2 MILHÕES	30,3 MILHÕES	250 MILHÕES	20 ⁽²⁾ MILHÕES
2015	109,2 ⁽¹⁾ MILHÕES	52,2 MILHÕES	58,6 MILHÕES	700 MILHÕES	52 ⁽²⁾ MILHÕES

Fonte: Época, estatísticas WhatsApp © Pratiago/Estadista

Fonte: Site da Revista Época.¹⁹⁰

O discurso midiático corrobora para a construção da semiótica transparecida, em que: “a responsabilidade do PT e do governo foi amplificada e a da oposição diminuída”. (Avritzer, 2016. p. 107). Ou seja, na guerra de operações de sentido, tanto as instituições (governo e partido) quanto os atores (Dilma Rousseff e membros do Governo e do partido) são relacionados como figuras impopulares e malquistas, tendo o respaldo nas ruas e nas mídias tradicionais. Mas a pior parte da questão é que o Governo acumulava derrota dos dois lados, seja no espectro da direita ou no espectro da esquerda:

[Dilma]perdia com as duas fórmulas. Os que diziam apoiar seu governo queriam quebrar a coluna vertebral de seu governo: a política econômica. Os que diziam querer derrubar seu governo queriam manter a política econômica que ela até tentou implementar, mas não conseguiu de jeito nenhum. (BUCCI, 2016. p. 151)

A polarização política é muito visível como fruto ingrato da diversidade alcançada no campo da participação social. Ou seja, a esquerda acostumada ao ambiente de participação e discussão de políticas públicas recebe a direita¹⁹¹ e o espaço da esfera pública se converte, em muitas ocasiões, em lugar de pugna. “Ocorreu o fim de um longo período que vai de 1964 a 2013, no qual a direita brasileira renunciou à mobilização popular”. (AVRITZER, 2016. p. 128). Ou seja, a reconfiguração da mobilização acontecia diante de um fluxo mais intenso de formas de mobilizações a partir das redes.

¹⁹⁰ Disponível em: <https://epoca.globo.com/ideias/noticia/2015/03/depois-da-internet-politica-nunca-mais-sera-mesma.html>.

¹⁹¹ Obviamente, os espectros “direita” e “esquerda” não têm uma divisão simplória e orgânica. O uso aqui é apenas para contextualizar a polarização, o que pode ser dito também como “as esquerdas” e “as direitas”.

Na dinâmica de avaliações do governo e de tentativa de respostas, podemos citar o caso do vazamento pela imprensa de um documento interno da Secretaria de Comunicação Social do Governo Federal, nos dias seguintes aos protestos de 15 de março, o que ocasiona a saída do ministro-chefe da pasta Thomas Traumann¹⁹². O documento é contundente e motivo de análise para ser capaz de elucidar elementos da comunicação que foi “errada” “errática”, como o próprio ministro-chefe aponta. No texto de apenas quatro páginas (O ESTADO DE S. PAULO, 2015), estão dispostos três itens: “Onde estamos”, “Como chegamos até aqui” e “Como virar o jogo”. A nosso ver, esse documento é muito representativo pelo teor de autocrítica que faz e por, até mesmo, ser correlato com inferências apontadas nesse trabalho. Existe, em muitas ocasiões, correspondência entre os fatores indicados pelo ministro-chefe da SECOM e as observações realizadas.

A avaliação da SECOM envolve críticas sobre derrotas no campo das redes sociais e nas mobilizações de rua. Na avaliação, um dos motivos apontados para a derrota é de rompimento com a militância digital após as eleições de 2014 (O ESTADO DE S. PAULO, 2015. p. 1): “A partir de novembro, as redes sociais pró-Dilma foram murchando até serem quase extintas” (p.2). A ausência de agendas públicas da presidenta e a fala para “si mesmo” também foram elementos destacados. O documento de Traumann também afirma que é natural que o Governo tenha uma “comunicação mais conservadora” (p.3) e que o Governo precisaria responder a três pautas bomba daquele momento: “corrupção na Petrobrás, inflação/crise econômica e o ‘estelionato eleitoral’¹⁹³”: “É preciso aceitar a mágoa desses eleitores [insatisfeitos com o Governo], reconquista-los (*sic*)”, diz o texto. Por fim, ainda nas ações necessárias:

É preciso que a PR [Presidenta da República] fale mais, explique, se exponha mais, seja nos quebraqueixos pósevento, seja respondendo ouvintes da Voz do Brasil (20 milhões de ouvintes), seja com a mídia tradicional (TV aberta, de preferência), seja com a volta das entrevistas por Facebook. Não importa quantos painelaços eles façam. (O ESTADO DE S. PAULO, 2015. p. 4)

O documento está no centro do exame de uma crítica das ações comunicacionais que são o foco deste circuito. Ou seja, durante o percurso, alguém que indicasse que havia problemas na interação como estava sendo conduzida. E mais aspectos da análise de Traumann retornam no próximo capítulo, nos temas específicos das inferências. Ao que se vê,

¹⁹² Apesar de a autoria do documento não ter sido confirmada oficialmente num primeiro momento, em 2016, Traumann confirma, em entrevista à BBC Brasil, que o documento é de sua autoria. Em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160418_ping_thomas_traumann_jp.

¹⁹³ Estelionato eleitoral seria o descumprimento do prometido no período de eleições de meses antes.

as análises indicadas por ele não são levadas a cabo e, pouco mais de um ano depois, com a pressão ainda maior, o processo chega ao afastamento da Presidenta. Vale ressaltar que uma das dicas – a volta das entrevistas por *Facebook* – é retomada por Dilma na semana posterior ao afastamento.

Retomando o tema da atuação do Governo nas redes, indicamos que o documento da SECOM também afirma que “as forças políticas que elegeram Dilma são minoritárias nas redes sociais desde os movimentos de 2013”, (O ESTADO DE S. PAULO, 2015. p. 1). O uso das redes por grupos insatisfeitos e opositores tem mais sucesso que o uso oficial pelo Governo, como indicamos, e a constatação de Traumann é que “a partir de novembro, as redes sociais pró-Dilma foram murchando até serem quase extintas”. (O ESTADO DE S. PAULO, 2015. p. 2). A fala para os grupos já próximos aos ideais do Governo, em muitas vezes, se repete também nas postagens em rede.

Por fim, um dos temas que transparece neste circuito é a corrupção como foco de várias mobilizações. Para Avritzer (2016), a corrupção é um fenômeno secreto, com evidências dadas indiretamente: “A maior parte dos índices que medem a corrupção é baseada na percepção de sua existência, que é tanto maior quanto mais a corrupção é combatida” (p. 12). Ou seja, diante de ações mais incisivas, a visibilidade¹⁹⁴. Instada pela percepção da corrupção, a população, ou parte dela, se infla contra o que enxerga ser um modelo alastrado. Não tendo o modelo de democracia brasileiro conseguido combater efetivamente a corrupção. Alia-se a isso a condução midiática¹⁹⁵ a respeito do tema.

Muito explorada midiaticamente e presente nas redes, a Operação Lava-Jato ganha mais espaço, concentrando um grande foco do combate a essa corrupção. A triangulação entre Polícia Federal, Ministério Público e Justiça Federal recebe o amparo da Mídia e todo esse processo conduz à circulação da operação como um produto afetado pela midiatização. Além disso, na eleição de heróis como amparo ao processo, inicia-se um verdadeiro culto ao juiz federal que conduz as investigações da operação em Curitiba, Sérgio Moro, como veremos um pouco mais no circuito seguinte. A operação começou em 17 de março em 2014, mas sua repercussão disseminada junto à sociedade se dá nos anos seguintes, recebendo o título de maior operação contra a corrupção do Brasil.

Ao final deste circuito, constatamos, entre os aspectos sociocomunicacionais elencados, que o acúmulo de reveses no campo da interação colabora no encaminhamento

¹⁹⁴ Segundo Avritzer (2016), desde 2003 os Governos do PT fizeram duas contribuições no combate à corrupção, com a expansão da Controladoria Geral da União (CGU) e ampliação de operações da Polícia Federal.

¹⁹⁵ Entende-se a mídia tradicional e a as divulgações pelas novas mídias.

para o fim da aptidão de manutenção do Governo: “a incapacidade de ser coerente no combate à corrupção, aliada com a ruptura do monopólio da participação social, criou um polo alternativo de mobilização dos setores conservadores junto à classe média” (AVRITZER, 2016. p.19), o que causou a desestabilização do Governo, encaminhado, em nosso trabalho em curso, para o circuito seguinte, em que esse caldo será somado à atuação política e jurídica e dá estrutura oficial ao discurso fomentado neste circuito.

6.3 Circuito 3 -As tentativas finais diante do ocaso do governo

Retomando os objetivos deste capítulo e especificamente destes itens, fazemos a apresentação e análise dos do terceiro circuito, cuja proposta é descrever as ações comunicacionais ocorridas após os singulares acontecimentos de março de 2015, como as manifestações da classe média, o que sustentou uma crescente força para o desencadeamento do processo de Impeachment de Dilma Rousseff. Como apontado anteriormente, a pauta da luta contra a corrupção ainda é a principal em 15 de março, mas outra pauta já desponta: a saída de Dilma Rousseff. Se até então ela aparecia ainda sem uma definição clara, no período deste circuito, os processos se direcionam para isso, nas ruas, no campo jurídico, no Congresso e na mídia, incluindo, obviamente, a crescente operação nas redes sociais de ataque ao Governo.

A construção deste circuito no contexto desta tese busca explicar a interação entre Governo e Sociedade num momento extremamente adverso e no qual, em muitas ocasiões, a interação e a resposta está mais direcionada para as interlocuções do Governo com a justiça, com o Congresso e com a imprensa. Ou seja, diante da situação limite de tentativa de destituição do Governo, a atenção dos agentes políticos às demandas ao cidadão ocupa um segundo plano, como veremos.

Consideramos aqui, também, todo um processo acumulado como as ações comunicacionais ocorridas até então, incluindo as modalidades tecidas de maneira mais espontâneas pela população nas situações anteriores e as tentativas de interação governamental já colocadas em prática. A presença nas redes é acirrada mais ainda e a capacidade de mobilização de grupos contrários alcança nível de partido político, podendo pautar, ao menos parte da população, para ações planejadas e atuações conjuntas, seja na própria rede ou em protestos, que se repetem outras vezes, sendo mais volumosamente em 13 de abril e 16 de agosto de 2015, tendo esta última o caráter de encaminhamento para decisões

concretas como o protocolamento de pedidos de impeachment – o pedido aceito em dezembro de 2015 pela Câmara foi protocolado em 1º de setembro.

Os materiais comunicacionais focos de análise deste circuito, já indicados anteriormente em formato sintético, são os seguintes: **discursos, falas, entrevista e pronunciamentos de Dilma Rousseff** abordando temáticas na perspectiva do diálogo e da participação: a) Pronunciamento no Dia do Trabalhador 01/05/2015; b) entrevista para o Programa do Jô – *talk show*, c) Discurso no lançamento do Site *Dialoga Brasil* d) Vídeo nas Redes Sociais às vésperas da votação do Impeachment na Câmara e) Discurso no evento *Juristas pela Legalidade e em Defesa da Democracia* f) Discurso após o afastamento pelo Senado e a sua saída de cena . Além disso, são examinados também **documentos técnicos e de legislação**: a) Manual de Orientação para Atuação em Mídias Sociais - Identidade Padrão de Comunicação Digital do Poder Executivo Federal; **Site a): Humaniza Redes; Iniciativas mais específicas de ações comunicacionais voltadas para a interação com a sociedade**: a) Site participativo *Dialoga Brasil*. Este circuito está conectado aos anteriores, em função de caminhos e as opções já tomadas diante das crises anteriores. Ou seja, a interação a que se propuser o Governo estará marcada pelas experiências já realizadas. Seguem as ações comunicacionais colocadas em funcionamento no período, começando pelo site *Humaniza Redes*.

O crescimento do uso da internet e das redes sociais para a discussão política no Brasil ocorre concomitantemente à utilização de ferramentas para disseminação de ódio e de desrespeito aos direitos humanos. Esse é o mote do Governo Federal para o lançamento do Pacto Nacional de Enfrentamento às Violações de Direitos Humanos na internet – *Humaniza Redes*, em 7 de abril de 2015. Em consonância com a proposta de preocupação com a garantia da proteção aos direitos do cidadão, a iniciativa da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH-PR) condiz com as políticas de Governo do Partido dos Trabalhadores, de defesa de direitos humanos, e com a preocupação social do enfrentamento de violações na rede, visto que a proposta recebe, inclusive, a parceria das empresas responsáveis pelas principais redes: *Facebook, Twitter e Google*.

O indicativo era de “Lutar por uma Internet sem ofensas”. As peças colocadas nas redes sociais procuram disseminar mensagens positivas e combater discursos ofensivo, como “Gente que se coloca no lugar do outro e não compartilha links ofensivos e humilhantes. Melhor tipo de Gente” (Figura 29) e “Racismo na vida offline é crime. Nas redes também” (Figura 30). Peças como essas foram feitas para serem compartilhadas nas redes, numa ocupação positiva do ambiente virtual. O momento nas redes é de revoltas sociais e conta,

também, com situações como o caso relatado nesta tese no capítulo dois, da jornalista que manda levar o bandido pra casa, em caso de preocupação com “os direitos humanos”.

Figura 29 – Material de Campanha do Humaniza Redes – Melhor tipo de gente



Fonte: Site Humaniza Redes.¹⁹⁶

Figura 30 – Materiais de Campanha do Humaniza Redes – Violação nas redes



Fonte: Site Humaniza Redes.¹⁹⁷

Desse modo O *Humaniza* surge com a proposta do Governo em disseminar respeito e lutar contra o preconceito, ataques pessoais, crimes de ódio e violações de direito na internet.

¹⁹⁶ Disponível em: <http://www.humanizaredes.gov.br/participe/>.

¹⁹⁷ Disponível em: <http://www.humanizaredes.gov.br/participe/>.

A página apresentou o projeto como “uma iniciativa do Governo Federal de ocupar esse espaço usado, hoje, amplamente pelos brasileiros para garantir mais segurança na rede, principalmente para as crianças e adolescentes, e fazer o enfrentamento às violações de Direitos Humanos que acontecem *online*”¹⁹⁸.

A proposta era ocupar espaço das redes no enfrentamento a discurso de ódio e ataque aos Direitos Humanos. O Governo buscava interagir com usuários para compartilharem os conteúdos positivos e de alertas sobre direitos e situações de violação. Havia na página o rol de materiais que poderiam ser baixados para o usuário-parceiro disseminar. O governo também faria postagens nas redes do *Humaniza*. No lançamento do pacto, Dilma fala sobre o âmbito do programa:

Como extensão de nossa vida real, esse mundo virtual da internet deveria também ser regido pelas mesmas regras éticas, comportamentais e de civilidade que queremos que ocorram na sociedade e no dia a dia, mas não é o que vem ocorrendo. No Brasil, e em âmbito internacional, infelizmente, as redes sociais têm sido palco de manifestações de caráter ofensivo, preconceituoso, de grave intolerância.¹⁹⁹

O fato carregado de tensão nessa questão é que a iniciativa surge no momento, até então, de maior animosidade para COM o Governo, logo após os protestos de março, que tiveram grande mobilização pelas redes sociais e foram motivados por grupos acostumados a usar as redes para críticas severas e, muitas vezes, nada polidas à presidenta e ao Governo, incluindo piadas e sátiras machistas, preconceituosa e de baixo calão.

Um percurso paralelo se faz ao mesmo tempo em que acontece a campanha, já que o tema ganha mais repercussão quando o apresentador de *talk-show* Danilo Gentili, famoso pela defesa do “politicamente incorreto”, se propõe a combater a proposta do *Humaniza*, indicado por ele como instrumento de censura da internet. Ele faz isso em nome da “liberdade de ser desprezível e desumano”, como dito em seu programa de 9 de abril de 2015²⁰⁰. E Danilo entra na questão e propõe a premiação de um videogame para quem fizesse a melhor “cagada [sic] na cabeça do Humaniza Redes”, ou seja, “trollasse” a proposta governamental. Além disso, cria o perfil “Desumaniza Redes”²⁰¹ para a divulgação de contraposições ao pacto tido como “cagueta”²⁰², com a proposta de incitar e espalhar as ofensas “com o maior carinho”.

¹⁹⁸ Disponível em: <http://www.humanizaredes.gov.br/o-que-e/>

¹⁹⁹ Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/politica/2015/04/dilma-diz-que-internet-nao-pode-ser-espaco-de-intolerancia>

²⁰⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BWRRdOp2UIM>

²⁰¹ Disponível em: <https://twitter.com/desumanizaredes>

²⁰² Termo pejorativo para delator, denunciante.

As críticas, à época, também foram aos gastos públicos envolvidos na iniciativa, ao fato de que as denúncias poderiam seguir sendo feitas nos próprios sites das redes sociais, já que as próprias redes possuem mecanismos para recebimento de denúncias, além da crítica ao uso político para as pautas de propaganda governista. Em pouco tempo, o *Desumaniza Redes* já contava com mais seguidores que o *Humaniza* nas redes sociais: em 18 de abril de 2015, o perfil oficial no *Twitter* tinha cerca de 9 mil seguidores e a página *Desumaniza* contava com 34,4 mil seguidores. Ou seja, a comunicação de uma “pacificação” nas redes sociais rendeu poucos frutos e um movimento contrário organizado.

No mesmo mês de abril de 2015 é realizada outra grande manifestação contra o Governo Dilma, no dia 12. Anunciada desde o fim do protesto de 15 de março, com o mote de “Vai ser ainda maior” – mesmo assim, foi registrado um público menor que as manifestações do mês anterior. Nesse dia, o Governo Federal, como estratégia comunicacional, optou por não se manifestar publicamente, segundo a imprensa, diante do fato de os protestos não terem reunido público tão alto como era esperado²⁰³. A essa altura, o ministro-chefe da SECOM Thomas Traumann já tinha saído do Governo e havia tomado posse o novo secretário, com um perfil mais político, Edinho Silva, filiado histórico do partido que segue no cargo até o afastamento de Dilma, em maio de 2016.

O período é de fortalecimento dos grupos críticos ao Governo forjados nas redes sociais, como Vem Pra Rua, MBL e Revoltados Online, que são os principais a encabeçar os protestos. O fato novo da ocasião foi o indicativo de uma chamada “Marcha pela Liberdade”, liderada pelo Movimento Brasil Livre (MBL), uma caminhada de São Paulo a Brasília, entre os dias 24 de abril a 27 de maio (Figura 31). Uma modalidade de manifestação não costumeira dos movimentos gestados nas redes sociais e conhecida no uso pelos movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). O pedido está estampado na faixa que é estendida na chegada a Brasília, quando o grupo comunica seu desejo do impeachment de Dilma Rousseff.

²⁰³ “Diante disso[manifestações menores que o esperado], o governo federal e o Diretório Nacional do PT decidiram alterar a estratégia de comunicação e anunciaram que não iriam se manifestar sobre os protestos deste domingo 12”. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/manifestacoes-encolhem-e-governo-federal-e-pt-nao-se-manifestam-2961.html>.

Figura 31 – Participantes da Marcha pela Liberdade em Brasília - Ed Ferreira/Folhapress



Fonte: Portal *UOL*.²⁰⁴

A chegada dos membros do MBL no Congresso tem a acolhida de figuras de partidos de oposição e daqueles que já indicavam um desembarque do Governo, como o presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha (PMDB). (Figura 32). A ocasião marca, a nosso ver, a confirmação da capacidade de mobilização dos grupos organizados *online*, com a chancela dos entes políticos.

Figura 32 – MBL é recebido por congressistas em 27 de maio de 2015



Fonte: Twitter Eduardo Cunha.²⁰⁵

A imagem passou a ser repercutida a partir das redes do Movimento Brasil Livre imprime a ideia da marca da concretização política das ações comunicacionais empreendidas na sequência de manifestações contra Dilma, pois chegavam a Brasília (e assim foi, de fato uma caminhada). A mensagem que comunicam ao Governo é de que as atividades dirigidas

²⁰⁴ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/27/maquina-de-partidos-foi-utilizada-em-atos-pro-impeachment-diz-lider-do-mbl.htm>.

²⁰⁵ Disponível em: <https://twitter.com/DepEduardoCunha/status/603737753814179840>.

por eles nas ruas tinham alcançado concretamente as instâncias decisórias. A política se fez, mais uma vez, sob a lógica das técnicas e dos processos de midiaticização, desde a pose da reunião para as redes, a faixa que poderia ser impactante pelo tamanho e a circulação de tudo nas diversas mídias.

Outro momento de mudança no perfil de interação do Governo Federal com a Sociedade é o caso do pronunciamento de Dilma Rousseff pela ocasião do Dia do Trabalhador, em 1º de maio. Diferentemente dos anos anteriores, em que houve a cadeia de rádio e televisão, na qual se dava o pronunciamento da presidenta, desta feita, o mesmo foi dividido em pílulas de 1 a 2 minutos e divulgado apenas nas redes sociais. Cada inserção tinha uma temática, como salário mínimo, terceirização e as manifestações. Noticiada pela imprensa como uma “fuga dos painéis”²⁰⁶, situação causou descontentamento até mesmo nos aliados como Renan Calheiros (PMDB -AL), presidente do Senado: "O governo não tem agenda, não tem iniciativa, há um vazio evidente que fragiliza o governo. [...] Essa coisa da presidente da República não poder falar no dia 1º porque não tem o que dizer é uma coisa ridícula. Isso enfraquece o governo"²⁰⁷. O ministro-chefe da Secretaria de Comunicação, Edinho Silva, afirmou ser apenas uma valorização das redes sociais, minimizando as críticas de que a mudança se deveu à iminência de painéis. Certo é que a ocasião gerou novo reforço do funcionamento da linguagem do painel por parte dos opositores, devido à possibilidade visível de como a ação desses grupos pelo “bater de painéis” poderia afetar o Governo, principalmente quando estava aliado a uma cobertura da mídia tradicional fazendo o giro por onde havia ocorrido painel.

No trecho que destacamos para a pesquisa do pronunciamento de Dilma pelo Dia do Trabalhador, uma das inserções, colocada nas redes sociais, era intitulada “Diálogo”, em que ela reforça o direito das vozes contraditórias e a crítica à violência em manifestações, referindo-se ao caso de agressão contra professores ocorrido no Estado do Paraná:

O Brasil vive hoje em plena democracia. Por isso, temos de nos acostumar às vozes das ruas, aos pleitos dos trabalhadores. Temos que reconhecer como legítimas as reivindicações de todos os segmentos sociais da nossa população. Temos que nos acostumar a fazer isso sem violência e sem repressão. Para isso, nada melhor do que o diálogo franco e transparente entre o governo e a sociedade.

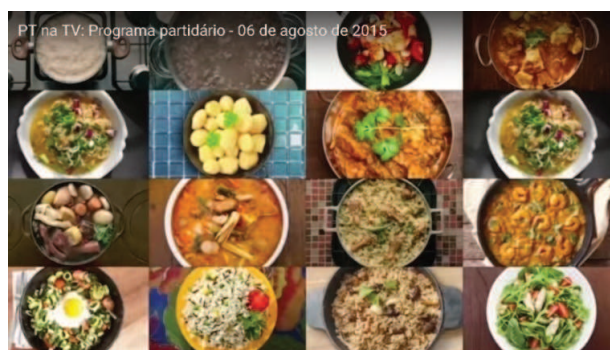
²⁰⁶ Disponível em : <http://epoca.globo.com/tempo/filtro/noticia/2015/05/com-medo-de-panelacos-dilma-faz-pronunciamento-pela-internet-no-dia-do-trabalho.html> .

²⁰⁷ Disponível em : <http://epoca.globo.com/tempo/filtro/noticia/2015/05/com-medo-de-panelacos-dilma-faz-pronunciamento-pela-internet-no-dia-do-trabalho.html> .

Ou seja, sempre se reforça um discurso de compreensão das reivindicações como tentativas legítimas da sociedade no acionamento ao Governo.

Sobre o fenômeno “panelaço”, o Partido dos Trabalhadores utiliza como resposta no programa partidário na TV – em 6 de agosto de 2015. No final do vídeo, faz referência a panelas. Um VT de 30 segundos (Figura 33) com ironia sobre os panelaços: “Nos últimos tempos começaram a dar uma nova utilidade às panelas, a gente não tem nada contra isso, só queremos lembrar que somos o partido que mais encheu as panelas dos brasileiros”. Ou seja, situa a diferenciação de públicos que protestam e os que poderiam ser favoráveis ao Governo, aqueles que entendem o benefício das políticas sociais implantadas, muitas delas voltadas para a alimentação básica. Na briga política por meio de imagens, a demarcação de uma panela cheia se contrapõe às panelas das sacadas. No entendimento do teorizado por Eliseo Verón (1987), o partido se direciona ao pró-destinatário, aquele que integra os coletivos de identificação, numa ação de ironia a seu contra-destinatário, aquele que está excluído dos coletivos de identificação²⁰⁸.

Figura 33 – Captura de tela do Programa do Partido dos Trabalhadores 06 ago. 2015



Fonte: *Youtube*.²⁰⁹

Desse modo, nessa ação comunicacional podemos localizar a interação, em que o Governo se utiliza do programa do Partido para, nas suas ações comunicacionais da lógica partidária, defendê-lo de tal forma que justifica e confirma essa diferenciação entre petistas — apoiadores e antipetistas — opositores. Veremos mais adiante o acirramento dessa concepção “nós” vs “eles” e de como essa diferenciação acaba gerando uma fragilidade no Governo por ver reduzidos os seus coletivos de identificação. De qualquer forma, trata-se de uma estratégia

²⁰⁸ A definição de Verón (1987, p. 18) é: “El discurso político es un discurso de refuerzo respecto del prodestinatario, de polémica respecto del contradestinatario, y de persuasión sólo en lo que concierne al paradestinatario”.

²⁰⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RU3PYVcelmc>.

comunicacional de conquista de empatia por parte daqueles que ainda associam o Governo e o Partido às políticas de justiça social, seus pró-destinatários.

Constatamos, portanto, um primeiro semestre de governo com acúmulo de perdas, sejam as de capital político ou, as que mais nos importam, de capital comunicacional, incluindo aí a indisposição da sociedade em se relacionar com seu Governo e com os atores políticos. A presença institucional nos espaços informais é sempre motivo de tensão e de demonstração de opções diante da burocracia própria do governamental. É nas redes sociais, também, que se disseminam as principais críticas ao Governo e são mobilizados os protestos pró-impeachment que se acentuam no segundo semestre, ganhando a conformação política e jurídica necessária para o andamento. No encerramento desse primeiro semestre de 2015, temos uma nova tentativa de interlocução por parte de Dilma Rousseff em que poderemos analisar ainda melhor o modelo de circulação em rede na sociedade em midiatização.

Na noite de 12 de junho, uma sexta-feira, a TV Globo, maior emissora aberta do País, exhibe uma entrevista com Dilma Rousseff realizada pelo principal entrevistador da casa Jô Soares, em seu *Programa do Jô*. Do ponto de vista da disposição de Dilma em comparecer a um programa mais descontraído e se dispor a responder a um entrevistador experiente poderia ser algo visto como positivo e, ainda mais, em um veículo de mídia ainda de grande relevância para o País. Ou seja, poderia ser uma boa ação comunicacional de interação, ainda mais pelo ressoado durante o primeiro semestre, de que Dilma não se expunha. Mas os efeitos de estratégia ganham outras direções e têm um curso próprio das dinâmicas das redes sociais na sociedade em midiatização, quando o caso é inserido no contexto de crítica e ódio que a polarização política atinge naquele momento. Passamos, então, aos aspectos desse programa.

Jô desloca seu programa para o Palácio do Planalto, onde é gravado, ou seja, fora do estúdio e o sem a performance da plateia e a Biblioteca se torna o estúdio (Figura 34). O apresentador dissolve seu contrato de leitura para se adequar à performance disponibilizada por Dilma. No caso do programa de entrevistas, a segurança fica na situação de ter sido realizada em seu espaço e em contar com aparente cordialidade do apresentador, sem a contestação imediata da plateia. O tom das perguntas de Jô Soares é outra característica questionada. O analista de televisão Daniel Castro afirmou ter ouvido os diretores da emissora, que avaliaram “que o encontro foi ‘um papo de comadre que não teve nada que se assemelhasse a uma entrevista’. Fez bem à imagem da rede, mas ajudou a queimar a do apresentador de *talk show*...”²¹⁰. Ou seja, a conversa amistosa de Jô não refletia a tensão

²¹⁰ Disponível em: <http://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/televisao/para-jornalistas-entrevista-de-dilma-a-jo-foi-tiro-no-pe-de-apresentador-8277?cpid=txt> .

presente na realidade brasileira, em que se cobravam da presidenta explicações sobre pautas urgentes.

Figura 34 – Dilma concede entrevista ao Programa do Jô na Biblioteca do Palácio



Fonte: Portal *UOL*.

Na semana seguinte à da exibição do programa, a rua em que o apresentador Jô Soares mora, no Bairro Higienópolis, em São Paulo, aparece com uma pichação onde se lê: “Morra [sic] Jô Soares”. A primeira divulgação do caso veio pelo jornalista e escritor Fernando Morais, por meio de uma rede social, indicando a relação do fato com a entrevista concedida por Dilma. Na dinâmica da circulação, fica explícita, em seu contorno mais cruento, a linguagem do ódio como expressão de uma pretensa crítica política. A questão segue, novamente, para o ambiente jornalístico, com a repercussão do fato e recebe o ingresso de outros atores. Ou seja, os protestos dos cidadãos pós-entrevista, sejam as críticas ou um gesto extremo como da ameaça, demonstram novas mediações que circulam nos espaços *online* e *offline*. Essa dinâmica do caso da entrevista é apresentada por Fausto Neto (2016b) nos seguintes termos:

A retórica dos protestos deambula entre ódio, rechaço, ironia e outras manifestações de duplo vínculo etc. contra as personalidades do apresentador e da entrevistada. Também revela a indignação contra a mudança e as alterações sofridas pela estrutura do programa para a inclusão em sua agenda conversacional a figura da presidente da República”. (FAUSTO NETO, 2016b, p. 117).

O segundo semestre de 2015 é o período decisivo para a concretização do processo de deposição da presidenta gestado em muitos campos. Diante da situação-limite comunicacional, o próprio apoio do espectro favorável vem com ressalvas. Como na figura 35, que circulou nas redes sociais em agosto de 2015, em que se lê “Fica, Dilma, mas melhore, mulher”, cartaz de uma participante de protestos favoráveis à permanência de Dilma. A ação comunicacional proposta é de concordar com o prosseguimento do governo e

discordar de algumas decisões. De fato, o governo passou por esse circuito comunicacional de “pró-destinatários” com ressalvas. Um verdadeiro apoio com restrições, um endosso possível dos movimentos sociais organizados diante das políticas da governança, incluindo a manutenção do criticado Joaquim Levy como Ministro da Fazenda, que permaneceu no Governo durante todo o ano de 2015.

Figura 35 – Protesto favorável a Dilma, com ressalvas.



Fonte: *Twitter* Um outro pensador. ²¹¹

Nesse início de segundo semestre, a pressão de atores sociais e atores políticos de oposição está cada vez mais elevada. Em agosto, Dilma tem o índice de aprovação de apenas 8%, como apurado pelo Datafolha²¹². A nosso ver, é o período de confirmação da chancela da capacidade de mobilização dos grupos contrários organizados principalmente pelas redes sociais. Os grupos Movimento Brasil Livre, Revoltados Online e VemPraRua.net marcam os protestos de forma conjunta, para indicar uma unidade de pauta, com um slogan “Não vamos pagar a conta do PT”, conforme figura 36, numa canalização da pauta #ForaDilma e no pedido de saída da presidenta, por renúncia ou pelo impeachment. A ação comunicacional conjunta desses grupos já parte da chamada de manifestação como “Mega”, acreditando no poder de arregimentação que possuem.

²¹¹ Disponível em: <https://twitter.com/UmOutroPensador/status/634703835399876609>.

²¹² Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/08/71-reprovam-governo-dilma-diz-datafolha.html>.

Figura 36 – Chamada do Facebook para a manifestação de 16 de agosto



Fonte: Facebook.

O texto de chamada para o evento de 16 de agosto, replicado nas redes sociais dos grupos, exige o “fim do governo petista” E quem faz a convocatória, além de outros atores, é o conjunto de grupos mobilizados no espaço digital:

Os movimentos Brasil Livre, Vem Pra Rua e Revoltados ON LINE anunciam uma mega manifestação, que ocorrerá em todo o país, no dia 16 de Agosto, com o objetivo de exigir o fim do governo petista e repudiar seu ajuste fiscal, que passa a conta do governo para o cidadão brasileiro. É o Brasil inteiro e unido, contra o abuso do PT. Ninguém vai ficar de fora, todos estão convocados para irem para a rua! Mais detalhes serão anunciados em breve.²¹³

O que chamamos de chancela está visível na cooptação de partidos de oposição desses movimentos em rede. O PSDB, partido derrotado na eleição do ano anterior, se utiliza de parte de seu horário partidário obrigatório para convocar a população para o protesto (Figura 37). DEM, PPS e Solidariedade também buscam se conectar às manifestações e lucrar algum capital político. No âmbito da midiaticização, daquilo que falamos sobre o alcance do cerne da política (em 4.5), vemos a chancela que o partido estrutura e consolidado dá ao evento gestado nas redes sociais, obviamente pelos lucros possíveis dessa ação. Desse modo, o partido retira alguns segundos de seu horário para convocar a população aos protestos chamados pelos grupos *online*. O enredo da inserção retoma a linguagem da bandeira nacional, o patriotismo transbordado nas manifestações do tipo.

²¹³ Disponível em: <https://www.facebook.com/events/407853516079277/>

Figura 37 – Inserção de propaganda eleitoral do PSDB, em 15 de agosto de 2015



Fonte: *Youtube*.²¹⁴

O protesto de 16 de agosto contou com discursos de membros dos já citados grupos de mobilização *online* e de políticos, as atividades confirmam um novo ciclo dessa modalidade de participação na sociedade brasileira e o papel de mobilização dos grupos organizados em redes sociais, que eram títulos como celebridades e concediam entrevistas como organizadores. O contraponto dos setores de esquerda, nessa ocasião, foi realizado dias depois, em 20 de agosto, no mesmo tom daquele de março, de uma defesa crítica de Dilma, contra a mobilização direitista, mas contra, de igual modo, às decisões políticas de Dilma. Nesse período, ganha corpo a contraposição ao impeachment com a disseminação nas redes sociais e nas ruas do mote: #nãovaitergolpe, em que se questionava o acordo de elites e de políticos em vista de uma deposição acusada de ilícita. E é no calor de tais mobilizações que, no início de setembro, é entregue por Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal mais um pedido de impeachment da presidenta. Esse é aceito no final do ano pelo presidente da Câmara.

Como estipulado para cada circuito, de elucidação de uma proposta de plataforma *online* de fomento da participação e na busca de uma descrição compreensiva desse que chamamos de terceiro circuito, é que localizamos a tentativa de interação participativa que foi escolhida como nova experimentação do Governo: o *Dialoga Brasil*²¹⁵. O site é colocado em funcionamento durante o período que já indicamos se tratar daquele de menor popularidade do Governo. A pressão dos grupos de oposição fazia coro com protestos nas ruas de diversas cidades e já havia uma circulação disseminada apontando a saída da presidenta que estava no cargo a apenas um semestre de seu segundo mandato. Com essas considerações, localizamos a

²¹⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1NtJXQeRDVU>.

²¹⁵ Disponível em: <http://www.dialoga.gov.br>.

experiência como afetada por todo esse contexto de dificuldades de interação do Governo Federal com a Sociedade Civil.

O site *Dialoga Brasil* surge com o objetivo de mobilizar debates sobre políticas públicas e questões gerais do âmbito da participação política, por meio de estratégias de participação em plataforma digital, utilizando-se das lógicas comunicacionais colocadas em funcionamento. Ele foi lançado em 28 de julho de 2015, com a proposta de ser um canal de comunicação com a sociedade, a partir da recepção de propostas em áreas específicas e da votação dessas propostas de forma a identificar as mais relevantes. Proposto pela Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR), o site aparece na perspectiva de captar as opiniões e desejos da população sobre políticas públicas. Com o papel do fomento da participação, a SGPR incentiva o discurso da participação, enxergando nas ferramentas conversacionais um modo de congregar opiniões e posicionamentos. Em sua página inicial (Figura 38), o site traz um vídeo de apresentação e tem na disposição visível, o link de quatro redes sociais, indicando uma conexão com entrelaçamento de processos de midiatização. Antes de especificarmos as funcionalidades, trataremos das ações comunicacionais realizadas no lançamento da plataforma.

Figura 38 – Capa do Site Dialoga Brasil em 2015



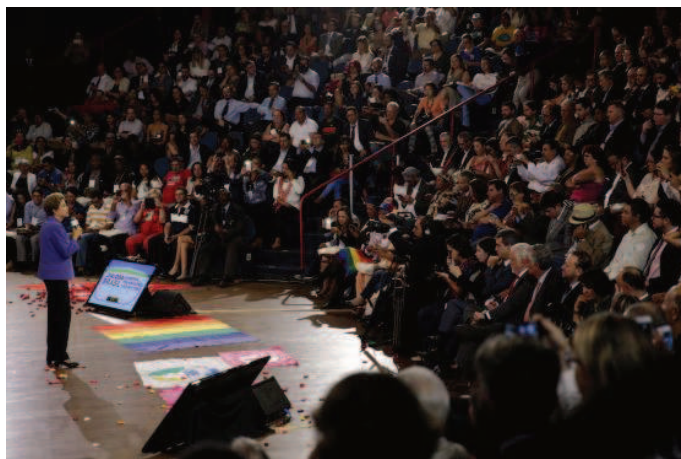
Fonte: Site Dialoga Brasil.²¹⁶

Diante da necessidade de complementação dos contornos da apresentação do portal participativo, podemos nos dedicar à análise da cerimônia de lançamento, no próprio 28 de julho. O evento se assemelha a um programa de auditório, contanto inclusive com uma apresentadora, Liliane Reis, da área cultural da TV Brasil. Dilma falou de forma aparentemente espontânea, sem um discurso lido, diante de uma plateia formada por

²¹⁶ Disponível em: <http://www.dialoga.gov.br>.

representantes de movimentos sociais (Figura 39). Dilma se lembra de sua fala quando foi vitoriosa nas eleições e afirmou que dedicaria esse segundo mandato ao diálogo.

Figura 39 – Dilma fala no lançamento do Dialoga Brasil



Fonte: Site El País.²¹⁷

Numa leitura sobre a de representação icônica desse momento, destacamos, também, que no pronunciamento de Dilma no lançamento do *Dialoga Brasil*. Ela deixa à mostra seu perfil na interação a partir de numa simbologia que foi destacada em sua fala no lançamento. Quando Dilma falava, foi ovacionada com uma chuva de rosas vermelhas e, demonstrando satisfação, disse: “O diálogo com rosas é outra coisa, ainda mais com rosas vermelhas”. A própria relação de rosas e cores situa o local ameno e politicamente favorável que buscava. Mesmo que possa parecer generalizador, a metáfora que leva ao positivo e sem tensão mostra o problema que era pujante: O Governo não conseguia dialogar com parte da população, os que não apoiavam as políticas do governo, ao mesmo tempo que estava em gestação uma onda contra o Partido dos Trabalhadores e a esquerda como um todo, identificada com a cor vermelha. Falava quando se joga flores das cores que a agradam e não demonstrava jeito ou disposição para falar em espaços que não seriam tão amistosos.

Ainda na cerimônia de lançamento, Dilma reforça como “primeiro compromisso de um governo”: “escutar, ouvir, receber sugestões e aceitar comentários e críticas” e indica o *Dialoga Brasil* como expressão mais bem formulada das experiências de participação e reconhece a ferramenta como nova etapa das propostas da interação Governo e Sociedade. Ela retoma a máxima da internet como meio capaz de resolver os problemas:

²¹⁷ Foto: Fernando Bizerra Jr (EFE). Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/29/politica/1438126226_782084.html.

Finalmente, eu quero dizer para vocês que nós, hoje, abrimos essa nova etapa, dessa plataforma que é o Dialoga Brasil. Eu chamo de nova etapa, a primeira etapa é pré-internet, a segunda é usar a internet a favor do debate, da criação de consensos transformadores, porque quando a gente cria um consenso, quando a gente é capaz de estruturar uma opinião comum entre nós, nós temos um poder transformador imenso.²¹⁸

Nessa perspectiva, é reforçado o pedido de colaboração, utilizando-se da internet, em busca de “consensos”. O lançamento conta com estratégias de *buzz* nas redes sociais, divulgação pela assessoria de imprensa e VT publicitário para ser divulgado nos canais oficiais de audiovisual e nos perfis do Governo. No VT, utilizando-se dos aspectos de publicidade, há chamadas como “Vai participar das discussões que vão definir as prioridades do Brasil nos próximos anos”; “O povo vai ter voz nessas discussões”, “Todos os brasileiros vão poder votar nas medidas que acreditam mais e, o melhor, sugerir ideias pro Brasil avançar” e, ainda, “Você fala, o Governo Federal escuta e o Brasil avança” (Figura 40). São convocações à interação que colocam uma promessa profunda de incorporação nas decisões. Na figura referida, captura de tela do VT, é possível identificar uma pretensa multidão, gerando uma operação de sentido de que a plataforma pretendia reunir um grande número de participantes. Como se trata de um material de divulgação, a multidão é apenas ilustrativa do ato pretendido pelo Governo.

Figura 40 – Captura de tela do VT do Dialoga Brasil para TV



Fonte: *Youtube*.²¹⁹

Seguimos a descrição pelo funcionamento do *Dialoga Brasil*. Em seu lançamento, as propostas em destaque foram apresentadas em quatro programas temáticos específicos: Educação, Saúde, Segurança Pública e Redução da Pobreza. Posteriormente, em 14 de agosto, o programa Cultura ingressou no rol das discussões que permaneceram durante todo o período

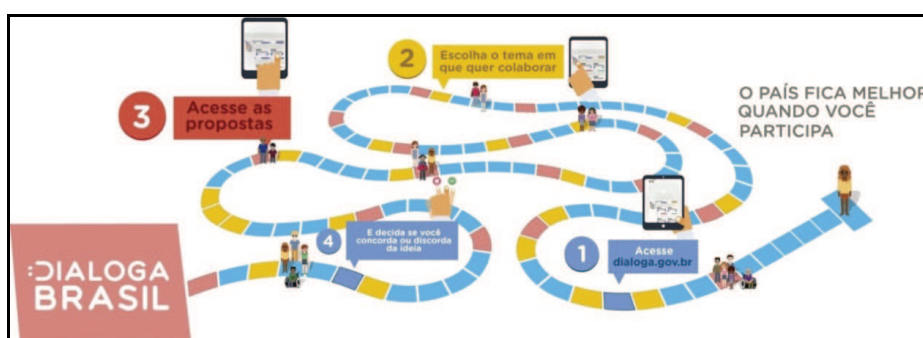
²¹⁸ Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-lancamento-da-plataforma-dialoga-brasil-brasilia-df>.

²¹⁹ Captura de tela de: <https://www.youtube.com/watch?v=tqjMRjy7gwQ>.

de recebimento de propostas até o das respostas por parte do Governo²²⁰. Os temas foram escolhidos unidirecionalmente pelos idealizadores e a chamada para o ingresso nos debates foi realizada, principalmente, pelas convocações via redes sociais. Os canais e condições de ingresso e participação são delimitados em termos de uso e a usabilidade do site preza pela praticidade, o que pode gerar, de outra sorte, uma interação simples, devido à restrição dos espaços e das modalidades de acesso.

Entendemos que o site *Dialoga Brasil* é um novo experimento tentativo, já no segundo mandato da Presidenta Dilma, de interpretação e assimilação das modalidades interacionais a partir das dinâmicas das redes. A plataforma surge, então, com o intuito de ser ambiente de escuta do cidadão por meio de votação de prioridades em áreas de profundo interesse social. De forma prática, a dinâmica de participação seguiu por dois possíveis acionamentos do cidadão: a) redigir ao Governo Federal uma proposta localizada em um dos temas e dentro do espaço determinado para tal; b) Diante das propostas apresentadas previamente por outros cidadãos, o participante pode votar simplesmente em sim ou não diante dessa proposta, conforme a ilustração utilizada nas redes sociais do *Dialoga* em formato de passo a passo (Figura 41) rumo a um objetivo final. A imagem descreve os fundamentos pedagógicos das ações comunicacionais e dos fluxos de interação possível no funcionamento da interação na plataforma. O formato de um jogo de tabuleiro indica a forma de aceder ao processo, pois se trata de um material para atingir um objetivo, a regra do jogo da interação. Curiosamente, o formato é de zigue-zague, o que acaba sendo o destino da plataforma até o ocaso sem atingir, de fato, o ponto de chega ou a casa final do jogo, como veremos.

Figura 41 – Modo de colaborar na elaboração de propostas no Dialoga Brasil



Fonte: Facebook Dialoga Brasil.²²¹

²²⁰ A totalidade dos programas previstos não foi aplicada. Nove temas não chegaram a fazer parte da plataforma. Eram estes: Esporte, Meio Ambiente, Cidades, Desenvolvimento Produtivo, Agricultura, Infraestrutura, Gestão Pública, Igualdade e Trabalho, Emprego & Renda.

²²¹ Fonte: <https://www.facebook.com/DialogaBrasil>.

Havia, ainda, muitos cartazes para a *web* com explicações para reforçar o funcionamento e apontar os indicativos do que poderia ser dado como proposta e o que não seria de possível aceitação para compor o rol de sugestões ao Governo (Figuras 42 e 43). A pedagogia das ações comunicacionais se desenrolava de forma a tornar a navegação mais simplificada, pelos convites ao que fazer e ao que não fazer, na perspectiva de atingir aos públicos mais amplos e de incluir grupos no processo de organizar propostas.

Figura 42 – Modos de participação no Dialoga Brasil



Fonte: Facebook Dialoga Brasil.

Figura 43 – Sobre participações impróprias

Isto não é uma proposta



Tente novamente :D

#DIALOGA
BRASIL

Fonte: Facebook Dialoga Brasil.

Dentre as iniciativas já propostas de interação Governo e Sociedade, até então, o *Dialoga Brasil* é a primeira em que há uma inclusão mais intensa da presidenta, ao menos no primeiro período de execução. Além do já referido lançamento, Dilma aparece em vídeo de divulgação em que reafirma “Nós queremos dialogar com você, faça sua proposta”. O convite é ao cidadão como um todo, um você genérico (Figura 44). Mesmo que seja um lançar ao espaço do publicitário, com a linguagem enfática, Dilma ocupa o mesmo espaço dos pronunciamentos oficiais, com o mesmo formato de enunciação.

Figura 44 – Presidenta grava vídeo em que convoca cidadãos para o Dialoga Brasil

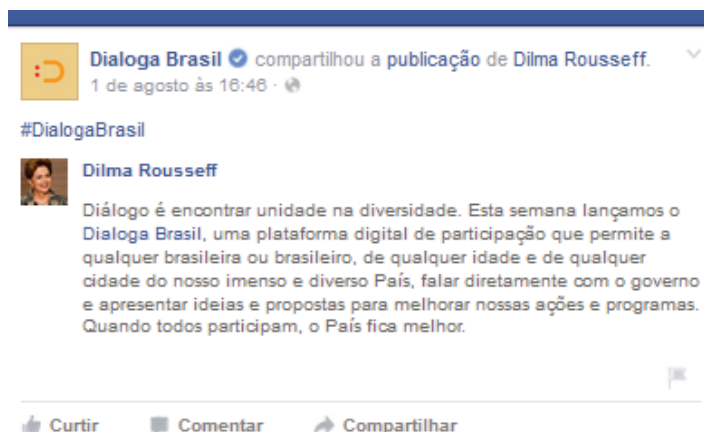


Fonte: Youtube.²²²

Dilma também se utiliza de suas redes sociais, como o *Facebook* (Figura 45), para convocar os cidadãos presentes na rede à utilização das ferramentas do site. A figura pessoal é utilizada para dar mais alcance à ferramenta e identificá-la com a ideia de um desejo de dialogar com a sociedade. Na postagem, compartilhada pelo perfil do Dialoga Brasil, Dilma promete um contrato com o cidadão de que “qualquer brasileira ou brasileiro” poderia “falar diretamente com o governo e apresentar ideias e propostas”. Dilma convoca o interlocutor a realizar uma ação, na dinâmica interacional proposta. Nessas ações, reforçamos que se trata da primeira iniciativa entre os *websites* em que a presidenta se expõe de forma mais explícita na convocação.

²²² Captura de tela de <https://www.youtube.com/watch?v=53TA1Q-aHDE>.

Figura 45 – Postagem de Dilma sobre o Dialoga



Fonte: *Facebook* Dialoga Brasil.²²³

Além da convocação pela presidenta, a mobilização foi feita pelas redes sociais já estabelecidas no ambiente digital: *Facebook*, *Twitter*, *Google Plus* e *WhatsApp*²²⁴. É a primeira das experiências do Governo que tem sua existência profundamente atrelada às redes sociais, principalmente pelo *Facebook* (33.723 seguidores) e *Twitter* (50.319 seguidores)²²⁵ – em comparação com os demais sites – *Participatório* e *Participa.br* – e realiza a mobilização em grande medida por lá. Trataremos dos aspectos do alcance de público nas inferências. Além disso, a experiência se utiliza da linguagem e discursividade conversacional das redes, com uso dos memes (Figura 46), na busca da conciliação da linguagem das políticas públicas com a linguagem própria das redes. Sobre a inclusão mais diversa na participação, o *Dialoga Brasil* mostra um amadurecimento, mas o contexto do período do site é bastante afetado pela polarização e sofre na aceitação diante da campanha pelo impeachment e na aversão à administração Dilma Rousseff.

²²³ Disponível em: <https://www.facebook.com/DialogaBrasil/posts/921153387943547>.

²²⁴ Nas redes Google Plus e WhatsApp é possível apenas que o usuário compartilhe links, não havia um perfil do Dialoga.

²²⁵ Há ainda uma conta no *Youtube*, com 40 inscritos, e Flickr sem fotos públicas.

Figura 46 – Uso de memes nas redes sociais



Fonte: *Facebook* Dialoga Brasil.

Diante do papel das redes sociais no *Dialoga Brasil*, trazemos algumas interações depositadas no perfil da plataforma no *Facebook*, já que a mesma era utilizada como amparo das discussões. O tom conversacional enunciado, em convites como “Vem Dialogar com a gente”, o que demonstra uma abertura que levada ao campo das redes sociais recebe retorno informais e dialogais (Figura 47): “Acho que a presidente deve ter mais iniciativa ela simplesmente desapareceu e vejo que não está tomando nenhuma ação o Brasil está voltando a década de 80”. A resposta/comentário mostra um deslocamento: a enunciação de um ator real, manifestando a importância do corpo, da materialidade da presença do corpo do outro como possibilidade de redução da distância e como exigência do contato com a sociedade.

São comentários na mesma postagem: “Apesar de ser contra tudo o que o governo atual vem fazendo, estou disposta a ser voluntária em prol de um Brasil, realmente de todos (...)” e, por fim: “Como melhorar a economia se ta impossibilitando os consumidores de consumirem? Tudo muito caro com esses ajustes, só vejo medida tola e que piora pro cidadão” [sic]²²⁶ Estando no espaço das redes informais, o Governo necessitaria seguir as rotinas próprias desses espaços e estabelecer os modos de resposta e participação, mas, de acordo com o contrato estabelecido para o recebimento das proposições, o material válido seria apenas aquele depositado na plataforma www.dialoga.gov.br.

²²⁶ Foi mantida a escrita original dos comentários.

Figura 47 – Comentários em postagem do Dialoga Brasil em julho de 2015



Fonte: Facebook Dialoga Brasil.

Nas redes também houve participações com desconfiança sobre o verdadeiro papel da plataforma, acusada de “propaganda” e críticas no mesmo sentido dos protestos, como em “eu não sei pra que essa página o povo não precisa dialoga o povo precisa de respeito Dona Dilma isso que você não fez você traiu, mentiu com suas proposta de Governo na sua campanha na eleição no ano passado o povo não quer mais você no Governo do Brasil (...)”. Esse comentário termina com chamada para o protesto que seria realizado em 16 de agosto (Figura 48).

Figura 48 – Comentários na página do Facebook do Dialoga Brasil



Fonte: *Facebook* Dialoga Brasil.²²⁷

Várias outras participações ecoavam o tom nada amistoso de certa parte da população na interação com o Governo na Plataforma participativa, em comentários como “Nunca mais votarei” e “Fora Dilmanta [sic]”, além de outras referências aos protestos agendados para 16 de agosto e ao Impeachment: “Só uma coisa a dizer: 16/08” e “Imptimam (sic)” (Figura 49).

Figura 49 – Comentários na Página do Dialoga Brasil no Facebook



Fonte: *Facebook* dialoga Brasil.

²²⁷ Coleta em 4 de agosto de 2015, no site: <https://www.facebook.com/DialogaBrasil/posts/920658794659673>.

Além do funcionamento da votação de propostas, o *Dialoga Brasil* operou também com alguma parcela de debate e uma interação mais conversacional. Em cada uma das cinco áreas específicas foi realizado um bate-papo com os gestores por meio da ferramenta *Face to Face*, do *Facebook*, em que a página agendava um momento em que o ministro se proporia a responder, pelo sistema de comentários da rede social, às questões durante um período delimitado. Na figura 50, pode-se visualizar a participação do ministro da saúde Arthur Chioro²²⁸.

A página sempre mostrava o gestor ou a gestora diante da tela do computador, para expressar o efeito da real presença física do gestor na tarefa de responder às questões. O momento foi de demonstrar o corpo do ministro em interação com o cidadão, ou seja, pela foto se demarcava que o representante da pasta estava presencialmente interagindo com os cidadãos, por meio de perguntas e respostas sobre a área da saúde.

Figura 50 – Facebook do Dialoga Brasil – ‘Face to Face’ com o ministro Arthur Chioro



Fonte: Facebook Dialoga Brasil.²²⁹

As áreas em debate foram as cinco já indicadas, que são subdivididas em programas, como demonstrado a seguir: Saúde (SAU) – 7 programas; Segurança Pública (SEG) – 5; Educação (EDU) – 4; Redução da Pobreza (RED) – 4 e Cultura (CUL) – 7, somando 27 programas no total. As proposições seguiram enquadradas nessas áreas e nesses programas sem possibilidade de temas livres, demonstrando a tentativa de organização dos debates pelos atores políticos e gestores. No exercício interacional, a proposta não tem o foco principal no debate, mas na estruturação da redação das propostas e do possível engajamento nas redes. Na

²²⁸ A participação do ministro da Cultura Juca Ferreira foi realizada por meio da ferramenta Hangout, da Google, e não o face-to-face do Facebook.



²²⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/DialogaBrasil>, em 6 de agosto de 2015.

resposta a essa dinâmica, havia o compromisso do Governo Federal de, após processados os indicativos de preferência, seriam respondidas as três sugestões mais votadas em cada um dos 27 programas, somando, desse modo, 81 indicativos de compromissos firmados pelo Governo.

Do início do recebimento de propostas até o mês de outubro, o site funcionou na dinâmica dupla recebimento de propostas e encaminhamento para a votação no estilo da metodologia de priorização de pares – explicada em 6.2 – uma das ferramentas disponíveis na plataforma *Participa.br* que foi utilizada, com as mesmas funcionalidades, como estratégia principal do *Dialoga Brasil*. Ou seja, como foi exposto, o *Participa.br* funcionou como plataforma de ferramentas participativas que poderiam ser utilizadas para cada modalidade proposta. Para o Dialoga, a modalidade de votação em preterido e preferido diante de duas opções qualificava as propostas mais bem quistas para o ranqueamento nas áreas e programas (Figura 51) demonstra a situação momentânea em 30 de julho de 2015 no Programa Educação Básica – Área Educação. Na mesma, é possível ver os votos prós e contras em cada uma delas e também se nota que não é a proposta com mais votos a favor que lidera, mas é feita uma ponderação entre a quantidade de votos favoráveis e contrários.

Figura 51 – Parcial de votação do programa Educação Básica

Total de propostas para o programa Educação Básica: 40 Última atualização há 17 minutos

Posição ?	Propostas	Exibições		
1°	Garantir nas Escolas a inclusão de Assistentes Sociais e Psicólogos!	1229	254	37
2°	Reorganização Curricular do Ensino Médio. Estudar a possibilidade de uma grade c...	1265	261	38
3°	Educação em horário integral	1267	271	51
4°	Sugiro que os estudantes do ensino médio tenham aulas básicas sobre a constituiç...	1212	246	38
5°	Introdução à Política, Direito e Economia Doméstica (ou a matéria Cidadania) dever...	1372	276	42
6°	Valorizar as escolas com bons índices na Prova Brasil a partir de investimentos em ...	1253	182	66
7°	Minha sugestão é que seja implantado novamente a matéria OSPB, Organizações S...	1285	183	79
8°	Federalização do ensino básico, pelo menos até a 9a série. (Não vai faltar dinheiro, ...	1319	180	78
9°	Obrigatoriedade de se ter uma biblioteca em toda escola de nível fundamental e m...	298	84	10
10°	Sugiro que os estudantes do ensino Médio tenham aulas de conhecimentos básico...	319	75	11

« 1 2 3 4 »

Fonte: Site Dialoga Brasil.²³⁰

Nesse propósito, em 31 de outubro de 2015, o site encerrou essa etapa de recebimento de propostas e indicou a fase de resposta por parte dos gestores para “a partir de novembro”. Ao fim da primeira fase, as áreas receberam o quantitativo de propostas de 11.077,

²³⁰ Captura de tela de <http://dialoga.gov.br/#!/programas/103494/resultados> em 30/07/2015, às 02:22.

distribuídas do seguinte modo: Cultura 716; Educação 4817; Redução da Pobreza 1190; Saúde 2768 E Segurança Pública 1700. Na divisão mais específica, os seis programas nas diversas áreas com mais propostas foram: 1) Educação Básica (EDU) – 2295; 2) Ensino Superior (EDU) – 1376; 3) Melhoria dos Postos de Saúde (SAU) 1009; 4) Segurança Pública Integrada (SEG) 873; 5) Valorização dos Professores (EDU) 766; e 6) Bolsa Família (RED) 526.

Nas operações das propostas interacionais, também se localizam desajustes entre expectativas de ofertas e a efetivas resposta dada nos espaços abertos. As pessoas querem soluções para questões cotidianas e há, também no *Dialoga Brasil*, críticas que apontam suspeitas sobre o uso eleitoreiro/partidário. Como nos comentários do *Facebook* do *Dialoga* (Figura 52), em que se pode ler: “Mais uma vez o governo populista da Sr. Dilma Rouseff [sic] usando a máquina pública em seu benefício” por uma participante após a postagem de foto do lançamento do *Dialoga Brasil* no estado do Ceará, em que se vê apoiadoras da presidenta com cartazes “Mulheres do Ceará com Dilma – Somos todas Dilma”. Ou seja, o dissenso pode furar a lógica da oferta, formulando alguma crítica que aponta os desconfortos da sociedade.

Figura 52 – Postagem de Foto do Evento do Dialoga Brasil em Fortaleza



Fonte: Facebook Dialoga Brasil.²³¹

A indicação na plataforma era de que, a partir de 1º de novembro de 2015, o governo analisaria as propostas e “voltaria em breve” com as respostas, mas não é estabelecido um cronograma. Devido às circunstâncias políticas de dezembro de 2015 e do início de 2016, veremos que a paralisia prossegue por mais de cinco meses, até o dia da votação no Senado da admissibilidade do processo de impeachment – e o consequente afastamento de Dilma – em um mesmo estágio no processo de respostas à sociedade. Apenas em 12 de maio de 2016, dia

²³¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/dialogabrasil>.

do afastamento de Dilma, as respostas foram disponibilizadas, de uma forma repentina, sem plano de ações e sem cronogramas concretos. O que se vê é a não continuidade do *Dialoga Brasil*. A figura 53 apresenta uma das dezenas de repostas disponibilizadas. Ou seja, as conjunturas impediram o Governo de colocar em funcionamento a resposta e estabelecer um verdadeiro comprometimento com as prioridades apresentadas e votadas pelos cidadãos participantes na interação organizada através da ferramenta *online*. São as últimas inserções de Dilma e do Partido na sua saída de cena.

Figura 53 – Resposta do Dialoga Brasil no Programa Ensino Superior (EDU)



Fonte: Site Dialoga Brasil.

Apesar de envolver ministérios, Duarte et al. (2016) avaliam, do ponto de vista da gestão pública, problemas de ordem da inserção da iniciativa como estratégia de Governo. Segundo eles, na organização da gestão pública é preciso deixar clara a articulação da participação com a efetivação daquilo que se delibera na interação Governo/Sociedade:

Um programa que visa conversar com o cidadão em um ambiente virtual precisa deixar claro quais serão as ações decorrentes, os cronogramas e, principalmente, a articulação desta ferramenta com os instrumentos de planejamento como o PPA (Plano Plurianual), LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e LOA (Lei Orçamentária Anual). (DUARTE et al., 2016, p.19)

Para os autores, na órbita da gestão da participação, a falta de consciência do papel de interferência da participação no planejamento governamental fragiliza a ferramenta:

A falta de informações sobre o quanto e o que está sendo debatido no Dialoga Brasil de fato interfere no planejamento governamental torna todo o processo frágil e coloca em risco o futuro da própria estratégia. Ou seja, sem a segurança de que a ferramenta será utilizada para orientar a tomada de decisão, todo o processo de comunicação, troca e construção entre governo e sociedade fica prejudicado. (DUARTE et al., 2016, p.19)

No destacado por eles e que nos interessa, na análise da interação e para além da governança, é o que pode se prejudicar no processo. Abrir um canal de participação é sinal de que as demandas dessa interação poderão ser cobradas, a partir da dinâmica da relação interacional.

Só a abertura não é suficiente, pois ela pode assegurar o acesso, mas são importantes as condições de manejo da comunicação que se processariam no interior do canal de exercício das condições de participação. Desse modo, o *Dialoga Brasil* não consegue fôlego para chegar aos suficientes retornos. Segundo Poppi (2018), a previsão do *Dialoga Brasil* era de ter realizado, caso continuasse, entre 17 e 20 temas e ter executado o funcionamento de novas potencialidades: “Haveria outras funcionalidades, como gamificação e outras funcionalidades tecnológicas, que também não entraram” (POPPI, 2018, s/p).

Ainda nos meses finais de 2015, durante uma reforma ministerial de Dilma, em 2 de outubro, a Secretaria-Geral da Presidência da República, responsável até então pelas iniciativas de participação já citadas até aqui, foi extinta e incorporada à recém-criada Secretaria de Governo²³². Com a mudança, a nova secretaria se restringe às atribuições de Relações Institucionais, ligadas à articulação política. Ou seja, destaca-se o foco do Governo para o direcionamento em vista das relações com as instituições e com os atores políticos, demonstrando, o que veremos adiante, a busca pela interação com os entes políticos tradicionais, com o objetivo de luta diante da deposição que ganhava fortemente os campos político e jurídico.

Nas linhas a seguir, realizamos o trabalho descritivo e analítico sobre ações comunicacionais no processo de deposição de Dilma Rousseff, que toma conta, praticamente, de toda a interação possível do Governo com a sociedade após, principalmente, o dia 2 de dezembro, data da aceitação do pedido de impeachment pela Câmara dos Deputados após a crise entre PT e o presidente da Casa Eduardo Cunha, o que instaura o percurso de julgamento por crime de responsabilidade. Os dias finais de 2015 e o início ano de 2016 formam um período terminante para o Governo Dilma. Outra mobilização dos grupos organizados em rede e de partidos de oposição é realizada em 13 de dezembro, já considerando que havia a aceitação do pedido de impeachment na Câmara dos Deputados, tendo formato semelhante aos anteriores, mas reunindo um público menor. Grupos contrários, ao mesmo modo, realizam protesto de contraponto, no dia 16 de dezembro de 2015. Nesse momento, a disputa simbólica estava centrada na possibilidade de influência junto aos votos dos deputados e, posteriormente, de senadores.

²³² A secretaria seria a fusão de fusão da Secretaria-Geral da Presidência, Secretaria de Relações Institucionais, Secretaria da Micro e Pequena Empresa e do Gabinete de Segurança Institucional.

Na tentativa de expor o caso de deposição de Dilma Rousseff em seus períodos mais significativos e de forma mais conectada com o objetivo da pesquisa, sintonizamos os casos comunicacionais na perspectiva da interação entre Governo e Sociedade, dividindo em quatro recortes do processo que serão de nosso interesse de leitura: a) *a disputa de significados Golpe vs Impeachment*; b) *a circulação da saudação “Tchau, querida”*; c) *o papel da imprensa tradicional na circulação do processo*; d) *a delimitação nós/eles nas interações*.

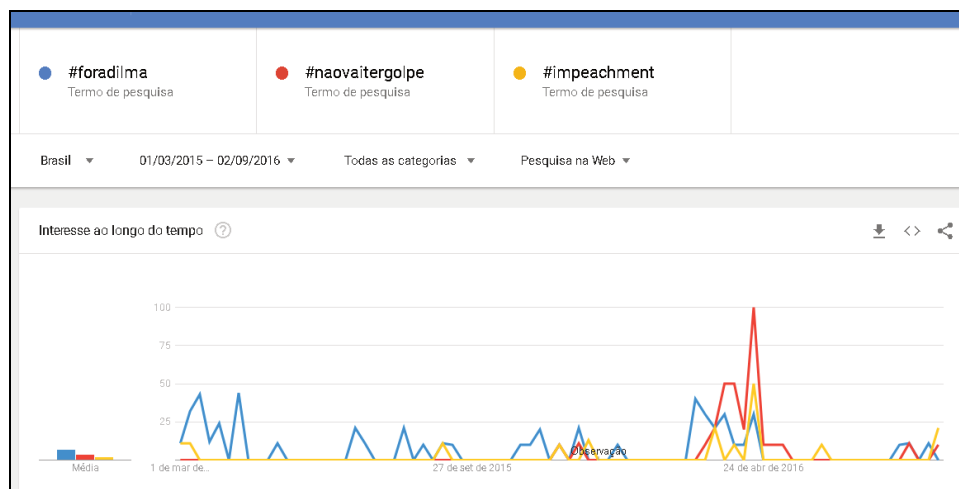
Entendemos que tais delimitações não esgotam o tema do impeachment na perspectiva de uma sociedade em vias de midiatização, mas, a nosso ver, representam uma significativa tentativa de localização da temática na proposta que empreendemos nesta tese. O que foi dito no capítulo de contextos e conjunturas pode ser retomado aqui. O processo é de sangramento do Governo pode ser exposto nos quatro atos delineados a seguir:

a) a disputa de significados Golpe vs Impeachment

O processo de impeachment percorre diversos campos, afeta o funcionamento do Governo e recebe várias lógicas atravessadas em sua construção. Fausto Neto (2016a) estuda o processo de impeachment como acontecimento. Trabalharemos nessa perspectiva, mas sob o aspecto da disputa discursiva dos termos golpe vs impeachment. Como dito anteriormente, os protestos de março e abril de 2015 têm um grito de crítica ao governo e guardam o ideal de #foradilma a partir da perspectiva um pouco mais abstrata do que isso significava. No segundo semestre, os protestos identificam o caminho do impeachment como viável para a execução do #foradilma. E é em dezembro, após a aceitação do pedido pela Câmara, que os movimentos de apoio à presidenta se organizam em torno da mobilização #naovaitergolpe. O tom é esse em virtude do apontamento de “uma farsa jurídica e política”.

O gráfico 5 mostra a prevalência em março de 2015 do termo #foradilma. Nos picos do segundo semestre há a rivalização de #naovaitergolpe e #impeachment. Na semana de 13 a 19 de dezembro, com os primeiros protestos após a aceitação do pedido de impeachment, os termos #naovaitergolpe e #impeachment ocupam o mesmo espaço nas redes sociais. A disputa em pontos altos retorna na semana de 17 a 23 de abril, quando o processo é votado na Câmara. Ou seja, nos ápices das questões polêmicas do processo há uma rivalização de grupos nas redes.

Gráfico 5 – Interesse pelos termos #foradilma #naovaitergolpe e #impeachment



Fonte: Elaborado pelo autor.

Para Fausto Neto (2016a), a sentença do impeachment faz parte de um processo de gestão complexa: “Operações enunciativas de produção de sentidos são engendradas mediante circuitos e de fluxos de campos sociais (midiático, jurídico, policial, fiscal, político)”. (FAUSTO NETO, 2016a. p. 100). Essa complexidade pode ser vista logo após o resultado da eleição 2014, quando o partido do candidato derrotado, Aécio Neves (PSDB), entra com pedido de auditoria no processo eleitoral²³³ e cassação da chapa Dilma-Temer²³⁴; vários pedidos de abertura de impeachment já nos primeiros meses de segundo mandato²³⁵, protestos realizados em 15 de março de 2015 já tinham esse discurso, rejeição das contas do Governo pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Toda a gestão do processo, em suas diversas fases, se faz na esfera da midiaticização.

Nos meses seguintes, como indicado, a disputa segue em outras perspectivas, colocando novas dinâmicas de processos de circulação discursiva. No ano de 2016, a volta dos trabalhos do legislativo toma como pauta única o processo. No dia 13 de março de 2016, nova mega manifestação segue a mesma perspectiva de mobilização *online* das anteriores e a cobrança pela aprovação da abertura do processo de impeachment na Câmara.

A sustentação da contraposição ao seguimento do processo toma o protagonismo nas falas da presidenta. Em 22 de março de 2016, “Dilma discursa no evento *Juristas pela*

²³³ Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral.psd-de-aecio-neves-pede-auditoria-na-votacao,1585755>.

²³⁴ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/psdb-pede-tse-cassacao-de-dilma-e-posse-de-aecio-como-presidente.html>.

²³⁵ Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral.dilma-tem-mais-pedidos-de-impeachment-que-fernando-henrique-e-menos-do-que-lula,1650434>.

Legalidade e em Defesa da Democracia e faz referência à Ditadura e à deposição de João Goulart.

E, repito, este é o caso do processo de impeachment em curso contra meu mandato, devido à ausência de base legal. Não cometi nenhum crime previsto na Constituição e nas leis para justificar a interrupção de meu **mandato**. Condenar alguém por um crime que não praticou é a maior violência que se pode cometer contra qualquer pessoa. É uma injustiça brutal. É uma ilegalidade. **Já fui vítima desta injustiça uma vez, durante a ditadura, e lutarei para não ser vítima de novo**, em plena democracia. [...] Pode-se descrever um golpe de Estado com muitos nomes, mas ele sempre será o que é: a ruptura da legalidade, atentado à democracia. Não importa se a arma do golpe é um fuzil, uma vingança ou a vontade política de alguns de chegar mais rápido ao poder. Esse tipo de sinônimo, esse tipo de uso inadequado de palavras é o mesmo que usavam contra nós na época da ditadura para dizer que não existia preso político, não existiam presos políticos no Brasil, quando a gente vivia dentro das cadeias espalhadas por esse País afora. **Negar a realidade não me surpreende, por isso, o nome é um só: é golpe.** (grifos nossos)²³⁶

A ligação com o processo de Golpe de 1964 pode ser feita, também, por algumas circunstâncias colocadas pelos críticos da presidentia. Em vários momentos, a operação de sentido de um fantasma do comunismo, muito trazida às manifestações de rua, é de fato uma relação com o Golpe de 1964²³⁷. Nesse contexto, pode ser vista, de igual modo, uma sensação diluída por alguns grupos de um desejo de uma nova intervenção militar na tentativa de “tirar comunistas do poder”.

Eugênio Bucci (2016) indica a dificuldade em se situar nos extremos da questão impeachment vs Golpe, indicando fragilidades nas defesas de cada um dos lados, seja na defesa da validade constitucional do processo, chamada de pretexto formal, ou na tese de “golpe das elites”:

(...) é justo registrar que os analistas mais atentos não fazem concessões ao cinismo de dizer que a derrocada do governo petista se deveu às pedaladas fiscais, pois sabem muito bem que essa acusação não passou de pretexto formal. Eles também não embarcaram de modo acrítico nas teorias conspiratórias de que um “golpe das elites”, repentino e vil, teria apeado do poder a primeira mulher a presidir o país, que teria caído por ser indefesa e por estar desavisada. (BUCCI, 2016. p. 16-17)

Da parte do Governo, nesse período em questão, a busca em contrapor a grande quantidade de acusações de diversos lados, o que apontamos como prejudicial ao processo de interação e participação na relação Governo e Sociedade. A associação do processo ao de um

²³⁶ Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-encontro-com-juristas-pela-legalidade-e-em-defesa-da-democracia-brasilia-df>

²³⁷ Sobre aspectos aproximados dos dois momentos, ver GUERRA, 2018, que um estudo comparativo de editoriais dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo nos casos da deposição de João Goulart e do impeachment de Dilma Rousseff.

golpe é a ideia mais difundida, no propósito de disputa semântica sobre a natureza das atividades em curso. Entendendo o processo como progressivo, podemos afirmar que a conjuração esteve sempre num patamar adiantado. A saída de Dilma vai bem além de pedaladas ou de combate a uma suposta corrupção disseminada no governo ou de sua imperícia em definir a política econômica ou em governar no sentido geral. O processo demonstra a disputa de protagonismos, que também acontece no espaço das redes sociais.

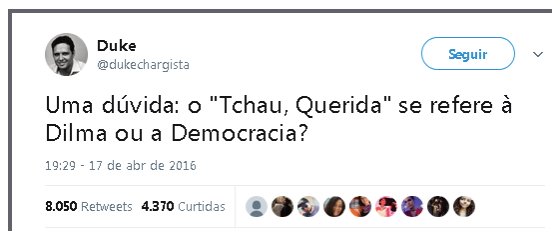
b) A circulação da saudação “Tchau, querida”:

Outra operação de sentido que podemos destacar do período do ponto de vista da circulação na midiatização é o termo “Tchau, querida”, por seu caráter de percorrer as diversas instâncias da sociedade e principalmente, de meios diversos de comunicação. A circulação do termo “Tchau, querida” pode nos ajudar a compreender melhor os aspectos da midiatização nesse processo de impeachment. A circulação começa em 16 de março de 2016, quando o juiz responsável pela Operação Lava-Jato em Curitiba, Sérgio Moro, divulga para a imprensa uma conversa gravada entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a presidenta Dilma, na qual eles, supostamente, combinam uma assinatura de documento para garantia de uma possível posse de Lula na Casa Civil, para a garantia de foro especial diante das investigações que estavam em curso. No grampo divulgado por Moro, Lula se despede de Dilma com “Tchau, querida”.

Pertencente ao campo jurídico, pois se tratava de uma gravação grampeada, o áudio perde o sigilo, mesmo que isso tenha sido bastante criticado, por contar um grampo da presidenta da república. O termo passa a ser utilizado, nas redes sociais, por críticos, fazendo a ligação com a possível saída de Dilma do cargo. O Tom de dizer as palavras “tchau” e “querida”. Em seu sentido original, Lula expressa seu carinho na despedida da colega de partido. O uso dado pelos críticos e retumbada nas redes sociais tinha outro sentido. O “tchau” era referente à saída do Governo e o “querida” seguia a ironia ao se referir a alguém que não se quer bem.

Uma réplica utilizada no espaço das redes foi divulgada (Figura 54) no *Twitter*: “Uma dúvida: o ‘Tchau, Querida’ se refere à Dilma ou a Democracia?”, dizia a postagem, numa ironia à lisura do processo de impeachment, no propósito de embate discursivo nas redes sociais.

Figura 54 – Tweet ironiza a campanha “Tchau, querida”



Fonte: Twitter Duke.²³⁸

Novos registros apontam, ainda, mais elementos dessa circulação no terreno da midiaticização. Dias antes da votação no plenário do Senado, a revista VEJA lançou uma capa com referência a Dilma Rousseff e Eduardo Cunha, com a chamada: “Tchau, querida. Tchau, querido” (Figura 55):

Figura 55 – Capa da revista VEJA de 11/05/2016



Fonte: Revista Veja.

Em 11 de maio, dia da sessão de abertura do processo de impeachment no Senado, a hashtag #tchauqueridaday alcançou o posto de termo mais utilizado mundialmente no *Twitter*²³⁹. Já em 29 de maio, o presidente afastado da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha (PMDB) responde à crítica de Dilma de que Michel Temer, então presidente interino, iria se ajoelhar para Cunha. “Para ela, apenas uma frase: Tchau querida”. O debate se difunde em significados e coloca atores políticos em mobilização. (Figura 56)

²³⁸ Disponível em: <https://twitter.com/dukechargista/status/721827901247766533>

²³⁹ Disponível em: <http://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/tchau-querida-day.html>

Figura 56 – Cunha responde utilizando o bordão “Tchau, querida



Fonte: Gaúcha/ZH.²⁴⁰

c) o papel da imprensa tradicional na circulação do processo:

Indicamos aqui, também, que o percurso do impeachment conta com apoio da imprensa tradicional, que, nos seus editoriais, nas suas capas e nas manchetes, expõe a insustentabilidade do Governo e a falta de condições de permanência de Dilma, conferindo um papel de destaque no andamento do processo. Em sua análise sobre a circulação do impeachment, Fausto Neto (2017) destaca a mudança do papel dos editoriais de jornais impressos para a atuação mobilizadora da opinião pública como sinalizador do papel da mídia para “uma atividade que se aproxima de modos de funcionamento do discurso político” (FAUSTO NETO, 2017, no prelo) Para ele, “o impeachment passa a ser um acontecimento singular em termos do próprio ato enunciativo que o engendra, na medida em que o trabalho de sua discursividade é acossado pelas injunções da circulação de outros discursos, no âmbito da midiatização”. (FAUSTO NETO, 2017, no prelo). E essa articulação mobiliza diversos campos.

Já no impeachment de Collor se verificou esse protagonismo, em manchetes como de IstoÉ 1196: “Carta Fora do Baralho”. Fausto Neto afirma que os meios não apenas “como o lugar de produção, mas o de proposição de sentido, dando uma direção ao acontecimento” (FAUSTO NETO, 2016c. p. 64). Na sociedade em vias de midiatização, o regime da visibilidade segue numa estratégia indireta de construção/produção do controle social (FAUSTO NETO, 2016c)

No caso do impeachment de Dilma, para Fausto Neto (2016c), a imprensa prepara e também fecha o circuito de sentidos desencadeados por gramáticas e lógicas. Em um estudo sobre a veiculação do tema em capas de revistas semanais, examina a natureza da manchete da Revista Época de 25 de março de 2016 (Figura 57): “Dilma vai à guerra: a presidente acusa um golpe que não existe e parte para cima da Lava Jato – mas continua sem força política

²⁴⁰ Reproduzido em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2016/05/cunha-rebate-entrevista-de-dilma- apenas-uma-frase-tchau-querida-5820089.html>.

para resistir ao impeachment”²⁴¹. A proposta é decretar a falta de força política de Dilma e debocha da defesa da tese de golpe, com o reforço de “golpe que não existe”. A capa chama a atenção no uso da adversativa “mas”, que divide duas afirmações, uma vez que indica a proposição de ação de Dilma para algo e outra que desmerece essa mobilização. A imprensa se mobiliza em construir ou destruir personagens em sua estratégia editorial, com sua modelização de fotos que são tiradas de contexto.

Figura 57 – Capa da Revista Época de 25/03/16



Fonte: Revista Veja.

Em outro caso, o Editorial da Folha de S. Paulo de 2 de abril de 2016²⁴², traz o pedido de renúncia, com deslocamento do lugar costumeiro da coluna para a Capa do Jornal. O texto, intitulado “Nem Dilma, nem Temer” decreta com todas as letras “A presidente Dilma Rousseff (PT) perdeu as condições de governar o país” e pede abertamente a renúncia da governante. Assume um protagonismo de ente político e com o qual o modelo jornalístico brasileiro não é acostumado, ao menos em termos explícitos. A Folha indica a falta de capacidade de governança e o excesso de dedicação dos atores políticos apenas à defesa da presidenta no processo, deixando de lado outros aspectos de condução do país: “A administração foi posta a serviço de dois propósitos: barrar o impedimento, mediante desbragada compra de apoio parlamentar, e proteger o ex-presidente Lula e companheiros às voltas com problemas na Justiça.”²⁴³

Além de criticar o andamento do Governo, a Folha de S. Paulo deixa o recado programático bem aparente: “Dilma Rousseff deve renunciar já, para poupar o país do trauma do impeachment e superar tanto o impasse que o mantém atolado como a calamidade sem precedentes do atual governo”. A imprensa se coloca como ator político e propõe soluções

²⁴¹ Disponível em: <http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/03/dilma-vai-guerra-contra-o-impeachment.html>

²⁴² Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2016/04/1756924-nem-dilma-nem-temer.shtml>

²⁴³ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2016/04/1756924-nem-dilma-nem-temer.shtml>

para os impasses. Dilma responde por meio de postagem de vídeo no *Facebook*, num domingo, 3 de abril de 2016. O seu canal no *Facebook* opera como uma espécie de articulador de contato de Dilma com a sociedade sem a intervenção de jornalistas. O enredo da resposta vai na configuração da renúncia como forma de fuga do processo de impeachment, uma saída mais imediata para a questão.

Setores da sociedade favoráveis à saída de Dilma, antes apoiadores do impeachment, agora pedem sua renúncia. Evitam, assim, o constrangimento de respaldar uma ação "indevida, ilegal e criminosa". Ao editorial da Folha de S. Paulo publicado neste domingo (3), fica a resposta da presidenta: "jamais renunciarei". Confira no vídeo!
244

Figura 58 – Dilma responde à Folha de S. Paulo



Fonte: Facebook Dilma Rousseff.²⁴⁵

Em O Globo, entre muitos editoriais, podemos citar: “O impeachment é uma saída institucional da crise”²⁴⁶. Para Fausto Neto (2017), em seus editoriais do período, o jornalismo congrega as possibilidades de narrar os acontecimentos, mas, também, de tecer o passo a passo do processo, em pautas, sentenças, palavras de ordem (como a apropriação do ‘Tchau, Querida’ pela Revista Veja, às vésperas da votação da abertura do pedido de afastamento) e predições.

²⁴⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/DilmaRousseff/videos/1096870160366574/>.

²⁴⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/DilmaRousseff/videos/1096870160366574/>.

²⁴⁶ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opinia/o-impeachment-uma-saida-institucional-da-crise-18912997>.

d) A delimitação nós/eles nas interações:

O quarto, e último, aspecto destacado no recorte do caso da deposição de Dilma tem a ver com o rescaldo dos acontecimentos. A oferta de significados emitidos pelo Governo Federal na governança vai se direcionando quase que exclusivamente para a continuidade no poder e a vitória no processo de votação do impeachment, para além das preocupações de uma relação com toda a sociedade e com as referências de participação/interação. E é na identificação de antagonistas que o discurso do governo reafirma suas perspectivas e identifica os contrários, aqui seriam os apoiadores do processo, como rivais. Na disputa simbólica, nesse sentido, além da perda do poder com o impeachment, a aposta na luta s3gnica leva a um ac3mulo de perdas por parte do Governo, do Partido dos Trabalhadores e da presidenta Dilma Rousseff. Sintetizamos essa disputa na identifica33o em rea333es n33s/eles. Ou seja, a identifica33o de aliados e de rivais, em lados opostos

Em entrevista, num momento j3 pr3ximo da vota33o do impeachment na C3mara, o discurso do presidente do Partido dos Trabalhadores segue no caminho dessa diferencia33o n33s/eles. Rui Falc3o afirma, em 7 de abril de 2016: “Reconhecemos nossos erros. Mas corrigi-los n3o passa pelo golpe”²⁴⁷. Ele aponta “N33s estamos saindo 3s ruas. N33s e eles. Greve, se ocorrer, 3 um direito assegurado na Constitui33o. Supondo que o impeachment possa ocorrer, e que seja anunciado programa liberal como eles anunciam, as pessoas v3o se manifestar. Mas convuls3o social, n3o”²⁴⁸. Questionado sobre o uso do “eles”, Rui Falc3o disse:

N33s temos insistido, mesmo com esse descontentamento, em reunir mais gente. Podemos dizer que sim, cometemos erros, mas podem ser reparados. Mas a maneira de corrigir nossos erros e nos substituir n3o 3 pelo caminho do golpe. Porque durante anos garantimos a democracia no pa3s. Quem ganha leva, quer perder faz oposi33o. Queremos ter oportunidade de dialogar com os descontentes. Garantir a estabilidade, como foi no primeiro Governo Dilma. O segundo n3o come3ou. As pessoas come3am a ficar assustadas porque perceberam que o Eduardo Cunha pode ser o vice-presidente da Rep3blica. Tem um processo de esclarecimento nas ruas. N3o estamos s3 fazendo passeata. Estamos indo nos bairros levando carro de som. O Central de Movimentos populares est3 entrando nas favelas. Os sindicatos estou indo at3 as f3bricas, e dizendo: pessoal, est3 dif3cil, tem dificuldade, mas o caminho n3o 3 esse. Quem voc3s querem p3r no lugar? A atriz Let3cia Sabatella foi ao Pal3cio e disse a Dilma: Eu sou oposi33o, n3o estou contente com seu governo, mas n3o acho que o que est3 sendo feito certo estou com a democracia. Este 3 um fen3meno novo que inclusive a sa3da do PMDB do governo mostrou.²⁴⁹

O Governo se posiciona diante de uma perspectiva de press3o que fica, cada vez mais, crescente, ao passo que a afirma33o desse posicionamento deixa mais evidente os lados

²⁴⁷ Dispon3vel em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/07/politica/1459982422_440616.html

²⁴⁸ Dispon3vel em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/07/politica/1459982422_440616.html

²⁴⁹ Dispon3vel em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/07/politica/1459982422_440616.html

petismo e antipetismo. Mesmo que o governo não se resumia ao Partido dos Trabalhadores, a identificação fica mais crescente com a debandada dos partidos de centro. E o isolamento do partido do Governo é usado pelos críticos para aliá-lo aos problemas da realidade do período, como crise, corrupção e incompetência na gestão. O resultado dessa colagem pode ser visto nas eleições municipais de 2016, em que foi amplamente noticiado pela imprensa que o Partido dos Trabalhadores foi o que mais encolheu na disputa pelas prefeituras²⁵⁰. A apresentação de candidatos no espectro oposto ao do Partido dos Trabalhadores era sinal de desconexão com o “partido que quebrou o país” ou sinal de “boa conduta”. E, até mesmo, os movimentos antes apresentados como apartidários, como o MBL, apresentaram seus candidatos para as eleições. Ou seja, havia um lucro a ser buscado dessa disputa comunicacional nas ruas e nas redes.

Ainda nessa perspectiva da disposição de lados, podemos citar o uso do site participativo *Dialoga Brasil* na propagação da defesa da manutenção do Governo. Indiretamente, a lembrança do Golpe Militar de 1964 faz referência ao desejo que não se repita outra situação golpista e que se prevalecesse o poder das urnas. (Figura 59):

Figura 59 – Postagens no perfil do “Dialoga Brasil” no Twitter, em 31/03/2016



Fonte: Twitter Dialoga Brasil.²⁵¹

²⁵⁰“Em 4 anos, PT perde 60% das prefeituras”. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/em-4-anos-pt-perde-60-das-prefeituras>

²⁵¹ Disponível em: <https://twitter.com/dialogabrasil>.

Como já indicado, o processo do impeachment segue nas votações nas comissões da Câmara e no Plenário e depois no Senado. O afastamento de Dilma e da equipe de governo se dá em 12 de maio de 2016 e já é a desconfiguração da atuação desse Governo afastado definitivamente em 31 de agosto de 2016, tendo assumido Michel Temer (PMDB).

Ficou visível, neste capítulo 6, que o período é de impactos da midiatização em curso no cruzamento de novas estratégias comunicacionais, de diferentes natureza, origem e tendências, com o protagonismo efetivado no âmbito das redes sociais. No entendimento de que os percursos desenhados nos três circuitos se conectam e de que há uma complexificação da sociedade por meio dos processos de midiatização, passamos a um capítulo seguinte em que serão retiradas inferências de uma segunda ordem, ou seja, de conexão entre os circuitos, na perspectiva de análise mais ampla dos materiais já manejados até aqui.

Questões da ordem da comunicação despontam sobre a relação Estado e Sociedade em realidades, de certo modo, inéditas no Brasil. Desde o início, indicamos que os lados dessa relação, Estado e Sociedade, interagem em tempos diferentes, que podem ser melhor percebidos em picos dessa relação. O contato da máquina estatal com a dinâmica interacional em rede é colocado em prova em diversas situações dos circuitos e a sociedade conectada demanda respostas cada vez mais rápidas dos entes governamentais.

Enfim, a operação consiste em debruçar sobre esses materiais, num exercício tal que aponta para a problemática de fundo, de forma a elucidar limites, potencialidades e desafios de uma comunicação que enseje a participação segundo um modelo tentativamente pensado e/ou executado e/ou improvisado pelo Governo Federal no período selecionado. Em função dessas questões, realizamos, a seguir, um tensionamento mais amplo dos materiais, considerando os elementos já trazidos até agora e na atenção redobrada diante das ações comunicacionais.

Os modos de interação operam em momentos diferentes, mas resguardam uma linha operativa própria. Ou seja, as experiências, com pontos fortes e pontos fracos, são levadas para a nova iniciativa. As ações são marcadas de duas formas: pela continuidade e o tempo largo do Governo; e pela história particular de cada uma delas, em suas concretizações e falhas. Todo esse processo sendo afetado pelos contextos e pelas conjunturas políticas e além-políticas. O capítulo que segue tem a proposta de colocar novamente em processo os materiais tensionados dentro dos circuitos próprios, na perspectiva do problema de pesquisa bem como de conceitos que foram apresentados em capítulos anteriores.

7 INFERÊNCIAS SOBRE AS AÇÕES COMUNICACIONAIS

Após um processo de análise dos materiais em três circuitos, a proposta deste capítulo é produzir mais inferências sobre as ações comunicacionais, a partir do tensionamento do conjunto de tais circuitos. Isto é, pretendemos apresentar um olhar mais amplo e, sobretudo, interpretativo sobre os elementos que conectam os circuitos uns com os outros; os aspectos que demonstram progresso ou retrocesso em um período de tempo; e, ainda, as características que sustentam os modos de interação Governo/Sociedade, colocados em prática no período estudado. Dessa forma, os materiais, chamados de casos múltiplos, recebem um novo processamento de leitura, ou seja, para além da descrição de materiais, trata-se de um trabalho inferencial sobre os três circuitos, na tentativa de mostrar afetações, contatos, articulações e determinações que envolvem aspectos de mediação na processualidade dos governos Dilma.

Antes de assim proceder, tecemos algumas palavras sobre o trabalho de elaboração de inferências. Fazer inferências é emoldurar figuras a partir de um processo de construção que leva em conta o que já foi apresentado até aqui do ponto de vista de contatos com o objeto. Gerar inferências é busca de respostas às questões apresentadas pelo objeto específico e a proposta de problema de estudo desta tese. A partir dessa perspectiva, o trabalho em questão busca colocar em funcionamento uma verdadeira “máquina de inferências”, reunindo um conjunto de elaborações que possa gerar um bloco interpretativo por meio do qual se “converse” com os detalhes congruentes ou incongruentes dos circuitos, nas suas especificidades e no seu conjunto.

No acompanhamento da dinâmica dos objetos e das ações comunicacionais, notamos que as experiências tentativas, na sequência em que foram coletadas, apontam que uma nova proposta amplifica ou reformula aspectos da iniciativa anterior. Podemos elencar inferências num estágio de processamento dos materiais, para ir além de um factualismo, de uma narração de fatos ou construção de linha do tempo. O processamento do estudo dos casos múltiplos, a partir do contato mais aprofundado com os materiais, é o que colabora nesse processo de construção de inferências qualitativas para o trabalho desta tese. E nesse processo, os movimentos desse objeto, em ações, saltos, conexões e fronteiras, dão o sentido a uma proposta tentativa de resposta à pergunta problema trazida no primeiro capítulo: *“Como se dá a interação entre Governo e Cidadão a partir das ações comunicacionais em uma sociedade em vias de mediação?”*.

Desse modo, para a organização deste capítulo, foram estabelecidas nove modalidades de análise, levando em conta o processo percorrido e na conexão de aspectos dos três circuitos já apresentados. Ou seja, a proposta de estabelecimento de um retorno a esses aspectos está distribuída em nove temas centrais elencados em cada circuito para a busca de inferências, agora, de todo o percurso estudado. O trabalho de processamento é feito sob a regência de um olhar da mediação sobre nossa proposta geral de avaliação das interações entre Governo e Sociedade no período dos governos Dilma Rousseff.

Os nove temas em análise se conectam ao proposto visando apresentar vários ângulos da questão central. Tal multiplicidade de ângulos, a nosso ver, se justifica pelo conjunto de fatores já apresentados na caracterização — tentativa das iniciativas governamentais por nós estudadas. Indicamos, também, que o rol de elementos trazido neste capítulo será a base para o tópico final, Capítulo 8, em que apresentamos uma discussão de ordem mais conclusiva e propositiva sobre a natureza da interação entre governo e sociedade.

Retornando ao escopo deste capítulo, indicamos os tópicos nos quais se divide esta proposta analítica das conexões inferenciadas: 7.1 *Opções da política de participação em situação de crise*; 7.2 *O papel da imagem do Governo na interação*; 7.3 *O desempenho de Dilma na interação*; 7.4 *O contexto de redes sociais digitais e a governança*; 7.5 *Os polos de contato entre Governo e Sociedade*; 7.6 *Convite do público à interação*; 7.7 *Debates, consensos, embates e ataques*; 7.8 *Os movimentos dos websites participativos*; 7.9 *Modelo de gestão e burocracia*. Os tópicos recebem reflexão analítica nos itens a seguir.

7.1 Opções da Política de Participação em situações de crise

Durante o período em análise, ficou visível a opção do governo pela política institucionalizada enunciada pela proposição “participação como método de governo”, na aplicação prática de instrumentos e ferramentas que possibilitassem o diálogo de políticas públicas por meio de encontros de representantes delegados e atividades centralizadas, como assembleias, conferências e conselhos. Obviamente, outras iniciativas mais descentralizadas foram executadas, mas não chegaram a compor estrategicamente uma política central de governo, ganhando apenas um espaço periférico na estratégia de gestão.

No processo examinado, apontamos que o governo Dilma herda e executa o padrão de interação Governo e Sociedade praticado tradicionalmente pelo Partido dos Trabalhadores, com a participação de representantes que, potencialmente, são capazes de expressar o desejo de grupos. O enraizamento dessa sistemática em núcleos mais próximos da vida do cidadão

poderia justificar a tomada de decisões do Governo. De fato, no demonstrado pelos objetos empíricos, a cobrança por uma assimilação das características da mediação para a dinâmica de interação Governo e Sociedade é tematizada em algumas ocasiões. Mas o modelo de “participação como método de Governo”, tal como executado, chega a ser questionado nas situações de crise na comunicação como elo vinculante entre Governo e Sociedade. Do ponto de vista deste subitem, vamos analisar o percurso realizado e os indicativos de tensão.

Como dito, o Governo reforçou, em diversas ocasiões, um compromisso político explícito, como nos acordos internacionais e nas proposições de pastas:

A cada direito corresponde um dever, que, neste caso, recai prioritariamente sobre a administração pública como responsável por promover medidas concretas de garantias e estímulos à participação. O reconhecimento da existência de uma obrigação estatal em promover práticas democráticas firma as bases para a compreensão da participação social como uma política de Estado. (BRASIL, 2013, p. 7).

Nesse sentido, concordamos que o estímulo à participação e ao diálogo bilateral Governo e Sociedade favorece uma porosidade na estrutura administrativa, gerando, potencialmente, a legitimação das decisões, a transparência das ações governamentais e abertura à população no espaço de governança, além de possibilitar uma qualificação do processo de tomada de decisão.

Mesmo que as iniciativas tenham sido fixadas, no nível enunciativo, como estratégias de governo, a aproximação entre Governo e Sociedade sofreu, em outros momentos, o contraponto de mobilizações que indicaram insatisfações ou insuficiências diante de tais ofertas interacionais. Insatisfações represadas talvez pela insuficiência de canais de comunicação que pudessem incluir a população de uma forma mais ampla que nos nichos estabelecidos de contato. O primeiro transbordamento, nas Jornadas de Junho, foi o símbolo da luta por tais conexões Governo/Sociedade. A ação de mobilização ganha relevância política e chega a ser cooptada por grupos que se utilizam de forma mais direta que o Governo das ferramentas interacionais e comunicacionais.

Na perspectiva de um segundo momento, após a experimentação dos protestos de 2013, o entendimento analítico que podemos admitir é de que caberia ao Governo fazer assimilação daquilo que já havia acontecido e considerar tais elementos em vista de mudanças na condução das políticas e no desenvolvimento das novas proposições. Ou seja, o cidadão atuante nas redes e com a capacidade de ocupar espaço na disputa pela pauta de políticas públicas já havia demonstrado uma insatisfação com os canais ofertados e caberia ao Governo realizar a assimilação desse ator social em suas propostas de contato.

Apontamos que na publicação *Participação Social no Brasil: entre conquistas e desafios* (Brasil 2014g) há uma referência ao acontecimento simbólico de junho de 2013 por parte do então Ministro da SGPR Gilberto Carvalho. Em suas indicações, o ministro aponta que houve alguma preocupação: “Mais recentemente, o governo federal investiu em novos formatos e instrumentos participativos, por meio de plataformas virtuais e linguagens mais próximas ao universo da juventude”. (BRASIL, 2014b. p. 10) A ideia de contemplar o chamado “universo da juventude”, apontando no instrumental como algo que faz parte da vida da juventude, ou seja, “usamos as mesmas ferramentas que eles”.

Nos indicativos elencados em 6.2, circuito 2 dos empíricos desta tese, vimos que, por outro lado, as proposições da política de participação social insistem no apontamento ao já consolidado no modelo de participação política como referência para as políticas. A fala do ministro no documento sobre a participação se encerra com uma fala, a nosso ver, não muito receptiva às dinâmicas nascentes: “as ruas de junho de 2013 têm desafiado os espaços institucionais de participação a se mostrarem como alternativa de mudança para uma geração que não viveu o ciclo de protestos dos anos 80 e 90. Para a juventude, a participação precisa fazer sentido. (BRASIL, 2014b. p. 12). No que pode ser visto, em vez de incorporações de mudanças para alterações no *modus operandi*, a tendência é a de reforçar um modo consolidado como padrão a uma geração mais nova e termina com um tom professoral de quem domina o assunto sobre a participação. Não há o apontamento para uma transformação verdadeira na concepção do modo de atuar comunicacionalmente na área da participação.

Ainda sobre esse caso, indicamos um sinal da não assimilação das características de modelagem próprias da participação a partir das redes e um descolamento geracional em relação ao público que mais usa e atua no espaço das redes sociais. O público jovem é o mais presente representativamente nas redes e tem um modo próprio de atuação na internet. A nosso ver, a proposição didática de levar a juventude a alcançar o “sentido da participação” impede uma verdadeira abertura ao entendimento da modalidade que está em transformação na sociedade em midiatização. Ou seja, a proposta é ensinar à juventude o modo de se participar, o que não aparenta uma assimilação das novas modalidades.

Nesse mesmo sentido, Bucci (2016) também critica essa falta de abertura para a mudança e o desapego à modalidade que conferiu certa eficácia à política da área: “Com os olhos presos a um tempo envelhecido (o tempo do Estado), os gerentes do poder procuravam olhar para um tempo do futuro (o tempo da sociedade civil e das esferas públicas interconectadas). Olhavam, olhavam e não viam nada direito”. (BUCCI, 2016. p. 71). A observação do autor vai no sentido de apontar que a questão não está no fato de o Governo

deixar de buscar as esferas conectadas, mas no modo como efetiva a ocupação. Enfatiza em sua análise sobre a atuação do Governo após as manifestações da sociedade: “A temporalidade da vida social tinha deixado para trás a temporalidade do Estado”. (BUCCI, 2016. p. 71).

Em outro caso concreto, do texto da Política Nacional de Participação Social (PNPS), apontamos que o documento já estava em elaboração antes dos acontecimentos das mobilizações sociais a partir das redes e que o mesmo conta com um item que faz referência à participação em “ambiente virtual”, indicando uma ressalva para que as ações nesse ambiente fossem integradas “com instâncias e mecanismos presenciais (BRASIL 2014f). Entendendo aqui se tratar do nível de enunciação, não podemos tomar a indicação apenas pelo que aponta em termos propositivos, pois a atuação demonstra o resguardo pela fixação das estratégias na esfera presencial e a partir das instâncias já tradicionais desse trato.

Nesse sentido, se a proposta enunciativa realizada foi de “participação como método de governo”, podemos dizer que a participação *online* não ocupou esse *status* de método de governo. Entre os *websites* participativos apresentados, apenas o *Participa.br* foi assumido como política oficial, ou seja, deveria ser considerado pelos órgãos para a governança, garantindo-lhe alguma permanência e *status* de integração às estratégias. O que pode ser visto com os demais – *Participatório* e *Dialoga Brasil* – é que tiveram um formato muito experimental, o que *per se* não é negativo, mas se isso for avaliado no aspecto de inclusão na estrutura governamental, os dois não possuíram garantia institucional, ou seja, uma ocupação oficial nas estratégias de gestão. E essa falta de amparo pode gerar problemas comuns às ferramentas participativas: a perda de efetividade e a desconfiança do cidadão na participação.

E mesmo diante da vontade política, se resguarda a questão da confiança na tecnologia comunicacional como um uso que, por si só, viria a garantir a participação. O governo, no período estudado, não realizou uma reflexão analítica e operativa sobre os meios, especialmente os chamados de novos. Em muitas ocasiões, ficou na defensiva contra os velhos meios e numa ação reativa aos novos, esses que foram conduzidos nas ruas pelas forças sociais, deixando à deriva as tentativas de ações comunicativas governamentais. Não se pode deixar de mencionar que, em dezembro de 2014, foi Instrução Normativa SECOM-PR nº8 – De 19 de dezembro de 2014 (BRASIL, 2014g), que indicou caminhos para a atuação nas redes sociais, um movimento, nesse sentido, de preocupação na atuação.

Por outro lado, ainda numa proposta reflexiva sobre os *websites* colocados em funcionamento, uma característica do incentivo do pensamento estratégico do digital na difusão da participação *online* podemos exemplificar: no *Dialoga Brasil*, com as ocasiões de

lançamento nos estados, com o incentivo a futuros usos da mesma ferramenta em outros entes federativos; e no *Participa.br*, com a ofertas de espaço para as consultas locais, por meio da parceria com estados e municípios²⁵². Entendemos que tais ações possibilitariam, potencialmente, o compartilhamento da tecnologia com os demais entes federativos, ou seja, com a oferta da tecnologia das ferramentas para a elaboração nos estados e municípios. Um exemplo dessa positiva disseminação de tecnologia está na proposta da Secretaria-Geral da Presidência da República, que chegou a ser apresentada, em novembro de 2015, na reunião do Sistema de Assessoramento para Assuntos Federativos (SASF)²⁵³, organismo responsável pelo assessoramento do Governo Federal junto aos diversos entes federativos. A nosso ver, a intenção de compartilhamento da tecnologia é algo positivo para o entendimento disseminado de estratégias de interação Governo e Sociedade e demonstra uma contribuição do Governo Federal para a ampliação da cultura participativa, por meio das tecnologias disponíveis na sociedade em midiatização.

Além da vontade política, podemos analisar características que impactaram a execução dessas políticas. A primeira delas é o fato de que o processo da interação Governo e Sociedade se estabelece, cada vez mais, com o tom conversacional, ou seja, atores políticos e atores sociais dialogam em dinâmicas menos formais e de modo mais próximo de uma conversa face a face, por meio do auxílio da tecnologia. Essa dinâmica está cada vez mais vista na propensão do cidadão à expressão pública de satisfação/insatisfação sobre os atores políticos e as instituições, incluindo as ofertas de participação oferecidas. Ou seja, a política intencionada precisa considerar o espaço de um cidadão mais ativo na explicitação de seus pontos de vista. Se as falas diretas pelas redes sociais colocam o cidadão com cada vez menos impedimentos de expressar seu posicionamento, isso interfere na aceitação das proposições políticas dos governos.

Desse modo, diante dos índices de aprovação do Governo, levantamos outra característica: a aplicação das políticas participativas no ambiente desfavorável na opinião pública, ou seja, o Governo se coloca a um diálogo diante de uma opinião pública que, em sua maioria, desaprova sua atuação. As circunstâncias à época que formam o *corpus* desta pesquisa desenham uma relação que ganha contornos de desaprovação e de fechamento para a aplicação daquilo a que o Governo se propõe no nível da intenção política. Thomas Traumann, secretário de comunicação em 2015, no auge dos protestos daquele ano, qualifica

²⁵² Um caso executado foi Participa Maranhão, sob o governo de Flávio Dino (PCdoB). Disponível em: <http://participa.ma.gov.br/portal>

²⁵³ Disponível em: <http://www.secretariadegoverno.gov.br/noticias/2015/novembro/dialoga-brasil-e-plataformas-digitais-de-participacao-social-sao-apresentadas-no-sasf>

a comunicação do Governo como “errática” e “errada”. Ou seja, na relação Governo e Sociedade são apontadas falhas de atuação no contato e na interação com os cidadãos. No quesito aprovação do governo, ressaltamos que índices de rejeição do Governo foram relevantes na qualificação dessa interação.

Uma última observação: o governo Dilma lida com a problemática comunicacional no contexto de uma crise muito especial, que tem a ver, é verdade, com a própria gestão do governo, mas, especialmente, com a eclosão da agenda do impeachment. Trata-se de uma gestão de curto prazo, mas o governo não apresenta suficientes carisma — corporeidade própria — para enfrentá-la. Os *websites* participativos elaborados eram apenas canais de problemáticas de uma situação de governo em normalidade, como se a conjuntura fosse aquela que apontava horizontes de políticas de meio e longo prazo. A comunicação realizada em tempos de crise tem características próprias que afetam a aplicação das políticas indicadas no início deste item.

O ano de 2015 é de clima político e econômico mais desfavoráveis. Até então, o Governo se ausenta das esferas de interação com a Sociedade e com a Classe Política, mas não se manifesta para oferecer alguma perspectiva. Cortes de gastos, aumento de impostos e uma gama de medidas impopulares. Era chegada a hora de sentir os impactos econômicos da crise que teve os efeitos amenizados durante o período eleitoral por meio do controle de preços subsidiado pelo Governo, em vista de não impactar a sociedade num ano eleitoral. Em 2015, então, a crise econômica é repassada sem qualquer explicação satisfatória ou, ao menos, eficiente que estivesse no âmbito da interação. A atitude de Dilma e dos atores políticos é de fuga dos espaços midiáticos. Ou seja, a estratégia comunicacional usada é de ausência de contato. Isso gera, nas palavras do próprio ministro-chefe de Comunicação, “uma derrota por W.O”, outro sentimento do período e de “traição” por parte daqueles que a apoiaram na disputa presidencial.

Apontamos o fato de que há uma defasagem entre a lógica que preside a gestão política e a lógica que preside os processos comunicacionais. Um dos grandes efeitos desta diferença entre as lógicas está na demissão do ministro-chefe da Secretaria da Comunicação Social, logo após as colocações que indicamos acima, sinais valiosos para a chamada de atenção aos problemas comunicacionais. As gestões de marketing e de política seguem por caminhos próprios: há um cálculo político e um cálculo comunicacional que percorrem caminhos distintos. Até mesmo as expectativas do gestor político diante das ferramentas seguem por um caminho diverso e o uso para rentabilizar implica a falta de domínio da ferramenta.

Um debate mais amplo sobre o papel e o percurso da imagem do Governo na interação, no período estudado, será realizado no próximo subitem.

7.2 O Papel da Imagem do Governo na Interação

Ressalvando que este não é um trabalho sobre a imagem do Governo Federal, podemos, mesmo assim, neste subitem, apresentar uma visão analítica de como, no período de tempo em questão, a imagem que o Governo transmitiu foi capaz de interferir na relação interacional com a sociedade, seja na recepção das proposições práticas ou na relação dos usos no ambiente da internet. Para Rubim (2003), “a construção da imagem política é sempre uma disputa pública [...] que se realiza em meio a demandas e constrangimentos do tempo (passado, presente e futuro) e do espaço geográfico e/ou eletrônico”. (RUBIM, 2003, p. 52). Nessa perspectiva é que demonstraremos, a partir da sequência completa de fatos e de tais disputas públicas, mas sem que se repitam as particularidades, as características da imagem de um mandato iniciado, em 2011, sob a égide de uma aprovação recebida do governante anterior, e finalizado, em 2016, de maneira precoce num segundo mandato incompleto.

A análise dessa imagem governamental na relação com a sociedade será realizada no contexto de midiaticização em curso, no qual se identifica uma dinâmica em temporalidades mais curtas no que diz respeito ao tempo de resposta do poder executivo diante das demandas do cidadão. Isto é, o espaço de construção e reconstrução de imagens do Governo frente a uma sociedade mais presente nas esferas midiaticizadas e com mais canais de possíveis cobranças por respostas, tendo o cidadão, desse modo, mais presença na dinamização da elaboração da imagem que fazia da presidência e de sua gestão. E afirmamos, também, que um possível trabalho de mudança dessa imagem na opinião pública está mais suscetível às inconstâncias previstas na interação entre Governo e Sociedade.

Obviamente, não é possível desconsiderar, nesta análise, os aspectos de conjuntura política dos interesses de uma oposição política e setores da economia que corroboraram para a reafirmação de ataques ao poder executivo perante a sociedade à qual se conectou, em vista de interações e de quais explicações possíveis do âmbito da comunicação para a questão da imagem do Governo e o papel dessa questão no ocaso precoce do mandato de Dilma Rousseff.

O mandato se inicia 2011, com a presidenta contando com uma boa aprovação recebida do antecessor e uma imagem extremamente positiva. De forma mais amplamente visível, essa imagem é questionada a partir de 2013, com as ações nas ruas. A nosso ver, tais

irrupções comunicacionais da sociedade, que se iniciam em junho desse ano, são sinais, dados da sociedade em direção ao executivo, de que os canais oferecidos eram insatisfatórios. A não-correspondência a essas demandas causa ruídos à imagem do Governo nos anos seguintes.

Em 2014, Dilma, durante a Copa do Mundo, tem uma postura de aliar-se à imagem da Seleção Brasileira e a derrota acachapante em campo também respinga no Governo. Na proposta analítica deste capítulo, indicamos como período marcante de estratégias de imagem a campanha eleitoral de 2014. Com o apoio de estrategistas, Dilma se utiliza do horário eleitoral e das táticas de marketing de campanha para aprimorar sua imagem junto a grupos que desaprovaram algumas ações de seu primeiro mandato. Podemos indicar que há certa melhora na imagem, tendo como horizonte o sucesso nas urnas. No período de eleições são realizados pactos, acordos, assumidos compromissos em que a imagem dos atores políticos é conectada a propostas e promessas.

A imagem oferecida em jogo simbólico do convencimento eleitoral, obviamente, é cobrada na atuação durante o mandato. No caso de Dilma e sua gestão, a cobrança de coerência já foi realizada logo após a vitória, pois significava a continuidade no cargo, por se tratar de reeleição. E os meses que se seguiram foram de medidas impopulares e de uma imagem de Governo penalizando o seu povo diante da crise econômica. No período, houve até a manifestação do ministro-chefe da Secretaria de Comunicação cobrando respostas diante das demandas por explicações que vinham da sociedade.

Cada vez mais, é deixado um espaço vago no campo de disputas essencialmente comunicacionais: da colocação de discursos e contradiscursos, ou seja, do diálogo esperado do Governo como ente a serviço da sociedade. E esse vácuo é capaz de causar mais estragos. O que foi apontado no circuito 2, de afastamento da presidenta da cena pública, das entrevistas e das redes sociais no início do segundo mandato, transparece aí. Essa situação dá espaço e sustentação para um crescimento exponencial de páginas contrárias ao Governo Federal nas redes sociais. O sucesso de grupos contrários à gestão também é citado no documento de alerta do ministro-chefe da SECOM, indicando uma ocupação, por diversos críticos e opositores, do espaço deixado pelo poder executivo. O texto do ministro-chefe diz:

Desde janeiro, a página no Facebook do grupo Revoltados Online teve o engajamento de 16 milhões de pessoas nos últimos três meses. O Vem Pra Rua chegou a 4 milhões. Para comparar: no mesmo período as páginas do Facebook Dilma Rousseff e PT foram compartilhadas por 3 milhões de pessoas. (O ESTADO DE S. PAULO, 2015. p. 2-3).

Os números trazidos dão a dimensão da derrota no campo das redes sociais.

Nos protestos de março de 2015 e seguintes, com as características de evento de classe média, familiar, pendidos à direita e de caráter crítico à permanência de Dilma, a prática da rejeição ao Governo se repete, mas ganha outros contornos, como o apoio explícito de partidários de oposição e, posteriormente, o foco na pauta centralizada do impeachment. Na questão da imagem simbólica, várias pechas são impingidas ao Governo, ao Partido dos Trabalhadores e à presidenta. Toda sorte de xingamentos e culpas são colocados de modo ostensivo nas ruas, por meio de performances comunicacionais de modo a semantizar ideias como corrupção, roubo e gestão ineficiente. Uma responsabilidade ampliada pela continuidade das questões no ambiente das redes sociais, pelos grupos opositores e pelos críticos *online*.

Obviamente, não podemos tratar com ingenuidade e ignorar o aproveitamento político que grupos já estabelecidos, como partidos de oposição ou entidades como a própria FIESP, no caso das manifestações de 2015 e 2016, por exemplo. A imagem da canalização de um desejo da sociedade vem em circunstâncias de uma expressão já estabelecida nesse período de que tais grupos mobilizam toda a sociedade, em expressões como as referidas ao maior ato, em 13 de março de 2016, referendado pela imprensa em manchetes como: “Maior manifestação da história do País aumenta pressão por saída de Dilma”²⁵⁴ ou “Protesto na av. Paulista é o maior ato político já registrado em São Paulo”²⁵⁵. De certa forma, o reforço da grandiosidade das manifestações tem a função performática de justificar as pautas como representação do “desejo da sociedade”. A imprensa atua como um operador de construção de sentimentos contra o Governo, em termos de coberturas de fatos, bem como pelo trabalho de seus editoriais. Este último item foi tratado no circuito 3.

De fato, a angulação principal do discurso dos protestos é de uma imagem de que o desejo popular está sendo contrariado. Tal discurso é comum na representação de um clamor social da mobilização *online*, com elementos como “assunto mais comentado no Twitter” ou “compartilhado centenas de milhares de vezes no Facebook”. O discurso da necessidade de saída de Dilma é disseminado, por mais que ela argumente a sua deposição como traição aos 54 milhões de votos que lhe foram confiados e que o Brasil não tenha a modalidade do *recall* na política, ou seja, a possibilidade cassação e revogação de um mandato político pelo eleitorado por meio da reavaliação popular.

²⁵⁴ Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,manifestacoes-em-todos-os-estados-superam-as-de-marco-do-ano-passado,10000021047>

²⁵⁵ Disponível em : <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1749528-protesto-na-av-paulista-e-o-maior-ato-politico-ja-registrado-em-sao-paulo.shtml>

Um dos temas recorrentes ao Governo foi o da “corrupção”, assunto que também percorre o ideário de grandiosidade e de repercussão. O enfrentamento do tema se irradia em todo o período de mandato e interfere na imagem do mesmo. A ligação do grupo político no poder com a imagem de corrupto de uma incapacidade ou mesmo desinteresse em combater irregularidades na gestão. A sensação de uma corrupção alastrada no governo e na classe política está na tônica dos protestos e na ribalta das críticas. Governistas são o centro ou mesmo a exclusividade das rebeliões contra a temática – mesmo que desvios e negociatas não sejam exclusividades de membros do Partido dos Trabalhadores e aliados durante todo o período.

O impeachment como construção é gestado no ambiente midiático em diversos momentos. As práticas políticas, jurídicas, policiais e fiscais são trabalhadas em termos de construções discursivas na esfera da midiatização, em diferentes ocasiões. Por exemplo, uma incomum transmissão, em diversas mídias, da votação das contas do Governo em 2014, no Tribunal de Contas da União (TCU), em outubro de 2015, com repercussão nas redes com as *hashtags* #NardesSemMoral, em relação à suspeição do conselheiro relator que estava sendo investigado pela Polícia Federal e que já havia dado entrevista revelando seu voto, e #PTSemMoral, em relação ao partido do Governo. A votação incluiu, até mesmo, comemoração com fogos de artifício após a recomendação final pela rejeição. Como nesse caso da esfera fiscal, as demais esferas já citadas contaram com o invólucro da midiatização nas ações.

Com o tempo, se torna inegociável a pauta do impeachment. A ocorrência da interlocução com a sociedade fica mais prejudicada. A situação adversa para o Governo e a imagem junto à sociedade é colocada em um plano de menor prioridade devido à necessidade de conquista de votos no Congresso para barrar o seguimento do processo. A pauta do impeachment se sobrepõe a qualquer outra e bloqueia diversas ações do Governo, incluindo o andamento de respostas no site *Dialoga Brasil*, por exemplo, que teve seu funcionamento no segundo semestre de 2015 e início de 2016.

A luta por alguma capacidade de resposta leva ao ataque dos detratores, ao nominar o processo de “Golpe”, como modo de contrapor tais discursos por essa imagem. Na sustentação desse discurso, o Governo e Dilma fazem referência à desqualificação de seus acusadores, à ausência de crime de responsabilidade na gestão e a uma imagem presente na memória histórica do Brasil, o Golpe Militar de 1964, que ocorreu após a deposição de João Goulart. A disputa semântica, a que já nos referimos no circuito 3, coloca em contraposição de sentidos de modo a rivalizar até que um possa sobrepor-se ao outro. E nesse embate, o

Governo está em combate com cada vez menos apoiadores e menos discursos a favor de sua pauta. Num período final, a apropriação do termo “golpe” pelo Governo já tinha um caráter de tentativa de registro histórico, uma demarcação de um discurso heroico, de triunfalismo e de uma versão persecutória.

Enfim, nesse processo de elaboração de imagem é apontado que a presença de Dilma no protagonismo do Governo é solicitada em vista da demanda social por alguém que se posicionasse. Em um comentário no Facebook do Site *Dialoga Brasil* podia se ler: “Acho que a presidente deve ter mais iniciativa ela simplesmente desapareceu e vejo que não está tomando nenhuma ação o Brasil está voltando a década de 80”.²⁵⁶ No item a seguir, trataremos do desempenho da petista no processo de interação do Governo.

A imagem final, na saída do Governo de uma gestão incompetente que quebrou o país e o prejuízo dessa imagem foi respingado nas eleições municipais do mesmo ano de 2016, quando o Partido dos Trabalhadores sofreu um grande revés nas urnas.

7.3 O Desempenho de Dilma na Interação

Outro ponto desta reflexão analítica é o desempenho da atuação da personagem central da atuação política do período, a presidenta Dilma Rousseff. Entendemos a figura presidencial como elemento estratégico na caracterização da atuação governamental. A proposta é indicar um pequeno percurso da figura presidencial, não por meio de uma análise exaustiva, pois, como já indicado, não se trata do foco principal desta pesquisa, mas pela dinâmica de sua performance no percurso de seus mandatos, no desempenho da interação a partir de suas ações no ambiente da midiaticização. Sobre essa dimensão do ator presidencial, expõe Mangieri (2012):

O corpo presidencial construído no espaço midiático enfatiza especialmente esse eixo do processo [sociopolítico], passando a se desdobrar discursivamente como sujeito da comunicação e da enunciação (eu-você-aqui-agora) e, ao mesmo tempo, sustentando a posição actancial de sujeito do desejo amalgado [...] com a figura do povo. (MANGIERI, 2012, p. 179)

Nesse sentido, apresentaremos características do manejo da presidenta no ambiente midiaticizado, seja nos meios de comunicação tradicionais ou nos meios mais conversacionais, em suas enunciações de políticas e em suas disposições de contato, indicando as estratégias desse contato e seu posicionamento diante dos interlocutores. Podemos considerar, também,

²⁵⁶ Texto transcrito da captura de tela de <http://www.facebook.com/DialogaBrasil>, em 30 de julho de 2015.

um pré-discurso programático das campanhas políticas – pois a gestão política é diferente dos indicativos de campanha –, sobre o qual haverá cobrança por parte do cidadão. Serão apontadas, ainda, as marcas discursivas dos aspectos de participação e diálogo encontradas nos discursos e nos pronunciamentos de Dilma Rousseff.

Consideramos, concordando com Fausto Neto, que “as condições de mediação do discurso presidencial se operacionalizam segundo lógicas complexas e também segundo zigue-zague que aponta tensões de outros processos que aparecem nas metodologias através das quais a política e sociedade se contatam”. (FAUSTO NETO, 2016b, p. 119). Desse modo, podemos dizer, em termos gerais, que a presidenta, em seu ato de fala, gera uma formulação específica, um discurso programático que vai encaminhar enunciados para políticas públicas, como uma matriz de discursos, visando à atuação do Governo. Por outro lado, as questões de fundo – contextos e conjunturas – têm, no percurso em questão, a capacidade de cobrar posicionamento e reposicionamentos desse discurso.

Nesse sentido, a fala da presidenta tem um papel matricial na construção/ proposição das políticas de interação Governo e Sociedade. Nesse entendimento, para este subitem, os materiais como discursos, pronunciamentos e entrevistas de Dilma, já dispostos em cada um dos três circuitos, são tensionados no percurso de todo o período de seu Governo, na perspectiva da leitura de processo e do estabelecimento de casos emblemáticos no papel da presença da presidenta. De forma comparativa, num exemplo já citado, de Maurício Macri, na Argentina (SLIMOVICH, 2017), temos a figura de atuação de um líder que mistura a vida privada e a vida pública, considerando os aspectos da mediação, de modo a não parecer um político, mas uma pessoa, alguém que se aproxima bem da população que atualiza constantemente sua vida cotidiana. O que se dá aí é uma outra presença da figura presencial, a que indicamos que Dilma vai bem discretamente, em comparação com o chefe de Estado argentino.

Uma leitura de processo temporal das falas de Dilma conectadas ao tema da participação dá o indicativo de que nos primeiros direcionamentos ao cidadão a preocupação de Dilma é garantir a confiança de que pode ser boa governante em substituição e em continuidade a Luiz Inácio Lula da Silva, e, ainda, que “governa para todos os brasileiros”. Após as reivindicações populares nas ruas por direitos sociais, a partir de representativas manifestações de 2013, Dilma, em suas falas, reforça a indicação de prioridade aos temas sociais pautados e faz discurso propositivo com cinco medidas pós-protestos – saúde, mobilidade urbana, reforma política, educação e responsabilidade fiscal –, comprometendo-se

à assimilação de demandas. Nessas falas, restringe pela primeira vez seu público, retirando a possibilidade do diálogo com os “vândalos”.

Na sequência dos acontecimentos, apontamos que cada vez mais os atores a quem Dilma se direciona recebem maior restrição, pois, após as manifestações dos grupos mais à direita e de classes mais abastadas, nova diferenciação é realizada. Com os painéis, a indicação é de que a condução da priorização pelas políticas sociais não agrada a um segmento mais elitizado ou “remediado”, para o qual seu Governo não seria pródigo. Apontamos a restrição a esse universo, tido como alheio às políticas defendidas pelo Governo. Em outro sentido, a dificuldade de diálogo de Dilma também transparece em outras instâncias, como a indicação de reforma política referendada em 2015, quando a pauta da corrupção era constante, por exemplo. A pauta não recebeu apoio no Congresso e Dilma não conseguiu levar a cabo a reforma prometida nos pactos indicados acima. Sua habilidade para efetivar o proferido na fala e também para costurar isso nos âmbitos institucionais é uma constante cobrança junto à representante oficial.

Já no limiar do afastamento, com todo o acumulado, até então, Dilma busca apoio junto à militância e restringe mais gravemente o universo destinatário de sua fala, buscando o apoio de partidários e simpatizantes e assumindo um discurso operativo de que sofreria um golpe político. Ainda se acrescenta a pouca presença da presidenta em programas televisivos de entrevistas, atribuída, a nosso ver, a uma desconfiança quanto aos acordos midiáticos. Quando essa ida acontece, como no caso da entrevista ao *Programa do Jô*, garantias, como a do resguardo do espaço do Palácio do Planalto para concessão da entrevista, são sinais dessa tentativa de fiança de controle sobre a dinâmica da midiatização.

No complemento dessa caracterização, os discursos dão a costura das estratégias e dos percalços dos Governos de Dilma. A personalização das críticas ao Governo na pessoa de Dilma Rousseff é uma constante, o que é comum ao modelo de democracia presidencialista que se tem no Brasil. Em muitas ocasiões em que Dilma precisa falar em contrapontos após as manifestações, por reforço retórico, a presidenta faz relação com seu engajamento político da adolescência e juventude, quando luta contra a Ditadura Militar brasileira. Em suas falas, deixa claro que colaborou na construção do cenário atual de liberdade de expressão e de democracia, numa tentativa de gerar uma empatia com quem ia às ruas. Vale ressaltar que, por outro lado, ela é acusada de coagir protestos com a inclusão da lei 11.320/2016, chamada de lei antiterrorismo, encaminhada por ela ao Congresso em 18 de junho de 2015.²⁵⁷ As

²⁵⁷Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113260.htm

críticas ao texto vão pela perspectiva de dar interpretações múltiplas sobre a tipificação do crime de terrorismo e de poder ser usada para cercear os casos de manifestações específicas. Nesse jogo semiótico, a mítica personagem que luta contra a ditadura tem seu discurso questionado diante daquilo que poderia soar como coação a protestos.

Ainda no contexto do posicionamento demandado pelas circunstâncias, retomamos a recomendação do então ministro-chefe da Secretaria de Comunicação, Thomas Traumann, que no documento de análise sobre a situação crítica em 2015 (O ESTADO DE S. PAULO, 2015), cobra da presidenta ações comunicacionais mais enfáticas. Solicita que ela “fale mais, explique, se exponha mais” (p.4). E o reforço de Traumann é para que isso seja feito na mídia tradicional e nas novas mídias, nos programas oficiais, como *A voz do Brasil*²⁵⁸, e nas entrevistas pelo Facebook. Ou seja, o ministro-chefe reconhece e indica a necessidade de contato com a sociedade, de prestação de contas e de estabelecimento de diálogo em momentos nos quais o Governo e sua chefe são cobrados sobre tomadas de posição. O indicativo, nesse momento, é que, por não contar com respostas mais acalentadoras às demandas, o Governo foge do embate relacional com o povo.

E Dilma Rousseff sintetiza, de algum modo, essa fuga, não priorizando a resposta nos quebra-queixos. No caso já descrito no capítulo anterior, logo após os protestos de 15 de março de 2015, quando envia os ministros da justiça e da SGPR para falar à imprensa sobre as manifestações. Apenas no dia seguinte, durante atividade oficial da rotina do Planalto, é que Dilma se pronuncia sobre o acontecido no dia anterior, numa tentativa de remediar, após cobranças para tratar do tema. Do mesmo modo, isso é visto na avaliação de Traumann sobre a fala da semana anterior, em 8 de março, a que inaugura o painel como resposta aos pronunciamentos e às aparições de Dilma durante transmissões de televisão:

O pronunciamento de 8 de março foi extremamente criticado por ser longo e sem substância. As principais críticas ao pronunciamento foram: ‘fala muito e não diz nada’, ‘discurso longo e sem propósito’, ‘não transmite confiança nem entusiasmo’, ‘não assume responsabilidade por nada’. O pedido de paciência foi o que mais irritou aqueles que um dia já apoiaram Dilma nas redes. Houve um grande número de posts com a mensagem ‘já perdi a paciência!’. (O ESTADO DE S. PAULO, 2015. p. 3)

As críticas indicadas sobre o discurso são sobre a performance dessa fala específica, mas têm de ser associadas ao conjunto de indicadores que já se acumulam de falta de comunicação que se tinha da presidente desde a vitória eleitoral em sua reeleição. A volta ao diálogo da parte de Dilma Rousseff é com um pedido de calma e de crédito: “Você tem todo direito de se irritar e

²⁵⁸ Programa estatal de rádio com divulgação obrigatória no País. Mais em: <http://www.voz.gov.br/>

de se preocupar. Mas lhe peço paciência e compreensão porque esta situação é passageira. O Brasil tem todas as condições de vencer estes problemas temporários e esta vitória será ainda mais rápida se todos nós nos unirmos neste enfrentamento”²⁵⁹. Ou seja, num dos momentos mais cruciais de respostas/interações, a dinâmica se dá pelo pedido de paciência.

E, diante da iminência de novo painel, Dilma, em contato com o novo secretário de comunicação, retira o pronunciamento de 1º de maio de 2015 da televisão, para ser apresentado somente nas redes sociais. A ausência do meio de *broadcast* veio do receio em ser, mais uma vez, motivo de vaias coletivas que sempre eram programadas para o horário exato de transmissão. O pronunciamento divulgado na internet não reuniria os críticos em tempo e espaço compartilhados. O uso do digital, nesse caso, veio para amparar a fuga do embate crítico agendado, para não estar exposta ao julgamento em tempo real.

O psicanalista Tales Ab’Sáber chegou a produzir uma hipótese de explicação de mais um motivo sobre os ataques sofridos por Dilma terem alcançado tamanha proporção, com tons de rejeição a qualquer emissão a que se pudesse propor nesse ano crucial de 2015:

O ódio brutal que se expressa hoje nas ruas do País contra o PT é também a tentativa astuciosa e igualmente mágica, baseada em grandes comoções e na redução calculada da linguagem, de anular e esvaziar os motivos encantatórios daquele monumental amor dos brasileiros pelo ex-presidente [Lula]. (AB’SÁBER, 2015. p.11).

As características apontadas por Ab’Sáber (2015) chamam a atenção para algo além da dificuldade de tato ou de uma insuficiência de desenvoltura de Dilma Rousseff. Ela havia assumido, para os opositores e descontentes, a imagem da política do Partido dos Trabalhadores e de suas políticas, sendo um item a combater. Ab’Sáber (2015) enfatiza a estratégia comunicacional das oposições.

Com o endurecimento do discurso do impeachment, com o assédio de partidos opositores e da imprensa para a renúncia e com a impopularidade de Dilma, o discurso mais ácido se dissemina na sociedade e vem junto com aspectos que podemos destacar como mais agressivos em sua condição de mulher. Fausto Neto (2016c) destaca que “lembrada como uma mulher dura, inflexível e agressiva, o perfil emocional da presidente não poderia estar ausente desta complexa narrativa sobre o processo de impeachment” (FAUSTO NETO, 2016c. p. 74).

²⁵⁹ Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-por-ocasio-do-dia-internacional-da-mulher>

Figura 60 – As explosões Nervosas da Presidente – IstoÉ - 06.04.2016



Fonte: Site Revista Isto É.²⁶⁰

A capa da revista Isto É, de abril de 2016, (Figura 60) recupera fragmentos da imagem da presidenta, retirados de um outro contexto, e os dispõe modelizados a serviço do processo opinativo midiático sobre a conjuntura, quando embute surtos de descontrole e diz que Dilma “quebra móveis dentro do Palácio” e “grita com subordinados”. A matéria conclui que ela perdeu “as condições emocionais” para conduzir o País. Na ocasião, essa capa foi criticada e gerou a campanha nas redes sociais #IstoÉMachismo. A importância de uma atividade protagonista da mídia no processo de semantização da crise, personalizada na imagem de Dilma e desdobrada em vários suportes de comunicação.

O corpo de uma mulher, também, é analisado nas inferências que passa até mesmo pela escolha do vestido para cada ocasião, quando Dilma optou pelo branco, pelo verde ou pelo vermelho (Figura 61), na mudança no visual. A imprensa joga o olhar em cima dessa circunstância, a partir de um pretense interesse da sociedade sobre “os visuais usados” por Dilma.

²⁶⁰ Disponível em: https://istoe.com.br/edicao/894_AS+EXPLOSOES+NERVOSAS+DA+PRESIDENTE/.

Figura 61 – Reportagem da Folha de S. Paulo sobre os visuais de Dilma Rousseff



Fonte: Site Folha de S. Paulo.²⁶¹

Por fim, como forma de associá-la à incapacidade de seguir no posto central da política brasileira, outros aspectos de misoginia também transparecem. Além surtos e descontroles, “piadas” infelizmente típicas a uma mulher em espaço de poder, como na figura 62, em que a chacota sobre Dilma se estabelece em ressaltar a beleza da esposa do então vice-presidente, indicando “Só a nova primeira-dama já justifica o impeachment”. O recorte indica como o fato de atributos, por exemplo: a beleza, que são colocados em questão quando o espaço de poder é ocupado pela mulher. Na imagem compartilhada, Marcela Temer é personagem por ser “a bela mulher do político”, definindo o lugar da mulher nesse campo a partir de um estereótipo.

²⁶¹ Disponível em: <http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/5923-confira-os-visuais-usados-pela-presidente-dilma-rousseff#foto-110652>.

Figura 62 – Postagem nas redes sociais se utiliza de misoginia nos ataques a Dilma



Fonte: Site Carta Capital.²⁶²

7.4 O Contexto de Redes Sociais Digitais e a Governança

Após a consideração da linha política adotada, da imagem do Governo e dos aspectos particulares de Dilma, adentramos em características próprias do percurso do andamento das tecnologias disponíveis e de como o ambiente de midiatização mobiliza uma atuação diferente de atores e instituições. Neste item, portanto, será discutida a relação das redes sociais digitais e as ações governamentais, naquilo que foi planejado ou improvisado pela gestão em questão diante das características próprias do ambiente de internet e de redes sociais.

Como já defendemos em outros trechos desta tese, a dinâmica da midiatização altera profundamente as relações entre os atores individuais e as instituições que eles acessam. Podemos afirmar, portanto, que essa prática altera e tensiona a relação entre Governo e Sociedade. O modo de estar do cidadão na sociedade, a partir da midiatização, é afetado por suas características, como a ampliação do espaço de acesso, publicação e distribuição de conteúdos e de pontos de vista e relações mais horizontalizadas, potencialmente massivas e dispersas, além da conexão em comunidades virtuais e de laços por interesses em comum.

Nesse contexto, indicamos que os movimentos comunicacionais nos levam à análise da performance do Governo na dinâmica de interação com a sociedade no contexto do desejo de expressão particular em detrimento do ato de ser representado por uma outra pessoa. A ideia de representação na definição de prioridades políticas, o que foi incentivado pelo Governo, entra em choque com desejo de expressão de opiniões particularizadas ou de pequenos grupos não representados ou não acostumados a acessar essa representação

²⁶² Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/midiatico/quando-a-misoginia-pauta-as-criticas-ao-governo-dilma>.

delegada. A nosso ver, as ferramentas disponíveis de maior incentivo à conversação trazem à tona o embate com a modalidade política de participação representada, o que tensiona a presença de um cidadão, nas redes, acostumado com um espaço particular de emissão de opiniões e pontos de vista. Desse modo, um elemento que percorreu as ações comunicacionais é a presença da vontade pessoal no questionamento à representação.

A indicação de tensão no tema para o Governo pode ser vista na disseminação de cartazes diferentes nos protestos de 2013, conforme já apontado. A imagem repassada era de que cada pessoa possuía uma indignação específica. O retorno dado pelo Governo nesse mesmo ano é a oferta de um site participativo em que a discussão de ideias era uma das frentes. O modelo do Governo pareceu funcionar com quem já tinha uma disposição anterior ao debate. O que se vê, na realidade, é um acirramento da polarização política e um verdadeiro clubismo, gíria futebolística para a discussão infundável em que cada pessoa é incapaz de uma análise racional e emprega apenas os méritos emocionais para defender seu clube do coração. Veremos isso mais adiante na discussão sobre consenso.

O que nos importa neste item é o reconhecimento de um cidadão que, impulsionado pelas facilidades de exposição de ponto de vista, amplia sua participação na política pelo veio da polarização. Nesse sentido, é gerado, no decorrer do processo, o que mostramos no circuito 2, um engajamento do cidadão brasileiro na política pelo viés da disputa simbólica binária de governistas *vs* antigovernistas, tendo algumas nuances de caráter de mais pugna: petistas *vs* antipetistas; direita *vs* esquerda, vermelhos *vs* verde-e-amarelos, capitalistas *vs* comunistas. Tal divisão se trata de uma diferenciação rasteira a partir de ideários do senso comum e não expressava a realidade da divergência no espectro político, pois deixa de considerar muitos aspectos, como o posicionamento de centro, a singeleza na compreensão do governo do Partido dos Trabalhadores como comunista ou na falta de compreensão da existência de uma extrema-esquerda, por exemplo.

O que trazemos aqui é que, para o campo do embate político no período, muito influenciado pelas redes sociais digitais, o cidadão busca moldar os debates públicos a partir de um uso que lhe seja confortável – quiçá individual. Ele se empenha em simplificar a complexidade da política, dando-lhe características semelhantes ao seu trato usual do ambiente das redes: frases curtas, lados definidos, humor e chacota, selos (*#hashtags*) e a conexão com pessoas de pensamento similar, para a conformação de expectativas. Ressalvamos que não estamos estabelecendo um julgamento erudito sobre tal dinâmica, indicando, por exemplo, *per se* um empobrecimento da política com o acirramento da midiaticização. O que indicamos é a mudança na presença do cidadão no campo dos embates

políticos. E, desse modo, podemos avaliar como foi a atuação do Governo Federal em lidar com essas características.

As tentativas de ingresso mais arrojadas do Governo num campo de proposições de debates em rede, se assim pudermos qualificar, vieram em 2015, com a divulgação da plataforma *Dialoga Brasil* nas redes sociais e o projeto *Humaniza Redes*, ambos apontados no capítulo anterior, na análise das ações comunicacionais reunidas no terceiro circuito. A disposição em ocupar o espaço das redes a partir das regras próprias desse espaço pode ser aventada como marca positiva. A linguagem própria, as chamadas curtas, o uso das *#hashtags* e alguma pitada de humor estavam presentes nas tentativas, mesmo que o *Humaniza* tenha sido podado, tornanado-se vítima de outra característica das redes: os *trols*²⁶³ instigados pelo apresentador de televisão crítico à iniciativa. Esses empreendimentos são influenciados pelas características da burocracia, do peso, da estrutura governamental. Veremos o debate sobre isso num subitem adiante.

O aspecto que pode ser aventado nessa discussão é que, numa visão muito positiva sobre o espaço das redes, o ambiente é de “todos têm voz”, que podemos enunciar, tendo isso como fruto das características da internet e das redes. Essa voz para todos é, potencialmente, a valorização de situações de maior expressão, publicação e difusão de materiais comunicacionais e pontos de vista. A partir desse contexto é que se situou todo o Governo Dilma Rousseff. E as irrupções de cidadãos em vista da ocupação, da tomada ou da pretensa ideia de que “toda a população está nas ruas ou nas redes” leva a uma disputa, da parte do cidadão, por falar ao governo sem intermediários, como vimos no capítulo 4.

Além do espaço de redes como expressão dos diversos pontos de vista dispersos na sociedade, é possível destacar ainda que o contexto de midiatização favorecesse, também, um conjunto de atividades de “inspeccionismos” quanto à atuação do Governo Federal e de seus atores. Fausto Neto (2016b) indica, em artigo sobre a circulação da entrevista de Dilma Rousseff para o Programa do Jô:

Emergiam destas dinâmicas [de comunicação sem intermediários] formas de monitoração sobre discursividades de várias ordens, atravessadas por lógicas de fiscalização e operacionalizadas por vigilâncias múltiplas, que apontam para a proliferação de um inspeccionismo generalizado sobre o funcionamento da organização social (FAUSTO NETO, 2016b. p.100)

²⁶³ Usuários que têm por comportamento a desestabilização de debates e provocação das partes envolvidas na conversação em rede.

Ou seja, o uso mais cotidiano das ferramentas de conversação mais interativas favorece a presença maior do cidadão no monitoramento das ações do Governo e de seus atores. No já relatado caso da entrevista de Dilma para o apresentador Jô Soares, os diversos momentos da atividade são “monitorados”, como o deslocamento do apresentador até Brasília, o tom das perguntas, certo favorecimento de Jô ao espectro político de Dilma e até mesmo o espaço concedido a Dilma numa edição especial do programa.

Por fim, destacamos, ainda, a potencialidade das redes sociais digitais em favorecer o que indicamos, em concordância com Castells (2013), como autocomunicação das massas ou de coletivos. Ou seja, das redes sociais capacitarem, de forma massiva, um segmento para mobilizações que podem ser *online* ou podem se extravasar para as ruas em momentos de irrupção do diálogo. As possibilidades das redes geram não só burburinho, mas a tomada de assalto do espaço de enunciação nas ruas e nas mídias sociais, pois os grupos forjados nas redes sociais se mobilizam para a expressão nas ruas e, até mesmo, para a ocupação de disputas eleitorais. Progressivamente, acompanhamos tais grupos adquirindo mais relevância social e demonstrando capacidade maior de mobilização.

7.5 Os Polos de Contato entre Governo e Sociedade

Na sequência propositiva e de forma conectada ao item anterior, este tópico debate analiticamente os pontos de contato entre Governo e Sociedade, acontecidos no período em estudo. Diante do exposto anteriormente, partimos do fato que o espaço da relação está ocupado, de um lado, pela profusão de pontos de vista distribuídos socialmente, o que suscita, do outro lado, tentativas de respostas do âmbito de ações comunicacionais. O que podemos acrescentar nesta análise de processos é que a difusão estendida de pontos de vista, opiniões sem as devidas orientações para consensos, transforma a conversação em apenas uma garantia de expressão, gerando um contentamento pelo desejo de demonstrar aquilo com o que se está insatisfeito. No que foi apontado, podemos verificar diversas operações de sentido.

O que se apresenta é que a relação entre os polos tem sido reconfigurada diante das características já apontadas da internet e das redes sociais. Tal reconfiguração já podia ser indiciada na perspectiva do crescimento da importância do televisivo no campo político, com a “interiorização dos atores sociais (recepção) no ambiente televisivo” (FAUSTO NETO, 2016b. p. 101). Essa interiorização, a nosso ver, se agudiza diante do desenvolvimento da midiaticização, em que os cidadãos possuem, potencialmente, mais ferramentas de acesso ao campo político. No contexto das redes, afetações de política e midiaticização, se ampliam em

contatos mais próximos, como apontado por Fausto Neto: “de um lado, operações que, ao reunir campos, como o político e o midiático, em estratégias tão complexas [...], apontam para afetações entre eles, que somente poderiam ocorrer no contexto da mediação em processo.”. (FAUSTO NETO, 2016b, p. 117). A seguir, veremos uma avaliação do desempenho do Governo diante das modalidades advindas desses novos formatos de contato com a sociedade a partir da mediação.

O ponto de partida para qualquer análise do período como um todo deve ser o fato de que Dilma, em seus dois mandatos, governa sob a afetação das configurações da sociedade mediada e presente nas redes sociais digitais. Desse modo, podemos apontar que, antes de prever uma escolha para a comunicação nos polos pela via das redes sociais, o Governo esteve imerso nesse ambiente. Melhor dizendo, a sociedade para o qual atuava tais atores políticos estava presente e imersa no contexto de redes. Nesse sentido, os polos de contato, por bem ou por mal, sofreriam afetações dessa realidade.

Nesse sentido, a visualização do Governo da característica do modo de presença do cidadão nas redes é indicada, apontam nossos materiais, desde os primeiros períodos de atuação, como, por exemplo, na constatação da necessidade de monitoramento das “demandas apresentadas nas mídias e redes sociais”, como indica documento da época (BRASIL. 2013. p. 18). Mas a execução dessa constatação de um modo efetivo e com uso qualitativo na estrutura de ação governamental não pode ser realizada de um jeito verdadeiramente satisfatório. As estratégias colocadas em funcionamento pelo Governo, por um lado, não refletiam os debates e as discussões das redes sociais e, por outro lado, as instâncias em que os cidadãos se empenhavam em debater não foram ocupadas qualitativamente pelo Governo. Obviamente, o insucesso não seria reduzido a uma falta de **vontade governamental**, pois identificamos que ações tentativas provaram uma opção, em certos momentos, pela atuação nos polos por meio das potencialidades da *web*. Levantamos, então, como hipótese também explicativa da dificuldade de contato dos polos os **limites de atuação** nesse campo, diante das possibilidades práticas e da abertura possível da governança. A seguir, debateremos esses dois itens levantados.

Do ponto de vista da **vontade governamental**, da predisposição em colocar-se em interação com o cidadão, as iniciativas foram fomentadas, principalmente, por parte da Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR), que contou com um *status* de ministério até outubro de 2015. Nessa secretaria, observamos a iniciativa do uso do digital em vista da facilitação da participação. Após a sua incorporação à Secretaria de Governo e perda de *status*, observamos a valorização mais concreta da relação do poder executivo com as

demais instâncias políticas. Sobre a atuação em si, notamos que não há uma fórmula exata de inclusão das características do digital para a execução da participação política. Ou seja, não há uma política capaz de congrega a participação pela via *online* em vista de uma justificação das ações políticas. Nesse sentido, indicamos as ações comunicacionais realizadas no período percorrido dos três circuitos como experiências “tentativas” do Governo Federal, visto que a vontade política aliada à capacidade de execução vai depender, ainda, de outros fatores influenciáveis na execução daquilo que se intuía nas políticas.

O que pode ser visto nas ações comunicacionais trazidas é que, gradualmente, dentro do período selecionado, ocorre pontualmente a assimilação das características próprias do desenvolvimento da internet, como interação, conversação e colaboração, nos espaços de administração pública. Mas, essa assimilação não significou uma transposição de lógicas e uma troca de referência estratégica. Ou seja, a vontade política de atuação do governo não se referendou profundamente na estrutura governamental, permanecendo como algo tópico, próximo a um voluntarismo em prol de alguma justificação das ações, na consideração eventual da vontade do cidadão.

Mesmo assim, a interação atingiu espaços de promessas de contato, de um uso do digital para a governança em colaboração. Em 2013, no lançamento da nova versão do Portal Brasil, Dilma faz alusões a uma mudança de lógica de governo, que passaria “de analógico para digital”²⁶⁴. Durante o Governo, a enunciação, muitas vezes, é de uma promessa ousada, como em “Você já imaginou poder construir políticas públicas coletivamente?”²⁶⁵, no *Participa.br*, ou no VT de divulgação do *Dialoga Brasil*: “Você fala, o Governo Federal escuta e o Brasil avança”. A oferta é de um diálogo em que o cidadão engajado nas redes exerceria sua cidadania por lá também, poderia participar do Governo e interagir com os atores políticos em busca de soluções que atendam às suas demandas. Mas tais enunciações não têm o alcance que prometem. Permanecem no âmbito de promessas discursivas diante daquilo que chamamos de *limitações de atuação* no âmbito dos polos de contato e será tratado nas linhas seguintes.

Sobre os **limites de atuação**, podemos começar pelo fato de que o governo e seus atores políticos, em muitas situações apresentadas nos circuitos, demonstraram viver em uma perspectiva histórica de atuação no ambiente de mediação diversa daquela em que se localizava a sociedade. O Governo vinha de numa prática comunicacional de Diários oficiais, da palavra impressa, em descompasso com a sociedade em realidade de comunicação em

²⁶⁴ Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2013/09/dilma-anuncia-reformulacao-do-portal-brasil>

²⁶⁵ Disponível em: <http://www.participa.br/articles/0006/1591/infografico-participe.png>

rede, do ao vivo e do digital (BUCCI, 2016). É no ambiente da palavra escrita que se formatou, na sua maior parcela de tempo, o Governo, no ambiente que preza pelo coletivo instruído, no caso da participação, no contato com o cidadão especializado. Ou seja, preza pelo contato com aquele já ambientado com o discurso de políticas públicas, para o qual a delimitação de contextos para as discussões políticas já está mais facilitada, pelo fato de esse segmento já estar mais próximo da argumentação racional de uma audiência pública ou de uma conferência, por exemplo. Essa foi uma correspondência sustentada (ou aceita) até o confronto com as modalidades massivas de autocomunicação na tomada das ruas e as consequências posteriores, em que o cidadão quis participar não apenas pelo veio da argumentação, mas pelo calor de uma comunicação mais emocional para a demonstração dos desejos, situação que foi colocada em voga no contato sociedade com seu Governo.

Nesse sentido, apontamos que os elementos necessários ao modo interacional do ambiente da midiatização não constavam satisfatoriamente no repertório do Governo Federal. A velocidade da máquina pública em assimilar as tecnologias digitais não poderia corresponder com o ritmo de modalidades de demandas – veremos no item final deste capítulo a governança na relação com as tecnologias. Durante a relação entre os polos Governo/Sociedade, as demandas da sociedade não encontravam o devido atendimento nas vias de contato oferecidas, seja pelo tempo ou pelo modo como podiam ser ofertadas, diante do limite de execução das ações comunicacionais propostas pelo Executivo Federal. Sobre essa assimilação, Bucci oferece a crítica: “Aprisionados aos ritos processuais da máquina estatal, foram surpreendidos com o incremento da velocidade de formação da vontade e da opinião dos cidadãos em sociedade”. (BUCCI, 2016. p. 71).

Diante dessas características, apontamos a atuação de contato em defasagem. Chamamos de atuação na defasagem, em nosso caso, o fato de a agenda política não pertencer mais ao domínio exclusivo do Governo. Na dinâmica da sociedade midiatizada o Governo passa, em muitas situações, a propor como resposta ao que é manifestado pela sociedade. Essa atuação em defasagem não seria somente no sentido temporal. A atuação em defasagem vem do fato de o Governo Federal ser demandado pelo tom da demonstração de insatisfação. Ou seja, uma possível resposta do Governo Federal já trazia todo um contexto de que esse contato tenha sido realizado por um cidadão em desagrado com o outro polo, no caso o Executivo Federal.

Acrescentamos a isso o fato de o governo ter canalizado negativamente o foco das questões, desde 2013. Ou seja, demandas de políticas públicas de esferas estaduais e municipais lhe caíram no colo, bem como a corrupção enraizada na classe política,

criminallymente pertencente a políticos de diversos campos, centro, direita e esquerda, na Câmara dos Deputados, por exemplo. Em muitas vezes o público, nos protestos, bradava lutar para combater a “roubalheira do PT”.²⁶⁶ Ou seja, além daquilo pelo qual o Governo e os atores políticos a ele conectados deveriam ser responsabilizados, cabia-lhes, ainda o fardo do que parecia ser culpa deles ou que lhes era imputado. As disputas por discurso e contradiscurso foram mais rápidas e mais evidentes quando tomaram espaços nas redes.

Para nós, essa defasagem é um sinal de necessidade de reconfiguração das modalidades de interação Governo e Sociedade, o que não foi levado a cabo no período estudado, visto que as ações tentativas não demonstraram um câmbio de perspectiva na estrutura de governança. Uma estrutura linear da relação é de um tratamento mais confortável para a gestão governamental, mas o que pode ser visto é que a configuração foi mudada e que um governo que busque uma justificação junto à sociedade precisará manejar as relações a partir desses novos desenhos.

Outras características das manifestações organizadas pelas redes é provisoriedade e o laço frágil nas relações entre os cidadãos agrupados. Ou seja, os contratos realizados em vista das mobilizações são facilmente desconectados, desfeitos. Nesse sentido, vimos o Governo Federal na tentativa do estabelecimento de algum contato com “lideranças dos protestos”, no caso das jornadas de 2013, sendo que dias depois, esses próprios “líderes” disseram não convocar protestos, mas as manifestações foram realizadas mesmo assim. No caso dos protestos de 2015 e 2016, mesmo com o protagonismo dos grupos online, a organização de outras movimentações foi vista, como as minorias que pediam intervenção militar no país. Ou seja, diante de ações com a lógica própria das redes, a tarefa do governo de promover interações se torna cada vez mais árdua, se entendermos esse desejo a partir do contexto de sociedade em vias de mediação.

A atuação é realizada na defasagem, nas estratégias discursivas ou mesmo nas experimentações comunicacionais práticas. Uma resposta de qualificadas ações comunicacionais poderia colaborar na superação dessa defasagem. Identificamos que a indicação chegou a ser exposta por Traumann, em 2015, com sua reflexão-análise crítica sobre o andamento de tais ações comunicacionais. Foi apontada a dinâmica: “Onde estamos”, “Como chegamos até aqui” e “Como virar o jogo”, como forma de uma avaliação comunicacional do andamento da interação realizada. Ou seja, para buscar soluções dessa defasagem era preciso reconhecer as dificuldades e agir de modo a enfrentar

²⁶⁶ Como na música cantada em protestos “Chora petista bolivariano, a roubalheira do PT tá acabando” <https://www.letras.mus.br/la-banda-loka-liberal/chora-petista/>

comunicacionalmente os problemas. Em sua avaliação, Traumann indica que nesse contato com o cidadão, o governo necessitava agir de forma diferente: “É preciso aceitar a mágoa desses eleitores, reconquistá-los”. (O ESTADO DE S. PAULO, 2015. p. 4). Apontamos que tal estratégia de buscar superar essa defasagem não foi realizada. Não se usou tal chave de leitura necessária para a interpretação dos acontecimentos.

Em algumas ocasiões, o Governo experimenta a fala sem a presença dos meios tradicionais, com o uso das mídias digitais, na criação de perfis em redes sociais, como Facebook e Twitter, mas também na criação de seus próprios canais, como os *websites* participativos. O contato pelas redes em perfis promove a quebra da mediação clássica e coloca atores políticos numa forjada relação direta, em que perdem a autoridade clássica do discurso político quando se dispõem a ocupar espaços com tendência à horizontalização. As ofertas discursivas que “o governo escuta” se aproximam dessa proposta, mas na perspectiva de manutenção da garantia do escutar nos espaços delimitados pelo Governo, pois a escuta da participação dispersa nos espaços costumeiros de atuação do cidadão não é realizada de forma a gerar um aproveitamento qualitativo daquilo que já diz em outros espaços.

Sobre essa diferença de *status* na relação entre polos, podemos acrescentar que o Estado tende a ser territorializante e, por outro lado, a sociedade civil age na dispersão do ciberespaço, que é desterritorializante por sua natureza e por sua estrutura. Como, então, garantir um processo relacional nesse campo de embates? Esse contraste é um ponto de partida que vislumbra uma tensão “natural”, mas, diante do qual é preciso estabelecer estratégias possíveis de abertura para garantir uma interação entre atores políticos e cidadãos a partir de todos esses contextos. E mais: o Governo tem proposição de agenda definida, a partir de aspectos de configuração político-partidária, o que confronta, muitas vezes, com a prática volátil das demandas sociais. Isso foi visto na proposição dos três sites colocados em funcionamento. A agenda é enquadrada e pasteurizada, em níveis mais densos ou mais suaves, mesmo no uso das redes sociais. Os atores sociais têm respostas menos padronizadas e mais dispersas, incluem uma diversidade com a qual o Governo parece não conseguir tratar.

Outro elemento sobre a estrutura governamental é que, a princípio, as instituições, como ele, tendem a ver os meios como aparelhos de difusão, como instrumentos de divulgação. Essa visão aparece em alguns momentos, quando o uso dos *websites* apontados como participativos parecem repetir o formato do site informativo como outro qualquer, apenas de descarga de notícias e textos. O pedido cidadão, a cada iniciativa como essa, é de garantia de que sua participação tem sentido e aproveitamento na estrutura institucional. Eis

um detalhe ainda a aprimorar para um funcionamento mais interativo no sentido exato do conceito.

O que não podemos negar nessas relações governo/cidadãos em ambientes das novas tecnologias é que existe a confluência das experiências de participação no campo virtual e em ações presenciais. A internet passa a ser grande aliada do que já era feito, resultando em melhorias, mas também ela reconfigura ações e cobra mudanças de posturas. Por outro lado, a diversidade de públicos e intervenções em temas muito específicos, regionalizados ou referentes a guetos acabam por dificultar o foco de interesses. O erro nesse campo é a ideia de que o simples fato de estabelecer canais de escuta significa, de modo automático, mais fluxo comunicativo. Ou seja, lidar com interação/participação em sua referência a aspectos de democracia pode direcionar ao erro simplório de indicar que a interação em rede, por si só, em sua oferta de participação, é democratizante. Vale o destaque de que democratização não é o mesmo que massificação das informações. É preciso transformar as conversas/trocas conversacionais em comunicação, cidadania e democracia. Em algumas situações, as plataformas têm cumprido expectativas de interação e influência significativa de seus públicos, mas quando estabelecidos critérios de verdadeiro incremento participativo ou deliberativo, elas deixam a desejar.

Um canal informal, no contexto da midiaticização, sugere, de forma intuitiva, a conversa direta, a fala individualizada. Ou seja, o capital buscado pelo cidadão parece estar mais disperso que aquele objetivado pelos idealizadores. A convergência de pessoas e grupos ajuda, certamente, o Governo na realização do mapeamento de seus públicos. Mas é justamente o público que está disperso que deve ser o de maior interesse, pois é esse que tem um histórico de não-representatividade e é, pode-se dizer, a razão do volume de algumas das manifestações de rua dos últimos anos. Ou seja, aqueles que não se sentem representados por movimentos sociais ou partidos políticos. É preciso que as plataformas, como esferas da participação, procurem estratégias de alcance desses atores “não incorporados na mobilização institucionalizada”. (Avritzer, 2016, p. 17). Os atores enunciadores da arena política seguem buscando espaço e a conformação de suas perspectivas. Por isso, a implantação dos sites, por exemplo, está comprometida com os interesses políticos do Governo e com as metas a se cumprir, além das várias lógicas cruzadas das políticas de governo, dos diversos agentes de influência na sociedade e das vontades pessoais.

Por fim, com a disposição dos atores políticos a estabelecerem polos de contato com o cidadão, avalia-se a consideração do recebimento da contribuição individual do cidadão à esfera governamental. Tal aspecto tem duas faces de crítica e se demonstram dificuldades de

aprimoramento: a) a desconfiança do cidadão em se sentir insignificante para a amplidão da Configuração Nacional b) o outro lado é a falta de trato do Governo para receber essa participação individual, seja pela burocracia, pela falta de dinâmica conversacional ou mesmo pela falta de gestores em quantidade e/ou qualidade para assumir tal tarefa. A seguir, discutiremos sobre o público a que se destina a mobilização para a interação do Governo e a interlocução para o diálogo.

7.6 Convite ao Público para a Interação

Outro aspecto de análise é sobre o interlocutor do Governo, aquele a quem se oferta a natureza de uma interação destinada à interação. Previamente, seria indistintamente, todo cidadão ou “todos os brasileiros e brasileiras”, como Dilma aponta na sua posse em janeiro de 2011. Governar para todos é uma máxima no regime democrático de eleições diretas, pois após um pleito, a condução deve ser de um Governo que contemple, de certo modo, a todos os cidadãos. Mas, veremos que a interlocução com a sociedade recebe contornos diferentes durante o período em questão na pesquisa, de 2011 a 2016. Em termos práticos, tratamos, nesta tese, das ações comunicacionais realizadas no contexto de interações Governo e Sociedade, ou seja, um recorte específico dessa interlocução, que tratamos nas próximas linhas. Pressupomos uma gestão pública que busque a justificação pela escuta da sociedade.

Os contextos e conjunturas são elementos elucidativos de cada momento e, de igual modo, influenciam as posturas, os posicionamentos e as próprias prioridades das ferramentas. Notícias dos períodos apontam características que interessam à análise, assim como discursos e pronunciamentos da presidenta, que apontam as linhas do Governo e, uma inferência a ser mais delimitada, o alcance do público-alvo da Presidenta. A movimentação desse público ao qual Dilma dirige seu discurso pode ser identificada que vai de “eu sou presidenta de todos os brasileiros”, no início do primeiro mandato, à alocação da existência de “nós” e “eles”, na eclosão do processo de Impeachment, já no ano de 2016. Essa relação pode ser vista na criação do *Dialoga Brasil* diante de um contexto de “O Governo não escuta a Sociedade”. O site é apresentado, de algum modo, como resposta concreta a essa demanda. A aposta é em um protocolo de captura de opiniões indicado para resolver problemas.

Nesse sentido, no percurso delineado de cinco anos e oito meses de *corpus*, nos dois mandatos de Dilma, as modalidades de interação por parte do Governo foram planejadas em alguns casos, mas em outros foi preciso uma resposta a partir de demandas surgidas na sociedade e circunstâncias de demanda social. E nessa oferta de respostas, identificamos uma

mudança de universo destinatário das ações, seja na perspectiva de seleção de alguns discursos ou de oferecimento de políticas participação, a partir do esforço do governo de compreender mensagens e identificar seus interlocutores. Definiremos tal análise de todo o percurso a partir de dois âmbitos, selecionados apenas para organizar as inferências, pois não são distintos: *âmbito geral de discursos* e *âmbito da participação*.

No *âmbito geral de discursos*, temos no relacionamento dos atores políticos com o cidadão mobilizado a identificação de certa tensão a partir de junho de 2013. A identificação inicial, por parte do Governo, é de, por um período de tempo, realizar a aceitação de vozes contrárias como um debate proveitoso e com críticas saudáveis. Como apresentado, a primeira dissensão é do impedimento de estabelecer vínculo com os que expressam a indignação em ações de violência, os chamados vândalos. O diálogo é impedido com os *Black blocs*, por não possuírem o mesmo capital no diálogo, devido a sua expressão simbólica de combate. Como ponto de partida na interação com a sociedade, o Governo não se vê capaz de dialogar e exclui esse coletivo de seu espectro de interação. Com os demais cidadãos, o Governo estabelece pactos políticos, uma estratégia formal de pactos, compromissos políticos, resposta fria diante de um rol de manifestantes conectados por ideais emocionais. A modalidade de estabelecimento de contato pode ser atribuída não só a uma falta de intenção de comunicação, mas, quiçá, por um limite de atuação do Governo.

Um segundo momento destacado da interação do Governo com setores da sociedade é de localização de que forças opositoras estão formadas por grupos insatisfeitos com os benefícios distribuídos para as camadas mais inferiores da sociedade. Essa dinâmica de cisão é, de algum modo, a desconexão do Governo com a classe média brasileira, o que se torna visível no período eleitoral de 2014 e que pode ser notado na pequena diferença de votos naquele pleito, tendo essa classe se engajado na campanha do rival de Dilma, Aécio Neves (PSDB). Diante do afastamento desse espectro, o Governo aposta na reconquista de um leque mais à esquerda nesse período eleitoral, comprometendo-se com pautas progressistas. O que se vê no período pós-eleitoral é o rompimento com a militância digital que o acompanhou nas eleições, devido a medidas impopulares e contrárias aos acordos realizados no pleito.

Uma característica disseminada no período de início do segundo mandato é um descrédito generalizado da sociedade com a classe política, expresso em situações diversas. Os próprios manifestantes têm em 2015 como uma das principais pautas o combate à corrupção. O Movimento Brasil Livre e demais grupos de mobilização *online* não se apresentam como dispostos ao diálogo com o Governo, impondo a pauta do impeachment como o ponto único para esses movimentos online de oposição que, assim que recebem a

chancela da classe política opositora, partem para o golpe final no Governo. Ou seja, o Governo está sem oportunidade de dialogar com esse espectro de público que consegue angariar, a cada manifestação midiaticizada um número mais amplo de seguidores puxados pelo fator insatisfação. Ocorre a identificação mais clara de apoiadores e rivais, de correligionários e de opositores.

Em 2015, o Governo demonstra fuga dos espaços de tensionamento de um possível embate. Um exemplo é a emissão do pronunciamento do dia do trabalhador em 2015, que não foi realizado em cadeia de rádio e TV. A exibição apenas pelas redes sociais buscava driblar os já rotineiros painelaços. Dilma parece não seguir o conselho deixado pelo ministro Traumann, já fora do Governo, que pedia, no documento já citado (O ESTADO DE S. PAULO, 2015), para ela se expor mais, falar mais “não importa quantos painelaços eles façam” (p.4). A falta de estratégia passa a demonstrar mais encolhimento do que disposição ao confronto de ideias. Ou seja, a recomendação do analista comunicacional não é colocada em prática. Traumann também indicava uma volta ao Facebook, ao contato pela ferramenta informal das redes sociais. Porém, o retorno mais efetivo de Dilma às redes sociais acontece apenas após o seu afastamento pelo Senado, em maio de 2016, quando aposta na volta a esse espaço, obviamente, também, por perder o acesso aos canais governamentais²⁶⁷

As condições de comunicação do Governo com a sociedade ficam, cada vez mais, impossibilitadas. De certo modo, a baixa popularidade deslegitima as ações de interação propostas pelo Governo. Desse modo, próximo ao afastamento, o discurso do Governo se torna eminentemente de caráter político, em vista de um ocaso próximo numa luta perdida no espaço legislativo e na esfera judicial. No período de fins de 2015 e 2016, o Governo está encolhido com a falta de apoio dos antigos aliados partidos de centro, enfraquecido na opinião pública e vê-se bombardeado pela imprensa tradicional. Dilma reforça, em mais de uma vez, ter recebido a confiança de 54 milhões de votos, mas o apoio dado nas urnas já estava menor que isso, pois parte de seus próprios eleitores já não está mais coadunando com seu discurso. Nesse sentido, a interlocução se dá junto à militância mais aguerrida que segue em apoio, como pode ser visto nas mobilizações de resposta aos protestos liderados pelos grupos organizados online, nas respostas nas redes como a *hashtag* #naovaitergolpe.

E, mesmo que haja uma intenção de dialogar com os descontentes, com falas direcionadas ao público em geral, no período final do Governo, fica evidente o canal aberto

²⁶⁷ “Um mês após afastamento, veja as estratégias de Dilma para tentar voltar” Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/06/11/dilma-busca-espaco-na-midia-com-comunicacao-guerrilheira-e-viagens.htm>

com a militância, pois, para boa parte do público, não havia qualquer possibilidade de interação rentável, do ponto de vista das estratégias de governo. Já nos meses finais, os discursos de Dilma se direcionam a uma defesa em tom de demarcação de que a história reconhecerá o que se passou em 2016, incluindo comparações com o Golpe Militar de 1964. “O golpe ameaça levar de roldão não só a democracia, mas também as conquistas que a população alcançou nas últimas décadas”²⁶⁸, diz Dilma logo após seu afastamento, em declaração à imprensa, em 12 de maio de 2016.

No âmbito participativo, o Governo demonstrou habilidade na conexão com o público experimentado às discussões de políticas públicas e aos mais aproximados das modalidades da linha do partido engendrador desse governo. Por outro lado, o andamento das questões políticas levantou sinais de que a modalidade estava insatisfatória, ao menos para alguns determinados grupos identificados nos circuitos anteriores. Novas modalidades tentativas fizeram uso de ferramentas digitais, mesmo resguardando estratégias de uma configuração *off-line*.

Diante da rejeição crescente ao Governo, as propostas do âmbito participativo colocadas em funcionamento são prejudicadas. A busca de capital de justificação para as ações participativas fica cada vez mais difícil. Elucidamos, que com o tempo, foi preciso um esforço muito maior para promover credibilidade nas ações programadas. Nesse sentido, a clareza do aproveitamento da colaboração do cidadão nas plataformas deveria ser muito mais explícita do que foi, pois, o clima de desconfiança aparecia de forma mais evidente, seja quando o cidadão não se motivava a participar pela ausência de garantia de utilização ou quando deixava por acreditar que estava referendando uma política identificada com uma linha partidária que ocupava o poder. Sendo assim, a proteção ao Governo na execução das iniciativas estaria em evidenciar claramente as estratégias pretendidas com cada iniciativa e estabelecer contratos de confiança com os cidadãos. Identificamos, portanto, um desafio anterior à execução de propostas, o que não ocorreu satisfatoriamente. E a falta de uma perspectiva de vinculação da colaboração com uma atuação concreta do Governo pode enfraquecer os espaços, pois a simples difusão de pontos de vista já é realizada nas diversas redes a que o cidadão tem acesso em termos de prática cotidiana.

No espaço de disputa de protagonismos muito mais cambiante e mais dispersa, o modo de fazer política e de exercer a governança precisa considerar esses aspectos na sua busca por interlocução. A convocação e a organização de atividades dos cidadãos são realizadas de

²⁶⁸ Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/declaracao-a-imprensa-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-brasil-ia-df>

forma grandiosa, enquanto as propostas de argumentação e debate racionalizados em prol de políticas públicas têm um formato não muito favorável ao massivo, já que demandam organização de ideias formuladoras e colaboração coletiva em vista de uma contribuição aproveitável à governança. E o ambiente que se impõe com o tempo, de pouquíssima aprovação, é de práticas mobilizadoras em prol da desestabilização do Governo.

Quando se lança ao canal *Dialoga Brasil*, em 2015, por exemplo, o discurso é de escutar a população em suas proposições e críticas. A promessa do diálogo implica um comprometimento com a consideração daquilo que os interlocutores têm a dizer. A participação, fomentada pela instituição governamental, não pode ficar apenas na oferta de um espaço para simples expressão de opiniões, visto que o cidadão já possui canais mais dinâmicos para realizar isso no universo amplo da rede. Nesse sentido, abrir um canal de participação traz consigo a acolhida para a estrutura interna de decisões, em maior ou menor grau. Para essa acolhida ser realizada, o ator político precisa “falar a língua” do interlocutor atuante nas redes, um participante atravessado dentre outras referências, pela ambiência das redes. Para tanto, o cidadão precisa estar ciente dos contratos estabelecidos nas ferramentas participativas. Em nossos materiais apresentados, ficou evidente a lacuna desse acordo em algumas ocasiões, quando o Governo faz uso na perspectiva da ocupação do espaço de interação, mas não deixa claro o que seria aproveitado e como seria integrado à estrutura de gestão.

Os impasses na fase final do Governo, com uma grande rejeição no Congresso e na rua, impactam profundamente as iniciativas. A erupção das manifestações faz demandas muito mais complexas do que a proposta do Governo de pensar políticas públicas, como foi o caso do *Dialoga*, nos meses finais do Governo. Os espaços conversacionais também são mais beneficiários de tensões e conflitos. O das redes sociais que passa a ser ocupado pelo Governo Federal é grande local de disputas e polarizações. Pessoas estão envolvidas em espaços informais e o capital político se encontra mais disperso, o que dificulta o controle das situações. E mais: o tempo em que as respostas são exigidas nos espaços digitais é sempre mais rápido que a proposta de respostas por parte das estruturas governamentais.

Outro aspecto a ser considerado é o índice de acesso da população às ferramentas chamadas de participativas. O Brasil conta com estimativa de população em mais de 205 milhões de pessoas²⁶⁹ e, desse universo, um número de eleitores em 2016: 145.089.105

²⁶⁹ Dados atualizados automaticamente em projeção <http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>. Em 1º de junho de 2016, às 3h37 era 205.967.861 habitantes de estimativa.

eleitores²⁷⁰. Diante de tal amplitude, o acesso às ferramentas participativas *online* atinge, ainda, uma população bastante pequena. O *Dialoga Brasil*, de maior alcance entre as propostas de *websites* envolveu **25 mil usuários** e recebeu 276.147 votos em 11.077 propostas, com média de 29,2 votos por cada proposta. Já o *Participatório*, em 21 de novembro de 2014, contava (BRASIL, 2014c) com 530 comunidades, 797 tópicos em debate e **12.002 usuários cadastrados**. Quanto ao material disponibilizado: 281 vídeos hospedados, 37.847 mensagens postadas e 958 arquivos carregados. Sobre a presença em outras redes sociais (dados de outubro de 2014), o site contabilizava: 5.561 curtidas na página do Facebook, 1.323 seguidores no Twitter e 8.922 visualizações no *Youtube*.

Os números representam algum engajamento, mas nem chegam próximo de representar uma dinâmica interacional tanto em termos quantitativos como qualitativos, não demonstram um envolvimento da sociedade brasileira de forma a mobilizar uma parcela de cidadãos em objetivos comuns. Não apontamos aqui que uma ferramenta só teria significância caso envolvesse uma soma de milhões, mas a apresentação de dados serve para indicar que as iniciativas não podem possuir a pretensão de falar à sociedade como um todo, hipótese esta comunicacional, considerada impossível. Mesmo assim, é preciso afirmar que mesmo o cidadão que acessa os espaços de conversação apenas como público ouvinte, ou seja, sem expressar seu ponto de vista ou sua proposta, está, de algum modo, engajando-se em um conteúdo ou, mesmo, sentindo-se contemplado.

Nos casos de *Participatório* e *Participa.br*, a convergência de pessoas e grupos nas redes sociais integradas aos sites ajuda, certamente, o Governo na realização do mapeamento de seus interlocutores e de suas possíveis estratégias. Mas é justamente o público que está disperso que necessitaria do maior interesse, pois têm um histórico de não-representatividade e são, pode — se dizer, a razão do volume de algumas das manifestações de rua dos últimos anos; ou seja, aqueles que não se sentem representados por movimentos sociais ou partidos políticos. É preciso que a plataforma, como esfera potencial da participação, procure estratégias capazes de gerar contatos com esses públicos. Daí o questionamento sobre a construção de nova rede social. Veremos, um pouco mais adiante, na delimitação específica do funcionamento dos *websites*.

A seguir, as características da qualidade da interação serão discutidas pelo ângulo do debate, dos embates e dos ataques na relação entre Governo e Sociedade. O clima beligerante, os ruídos e interrupções na conversação democraticamente produtiva serão destacados.

²⁷⁰ Dados do Tribunal Superior Eleitoral, em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/consulta-quantitativo>

7.7 Debates, Consensos, Embates e Ataques

Diante do que foi apresentado, sobre os polos de contato e o universo da interação, nos dois subitens anteriores, a proposta neste tópico é analisar a qualidade do debate promovido e o trabalho de produção de consensos nessa relação e quais foram os momentos de ruídos, de impasses e de ódio promovidos, visto que já ficou evidente que turbulências aconteceram no percurso em estudo. O pressuposto da existência de tais quesitos se dá a partir do entendimento de que a presença do Governo nas instâncias da midiatização se deve pelas possibilidades de incremento do contato com o cidadão realizado no âmbito desses ambientes habilitarem uma melhor justificação de suas ações e, conseqüentemente, gerarem um aprimoramento da democracia representativa. Trataremos dos âmbitos do incremento positivo e, em segundo momento, os elementos negativos desse contato.

A busca por consensos, ou seja, a produção coletiva em vista de objetivos comuns, e a abertura de debates são possibilidades de exercício compartilhado de aspectos da democracia como forma de acréscimo ao seu modelo representativo. E, como foi exposto, a internet e suas operações favorecem a inclusão e o acesso do ator social, em produção e distribuição de conteúdos, a partir de sua vida cotidiana, nos espaços midiatizados. Diante disso, o cidadão com uma presença mais ativa age em espaços virtuais e redes sociais em que pode expressar sua opinião e seus pontos de vista. Desse modo, cabe ao Governo identificar, fomentar e capturar os debates e promover a busca por consensos que colaborem em seu exercício de gestão, organizando possibilidades de aproximações dos cidadãos para gerar uma justificação de suas ações.

Caso se pondere a busca de consensos em vista do bem comum como um ideal de convivência, não se pode negar que a falta de uniformidade ou de busca de conformidade em vista de objetivos reflete na dificuldade de consensos. Ou seja, a capacidade das redes de possibilitar a ampliação de pontos de vistas diversos é um ponto de partida que impõe desafios a esse múnus no ambiente virtual. Quando Dilma diz, no dia de sua vitória nas urnas, que as eleições de 2014 mobilizaram vozes contraditórias, mas unidas na busca “por um futuro melhor”, está indicando esse desejo de busca de consensos, segundo certo imaginário de determinado de discurso político. A concretização disso se dá na capacidade de manejar negociações e convergências com os demais atores políticos e com a sociedade. O que se vê nos meses seguintes, com o segundo mandato, é a perda até mesmo da proximidade do grupo que foi “conquistado” nas eleições.

Dilma fala da produção de consensos, também, no que foi apresentado quando do lançamento do *Dialoga Brasil*, diz ser preciso: “usar a internet a favor do debate, da criação de consensos transformadores, porque quando a gente cria um consenso, quando a gente é capaz de estruturar uma opinião comum entre nós, nós temos um poder transformador imenso”.²⁷¹ Mesmo que se afirme de forma positiva essa busca, de fato, as facilidades da internet se direcionam para outras possibilidades, como a disseminação de pontos de vista, aquilo que já expusemos, e mais ainda: as capacidades de anonimato, *trolls* e *haters*, o que trataremos mais adiante. Por outro lado, do mesmo jeito que dispersa, a internet possibilita, também, o agrupamento mais facilitado de pessoas com pontos de vista próximos. Os grupos que assumem protagonismo na condução dos protestos contra Dilma (MBL e outros), o que apontamos a partir do circuito 2, se utilizando da possibilidade de agrupamento das pessoas, consolidando-se como grupos fundados no ambiente online e que podem ser “conduzidos” para ações concretas.

Um elemento ligado à produção de consensos é o ideal de argumentação racional, quando colocado em confronto com a conversação própria das redes. Mas, como mostramos em SOUSA (2012), uma argumentação racional, aos moldes de uma esfera pública habermasiana *online* idealizada, não é uma realidade e quiçá não seja uma realidade em perspectiva. As estratégias de busca de aproveitamento das discussões em rede funcionam em modalidades tentativas, o que podemos reiterar são, assim também, porque o ambiente de interação/comunicação na internet também vive um momento de experimentação. Ou seja, apostar em um espaço de esfera pública virtual aos moldes da expectativa da esfera pública dos cafés da Idade Moderna não é algo concretizado.

Trabalhando na esfera do possível, o aproveitamento das discussões *online* depende de estratégias de captura e canalização das argumentações dispersas em vista de ir além da sobreposição de opiniões e de pontos de vista. Nesse sentido, o papel das instituições e dos atores políticos na rede deve ser de organização e de aproveitamento do modo de presença do cidadão nos diversos ambientes. Vale a ressalva de que, na atualidade, qualquer método de formular intenções coletivas via internet esbarra na difusão de pontos de vistas e na característica da própria *web* de possuir uma mediação menos rígida. Isto, por um lado, reflete um modelo de *feedbacks* mais complexos e menos dependente de mediações tradicionais e de

²⁷¹ Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-lancamento-da-plataforma-dialoga-brasil-brasilia-df>

expressão de posicionamentos, por outro, essas características da internet podem dificultar a formulação de intenções coletivas, com a polarização, dispersão e anonimato, por exemplo.

Nesse aspecto, podemos levantar ainda a caracterização da internet e das redes como campo de expor o ponto de vista para contrapor um posicionamento que se desponte como contrário, o que caracterizamos como espaço de embate. No caso da atuação governamental, tal característica se acirra diante da identificação do governo ou do ator político em exercício como o contrário ao desejo do cidadão atuante. Nesse campo, as réplicas e trélicas dão continuidade a tais embates. No campo das redes para a política, por exemplo, há uma disputa de protagonismos que pode ser localizada nas referências sintéticas das *hashtags*. Textos como #foradilma #ficadilma; #naovaitergolpe #impeachmentday #tchauqueridaday #vempraruas são usados como demarcações do lado nos embates. Em situações de “guerras” por relevância na coluna de *Trending Topics*, que reúne os tópicos mais comentados²⁷². A disputa inclui a circulação do material “concorrente” com outros significados, como na figura 63, em que o material de divulgação do protesto de 15 de março de 2015 foi ressignificado pelos movimentos contrários em sentido de menosprezo pela ocasião, com direito a ironia. Na imagem que trazemos (Figura 63), o Jornal O Popular traz as duas imagens no sentido de apontar uma fala diversa da sociedade.

Figura 63 – Mensagem contrária e mensagem favorável ao protesto de 15 de março



Fonte: Jornal O Popular.²⁷³

O embate no entendimento da circulação na sociedade em midiatização tende a colocar os sentidos em *continuum*, como também já foi referido em 6.3, sobre a saudação “Tchau, querida”, um embate sígnico em grande número de registros, um caso em que a

²⁷² Como em <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,twitter-tem-empate-em-guerra-de-hashtags-sobre-impeachment,10000004726>

²⁷³ Montagem: Jornal O Popular – “Manifestações provocam guerras de hashtags no Twitter” - Disponível em: <https://www.opopular.com.br/editorias/politica/manifesta%C3%A7%C3%B5es-provocam-guerra-de-hashtags-no-twitter-1.803338>.

circulação discursos e contradiscursos vão tomando espaços na rede. Outro exemplo dessa ambientação possível de embate de posicionamento de discursos é o caso em que Dilma responde ao editorial do jornal Folha de S. Paulo quando o veículo de comunicação pede sua renúncia. Ela usa o espaço das redes sociais, sua página no Facebook, para responder ao editorial do jornal, com a resposta direta: “Não renunciarei”. Mas esse embate não permanece apenas no âmbito da contraposição racional de posicionamentos contrários. E o que veremos a seguir é como o tom crítico, agressivo e de rompimento do debate alcança a discussão política em rede.

No uso mais cotidiano das redes, o tom crítico se torna um dos aspectos característicos da atuação nesses espaços e xingar alguém, alguma instituição ou alguma empresa vira algo costumeiro com a ampliação do acesso e o uso mais intenso na sociedade. O que podemos chamar de uma “cultura de reclamar online” tem, por exemplo, o site *Reclame Aqui*²⁷⁴, como um expoente. A página recebe reclamações dos usuários contra empresas sobre atendimento, compra, venda produtos e serviços. São 15 milhões de usuário cadastrados no Brasil e a página está entre as cem mais acessadas da *web* nacional. E a dinâmica das reclamações serve de consulta para antes de o consumidor realizar uma compra ou pagar por um serviço. A reclamação tem as possibilidades de ser compartilhadas nas redes sociais. Esse exemplo ilustra uma sistemática de uso da internet e das redes sociais para demonstrar insatisfação com algo. De algum modo, essa “cultura de reclamação” também afeta o prestador de serviços públicos, em nosso caso, o Governo Federal. Se o espaço *online* serve, também, para essa reclamação, ele é usado para expressão de crítica e insatisfação.

De fato, o clima beligerante presente nas redes se espalha nos diversos campos sociais e sofre os efeitos dessa cultura de reclamação *online*. E a polarização política, já citada neste capítulo, é um dos incrementos do que chamamos desse clima. O corpo mais denso dessa questão se forma com a disputa para o segundo turno das eleições em 2014. O ataque a adversários políticos não se restringe aos atores políticos, mas o ambiente das redes é espaço de pugnas por parte dos cidadãos. A imagem “país dividido” após a campanha eleitoral de 2014 contribuiu para essa ideia de existirem apenas dois posicionamentos polarizados: dilmistas ou contrários a Dilma.

O “prolongamento” da disputa eleitoral faz de todo o ano de 2015 uma extensão da campanha de 2014. E tendo seus aliados “pulando do barco”, a defesa de Dilma se enfraquece nessa disputa de significados. Os protestos realizados pelos grupos contrários ao Governo são

²⁷⁴ Disponível em: <https://www.reclameaqui.com.br/institucional/>

sinais de que a modalidade de atuação pela manifestação popular é retomada como um resgate desse espaço que não era ocupado desde 1964. Formas de mobilização a partir das redes são o ambiente/ferramenta facilitador da volta de pautas conservadoras às ruas. E a caracterização dessa Preocupação a partir da mobilização *online* é da interposição desse discurso conservador nos posicionamentos.

A perda do espaço diante da movimentação ferrenha de forças contrárias ao Governo é apontada na avaliação do ministro da Secretaria de Comunicação, em 2015:

As forças políticas que elegeram Lula e Dilma são minoritárias nas redes sociais desde os movimentos de 2013. Isso por uma singularidade clara do mundo digital: o Facebook, o Twitter, o G+, etc., são espaços privilegiados para o ataque, a zombaria e a propagação de palavras de ordem. É um espaço onde o convencimento, o diálogo, a troca de ideias até existe, mas é lenta e geralmente se prega para convertidos.

Na luta própria das redes, em que as ações comunicacionais são significativas e dependem, muitas vezes, de convencimento emocional, a indicação do ministro de Dilma era de que seria preciso encarar a polarização de outra forma. Como um estrategista de comunicação, Traumann indica que o Governo não pode falar apenas para seus apoiadores ou se pronunciar apenas em momento favorável. O que se vê nos meses seguintes é a ampliação do movimento criticado por Traumann, de pregação para convertidos.

Na batalha das redes, o que o próprio ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social afirmou ser uma derrota por W.O, em março 2015, surge novo capítulo em abril a tentativa de conexão pelo vínculo da pacificação, com a criação do *Humaniza Redes*. A tentativa de pacificação das redes acirrou a justificação da liberação do tom crítico e agressivo, como relatamos em 6.3. A briga encabeçada pelo apresentador Danilo Gentili era justamente pela garantia da característica da liberdade da fala crítica, agressiva e politicamente incorreta. O *Humaniza* pretendia combater o ódio e o desrespeito aos direitos humanos, mas ficou conectado à pecha de autodefesa do Governo, numa autopreservação diante de redes sociais menos agressivas. O ambiente das redes, de certa forma, mostrou ao Governo que o ambiente da internet é lugar de disputas e não de apaziguamento.

No contexto de crise, com o *Humaniza Redes*, o Governo municiou figuras bélicas da rede contra si mesmo em nome da proposição de regras de civilidade na convivência social. Combater ofensa, preconceito e intolerância eram os focos da campanha, mas foi lançada num período muito desfavorável para o Governo, em que grande parte da ocupação das redes era feita por quem estava disposto a desferir as críticas e os discursos mais agressivos ao Executivo Federal. A operação de resposta à campanha vem do campo midiático tradicional

(apresentador Danilo Gentili) e da mobilização na própria rede (com o *Desumaniza Redes*). Ou seja, as operações de sentido de pacificação se voltam a um clima mais bélico ainda. E a crítica a tal atitude do Governo que pode ser acrescentada é que as próprias redes sociais já dispunham de mecanismos de denúncias de violações.

Uma das explicações para a ampliação desse clima de brigas está na facilidade do anonimato e de empenhar-se numa briga “sem sair do sofá de casa”. Ou seja, a possibilidade da colocação do posicionamento sobre qualquer coisa na proximidade da vida cotidiana favorece a propensão à contenda. Outro caso do ódio como linguagem pode ser visto na circulação da entrevista de Dilma ao Programa do Jô. A voz corrente de que a entrevista teria sido favorável e não questionadora leva Jô Soares a receber uma ameaça de morte na porta de sua casa. O ódio e linguagens violentas perpassam a crítica a Dilma e se estendem a seu interlocutor tido como favorável no ambiente que deveria ser de questionamento.

Os dissensos na esfera da política partidária colocam cidadãos em discordância nos campos das ofertas de participação. Ou seja, há um público que, *a priori*, não se sente motivado à participação por motivos de não conformação com a condução geral do Governo, fechando-se a qualquer contribuição no debate. Referências pessoais e ataques à presidenta também são disseminados na rede, como forma da liberação do ódio disseminado.

7.8 Os Movimentos dos *Websites* Participativos

No capítulo anterior, em cada um dos circuitos, foram apresentados três *websites* de caráter participativo, sendo cada um situado em um dos três circuitos da elaboração descritiva. As três iniciativas da Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR) nos governos Dilma têm as características próprias que já foram apresentadas. Considerando que existe uma linha perspectiva entre tais *websites*, a reflexão analítica neste tópico será de avaliação no tom comparativo, com o destaque para as continuidades e descontinuidades entre eles, os modos como operam suas proposições, a avaliação da colocação em funcionamento das ações comunicacionais colocadas em funcionamento e a identificação de elementos matriciais que condicionam as iniciativas.

Além dessas características, podemos indicar o modo de ingresso do Governo Federal em tais iniciativas. A inclusão do Governo no campo das propostas participativas *online* se faz pelas diversas demandas da sociedade por novos tipos de interação que se dá por ações comunicacionais associadas à midiaticização em curso, por meio da alternativa da internet. Tais propostas se despontam como apostas de fichas nas ferramentas como capazes de criar

condições de participação, numa noção de mediação associada ao uso de tecnologias e ferramentas, sem fazer indagações sobre esta matriz e sem problematizar seus efeitos, à luz de um conhecimento mais abrangente sobre o papel de tecnologias digitais na produção de novas interações mais assimétricas entre governo e sociedade.

Durante o período Dilma, o que se vê é a consolidação do uso da internet no País e o crescimento vertiginoso das redes sociais. E o Governo faz uso desses protocolos. Para efeito comparativo, na administração anterior, de Lula, para viabilizar contraditório na mídia e falar com o cidadão, o presidente se utiliza de uma coluna do jornal que era distribuída em jornais impressos que desejassem publicar²⁷⁵, configurando uma modalidade a partir do ciclo de mediação do momento. No caso do governo Dilma, as ações no campo das mídias já estão consolidadas para além da referência dos meios tradicionais e na ocupação dos espaços mediados é realizado com certa noção de comunicação dentro do planejamento das ferramentas e ações de participação propostas pelos governos da petista. A perspectiva que poderia ser apresentada é de um modelo de experimentação colocado em execução.

Nesse sentido, o percurso em linha do tempo aliado à eleição de objetos digitais para além de simples exemplos pode apontar para aspectos do uso do digital por parte do Governo Federal. E nesse uso, as escolhas tendem, em sua maioria, em ferramentas próprias, pois a proposta é ter o domínio da plataforma que era conduzida internamente, pois o Governo monta o *feedback* para se cercar daquilo que está mais próximo de suas expectativas. Isso não chega ser exclusivo, pois há circulação pelas redes comerciais em alguns momentos, como em postagens em redes sociais tradicionais e no uso do *Face to Face*²⁷⁶ e do *Hangout*²⁷⁷ em entrevistas com ministros como um dos projetos do *Dialoga Brasil*.

A interação a partir das condições organizadas unilateralmente pelo Governo é sintoma do apego às garantias da enunciação na modalidade de contato conversacional. E mais, fica visível a crise nos *websites*, quando os aspectos político-partidários tomam conta das respostas. Os elementos críticos se sobrepõem ao previsto nas propostas. A disposição a se lançar no espaço da conversação, que não é o próprio da audiência pública e do gabinete, tem seus lucros e perdas.

²⁷⁵ A coluna se iniciou em 7 de julho de 2009, para circular em 94 jornais em todo o País, com o título “O presidente responde”. Informações em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/lula-estrela-coluna-em-94-jornais-bn8y9hj6vbp90hwunto3f3zv2>

²⁷⁶ Ferramenta do Facebook que permite a interação em tempo real a partir de comentários na linha do tempo durante um período estipulado.

²⁷⁷ Ferramenta de Voz e Vídeo da Google que possibilita a conversação em tempo real com a interação de várias pessoas ao mesmo tempo.

Na lógica da gestão comunicacional, as ferramentas são utilizadas, reunindo de um lado a complexidade e de outro a racionalidade da política que espera de tais ferramentas resultados que transcendem a elas. Identificamos aqui a relação entre complexidade da mediação e lógicas dos cenários políticos. Por isso são processos tentativos. Não têm uma lógica sequencial de começo, meio e fim. As ações políticas são ações consubstanciadas na comunicação e se mostram como ações que viabilizem processos de interação entre Governo e Sociedade.

Os *websites* seguem, tentativamente, a política de participação como método de governo. Mas não foi bem indicado como, nessa metodologia de gestão, seriam incorporados os frutos dessa participação. Acrescentamos a isso que apenas a abertura à participação não seja o suficiente, pois ela pode assegurar o acesso, mas o fator mais importante está no manejo das ações comunicacionais que se processam no interior das plataformas. Vale ressaltar, como foi indicado no marco teórico, que os dispositivos podem ser utilizados apenas para tentar gerar uma legitimidade; ou seja, uma prova de que o Governo não se esquecera das políticas públicas e busca de validade por meio de um dispositivo técnico.

Nesse sentido, indicamos que se colocar nas esferas de interação mais abertas traz consigo a presença dos coletivos para mais perto das ações, o que pode gerar mais justificção para as ações, mas também abrir-se a um canal de participação significa estar mais propício a ouvir críticas e incorporar posições que podem não estar em concordância com o previsto nas políticas de gabinete. Ou seja, a busca pela interação das pessoas às esferas de contato traz a disposição para alguma perda de domínio das ações. Localizamos essa convivência desde a primeira experiência, com as comunidades criadas por usuários no *Participatório*, sendo uma das com maior número de participantes intitulada “Fora Dilma, Fora PT, Não Lula”, em que se lia na apresentação: “É isso mesmo que você leu, se fizer uma 'reforminha' e continuar com o PT no poder de nada vai adiantar, tem de haver alternância de poder, só assim temos democracia”²⁷⁸. O tom é de crítica e de questionamento da ação do Governo via *website*.

Outro elemento da concepção prévia do Governo é a opção de criação de rede social própria. A justificativa de uma nova rede social sempre esbarra na existência de outras redes já popularmente utilizadas, visto que é preciso uma convergência em detrimento da dispersão provocada pela existência de infinitas possibilidades de interação e compartilhamento. Ou seja, o internauta, que já acompanha suas atualizações em quatro ou cinco redes sociais, estaria cada vez menos disposto a ingressar e acompanhar sistematicamente as atualizações

²⁷⁸ Disponível em <http://participatorio.juventude.gov.br/groups/profile/1731/fora-dilma-fora-pt-nao-lula>

em mais uma iniciativa. A disputa por espaço acaba gerando locais de precedência. No caso, o risco é garantir apenas a conversa entre semelhantes, ou seja, mobilizar os já mobilizados.

Seguimos, então, em um tom comparativo de características específicas dos *websites*. No estabelecimento do tipo de participação e o fluxo de interação, o *Participatório* se propôs, prioritariamente, a estabelecer discussões, não cabendo obrigatoriamente a uma proposta prática, sendo que a consulta em construções efetivas se deu em ações pontuais, como para o Sistema Nacional de Juventude e para a eleição do Conselho Nacional de Juventude, não tendo o caráter decisório e deliberativo como foco da plataforma. Já o *Dialoga Brasil* prometia, em seus “contratos” de convite à participação, a resposta às 81 propostas mais votadas na primeira etapa de execução. Mas, no estabelecimento dessa chamada à participação, não há um detalhamento do que, de fato, significa essa resposta, seja num nível de prestação de informações ou de compromisso de atuação naquela política mais votada. O *Dialoga* realiza uma abordagem de contato em outras redes sociais e, em nome de envolver maior público, a nosso ver, a iniciativa, se comparada às demais, abre mão da densidade nas consultas e procura tornar mais acessíveis os conteúdos. O objeto se justifica pelo enfoque inicial de interesse da pesquisa, ou seja, uma iniciativa participativa-comunicacional do Governo Federal, e incrementa aspectos de interação, conversação em rede e estratégias de chamada de atenção de público.

Outro ponto a se analisar fruto do trabalho de debruçamento sobre as características dos sites é a identificação de que o funcionamento das ferramentas de forma satisfatório depende, também, da temática apresentada para a interação. No caso do *Participatório*, foram bem relevantes a construção conjunta do Sistema Nacional de Juventude, já citado, e a votação para eleição dos representantes do Conselho Nacional de Juventude, ou seja, temáticas que envolviam diretamente os coletivos destinatários. Já no *Participa.br*, a trilha de maior destaque foi a Arena Net Mundial, em que a temática em discussão se centrava na pergunta “Que internet você quer” e recebeu 280 mil participações, como indicamos no circuito 2. Ou seja, o usuário da Internet foi convidado a debater os temas da governança da própria *web*, numa conciliação entre público e interesse. No caso do *Dialoga Brasil*, temos uma participação mais diluída do interesse nas temáticas que pode ser entendida a partir do fato de que os temas em debate foram previamente selecionados pelo Governo e as propostas deveriam se limitar aos âmbitos já estabelecidos. E, ainda assim, Educação, Saúde e Segurança Pública foram os temas com mais propostas (4.817, 2.768 e 1.700, respectivamente), o que pode ser conformado com pesquisas de opinião que indicam esses

três temas como “problemas” que preocupam os brasileiros, segundo a pesquisa CNI Ibope²⁷⁹. Ou seja, o interesse nas discussões e o consequente sucesso da ferramenta dependem, também, da temática disponível para o debate. Desse modo, as estratégias têm de estabelecer a temática como um dos fatores para a vinculação de seus públicos.

Na criação dos vínculos, o processo comunicacional não institui previamente como serão aproveitadas as colaborações em muitas ocasiões do funcionamento das plataformas. O site mais preocupado com o estabelecimento do que podemos chamar de uma espécie de contrato dessa interação é o *Participa.br*, em que as trilhas, além de apresentar as ferramentas disponíveis em cada uma delas indicavam os passos e o resultado final buscado pelo conjunto de ações. O site funcionou em muitas ocasiões com a dupla entrada: realização de um conjunto de atividades *online* aliada a outras ações no formato *offline*, como audiências públicas e reuniões. Em algumas ocasiões, o ambiente *online* serviu de suporte para o direcionamento aos eventos presenciais, como na disposição de materiais de consulta.

Mais dois temas que entendemos como não contemplados na execução dos sites são: o aproveitamento da produção de conhecimento dispersa e a inclusão do público não conectado. Sobre o primeiro tema, localizamos que nas iniciativas não concedem grande destaque e aproveitamento da produção de conhecimento dispersa de conteúdo, ou seja, o conhecimento produzido em experiências nas redes sociais e não nos espaços padronizados: e estabelecidos pelo Governo, ou seja, os espaços destinados para a coleta de contribuições. Ainda é tema de discussão o nível de representação de público de cada um dos sites, onde se localiza a ressalva da falta de pessoas que não acessam internet, não há indicativos de qualquer substituto para a população que não possui o acesso às plataformas, o que gera um recorte de público. Em ofertas semelhantes, como no caso do Gabinete Digital, do Rio Grande do Sul, que funcionou de 2011 a 2015, era realizada a visita de uma Van conectada à internet aos municípios e oferecidos locais físicos para coleta de contribuições *online* para as prioridades do Governo do Estado, na garantia da ampliação da participação.

Por fim, os movimentos dos sites precisam ser analisados a partir do que chamamos de crise de cada um e da colocação dos sites em ambientes de crise política. A implantação dos mesmos não segue processos tranquilos. Vários aspectos estão por trás das dinâmicas e a crise do País se reflete nessas dinâmicas. Além disso, a colocação em funcionamento revela diversas pequenas crises nos três modelos. Analisamos comparativamente os sites a partir do processamento deles nos contextos e nas diferenças entre si. Dois elementos de partida se

²⁷⁹ Disponível em: <http://www.ebc.com.br/educacao/2013/07/saude-educacao-e-seguranca-sao-prioridades-da-populacao-segundo-pesquisa-cni-ibope>

antecipam a esse processamento: 1) a compreensão que o Governo tem da lógica comunicacional, o uso político que emprega em cada um deles, o tempo de resposta que se emprega; 2) o domínio processual que se tem do uso dado à ferramenta e os processos pedagógicos envolvidos.

Diante dessas considerações, pudemos apurar os aspectos tentativos empregados nos três instrumentos de participação *online* concretizados no decorrer dos períodos dos mandatos de Dilma Rousseff. Infere-se que longe de uma visão estratégica na qual a comunicação fizesse parte do DNA da ação política, tratou-se apenas de um complemento que pode ser mobilizado por um ou outro objetivo instrumental. A gestão e a burocracia são temas a seguir.

7.9 Modelo de Gestão e Burocracia

O primeiro item desta listagem de inferências tratou do ideário político empregado. Neste último, a proposta é analisar, por meio da avaliação da execução, da gestão realizada, com destaque para aquilo que foi observado durante a apresentação dos materiais: o peso da máquina estatal e o esforço de atores e instituições políticas em se posicionarem num ambiente de mediação ancorado em ações comunicacionais baseadas na interação e em espaços mais próximos da informalidade. Nesse sentido, a atuação do governo diante de tais circunstâncias será foco da busca por inferências. Por fim, uma reflexão a mais acrescenta o papel do judiciário no entendimento político de tais ações participativas, o que acarreta o cerceamento dos andamentos das ferramentas de interação.

Como forma de organizar a dinâmica de atuação da governança no período estabelecido, indicamos, de modo inferencial, a partir do tensionamento dos materiais, um percurso de análise sobre a política comunicacional do Governo a partir de três passos que podem elucidar os processos eleitos e assumidos. Todos os ciclos são permeados pelos contextos, pelas conjunturas e pelas crises. É importante destacar que o comunicacional é muito importante nesse processo e que a análise recai, principalmente, sob a face da comunicação digital, aspecto característico da sociedade em vias de mediação.

De modo elucidativo, apresentamos os processos identificados em tais ciclos:

- a) ***Marcos da comunicação participativa***: são compostos pelos discursos matriciais, ou seja, os grandes discursos, as promessas conceituais e os slogans e marcas de Governo. São os elementos que inspiram as práticas comunicacionais com o elo da participação. Nesse elemento, há grande ligação com a figura pessoal da presidenta, com o que representa a chefia do executivo. Estão contidos aqui os vínculos com a

sociedade e as delimitações das matrizes comunicacionais e as matrizes no âmbito da comunicação política. Podem ser exemplos: os dois discursos de posse e de recondução ao cargo;

- b) **Discursos intermediários:** São os discursos `menores`, mas que não deixam de sustentar a política governamental. São os documentos intermediários, as formulações a partir do axial político. Estão no nível da proposição e incrementa a pluralidade na ação governamental. É o processamento dos grandes vínculos apresentados no item anterior. São exemplos: Documentos da Secretaria-Geral da Presidência, Plano Nacional da Participação, Documento Crítico da Secretaria da Comunicação;
- c) **Definição de ações:** São as construções de ações tentativas que estão no nível da operacionalidade. São os desenhos concretos, os instrumentos práticos das propostas pensadas. São as experimentações e comunicam a postura conversacional do Governo, é a face visível da materialidade e está no plano da pragmática. São exemplos: os *websites* e as postagens nas redes sociais.

O desenho da processualidade está indicado no Gráfico 6. Nele, pode ser visto como elemento que percorre todo o processo o que resumimos como “contextos, conjunturas e crises”, pois é possível ver nos materiais a interferência dessas circunstâncias sociopolíticas na condução dos processos. Isso pode ser exemplificado em diversas ocasiões em que o previsto na gestão governamental precisou ser repensado, reestruturado ou remodelado, como em: quando o site *Participatório* teve seu lançamento antecipado diante do acontecido nas jornadas de junho; quando o pronunciamento de Dilma deixa de ser divulgado em cadeia de rádio e televisão e vai apenas para as redes; quando o site *Dialoga Brasil* paralisa o processo de retorno das questões que seriam respondidas diante da crise política; entre outros.

Gráfico 6 – Níveis de formulação



Fonte: Elaborado pelo autor.

Nesse sentido, os processos tentativos de comunicação pública Governo e Sociedade, em questão na pesquisa, têm de ser avaliados desde as formulações políticas, passando pelas proposições passíveis de apresentar iniciativas, até a efetivação em objetos materializados. A localização desses passos contribui com a necessidade da visão ampla de análise dos processos comunicacionais desse Governo, que têm de ser observados em seus diferentes modos e suas distintas operacionalizações.

Após apresentar o modelo geral de estruturação da gestão dos aspectos comunicacionais da interação Governo e Sociedade, podemos nos deter a alguns aspectos operacionais dessa processualidade. Entendemos que o desenvolvimento de estratégias *online* de contato do Governo com a sociedade, por meio do uso de ferramentas da internet e das redes sociais e a consequente ampliação de espaços de porosidade “criam tensão crescente entre a nova lógica de fluidez da informação e da interação social com a solidez das instituições públicas baseadas no modelo weberiano de organização administrativa hierárquica e procedimental”. (FARIA, 2012, p. 248). Ou seja, os pressupostos aos quais pertencem as duas esferas tendem a não garantir um diálogo entre iguais, baseado na conversação comunicacional, desse modo, a ação para a interação teria esse *gap* a vencer.

Ou seja, o espaço de negociação depende, por um lado, do agrupamento e concisão das demandas e propostas apresentadas pelos cidadãos em vista de proposições possíveis (sem perder de vista a diversidade entre eles) e, por outro, uma abertura à porosidade por parte do Governo, que apresentaria pautas menos burocráticas. Essa disposição à interação fomentaria lugares mais próximos do conversacional, com experiências mais relacionais e com a possibilidade maior de diálogo. Nos materiais coletados, alguns exemplos podem ser ressaltados, como a presença particularizada de gestores dispostos a responder questões de cidadãos. Como no caso do *Dialoga Brasil*, em que os ministros realizaram web conferências ou respostas em tempo real pelo Facebook.

E é desse modo que as iniciativas, apesar de alguns aspectos de mudança e do ingresso nas redes informais, precisam se desgrudar de algumas características institucionais embalsamadoras para, verdadeiramente, ocuparem um lugar específico, sustentado pela esfera comunicacional, pois a articulação de sentidos em produção e em recepção se dá em compartilhamentos não automáticos, mas em elaborações tentativas. O aperfeiçoamento do posicionamento governamental nesses espaços, ao que se seguem, portanto, inferências sobre o funcionamento das estratégias de fomento de participação do Poder Executivo.

Por fim, apontamos que o ator político do gabinete precisa lidar com o cidadão disperso, precisa amparar essa diferença a partir do desprendimento de parte de seu *status*.

Modalidades vindas do espaço das redes são canalizadas em reclamações e críticas que não são supridas por uma ouvidoria tradicional, por mais eficiente que ela possa ser, pois pedem um modelo comunicacional diferenciado e no qual o Governo se exponha. Em muitas ocasiões, o peso governamental no uso das ferramentas dinâmicas da Internet se reflete numa execução insatisfatória das possibilidades. Ou seja, a potencialidades de opções comunicacionais interativas deixa de ser feita, com um abaixo daquele com o qual o público está habituado em sua atuação nas redes. O empobrecimento das estratégias pode vir do baixo uso que o público dá àquilo que o Governo pode oferecer, permanecendo outras demandas sem a oferta de porosidade.

Por outro lado, a burocracia e o estabelecimento oficial de ferramentas não podem ser entendidos apenas por um viés negativo. A oficialidade de ferramentas garante sua identificação com a validade de uma aplicação nos espaços decisórios, desde que isso seja realmente o propósito. Isso pode ser avaliado no caso dos *websites* propostos durante o período pelo Governo Federal. No caso do *Participa.br*, o aspecto oficial conferiu a processualidade e a sobrevivência ao site²⁸⁰, além de integrá-lo às estratégias políticas em algumas ocasiões. Definido como integrado à política de Estado, o site recebeu até mesmo em diário oficial a confirmação de ingresso como parte da Política Nacional de Participação Social. Em entrevista para pesquisa, Poppi (2018) indicou que o aspecto burocrático, no sentido do vínculo, pode ajudar na abertura de caminhos mais vinculantes ao processo, no sentido de garantia de execução. No caso do *Dialoga Brasil*, “como Secretaria tínhamos a reputação para dialogar como os órgãos que estavam na plataforma e a prerrogativa de organização de uma política” (s/p). Ele destaca o papel de importância da presença da presidenta na plataforma, por exemplo, mas faz ressalva quanto à dificuldade da oferta de respostas consistentes por parte dos ministérios. Indicou que “um processo claro que fosse mais vinculante poderia colaborar mais” (POPPI, 2018, s/p).

Em outra experimentação tentativa no nível dos *websites*, pode ser destacado o acesso do *Dialoga Brasil* às diversas secretarias e aos diversos ministérios. No desenvolvimento da proposta do site, de coleta de propostas de diversas áreas, como saúde A SGPR assumia um compromisso de diálogo que dependia de uma resposta pertencente ao ministério ou à secretaria específica da política em questão. Nessa dependência, a SGPR estava com o funcionamento atrelado à possibilidade de respostas de cada órgão, tendo cada um deles que organizar isso de acordo com sua rotina. A devolutiva da ferramenta conversacional ficou na

²⁸⁰ O site continua sendo utilizado até mesmo pelo governo que assumiu após a retirada de Dilma Rousseff do poder.

dependência da burocracia dos órgãos envolvidos, mesmo que isso tenha sido acompanhado pelos responsáveis pelo site.

Afirmamos, nesse contexto, que a simples implantação de sites ou ferramentas de interação não é capaz de reconfigurar a postura do Governo no ambiente da mídia, pois a implementação de uma ferramenta não é capaz, também, de realizar o câmbio de perspectiva. A forma de atuação dos atores políticos e das instituições públicas deve refletir esse câmbio, caso se pretenda cumprir as indicações enunciadas de lançamento à participação e isso deve ser buscado a partir de um modelo construído estrategicamente, o que ainda não pode ser detectado a partir daquilo que foi executado.

Outro aspecto, nesse âmbito da governança, tem ligação com o modo em que está organizado o serviço público brasileiro. A assimilação de mudanças na configuração das estratégias de comunicação não consegue reverberação rápida na disposição de profissionais capazes de atuar no contexto de comunicação diante das mudanças. Ou seja, as vagas disponíveis para o serviço nas novas plataformas não são regularmente atualizadas. São os mesmos profissionais, de jornalismo, por exemplo, os responsáveis pela comunicação em mídias sociais, não sendo realizada a reacomodação, por exemplo, de profissionais como *social media*, o que no serviço público depende da criação de vagas no rol dos cargos possíveis e limitados.

Por fim, outro elemento de um possível peso na condução das experiências de interação Governo e Sociedade é o entendimento da Justiça Eleitoral quanto ao caráter de tais iniciativas participativas, como os *websites*. Quando estavam em execução, os sites *Participatório* e o *Participa.br* tiveram seu funcionamento comprometido diante do veto da justiça a elementos de favorecimento governista. A Lei Eleitoral impedia a disseminação de conteúdos pela compreensão da possibilidade de uso da máquina pública para fins eleitorais. Sendo assim, durante a campanha, as plataformas saem do ar ou têm as principais funcionalidades paralisadas. Tal entendimento limita e desconfigura o fato de que as plataformas poderiam ser compreendidas como canais conectados à estrutura de contato do Governo com a Sociedade, ou seja, subjuga-las à esfera propagandística impede a apreensão sobre as políticas de participação digital como ferramentas de governança e não de publicidade de governo. Ou seja, identificamos aqui mais um passo a ser dado no sentido da assimilação das mudanças do ambiente da midiatização.

No próximo capítulo, a perspectiva analítica se debruça de forma mais específica sobre o tema da interação entre Governo e Sociedade nos ângulos de identificação daquilo

que foi executado, dos aspectos que demonstraram a insuficiência na relação e das perspectivas do tema com a ampliação ainda maior do contexto de midiatização.

8 INTERAÇÃO ENTRE GOVERNO E SOCIEDADE – AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

Após as reflexões de ordem inferencial elaboradas no capítulo anterior, nos propomos a realizar uma reflexão final sobre a interação Governo e Sociedade que foi colocada em funcionamento vias as ações comunicacionais no âmbito dos três circuitos descritos. Tendo visualizado as várias experimentações realizadas pelo Governo durante o período Dilma, temos o objetivo de elucidar os **modos de interação** propostos, identificando a execução das estratégias de conversação nesse período, em seus **elementos concretizados e nas falhas apontadas** e os desajustes advindos disso. Por fim, será realizado um exercício de **prospectiva**, a partir da constatação de que a midiaticização em curso na sociedade está em processo de ampliação. Ou seja, diante do modelo executado, da realidade demandada e da assimilação da tecnologia, quais seriam os desafios para atuação da gestão governamental em suas proposições de ações comunicacionais da realidade aqui descrita.

Nesse sentido, aludimos que os ângulos de análise debatidos no Capítulo 7 nos encaminham para a configuração de uma interação entre Governo e Sociedade que contou com ingresso nas ferramentas digitais, mas que manteve apego a modelos já empregados e sofreu grande influência das circunstâncias conjunturais do período: crises e manifestações que também puderam ser lidas do ponto de vista comunicacional. Nesse sentido, este exercício final de pesquisa retoma, mais uma vez a pergunta problema “*Como se dá a interação entre Governo e Cidadão a partir das ações comunicacionais em uma sociedade em vias de midiaticização?*”, para o arremate das ideias em discussão.

8.1 Modos de Interação Propostos

Para realizar uma avaliação de execução de políticas de interação e de abertura à participação da parte do Governo para a sociedade, partimos de alguns pontos para formalizar a compreensão daquilo que chamamos de modos de interação proposto nos governos Dilma. Tais modos são formalizados a partir de quatro pontos em consideração: dois gerais e dois específicos. Os **Dois pontos gerais são levantados**: a) o primeiro deles é que uma gestão governamental na democracia representativa *não tem uma obrigação tácita dessa abertura* à contribuição direta do cidadão, mas que a *aposta na participação* nas atividades governamentais pode colaborar na geração de decisões mais aceitas socialmente; b) O segundo ponto prévio para análise dos modos de interação é que os atores e as instituições

políticas operam essa relação *por meio de ações comunicacionais*, sendo esta característica mais visível na sociedade atual em vias de midiaticização.

Os dois seguintes pontos *a priori* têm a ver com as **especificidades** do caso em questão, situam os dois primeiros pontos e se relacionam diretamente a eles. a) O *primeiro* ponto específico sobre os modos executados faz relação com a localização espaço-temporal do governo: ou seja, trata-se de um caso brasileiro, em uma democracia relativamente recente, de uma tradição de valorização da figura presidencial e que seguia um fluxo de eleições contínuas e de inclusão social na gestão. Por fim, o segundo elemento de consideração é b) a especificidade do governo se localiza no ambiente da midiaticização marcado pela *referência da internet e das redes sociais*, bem como de outras práticas e conceitos de comunicação num estágio crescente de tecnologias de conversação e participação.

Nesse sentido, indicamos que a interação proposta foi colocada em funcionamento a partir desses elementos, para o que podemos localizar como uma explicação lógica daquilo que chamou a atenção ainda no processo de observação prévia e que despertou o interesse de pesquisa. Discutiremos os quatro elementos de forma elucidar a configuração dos modos sugeridos, a partir de nova sistematização dos fragmentos do caso, de forma a aludir a uma matriz das ações comunicacionais. A sequência será de conexão dos elementos gerais e dos específicos dos pontos indicados acima.

O Governo e o partido da presidenta, identificado com o ideário de participação, optaram por seguir a orientação de que o Estado deve dialogar com a sociedade e promover a participação social. Tal ideário fez parte da construção da política e configurou uma gestão rotulada de forma programática com a política de participação e seus afins, como a transparência, a porosidade institucional e a realização de atividades de discussão de políticas públicas. Enfim, no modelo de democracia representativa, o Governo Federal assumiu políticas baseadas em ações compartilhadas com a sociedade civil e de controle social da gestão.

Nesse sentido, apostando em porosidade, o Governo materializa em sua estrutura de gestão, via, principalmente, a Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR), cujas funções foram especificadas em capítulos anteriores, numa preocupação de promoção do diálogo com a sociedade. Tal secretaria permaneceu durante o período de 2011 a 2015 e teve o papel de disseminar a política da participação social no Governo. Compreendemos, novamente, uma intenção do fomento da interação nesse nível de características da estrutura institucional. Em síntese, a política modelada pelo Governo parte do princípio de que a articulação entre governantes e a sociedade é importante para o fortalecimento da democracia.

Na localização do rol de características do específico brasileiro do período, situamos os elementos particulares da governança brasileira: um país da América Latina, num contexto de governos de esquerda no continente, com um acumulado de oito anos do partido atual na presidência e uma excelente aprovação popular de seu antecessor, Lula, na época do início do mandato de Dilma. Em relação ao antecessor, pode se identificar as estratégias de midiática de Lula. Ele entra nos cenários, criando estratégias próprias desses espaços. A exploração da figura pessoal é muito utilizada; ele é um ator que situa o Governo nas lógicas de midiática (FAUSTO NETO; VERÓN; RUBIM, 2003). Dilma representa a continuidade do Partido dos Trabalhadores no poder e, na constituição do modelo implementado, segue as políticas do PT, mas a presidenta já se localiza num período de enfraquecimento da guinada à esquerda no subcontinente e, pessoalmente, não tem um desempenho marcante de presença midiática, como vimos em 6.3.

Com relação aos países vizinhos, durante os anos pré-Dilma e durante seu período no poder, experiências de governos de esquerda ou de extrema esquerda mostram o contato de gestores com a sociedade, entre a presença personalista e a aposta nos dispositivos de mediação representados pelas secretarias e departamentos. Nesse cenário, os atores políticos não declinaram por todo da mediação midiática, mas experimentaram, em muitos casos, novas tentativas de interação para além dos meios tradicionais. Em alguns casos, atores políticos driblaram a mediação midiática para ocuparem contato mais direto com a Sociedade. Essa caracterização colabora na delimitação da fundamentação de elementos próprios e matizes regionais do Brasil na relação com os demais países latino-americanos durante um período de prevalência de governos de esquerda e de lideranças carismáticas na região.

Mesmo representando essa continuidade e essa confluência da esquerda, em comparação com figuras de países vizinhos e mesmo com seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff não opta por uma presença personalista, ou até mesmo não se enquadra nesse papel. Não acessa o campo midiático com tamanha desenvoltura e não acede às novas mídias com facilidade de atuação, como vimos. Os mecanismos utilizados são do tradicional no midiático – assessoria de imprensa e porta-voz – e os protocolos – com as apostas nos sites de comunicação participativa e demais ferramentas conduzidas por técnicos. Um caso ilustrativo disso foi um vídeo viral em que Dilma, durante a campanha de 2010, está participando de um bate-papo para a internet e faz uma colocação inicial: “Primeiro, eu gostaria de cumprimentar os internautas. Oi, internautas”, na circulação do vídeo, ela foi questionada por não demonstrar naturalidade no uso da rede. E indicamos, também, que houve fragilidades nesse processo e as escolhas para responder as crises foram insatisfatórias.

Nesse sentido, o modelo aplicado por Dilma se diferencia nos aspectos de sua condução, por não contar, na maioria das vezes, com uma presença marcante da chefe do executivo. O corpo tem dificuldade de falar a política da presidente, ao contrário da desenvoltura para falar da política do partido. Por outro lado, em algumas situações, orientadas por assessores ou não, houve esforço em vista de uma presença informal e de atuação mais carismática na relação com a sociedade.

Num outro passo da discussão de aspectos dos modos de atuação a partir do qual se estruturou a interação Governo e Sociedade, caracterizamos os aspectos comunicacionais, indicados em ponto dois na descrição de abertura deste subitem: o fato de tais relações entre Governo e Sociedade se darem por meio de ações também comunicacionais; e, no nível específico, que tais relações nos governos Dilma sofreram grande impacto da midiatização em curso em sua esfera da internet e das redes sociais.

Os modos de articulação da interação Governo e Sociedade se dão, essencialmente, como pode ser visto até aqui, por formas comunicacionais de natureza midiatizada. A caracterização de uma conversa pública, quando o Governo se dispõe a interagir com o cidadão, trata-se de uma ação comunicacional. E o modelo de gestão de políticas indicado de assimilação de ferramentas de inclusão do cidadão nessas decisões conta com a comunicação como mobilizadora dessa atuação. O espaço do debate público é fomentado pela comunicação em sua expressão de meios e nas demais expressões. Nos modos de interação colocados em funcionamento pelo Governo Dilma, vemos a preocupação na assimilação da comunicação em sua disposição à atuação por meio dos mecanismos tradicionais, como assessoria de imprensa, secretaria de comunicação, coletiva de imprensa e pronunciamentos em cadeia de rádio e televisão.

Já indicando a especificidade da atuação na interação com a sociedade, ressaltamos a característica final de uma proposta de sistematização da atuação nos governos Dilma: tal interação acontece num período de sociedade em vias de midiatização profundamente marcado pela internet e pelas redes sociais. O tempo de sociedade em vias de midiatização, como falado anteriormente, é marcado por um período em que é possível que políticos e governantes possam se contactar com comunidades de cidadãos ou indivíduos sem que seja necessária a intermediação da mídia tradicional ou de um *gatekeeper*, ou seja, uma instituição ou um ator responsável pela mediação. Nessas experimentações, vínculos são criados, contratos são estabelecidos e grandes quantidades de novas ações comunicacionais são viabilizadas. Fausto Neto (2010b; 2010a) resume essa atuação como enfraquecimento da

atividade de mediação e complexificação de zonas de contato, o que favorece o surgimento de novas formas de relação entre produtores e receptores.

Nesse sentido, o modo de atuação na interação do Governo tem o forte impacto das mudanças de produção, distribuição, recepção e consumo no contexto dos meios e das redes digitais. No mandato iniciado em 2011, a atuação comunicacional está sob o cruzamento de referências para muito mais além que os meios de comunicação tradicional, como aponta Ana Slimovich (2017), quando fala especificamente sobre os discursos políticos a partir das redes e que podemos assimilar para todo o contexto:

Podemos afirmar que aqueles [discursos políticos] que estão ancorados nas redes sociais são mais complexos do que os da etapa anterior da história da mediação, que estavam apenas nos meios de comunicação de massa. Eles são cruzados por vários modos de interação de mídia que estendem o destino. (SLIMOVICH, 2017. p. 46)²⁸¹

Apontamos, então, que houve a indicação da preocupação com a assimilação do cidadão em espaço de mediatização para as esferas institucionais do Governo Federal, como indicado no documento que reflete sobre a participação social: “o desafio em jogo é aprofundar o processo de institucionalização e, ao mesmo tempo, não se burocratizar, não engessar, não se enredar nas malhas de um discurso técnico e distante do cidadão comum.” (BRASIL, 2014b. p. 12). O texto traz a consideração da necessidade de adaptação da atuação do Governo para o espaço mais informal de comunicação, com o reconhecimento da ocupação do espaço de debate público por uma parcela que, até então, não tinha se apropriado dele de uma forma mais incisiva.

No elenco de outras características, apontamos que as práticas de interação do Governo precisaram dialogar, também, com a constatação da alteração de papéis nesse jogo interacional mais definidos anteriormente, como em emissor e receptor, para uma atualidade mais fluida, com demandas mais urgentes e respostas mais rápidas. A atuação no ambiente *online* mediatizado reflete também o contato mais íntimo com expressões como emoção e desejo do cidadão, com a disposição para um acesso desse ao Governo com ações de amor e ódio, por exemplo, o que mobiliza uma conversação em contextos bem mais amplos que a formalidade de uma audiência pública, por exemplo. Referenciamos novamente o tom de intenções do documento sobre a participação social:

²⁸¹ Tradução livre de: “Podemos afirmar que los que se anclan en las redes sociales son más complejos que los de la etapa anterior en la historia de la mediatización, que estaban sólo en los medios masivos de comunicación. Están atravesados por múltiples modos de interrelación mediática que amplían la destinación”.

A agenda da participação precisa ser construída não apenas na relação entre Estado e sociedade, mas também nas disputas internas aos referidos campos. Por isso, a disposição ao diálogo e à negociação são atributos essenciais àqueles comprometidos com o aprofundamento de uma cultura política participativa. (BRASIL 2014b. p. 11)

Em muitas vezes, a colaboração se torna vigilância, o que gera um interesse maior, por parte do cidadão, pela transparência e por acompanhamento das ações de seus governantes. Ou seja, o ambiente de midiatização também é de cobrança pelo funcionamento da máquina pública: “novos acoplamentos de natureza interpenetrante, entre nichos de produção e de reconhecimento de discursos, trazendo novas marcas de vigilância”. (FAUSTO NETO, 2016b. p. 100-101). Isso pode ser exteriorizado em uma cobrança por transparência, o que em muito colabora para o fomento da democracia participativa; mas marcas de vigilância direcionadas apenas pelo ódio, muito comuns à realidade brasileira no período analisado, geram uma comunicação truncada e pela qual não são produzidos *feedbacks* esperados. O Governo teve de lidar com um público mais ativo na sua relação de interfaces.

Por fim, no rol dos propósitos colocados em operação, podemos situar uma última análise: se esse modelo se qualifica como novo estágio comunicacional da participação no Brasil. Acerca da participação em análise, aquilo que transportamos para as ações comunicacionais, Teixeira (2013) enumera três sentidos de participação “que estiveram e continuam estando em disputa no interior do projeto da democracia participativa no Brasil: *participação como emancipação* [1975-1990]; *participação como deliberação* [1991-2002]; e *participação como escuta*” [2003-] (p. 14, grifos no original), o que já foi apontado por nós no capítulo 3 desta tese. A perspectiva da participação foi modelada, não muito longe dessa reflexão, para os elementos comunicacionais.

Nesse sentido, o questionamento é se as alterações e negociações demonstradas durante o percurso extensamente tensionado configuram um novo sentido de participação. A partir do que foi apresentado e considerando que o *corpus* de Teixeira (2013) segue até o final do Governo Lula, podemos afirmar, sob a perspectiva da comunicação, que o sentido de participação emoldurado e colocado em funcionamento nos períodos de Governo Lula tem validade nos primeiros anos de Governo Dilma. Ou seja, o sentido de participação como escuta foi executado até 2013.

A partir de nossas análises, sob o viés da comunicação, indicamos que após 2013 se identifica um quarto modelo de participação: a *participação em disputa*. Ou seja, o modelo inaugurado no Governo Lula e levado a cabo nos primeiros anos de Dilma entrou em crise e os passos dados demonstraram a elaboração de respostas de forma tentativa. Tudo isso se deu

m disputas, nas quais, no espaço disseminado pelas potencialidades da internet em seu formato de priorização do conversacional, o cidadão possui mais recursos para ocupar os espaços de comunicação e, conseqüentemente, acionar o Governo de distintos outros modos. A necessidade que se coloca na atuação institucional nesses espaços é de ocupar os espaços na perspectiva do embate, na oferta de respostas, de contraposições e de presença.

8.2 Expressão dos Modos de Interação: Concretizações e Falhas

Após a apresentação dos modos de interação configurados pelo Governo Federal, podemos nos debruçar sobre aspectos da colocação em prática da propalada interação com a sociedade. Muito das características e referências sobre a materialidade dessa interação já foi apresentada nos capítulos anteriores, mas a proposta realizada aqui é de síntese das avaliações em vista da visualização da execução daquilo que foi ofertado e o que foi apropriado como interação entre Governo e Sociedade, num contexto de mediação.

Entendendo que a “maioria dos processos interacionais “especializados” (em campos sociais) inclui componentes de *feedback*” (BRAGA, 2015b. p. 47), podemos afirmar que a interação entre Governo e Sociedade, dentro do ideal democrático indicado, pressupõe participação, transparência de ações e relações com o cidadão, na instituição de formas de contato com o universo dos atores sociais. Durante o período em estudo, Governo Federal e Sociedade ocuparam as esferas interacionais para relações em vista da construção da governabilidade. Apesar de compreender essa relação como constituída por fluxos intensos adiante, nossa pesquisa se localiza na busca da análise das ações do executivo nessa proposição, mesmo não entendendo que serão deixadas de lado as manifestações advindas da sociedade, mas essas são complementares na proposta explicativa, sendo de valor importantíssimo o fato de que os muitos casos comunicacionais em que o discurso institucional é colocado em xeque diante das incertezas de uma “recepção” capaz, de igual modo, de produzir e propagar seus discursos também em diversos fluxos.

Sendo assim, se foi possível intuir o incentivo à participação como método de Governo, a execução dessa proposição matricial sofreu os impactos de uma interação, que estão na diferença entre o programado e o realizado, os impactos da má execução ou insuficiência no uso das ações comunicacionais, incluindo os fortes contradiscursos disseminados na sociedade e, por fim, os impactos das conjunturas em momentos que deixaram o Governo Federal em situação desfavorável para atividades relacionais com a

sociedade. A tensão entre oferta e resultados também deve ser vista em processos de apropriação que não estavam previstos pelas lógicas de oferta.

Nesse sentido, o Governo Federal, em muitas ocasiões, (como o indicado em BRASIL, 2013, por exemplo) demonstra uma preocupação em institucionalizar uma participação social aos moldes de conferências. A preocupação com a institucionalização gera formatos padronizados que são colocados em funcionamento durante o período em análise. A participação estabelecida em políticas e disposta em prática se utiliza de determinadas ações comunicacionais para sua execução. Durante a proposta em execução de tais políticas, o modo referencial de comunicação se desloca, em grande parte, para o ambiente da internet.

Tal mudança de referência no ambiente da sociedade, com os usos das potencialidades da comunicação em rede, tensiona o Governo para a busca de ações comunicacionais em ferramentas como as redes sociais digitais já estabelecidas. O governo é cobrado em sua atuação na conversação pública em rede e assimila o ambiente da internet e das redes digitais numa tentativa de alcançar, na medida do possível, seu público. São diversas situações em que o cidadão usuário das ferramentas transpõe questões sobre essa atuação conversacional do Governo Federal: no questionamento do tipo de discurso empregado (como pôde ser visto no subitem anterior sobre o “oi, internautas”; na suspeita de que eram mesmo os ministros participando na ferramenta *face to face* do *Facebook*, restando dúvidas mesmo com a foto no perfil em que estava sendo respondidas as questões; nas diversas interpelações sobre o aproveitamento das participações nos *websites* fomentados pelo Governo. Ou seja, inserido no mundo próprio das ferramentas, o cidadão cobra de seu governo, ou de seus entes representativos, um papel que condiga com a interação com a qual ele próprio está inserido.

E mais, a interação realizada pode ser observada pela escala de uma conversação. Uma experiência colombiana exprime um pouco essa questão de escala, o projeto chamado “*La conversación mas grande del mundo*”²⁸², tendo a proposta de alcançar a conversação de políticas públicas para todo o país que está em um processo de pacificação e para o qual precisa de diálogo. Quando o Governo Federal Brasileiro se coloca em espaços conversacionais, entendemos que exista, do outro lado, um público potencial de 207,6 milhões de pessoas²⁸³, mas que as políticas podem ter uma destinação específica para

²⁸² Disponível em: <http://www.laconversacionmasgrandedelmundo.com/>. A descrição dada para o site é: “Es un plan de movilización social y de pedagogía para incentivar la participación ciudadana y la deliberación pública durante la transición hacia la paz”.

²⁸³ População estimada pelo IBGE em 207.660.929, segundo o IBGE. Fonte: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2017/estimativa_dou.shtm

organizar os direcionamentos de interação. De forma geral, há um problema de escala para incorporação satisfatória da população.

Como dito, a estrutura de estado segue, naturalmente, pelo viés contrário à conversação, pois é altamente burocratizado e dependeria de estruturas muito mais amplas. E, diante das mudanças contextualizadas, a experimentação que ocorre nos meios e no seio da sociedade segue para o campo estatal e governamental. O governo de Dilma, herdeiro de um histórico de esquerda e de uma construção petista de um modelo de participação delegada, é confrontado com as questões do limite de escala da participação. Nas propostas históricas de participação do partido, a representação sempre tem espaço em contraste ao desejo de cada um de “falar por si mesmo”, transbordado nas demandas de rua dos vários casos citados. Portanto, a localização de escala colocada em funcionamento não correspondeu à demanda.

Além disso, a conversação governamental, no caso em que nos propomos apresentar como modelo próprio dessa época (década de 2010), envolve um papel mais amplo que uma prosa cotidiana. Expliquemos: mesmo que os meios estejam distribuídos e a conversação possa aproximar atores políticos e cidadãos, o campo político-governamental resguarda o poder decisório, na decisão última sobre orçamento ou na decisão das políticas a serem implementadas. Nesse sentido, a validade da interação, de certa medida, poderia ser avaliada pela sua influência direta na gestão, pois uma interação baseada em uma conversação de exposição de pontos de vista pode não ser considerada válida devido ao fato de que a governança não estar assumindo nessa relação apenas um papel de expressão de pontos de vista.

No caso da gestão governamental, a efetividade inclui acesso aos espaços decisórios da política econômica. O que chegou a ser aberto, ao menos em parte, nas experiências municipais de Orçamento Participativo, não contou com nenhuma atividade significativa no período estudado do âmbito federal. E acrescentamos a isso o modelo de presidencialismo dos últimos anos, que inclui negociações em vista de coalizões e para as quais a política econômica do governo está em constante vigilância por parte de outros tantos atores sociais: do legislativo, do judiciário, da classe empresarial, da classe ruralista etc. Nesse sentido, definições sobre orçamento na conversação pública governamental, em nível federal brasileiro, ainda segue acumulando um *gap* histórico. Outro olhar sobre essa questão pode ser relatado em seu outro polo, pois o cidadão, ao menos aparentemente, não canalizou como sociedade civil esse desejo de atingir as esferas decisórias. Desse modo, na execução da interação, o Governo foi cobrado por seu *status* por parte de seu interlocutor. O que afirmamos aqui é que a superação de burocracias pela disposição ao ingresso do Governo nas

esferas conversacionais tem a outra face que é de que modo tal Governo administra seu papel tradicional e inclui seu interlocutor nisso.

Outro aspecto de análise de âmbitos de execução é sobre as disputas de signos nessa interação. As temporalidades de negociação se diferenciam na relação Governo e Sociedade. No ambiente digital, os signos estão em disputa e os confrontos têm um tempo mais curto de desenvolvimento. No que vimos, a atualização nos usos do governo foi realizada de forma tentativa, desse modo, não é possível avaliar os modos como uma aplicação estratégica, restando apenas uma avaliação da execução de ações comunicacionais próprias do ambiente interacional das redes e da internet como um todo. Nas linhas seguintes, apontamos algumas configurações de modos de interação no percurso temporal em análise.

Diante das novas modalidades de demanda conversacional, o Governo Federal empreendeu respostas que lhe renderam avaliações gerais sobre sua atuação. No caso de Junho de 2013, a chamada correntemente “voz das ruas” representou uma demanda diferenciada a esse governo, numa interação pública dispersa. Depois de uma resposta tradicional, com os pactos, o Governo empreendeu, tentativamente, uma resposta que contemplasse, já em um segundo momento, alguns aspectos dessa “voz das ruas”, como o uso da internet, uma linguagem mais coloquial e a organização de comunidades, com o site *Participatório*, que teve sua criação acelerada em virtude do clima vindo das ruas e foi colocado em funcionamento como uma tentativa de resposta, mesmo que sua minuta de criação já estivesse pronta bem antes dos acontecimentos, incluindo o público-alvo e as modalidades de participação. O baixo alcance da ferramenta e sua característica de um público já engajado foram sinais de um percalço nessa tentativa de ingresso no ambiente digital midiaticizado. Óbvio que os elementos de falta de transparência com os Gastos com a Copa do Mundo e o aparecimento dos casos de corrupção fizeram parte, também do rol das insatisfações dos cidadãos com o andamento do Governo. No caso da “ocupação” dos espaços das redes sociais, a diferença entre os grupos críticos e o Governo ficou bem visível. A disputa sígnica foi, inclusive, indicada pelo ministro-chefe da SECOM como uma “derrota por W.O”, ou seja, um não comparecimento para o embate.

Outro exemplo da dinâmica de uso das redes é que os cidadãos possuem ferramentas capazes de gerar sua crítica, sua devolutiva à proposta de interação de forma prática. Desponta, na atualidade, o fenômeno da opinião midiaticizada, a partir da aceleração das tecnologias e o enfraquecimento das instâncias de mediação (FAUSTO NETO, 2016c.). O Governo lida em diversas circunstâncias, já descritas por nós no capítulo 6, com a réplica do cidadão e dos opositores. No caso da entrevista de Dilma ao *Programa do Jô*, que já

relatamos em 6.3, os usuários da rede apontam, em réplica ao que foi realizado “os contrastes entre o modelo empregado pelo Programa do Jô e outra modalidade utilizada, por exemplo, pelo presidente Barack Obama para se contatar com a sociedade. No caso, sinalizam que é ele, Obama, quem se desloca ‘à garagem do comediante (para) gravar *podcast*’”. (FAUSTO NETO, 2016b, p. 109). Ou seja, na execução de suas ações, o Governo lida com um retorno imediato sobre seus posicionamentos. Fausto Neto chama essa realidade do caso em questão como um circuito de inspeccionismos por parte da sociedade:

O trabalho da circulação favorece novas condições de produção e de deslocamento discursivo segundo processos que dinamizam complexa espaço-temporalidade de circuitos envolvendo televisão, o campo político, jornais, redes sociais, manifestações de rua, sem que a autonomia midiática sofresse qualquer interrupção, algo que, contudo, favorece outro lado, o desencadeamento do circuito do inspeccionismo. (FAUSTO NETO, 2016b, p. 117-118).

De forma geral, tanto a interação governamental, de forma ampla, quanto a interação a presidencial, transpareceram sinais de truncagem, ao menos no que foi analisado no período examinado por esta tese. Decisões são tomadas a partir da cobrança massiva e a reboque de mobilizações dos cidadãos, seja pela autocomunicação das massas ou pela veiculação midiática de uma vontade popular forjada ou não, o que Fausto Neto (2016b) chama de ziguezague:

O zigue-zague parece atravessar a política comunicacional da presidente Dilma. Ao longo de período 2013-2016, promove escolhas e elege supressões nos protocolos de contatos com a sociedade: deixa de buscar o noticiário da tevê, preferindo a internet; passa pelo rádio e, quando vai à tevê, o faz para transmitir mensagem presidencial, tentando se esquivar dos presumíveis painelaços que seriam emitidos logo após sua alocação (p. 120)

Os movimentos não são de uma comunicação estratégica, mas de tentativas de respostas. Podemos perguntar com Bucci (2016, p. 35): “Estaria o Estado ainda preso a ritos e processos lentos, que não recepcionariam a presteza das redes interconectadas da era digital, definidoras de uma nova temporalidade na esfera pública?”. Ou seja, a assimilação dessa nova temporalidade nas relações entre Governo e Sociedade, baseadas em modalidades mais dinâmicas de interação. E conversar inclui o entendimento, que está inserido nas dinâmicas dessas temporalidades.

Comentando o caso das Jornadas de Junho, Bucci (2016) afirma um deslocamento provocado pela era do digital na relação com as temporalidades da vida social:

[As autoridades] não viam que, no âmbito da sociedade civil, o intervalo entre a ideia e o ato tinha diminuído drasticamente e para sempre. Não viam que essa diminuição havia se dado apenas no âmbito da sociedade civil, não no âmbito do Estado. Esse era o maior problema que elas teriam de enfrentar. (BUCCI, 2016, p. 70)

De fato, os aspectos de midiaticização foram muito marcantes e fizeram com que os elementos tradicionais de ordem comunicacional da modalidade de democracia representativa na gestão da participação fossem sendo forçosamente alterados. Ou seja, o governo acena para a participação — contato direto com a sociedade — via protocolos das redes. Porém, sua máquina, em termos políticos e conceituais se filiava a outra lógica (discurso político que nutria certo modelo de participação) que não dava ao governo competência para um contato direto com a sociedade, desplugando-se de algumas estruturas mediadoras. No caso das ações mobilizadoras do contato do Governo, “O Estado demorava demais para entender e responder às insatisfações sociais que, sem ter para onde escoar, explodiam na forma de clamor material. O governo tardava”. (BUCCI, 2016, p. 80)

A questão da diferença entre a filiação da sociedade nas redes e a filiação do Governo aparece no desenrolar da gestão, quando a disjunção é apresentada pelo próprio ministro da Secretaria de Comunicação Traumann, que demonstra a desconexão que a gestão vai tendo da sociedade midiaticizada. Aparece também na defesa e no implemento das políticas participativas via tecnologias, subsistindo apenas uma defesa acerca das propriedades das ferramentas, quando na realidade o trabalho de construção interacional entre governo e sociedade não podia se efetivar por esse meio.

Uma característica da midiaticização na qual a interação do Governo com a Sociedade foi tensionada em seu funcionamento trata da capacidade de expressão sem intermediários. No período em questão, atores políticos e atores sociais estiveram em contato sem as mediações clássicas da imprensa, como no caso do uso do *Snapchat* pelo presidente Maurício Macri, na Argentina (SLIMOVICH, 2017). Ou o uso constante de redes sociais por políticos em situações de contato direto ou de fuga das mediações da imprensa. Tal mudança na mediação pode ser vista na forma de diálogo e de participação na relação Governo e Sociedade. A oportunidade do contato direto dos atores políticos com seu público pode ser uma aliada, na perspectiva da oportunidade mais variada de oportunidades de contato e no acesso mais direto ao cidadão. Mas, ao mesmo tempo, o acesso garantido da população causa mais cobrança e oportunidades ao cidadão para fazer chegar sua insatisfação. Com o canal aberto, o cidadão se dispõe a falar nas redes o que não cabe em outro lugar, acaba se tornando, também, um lugar para destilar o ódio.

A sociedade interpela, mas a resposta do governo, diante da nova temporalidade assentada sobre as redes sociais digitais, vem atrasada – ou não vem. Processos e ritos do Governo não acompanham, na maioria das vezes, tal dinâmica e a linguagem própria das redes. Há um descompasso entre as temporalidades. Confirmamos, novamente, a necessidade de atualização da atuação do Governo, em vista de uma mínima concordância com a oferta de uma governança em tempos de midiaticização. O público também deve ser entendido como heterogêneo, com diferentes habilidades para a interação.

Observando especificamente os processos tentativos propostos pelo Governo Federal Brasileiro durante os anos em questão (2011-2016), podemos dizer que, de certo modo, foi buscada uma incursão nas estratégias possibilitadas pelas novas tecnologias e que o Governo se utilizou do percurso de participação e diálogo acumulado pelo Partido dos Trabalhadores. Mas o período coincidiu com outras circunstâncias advindas, em alguma medida, também pela esfera do digital, como as mobilizações em rede, os grupos opositores ambientados em comunidades *online* e conjunturas políticas. Podemos acrescentar a isso, até mesmo a própria identificação de políticas de participação com o espectro da esquerda, como vimos no capítulo 3, o que chega a ser um dos motivos de problema diante de um crescimento de forças conservadoras de direita no período. Tudo isso gerou forças em contraponto à implantação dos processos desejados pelos atores políticos da gestão durante o período.

8.3 Perspectivas

Após identificarmos e avaliarmos os modos de interação concebidos e colocados em prática, no contexto deste universo de estudo, a proposta para este último subitem do capítulo é de indicar as prospectivas das discussões sobre a interação Governo e Sociedade diante da identificação de uma crescente ampliação da midiaticização, num exercício indicativo a partir das realidades colocadas em funcionamento durante o período de análise e do andamento das práticas comunicacionais realizadas em rede. Destacamos as características participação e conversação entre as possibilidades mais visíveis de uma e-governança.

Pela midiaticização, a intercambialização de mensagens advém de outros e novos protocolos interacionais, que retiram os polos tradicionais – produção e recepção – “de um lugar pré construído de produção de sentido”. (FAUSTO NETO, 2016c. p. 65). Nesse sentido, toda e qualquer proposta de ações comunicacionais tem a necessidade de considerar essa existência de novos protocolos que desestruturam a forma tradicional de emissão e recepção. Ou seja, na relação Governo e Sociedade, a partir da midiaticização, o antigo emissor

(Governo) tem que se propor a, de algum modo, se desconectar de seu lugar até então estabelecido e reconhecer outro tipo de articulação de seu *status* na relação com as diversas forças sociais, em torno de práticas e de ações negociadas, inclusive aquelas de ordem comunicacional.

E essa modalidade de interação, uma conversação pública, deve ser considerada a partir da mediação e do contexto de redes. Após a constatação desse novo contexto, indicamos que o Governo tem diante de si um interlocutor diferente: “o cidadão comum tinha sido ativado num registro que não coincidia (nem precisava coincidir) com o dos trâmites da antiga política, de viés paternalista, nos quais se seguiam orientações centralizadas”. (BUCCI, 2016, p. 71). Um descompasso entre sociedade e Estado fica mais evidente e, com a expansão da mediação, fica mais fácil que essa sociedade apresente sua insatisfação em relação a isso. Desse modo, uma formulação prospectiva para as questões de interação, esse novo modo de conceber as relações precisa ser colocado em pauta.

E mais: na disputa de discursos e contradiscursos na política, cidadãos têm “capacidade de gerar **produções discursivas** políticas que alcancem o espaço público, **conformação de coletivos políticos** – seguidores, oponentes ou sem opção eleitoral – e **ocupação do espaço urbano** para tentar vetar o que provém da instituição política” (SLIMOVICH, 2017, p. 47, grifos nossos).²⁸⁴ Tal síntese de Slimovich (2017) nos ajuda a especificar o modo em que devem ser concebidas as elaborações prévias para a partida às interações, pois o entendimento de que o cidadão tem toda essa potencialidade, de gerar produções discursivas, de formar coletivos políticos e de ocupar os espaços, deve levar atores políticos e instituições a planejarem muito bem sua atuação nessa atuação.

Diante da realidade de interação com esse tom conversacional, ferramentas do ambiente digital possíveis de capturar opiniões, como os sites participativos colocados em funcionamento tentativamente pelo Governo federal, podem colaborar em uma organização e confluência de interações, em vista de vencer as dificuldades do efeito colateral que advém da profusão mais efetiva de posicionamentos e pontos de vista: a dispersão. Nesse sentido, a recepção dos *feedbacks* do cidadão, utilizados de forma consciente e programada, pode colaborar na governança a partir da realidade de mediação.

É preciso planejar modos de como conversar em rede diante de processos comunicacionais que, como dito anteriormente, seguem adiante, em processos diferidos e

²⁸⁴ Tradução livre de: “capacidad de generar producciones discursivas políticas que alcancen el espacio público, conformación de colectivos políticos –seguidores, opositores o sin opción electoral– y ocupación del espacio urbano para intentar vetar lo que proviene de la institución política”.

difusos, em contraste com as práticas padronizadas tradicionais, pois “o processo de digitalização da política gerou movimentos de cidadãos e sujeitos sociopolíticos articulados com as redes sociais e em inter-relações com os meios massivos de comunicação” (SLIMOVICH, 2017, p. 45).²⁸⁵ As dinâmicas múltiplas da comunicação a partir das redes, a nosso ver, questionam o modo consolidado da estrutura governamental. Nesse sentido, é preciso, diante da realidade, que o Governo se repositone em relação aos cidadãos e se disponha a ingressar no “mundo” desses cidadãos articulados em rede. Obviamente, algumas relações não são motivos de adaptação nessa estrutura, mas a incorporação de processos horizontais é mais demandada, num ambiente de midiaticização e assimilação do digital.

Outra adaptação necessária é otimização do serviço público à modalidade de interação por meio da internet. Na organização do setor público, como exposto no capítulo 7, não existem modalidades de vagas que correspondam às novas modalidades de comunicação *online* e por mídias digitais²⁸⁶, na incorporação das novas formações dos profissionais de comunicação e na reformulação de estruturas para os departamentos e setores. O modelo de disposição de vagas para o serviço público brasileiro tem bastante burocracia para a assimilação de novos cargos, que precisam de legislação de criação. Na atual configuração do Governo Federal, a comunicação digital é pensada pela Secretaria de Comunicação, como no *Manual de Orientação Para Atuação em Mídias Sociais: Identidade Padrão de Comunicação Digital do Poder Executivo Federal* (BRASIL, 2015b), sendo assimilado como um serviço da estrutura de comunicação já existente. As práticas adotadas no serviço público contam com certo atraso em relação à assimilação realizada pelo setor privado.

Outra questão de realidade de barreira para a ampliação da atuação governamental na dinâmica da interação é sua efetividade na contabilização do capital eleitoral. Se identificamos certa justificativa dos atos pelas estratégias de porosidade nos governos, temos que concordar com Slimovich (2017, p. 46), que diz: “sabemos que as estratégias políticas nas redes sociais, mesmo as mais exitosas, não se traduzem linearmente em votos”.²⁸⁷ Os resultados práticos no cálculo eleitoral não têm uma relação direta nas urnas. Ou seja, a valorização desses espaços não surte efeito direto na disputa eleitoral, o que poderia justificar um baixo nível de comprometimento dos atores políticos com a abertura para a contribuição da população, já que a moeda mais importante politicamente acaba sendo a efetividade

²⁸⁵ Tradução livre de: “El proceso de digitalización de la política ha generado movimientos ciudadanos y sujetos sociopolíticos articulados con las redes sociales y en interrelación con los medios masivos e comunicación”.

²⁸⁶ A UNISINOS, por exemplo, oferece o curso de Comunicação Digital, específico para a atuação junto às novas mídias.

²⁸⁷ Tradução livre de: “Sabemos que las estrategias políticas en las redes sociales, aun las más exitosas, no se traducen linealmente en votos.”

eleitoral, que ainda não está estruturada em uma correlação íntima; ou seja, grosso modo: participação e abertura para debate e diálogos não geram votos e perdem relevância num campo político dominado pela perspectiva de nova eleição a cada quatro ou oito anos²⁸⁸.

No intuito de refletir sobre as perspectivas da modalidade interacional mais próxima de uma conversação, é preciso nos perguntar, também, para além da efetividade no capital eleitoral, a efetividade democrática de modalidades mais conversacionais nas discussões do campo político. Ou seja, nos ganhos possíveis para a democracia com o incremento de modalidades próximas de uma conversa pública. O pesquisador Stig Hjarvard é enfático em reconhecer os limites da conversação, pois ela resguarda possibilidades de controle por parte de quem melhor desempenha papéis. Para ele, “seria objetivamente incorreto e politicamente ingênuo acreditar que a comunicação se faz mais democrática seguindo as regras da conversação informal. Pelo contrário, isso só a deixa mais aberta à manipulação e ao controle por parte daqueles que melhor dominam essas formas de comunicação”. (HJARVARD, 2014a, p. 118). Ele também se refere a Schudson (1997) para dizer que a conversação não é a alma da democracia. Schudson (1997), pesquisador da deliberação, aponta uma visão romântica na crença de que a abertura à expressão no campo político, por exemplo, já seria fomento de conversações democráticas. “Não há nada de inerentemente democrático na conversação sociável”, aponta Hjarvard (2014a, p. 118).

Além dessa consideração sobre conversação, é possível, também, discorrermos sobre o aspecto específico da conversação *online*. Em sua execução, ela é comparada à conversação *face a face*, mas ela resguarda características que a limitam. Por seu afastamento físico ser adicionado de ferramentas de aproximação, a conversação *online* sugere uma ocupação comum ideal, mas a realidade prática esbarra em questões comuns de divergências costumeiras de uma interação comunicacional: as semânticas próprias das pessoas (história de vida, aspectos regionais), os estereótipos da linguagem, as mediações de cada cidadão (cultura, economia...), diferenças de léxico, diferentes entendimentos da interpretação, simplificação própria das redes, favorecimento ao anonimato, falta da linguagem corporal (em muitos casos) e um aspecto brasileiro é a assimilação da cultura escrita sobre a cultura oral, o que representa uma lógica diferente do histórico nacional em que certo atraso educacional

²⁸⁸ Um caso recente e ilustrativo do Brasil pode ser dado é o perfil no Facebook Prefeitura de Curitiba, caso muito estudado pela relevância conquistada como líder em engajamento entre as instituições públicas, mas, que na tentativa de reeleição, em 2016, o mandatário Gustavo Fruet não conseguiu ao menos ir ao segundo turno. Obviamente, a relação não é matemática, mas a contabilização do investimento nessa ferramenta deve ter sido feita.

favoreceu a segunda cultura sobre a primeira, colocando o mundo das redes conversacionais como prioritariamente espaço de escrita de posições.

Desse modo, um ideário de que nas redes “todos conversam com todos” deve ser balanceado com poréns a se considerar e não ser dado como elemento positivo e de favorecimento a um ideal democrático. A conversa na rede é diferente da fala oral, mas se perde a consciência disso quando se igualam as modalidades. Acrescentamos a isso o fato de que a liberação dessa conversação em *continuum* na rede favorece o acirramento, devido a alguns dos elementos citados anteriormente, como o anonimato e a sensação de defesa por não compartilhar o mesmo espaço físico. Ou seja, a rede social possui elementos operacionais à semelhança de uma conversa, como imediatismo, *feedback* rápido, comunicação síncrona, mas resguarda diferenças, como não compartilhamento do mesmo espaço físico, possibilidade do anonimato, interlocutor mais aleatório, laços mais frágeis e falta de compreensão de ironia, por exemplo. Outros elementos sobre a conversação podem ser levantados como tensos na conversação pública *online*, como o fato de lidar com a profusão de pontos de vistas, com a dificuldade de organização de pensamentos diversos sobre a mesma temática.

Considerando essas características na interação entre Governo e Sociedade em uma modalidade mais próxima da conversação, o desafio localizado está na atuação governamental nessa arena, com o objetivo de contemplar essas diferenças e dar contexto aos debates num volume de um público amplo da sociedade. O exercício que ficou aquém no período em estudo e para o qual indicamos atenção nesta proposta de perspectiva é de coordenar a agregação de opiniões divergentes num período em que tais opiniões estão cada vez mais explícitas e confrontadas em espaços públicos do âmbito do digital. Outro ponto ligado a esse é do manejo de pontos de vista e opinião e da diferença de atuação do público quanto à temática. Vimos, no processo em estudo, o surgimento de um público não engajado tradicionalmente na discussão de políticas públicas, mas que requereu um espaço para ser ouvido, por meio de suas semânticas próprias de negociação. O processo de labor junto a essas dinâmicas vai contribuir no sucesso de tais incursões nesse modo conversacional de interação.

Por fim, podemos nos questionar, ainda, sobre a possibilidade de um futuro novo modelo de democracia representativa a partir do ambiente de Internet e de redes sociais digitais, pois tais alterações podem ser apenas assimiladas em parte e deixar de ser relevantes com o tempo ou representar um verdadeiro no estágio da midiaticização da política. No sentido da constatação de uma insuficiência da própria democracia representativa ou da fragilidade das atuais ofertas de porosidade, podemos indicar que, ao menos potencialmente, as

características indicadas apontaram uma mobilização junto ao Governo para certa mudança de atuação, mas, perguntamos: seria isso um modo específico e inédito possibilitado apenas pelo contexto de disseminação de redes? Trata-se de um modelo híbrido de movimentação em redes e ruas?

Retomando os modos idealizados e colocados em prática, o que relatamos em 8.1 e 8.2, podemos vislumbrar um novo padrão de governança, no qual não pode negar a escuta e a participação. Cresce, no contexto de democracia representativa, a demanda pela conversa junto à população não organizada em associações, conselhos ou movimento, pois a “sociedade civil desorganizada”, com o perdão do trocadilho, tem se utilizado de suas formas de ação e mobilização para lutar por espaços de interlocução. E a conversação pública cada vez mais informal segue contestando os processos não atualizados do Estado e as brechas e vácuos são preenchidos com participações e conversações de rompantes. Um modelo em que, por parte da sociedade, a interface de comunicação com o Governo é criada ou, em caso extremo, forjada em diversas circunstâncias, sejam simbólicas, visuais, com apoio da mídia ou, até mesmo, pela violência.

Além disso, o choque de diferentes padrões de linguagem entre Governo e Sociedade suscita discussões sobre aperfeiçoamentos. Por isso, a interface com o cidadão precisa ser pensada como política estruturante, tendo a reflexão comunicacional como central e não como um caixa de ferramentas em que se busca algo para um conserto específico. A descentralização dos meios de comunicação reflete na construção de novas experiências de expressão e de discursos por parte dos cidadãos. Novas formas de organização em rede potencializam a formação de grupos por identificação em laços políticos caracterizados por uma fragilidade na composição, mas de uma fortaleza na capacidade de mobilização.

Apesar de que descrevemos ações e iniciativas em processo, podemos afirmar, de antemão, que é um processo sem volta. Ou seja, o modo de interação governamental–, em menor ou maior grau – a depender das características pontuais, afetado em uma sociedade em midiatização e pelo contexto do digital. E esse modelo é baseado na participação, na escuta e na transparência, caso se tenha como prioridade a legitimação pública de ações e não se governe despotamente, entregando-se ao mercado ou a aliados políticos. Em nosso capítulo de considerações finais, veremos uma retomada sobre o processo de trabalho da pesquisa e também citaremos alguns elementos da atuação pós-Dilma, mesmo não sendo parte do *corpus*, que tem sido marcada pela descontinuidade desse processo de justificação das ações governamentais junto à sociedade.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como palavra final a respeito do processo de elaboração desta tese, desenvolvemos aqui reflexões sobre a investigação realizada, retomando as expectativas pontuadas no início, percorrendo de modo reflexivo os capítulos desenvolvidos e realizando um retorno conclusivo às inferências apresentadas. Também como parte da construção de tais inferências, refletimos sobre as indicações de possíveis ângulos e de perspectivas de pesquisas para a área da comunicação, como resultado dos efeitos do trajeto da investigação aqui concluída.

Nesse sentido, destacamos a singularidade que envolve os processos tentativos de comunicação do Governo Federal, implementados por ações comunicacionais, bem como o contexto sócio-político configurado pelos processos de mediação em curso, principalmente a partir da internet e suas operações. Assim, a comunicação não se colocou apenas como uma ferramenta, conforme a usual tradição de políticas fundadas em atividades de relações públicas e de comunicação institucional. Ela desponta como uma dimensão constituinte do engendramento de uma atividade entre campo político e sociedade. É a partir dessa referência que se destacam as observações que fizemos sobre as ações comunicacionais de dois períodos de gestão de Dilma Rousseff, constituídos de várias estratégias e produtos. O tempo é de acumulação, durante o período, de sucessos e de insucessos, de assimilações e de tensões, num tempo profundamente marcado, também, pelas turbulências políticas.

Sendo assim, entendemos que o ingresso do governo em canais de oferta de participação e diálogo com o cidadão não é *per se* uma obrigação, embora possa ser subentendida como tal, e não há um acordo na governança de que a interação precise ser realizada por meio de protocolos comunicacionais. Porém, a incursão em ações de contato de atores políticos com o cidadão depende, além da vontade política, do reconhecimento da cultura dos cidadãos e das operações das mídias como referências fundamentais para o desenvolvimento de políticas que visualizem novos tipos de interações entre governo e sociedade. Constatamos, portanto, ao longo de nossas observações no período estabelecido, que o Executivo Federal se empenhou em construir possibilidades de espaços de vínculo com o cidadão. Isso foi visto em ações de caráter estratégico, no posicionamento de valorização de ações em vista da interação e, especialmente, em proposições e práticas diversas, como por exemplos os *websites* criados com esta finalidade.

Por outro lado, e conforme o próprio título desta pesquisa aponta, há uma relativização da obtenção de resultados positivos dessas ofertas enquanto resultados conclusivos. Isso se percebeu diante do fato de que as processualidades captadas pelo nosso olhar chamaram a atenção para os desajustes, os vários tipos de percalços entre oferta e apropriação de estratégias. Os percalços se manifestaram em vários níveis que constituem tais interações, expressando-se a partir de dificuldades de: concepções, formulações comunicacionais e de expectativa política; fator experimental de tecnologias em aplicações específicas; condições de acessos à sociedade, por linguagem, metodologias e tempo de resposta, entre outros.

Nesse sentido, realizamos uma pesquisa que mostrou desafios, principalmente, na construção do processo observacional. Como indicamos, o trabalho de campo passou por remodelações diante de paralisias e descontinuidades nos materiais, mas foram justamente essas intempéries que indicaram que o processo deveria, realmente, ser estudado dinamicamente no contexto chamado de sociedade em mediação. Os modos de interação empregados pelo Governo oscilaram entre o automatismo político das práticas e a garantia ferramental em dispositivos. Tudo isso foi atravessado por questões de macropolítica, intensificadas até a queda da presidenta. A observação desses aspectos tornou-se uma preocupação para o caminho metodológico escolhido, de forma a proporcionar um encaminhamento satisfatório em busca da resposta às demandas de pesquisa.

A reconstituição de processos, como foi o trajeto escolhido, diante do período de cinco anos e oito meses, seguiu, nesta tese, o propósito de localizar as enunciações e ações práticas de comunicação em vista da estruturação da interação do governo com a sociedade. Elegemos um processo de observação que tomou como referência a implementação de um mapa de leitura possível, tendo em vista os cenários e os diversos ângulos que envolviam a mediação da sociedade, especialmente aquela que afetaria os processos políticos. Tal opção pela explicação analítica, a partir da mediação como chave de leitura, implicou uma relativização de outras possíveis chaves, como a participação política ou a democracia deliberativa, por exemplo.

A relação entre política e mediação contempla experiências a partir de novos protocolos de interação que envolvem uma multiplicidade de ações comunicacionais em vista do exercício da democracia: o que vai desde as brechas oficiais nos espaços de poder (porosidade institucional) até o contato direto dos políticos com os cidadãos em ferramentas de redes sociais, sem a mediação tradicional e a partir de outras linguagens, num redesenho dos vínculos do campo político e os atores sociais, a partir da sociedade mediada. Esses

diferentes graus dessa implantação são visíveis nas observações e análises realizadas. No tensionamento entre mídiatização e política na era digital aponta-se que novas formas de atuação de atores políticos são realizadas após a disseminação da internet e das redes sociais na vida social. São outros modos de circulação de discursos que levam a uma complexificação do discurso político, o qual está misturado aos diversos discursos presentes na rede, indicando uma dispersão, mas, por outro lado, um trabalho complexo de coenunciações.

As mudanças na atuação diante da realidade diversificada dependem, também, do uso e do acesso aos dados pelos cidadãos, pois a concepção e a colocação em prática das ações comunicacionais são apenas parte da interação, já que, como vimos, o cidadão realiza outro tipo de trabalho interpretativo, gerando outras possibilidades de resposta, diante do acesso às ofertas veiculadas por diferentes meios, considerando suas diversas potencialidades. Mesmo que se afirme que o contexto de produção dos receptores é diferenciado daquele dos produtores, não podemos negar que a interação se dá por meio de uma afetação mútua. Podemos dizer, portanto, que há marcas que indicam a alteração e o funcionamento dos sistemas de produção do processo comunicacional das instituições na relação com os públicos.

Vimos no trabalho, ainda, que os modos de funcionamento da interação realizada entre o ente institucional e os atores sociais foram identificados com diversas características, mostrando aspectos potenciais de novos vínculos entre representantes e representados, a partir da dinamização dos fluxos dos processos digitais. Há algumas evidências no sentido de mostrar que a política deixa de ser, cada vez mais, uma exclusividade dos atores políticos e dos cidadãos especializados e passa a ocupar o espaço mais cotidiano do cidadão. E as possibilidades de ingresso desse cidadão “comum” se manifestaram pelas oportunidades de expressão mediante as manifestações mídiatizadas e a atuação em movimentos baseados nas redes sociais digitais.

A provocação deixada por Umberto Eco, recortada como epígrafe desta tese, nos tensiona para questionamentos atuais: “Eu estou profundamente convencido de que há uma dezena de anos nós celebramos o fim da democracia representativa” (ECO, 2012). Ele proferiu essa sentença em entrevista no ano de 2009²⁸⁹. Ou seja, já se vai quase uma década. Muitos dos aspectos apontados em nossa pesquisa mostram cenários dessa tendência. Se a democracia representativa entra esgotada no século XXI, as perguntas que devem ser feitas são sobre como dar novo significado a ela, como gerar estratégias que resguardem o sentido

²⁸⁹ A mesma foi publicada em 2012. Ver ECO (2012)

da vida em sociedade e, talvez, como demonstrar o que seria uma democracia pós-representação, principalmente considerando a singularidade e a complexidade dos processos comunicacionais envolvidos na realidade atual.

No contexto brasileiro, atores políticos ainda veem o investimento em ações específicas de interação a partir do ganho eleitoral possível, pois quando há investimento em uma campanha eleitoral, por exemplo, está explícito um objetivo pragmático de se ganhar uma eleição. Já o investimento na governança, em boas práticas de atuação em vista de porosidade e transparência, pode dar apenas um ganho de qualidade democrática, ao mesmo tempo que pode não representar logro eleitoral. Não se entende que a comunicação demanda um extenso processo de perscrutar modos, conteúdos, demandas e expectativas da sociedade. Por exemplo: colocar um *website* no ar, mesmo que ele seja essencialmente participativo, não é um processo de comunicação. A simples entrega de produtos comunicacionais não se estabelece como ação comunicacional, pois a participação não se dá por decreto. É preciso que se considerem os feedbacks complexos gerados pelos atores sociais. Fora dessa perspectiva, o Governo encara a sociedade em midiatização mantendo suas bases em uma sociedade midiatizada.

De fato, o Governo está pressionado, a todo o momento, por diversos aspectos: pela mediação e pela midiatização; pelas políticas dos Governos anteriores; pelas crises etc. E a comunicação colabora nas formulações tentativas dessa atuação, sendo, por outro lado, também, o “mordomo” dessas crises. Ou seja, pensando-se estruturalmente numa comunicação, mas a partir do papel que ela ocupa na sociedade atual. Vale a ressalva, por outro lado, do reconhecimento das limitações da comunicação, pois até certo ponto ela consegue ser protagonista, mas como foi apresentado nas inferências, a gestão política impede que ações sejam demandadas a ela. Ou seja, mantém-se a questão: “Até onde vai a comunicação?”.

E os arroubos em vista da participação midiatizada na passagem das redes às ruas, a partir da afirmação de Eco acima, são características desse colapso da democracia representativa. Perde sentido um sistema por delegações, ou seja, por negociações junto a indivíduos potencialmente portadores da síntese de uma vontade coletiva. A cada constatação de sua possibilidade de ser ouvido, o cidadão expressa, também, seu desejo de ter acesso, segundo outras metodologias, estratégias e ações, às instituições, bem como de ter um acesso mais direto aos atores políticos, para fazer chegar seu desejo e sua insatisfação.

Em tempos de transparência, a interferência do cidadão, segundo outro desenho na gestão da política, é de grande importância para o funcionamento das democracias no contexto de “pós-democracia representativa”, pois a abertura e a inclusão do cidadão ajudam a complementar o que a representatividade nos moldes clássicos possa deixar a desejar, no sentido de oferecer possibilidades de conhecer até a vontade do cidadão em sistemas pós-voto, em situações de abertura para a discussão de políticas públicas e em canais para busca de contato com a opinião dos cidadãos. E outros mecanismos de escuta podem conferir legitimidade e sustentar os contratos de representatividade. O que se vê, atualmente, é o investimento das administrações públicas em ações de abertura. Entretanto, não existe uma relação direta dessa oferta com o uso dado pelos cidadãos, como vimos. Estamos diante de um desafio, pois se sabe que a dinâmica de uma relação entre instituições políticas e sociedade, afetada pela mediatização, contribui para um ambiente de dissensos e de imprevisibilidade.

E os fatores desse ambiente dissonante e imprevisível foram acirrados, no período estudado, com as turbulências que afetaram a efetivação das estratégias previstas pelo Poder Executivo no campo das disputas políticas e na confirmação do espaço de protesto nas ruas como lugar de acesso à esfera política. Os aspectos que indicamos mostraram que foram colocadas em questão as instituições mediadoras. Nesse sentido, a atuação de interação do Governo com a sociedade, a nosso ver, deve passar por uma avaliação sobre a concepção de atuação comunicacional nesse âmbito de relação com a sociedade civil. Em nossa pesquisa, vimos que o Governo Dilma apostou tanto na dinâmica institucionalizada – estratégia que foi contestada em muitas ocasiões – e na aproximação pela via tecnológica, operacionalizada de forma experimental. Os processos tentativos são, em grande parte, respostas às situações de crise e, de igual modo, são afetados a todo o momento pelas situações de tensão, mas justamente são chamados de tentativos por demonstrarem a falta de estratégia de comunicação em sua concepção e em sua execução.

No caso brasileiro, outro destaque dessa ação tem a ver com o modo de inserção do cidadão no âmbito público. Há certas modalidades de fala nesse posicionamento que estão motivadas pelo ódio e pela agressividade, o que direcionam a um debate bélico. Falar de política nas redes sociais se torna cotidiano na vida dos brasileiros, mas a partir de um modelo caracterizado por uma participação emocional no campo político e pelo interesse crescente em opinar nesse campo. Nesse sentido, a articulação para reivindicação também é para o debate antidemocrático. O uso das redes sociais no engajamento político se reflete no desejo difundido de expressão de ideias para além de um foco na busca de consensos. A necessidade de expor posicionamentos na rede favorece a criação de nichos em busca de diversas frentes

de engajamento político. Nesse sentido, outra fala categórica de Umberto Eco nos chama a atenção: “Eu sou muito pessimista, caminhamos para uma despolitização da opinião pública” (2012, p. 25). O alerta do semiólogo nos desafia a pesquisas futuras sobre formas de atuação da atividade do cidadão nas redes, onde realiza grande parte de sua atuação política.

Desse modo, e no propósito de conclusão, identificamos que experiências institucionalizadas, as quais envolvem dimensões de interação e de diálogo, devem contemplar uma abertura a novas possibilidades, de modo a incluir, em suas formulações estratégicas, o ator social disperso e que precisa ingressar nestes circuitos de modos outros. Tal modo de inclusão é distinto de modelos institucionalizados sobre os quais se assenta construção de políticas públicas inclusive, as de natureza comunicacional. O interesse de ocupação de canais de interação não deve ser visto apenas como uma demarcação de território ou de ocupação experimental. A assimilação de ações comunicacionais nesse âmbito interacional deve ser feita de forma profunda nas instituições, diante do reconhecimento da configuração de práticas sociocomunicacionais diversas, por parte da sociedade, no ambiente da mediação em curso.

A abertura de canais de participação/interação, quando não construída segundo princípios de simetrias tentativas, pode gerar frustrações nos atores sociais envolvidos, o que pode ocasionar mais insatisfação do que aspectos positivos. Daí a importância da clareza dos objetivos e do modo como se dará o ingresso do cidadão nos canais, bem como a potencialização das manifestações de sua participação, especialmente no contexto das ferramentas propostas nos moldes *online*, por exemplo. Muitas vezes, e pôde ser visto na observação que realizamos, a participação do cidadão tem um caráter de exposição simples de pensamento, cujas mensagens não recebe do governo, enquanto interlocutor, qualquer elucidação de que sua colocação ou prioridade foi considerada. Por certo, acreditamos que as instituições políticas têm de reposicionar seus discursos e suas formas de acesso aos públicos em cada instância de poder. E essa questão vale, também, às demais instituições da sociedade.

Na sociedade, em suas organizações privadas, associações, movimentos sociais e grupos, o cidadão interage, de formas diversas, por meio de canais informais, ao passo que acessa suas necessidades de forma cada vez mais próxima às lógicas do seu cotidiano. Por outro lado, tradicionalmente o Governo opera em um modo próprio, pela lógica burocrática, assimilando as transformações em um tempo mais extenso. O tempo da política (convênios, propostas, decisões, votações) é articulado de modo diferente do tempo do usuário, cidadão, que se expressa de forma imediata com o que pode, seja com os painéis ou com as manifestações em rede, deixando clara, para o governo, a sua insatisfação. Essa situação,

obviamente, não pode ser sintetizada em uma resposta mágica de que seria apenas remediar esse *delay* de tempo para resolver todos os problemas.

De igual modo, os Governos tendem a pensar modelos a partir de uma teoria de causa e efeito em detrimento de tentativas pensadas no âmbito de um viés interacional/comunicacional, o que se vê refletido, de forma prejudicial, nas ações práticas. Vislumbramos que o Governo propõe se lançar em iniciativas do digital, mas há um aprisionamento a vícios ou mesmo costumes de formas tradicionais, no sentido de conversar com a sociedade. E mais: colocar-se em processos mais informais e interativos de comunicação traz consigo exigências de uma disposição à abertura. Propor-se à desburocratização é um salto que traz grandes reivindicações. E o modo como a instituição se coloca nesse ambiente pode indicar desde um nível rasteiro de ampliação de ferramenta até uma reconfiguração do trabalho realizado. Quando se cria um lugar específico – ou seja, um espaço participativo – as pessoas precisam se sentir motivadas e de fato engajadas em contextos que assegurem a expressão de sua opinião e a troca de informações em mais um espaço, já que elas já têm essa possibilidade garantida em blogs, sites, redes sociais e similares. Podemos perceber que as redes sociais têm sido muito usadas nas iniciativas mais recentes, mas ainda se referenda apenas a colaboração recebida pelos canais oficiais. Por exemplo, no caso do *Dialoga Brasil*, apenas o voto dado via site é considerado, não sendo levadas em conta as participações em diversas outras modalidades e discussões realizadas nos comentários pelo Facebook.

O que afirmamos é que o Governo ainda não realizou o câmbio da perspectiva da internet de navegação – baseada em sites – para a internet de conversação – fundamentada em dispositivos móveis. Falta desenvoltura aos governos no processo de compartilhamento da discursividade da internet. Um nicho produtivo próprio das redes sociais e que passa a ser incorporado pelo Governo, mas com operacionalização ainda insuficiente. Outro indício dessa fragilidade é a forma como o Governo peca na disposição para se apresentar como receptor das informações, ou seja, de estar “do outro lado” do funcionamento do processo comunicacional. O modo de interação da internet exige, além da disposição institucional, mudanças no modo de operacionalizar a comunicação participativa, ou seja, o aprimoramento da pragmática comunicacional que envolve representantes políticos, técnicos da administração pública e segmentos de atores sociais.

A partir das interações por nós estudadas, podemos visualizar as dinâmicas em funcionamento. O uso do digital pelo Governo Federal pode ser apenas devido à coincidência da disseminação do uso das redes na sociedade, não formando uma opção do ponto de vista de

estratégia comunicacional. O risco é de a tecnologia de comunicação ser apenas ferramenta, sendo um exemplo metafórico sobre a compreensão que a política tem da comunicação. Como dissemos, não foi colocada em prática uma visão estratégica na qual a comunicação fizesse parte do cerne da ação política, tornando-se um complemento com papel instrumental.

Outra questão mais a fundo é sobre o fato de o modelo de democracia que temos se enquadrar no mundo de disseminação da internet que estamos acompanhando. Diante da abertura dessa discussão, indicamos a necessidade do debate sobre quais seriam as mudanças necessárias aos governos, para viabilizar a sustentação do modelo democrático a partir da configuração de conversação em rede. Ressaltamos que a comunicação pode oferecer respostas no sentido de colaborar com o aperfeiçoamento dos modelos de interação do Governo com a sociedade. Estamos diante de uma democracia menos estável e que ainda não tem conseguido corresponder às exigências de uma realidade caracterizada por uma menor convergência de posicionamentos e por uma maior dificuldade de produção de consensos. Nessa realidade, as instituições, incluídas as político-governamentais que apresentamos aqui, precisam se reconstruir ou, até mesmo, se reinventar.

Consideramos, por fim, alguns elementos após a mudança de Governo com a destituição de Dilma. O que vimos, numa observação menos sistemática que a da elaboração do trabalho, foi uma perda de continuidade das modalidades de interação e de diálogo com a sociedade. Após o afastamento definitivo, o Governo Brasileiro formado toma a postura de ignorar a justificação social das ações e de buscar alguma aceitação ou popularidade. A Secretaria de Governo, que englobou a extinta Secretaria-Geral da Presidência da República, se torna um órgão quase exclusivo de articulação com o Congresso, tendo o deputado Carlos Marun (PMDB-MS) como ministro a partir de dezembro de 2017. Marun era o mais ferrenho defensor de Eduardo Cunha (PMDB-RJ), quando ocorreu a votação sobre a perda de mandato do ex-presidente da Câmara, e ficou famoso por comemorar as vitórias do Governo dançando e cantarolando músicas de vitória.

A nosso ver, mesmo não sendo o foco desta pesquisa, podemos indicar a constatação de um retrocesso no andamento das políticas de interação voltadas à participação e ao diálogo com a sociedade. Desde seu ingresso em 2016, o Governo pós-impeachment implanta políticas que não chegaram a ser expostas em plataformas eleitorais e que não contam com a participação social nos processos decisórios ou consultivos. Ou seja, nem uma mobilização aos moldes tentativos tem sido realizada, passando a um retorno à busca dos meios tradicionais e da publicidade governamental como estratégia de certa justificação das políticas de arrocho junto à opinião pública.

Concluimos com uma assertiva de Verón (1987) sobre o compromisso do pesquisador diante da relação com sua incumbência diante da sociedade: “Esquecer que olhar para os olhos de milhões de pessoas é, ao mesmo tempo, interessante e complicado é igualmente perigoso para um presidente da república e para um pesquisador do discurso político” (VERÓN 1987, p. 26).²⁹⁰ E é com essa responsabilidade que nos mantivemos atentos diante das dinâmicas já aludidas de movimentos e necessidades de redirecionamentos da pesquisa, e isso se tornou um excelente exercício acadêmico estendido. Nesse sentido, o processo de remodelar o objeto durante os anos da pesquisa também possibilitou o aprendizado, principalmente pelo desafio proposto de empreender uma pesquisa nos estudos de midiatização e política, enquanto uma interface dinâmica e desafiadora já em “tempos de paz”, embora muito mais árdua em “tempos de turbulência”.

²⁹⁰ Tradução livre de: “Olvidar que mirar a los ojos de millones de personas es a la vez interesante y complicado, es igualmente peligroso para un presidente de la república y para un investigador del discurso político”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AB'SABER, T. **Dilma Rousseff e o ódio político**. São Paulo: Hedra, 2015.
- ABÉLÈS, M. As novas modalidades do espetáculo do poder no contexto da globalização: presidencialização, personalização e “pipolarização”. In: FAUSTO NETO, A; MOUCHON, J; VERÓN, E. **Transformações da midiatização presidencial: corpos, relatos, negociações, resistências**. São Caetano do Sul: Difusão, 2012. p. 27-52.
- ALZAMORA, G; ARCE, T; UTSCH, R. Acontecimentos agenciados em rede: os eventos do Facebook no dispositivo protesto. In: SILVA, R. H. (Org.). **Ruas e redes: dinâmicas dos protestosBR**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. p. 39-65.
- AVRITZER, L. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 153p.
- BECKER, H. S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BECKER, H. S. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- BEZERRA, C. **Entrevista realizada pelo autor da pesquisa** [26 jul. 2013]. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República – Anexos, 2013.
- BEZERRA, C. **Entrevista realizada pelo autor da pesquisa** [28 dez. 2017]. Brasília, 2017.
- BOUTAUD, J. J; VERÓN, E. **Sémiotique Ouverte: Itinéraires sémiotiques en communication**. Paris: Lavoisier Hermès Science, 2007. (Tradução para o espanhol: Gaston Cingolani)
- BRAGA, J. L. Análise performativa: Cem casos de pesquisa empírica. In BRAGA, J. L; LOPES, M. I. V; MARTINO, L. C. (Orgs.), **Pesquisa empírica em comunicação**. São Paulo: Paulus, 2010. p. 403-423.
- BRAGA, J. L. Circuitos versus campos sociais. In: MATTOS, Maria Ângela; JANOTTI JUNIOR, Jeder; JACKS, Nilda Aparecida. **Mediação e Midiatização: Livro Compós 2012**. Salvador/Brasília: UFBA/COMPÓS, 2012. p. 31-52.
- BRAGA, J. L. Comunicação, disciplina indiciária. In: **Revista Matrizes**, USP, São Paulo, v.6, n. 1, p.73-88, 2008.
- BRAGA, J. L. Constituição do Campo da Comunicação. **Verso e Reverso**, São Leopoldo, v. 58, n. 25, jan-abr, p. 62-77, 2011.
- BRAGA, J. L. Lógicas da mídia, lógicas da midiatização?. In: FAUSTO NETO et al. **Relatos de Investigaciones sobre mediatizaciones**. Rosario: UNR Editora, 2015a. p. 15-32.
- BRAGA, J. L. Mediatização como processo interacional de referência. In: MÉDOLA, A.S; ARAÚJO, D; BRUNO, F. (Orgs.). **Imagens, Visibilidade e Cultura Midiática**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

BRAGA, J. L. Os estudos de interface como espaço de construção do Campo da Comunicação. **Revista Contracampo**, Niterói: UFF, v. 10/11, n. 2, p. 219-235, 2004.

BRAGA, J. L. A política dos internautas é produzir circuitos. In: ALEXIUS, A. SILVA, L. C; MAIA, **Observatórios, Metodologias e Impactos: referências, memórias e projeções** / Átila Alexius; Liz Carniel da Silva; Marilene Maia (Orgs.). – São Leopoldo: Unisinos, 2015b. p. 7-20. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/observatorios/images/outras/Publicacoes/Anexos/caderno_observatorios.pdf>. Acesso em: 14 de nov. 2017.

BRASIL. **Almanaque do Participatório 2013/2014**. Brasília: Presidência da República, 2014e.

BRASIL. **DECRETO Nº 8.243, DE 23 DE MAIO DE 2014**. Brasília: Presidência da República, 2014f. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm>. Acesso em 08 jun. 2016.

BRASIL. **Instrução Normativa SECOM-PR nº8** – De 19 de dezembro de 2014. Brasília, 2014g

BRASIL. **Manual de Orientação Para Atuação em Mídias Sociais: Identidade Padrão de Comunicação Digital do Poder Executivo Federal. Versão 2.0 12/2014 – Atualização – Abril de 2015 – Revisão de expressões, termos e ajustes**. 2015b.

BRASIL. **Participação Social no Brasil: entre conquistas e desafios**. Secretaria-Geral da Presidência da República. Brasília, 2014b.

BRASIL. **Participatório: O observatório participativo da Juventude – Conceitos e Diretrizes MINUTA**. Brasília, 2012.

BRASIL. **Plano de Ação do Compromisso Nacional pela Participação Social – Guia Técnico Orientador**. SGPR. Brasília, 2013.

BRASIL. Presidência da República. **Revista Democracia e Participação** / Secretaria-Geral. – v. 1, n. 1 (abril-jun.2014). Edição Especial– Brasília, 2014a. Disponível em: <<http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/revista-democracia-e-participacao/revista-1-1>>. Acesso em 05 mai. 2016.

BRASIL. **Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012-2015 – Ano Base 2014. Volume 1 – Dimensão estratégica**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégicos. Brasília, 2015a.

BRASIL. **Relatório de Gestão do Exercício 2013 da Secretaria Nacional de Juventude**. Brasília: Presidência da República, 2014d.

BRASIL. **Secretaria Nacional de Juventude – Balanço da Gestão 2011/2014**. Brasília: Presidência da República, 2014c.

BUCCI, E. **A forma bruta dos protestos: Das manifestações de junho de 2013 à queda de Dilma Rousseff em 2016**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. 176 p.

CARLÓN, M. Ataque a los poderes, medios “convergentes” y giro antropocéntrico: el nuevo escenario con base en internet. In: VERÓN, E; FAUSTO NETO, A.; HEBERLÊ, A. L. O.; **Pentálogo III: Internet - Viagens no espaço e no tempo**. Pelotas: Editora Cópias Santa Cruz, 2013. p. 209-240.

CARLÓN, M. **Después del fin**: Una perspectiva no antropocéntrica sobre la post-tv, el post-cine y Youtube. Buenos Aires: La Crujía, 2016.

CARLÓN, M. En el ojo de la convergencia. In: CARLÓN, M. FAUSTO NETO, A. (Orgs.). Crujía, 2012. p. 173-194.

CARLÓN, M. FAUSTO NETO, A. (Orgs.). **Las Políticas de los internautas**: nuevas formas de participación. 1. ed. Buenos Aires: La Crujía, 2012.

CASTELLS, M. **A galáxia da Internet**: Reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

CASTELLS, M. **Comunicación y Poder**. Madrid: Alianza Editorial, 2009.

CASTELLS, M. **Redes de Indignação e Esperança**: Movimentos Sociais na Era da Internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CICONELLO, A. A participação social como processo de consolidação da democracia no Brasil. **From poverty to Power: case study**, Oxfam, 2008. 12p.

CINGOLANI, G. A midiaticização da figura presidencial: espaços, estratégias e transições. In: FAUSTO NETO, A; MOUCHON, J; VERÓN, E. **Transformações da midiaticização presidencial**: corpos, relatos, negociações, resistências. São Caetano do Sul: Difusão, 2012. p. 53-67.

DUARTE, C. P. et al. **Os desafios postos à comunicação Governo – Cidadão: O caso “Dialoga Brasil”**. II Encontro Nacional de Políticas Públicas. Araraquara, 2016. Disponível em: <<http://www.enpp.com.br/wp-content/uploads/2016/11/Anais-II-ENPP-ISBN.pdf>>. Acesso em 14. set. 2017.

ECO, U. Entrevista Umberto Eco, por Eliseo Verón. In: FAUSTO NETO, A. MOUCHON, J, VERÓN, E. (Orgs.). **Transformações da midiaticização presidencial**: corpos, relatos, negociações, resistências. São Caetano do Sul: Difusão, 2012. p.15-26.

FARIA, C.F.S. **O parlamento aberto na era da Internet**: pode o povo colaborar com o Legislativo na elaboração das leis? Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. 334 p.

FAUSTO NETO, A. “Fora, Dilma”, “Jô Soares, Morra”: Inspecionismos midiáticos e dos atores sociais. In: CASTRO, P. C. (Org.). **Vigiar a vigilância**: uma questão de saberes. Maceió: Edufal, 2016b. p. 99-122.

FAUSTO NETO, A. “Tchau, querida”: leitura do impeachment-revista. **Animus. Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, v. 15, n. 30, 2016c. p. 62-81.

FAUSTO NETO, A. A Circulação além das bordas. Mediatización, sociedad y sentido: Diálogos Brasil y Argentina. Rosário: UNR, 2010a. p. 2-17.

FAUSTO NETO, A. As bordas da circulação. **Alceu**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 55-69, 2010b.

FAUSTO NETO, A. Dos circuitos à sentença: o impeachment de Dilma Rousseff no espaço da circulação midiaticizada. **Revista Inmediaciones de la Comunicación**, Montevideu, v. n. 11, p. 97-111, 2016a.

FAUSTO NETO, A. Fragmentos de uma “analítica” da midiaticização. **Revista Matrizes**, n.2, abr. 2008. p. 89-105.

FAUSTO NETO, A. Midiaticização da enfermidade de Lula: sentidos em circulação em torno de um corpo-significante. In: MATTOS, Maria Ângela; JANOTTI JUNIOR, Jeder; JACKS, Nilda Aparecida. **Mediação e Midiaticização: Livro Compós 2012**. Salvador/Brasília: UFBA/COMPÓS, 2012. p. 297-321.

FAUSTO NETO, A. **Midiaticização: prática social, prática de sentido**. Artigo apresentado no Encontro da Rede Prosul – Comunicação Sociedade e Sentido. São Leopoldo, 2005.

FAUSTO NETO, A. O deslocamento do boné. **Revista ECO-Pós**, [S.l.], v. 6, n. 1, jan/jun. 2003a. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/1142/1083>. Acesso em: 17 abr. 2017.

FAUSTO NETO, A. Pisando no solo da mediaticização. In: SÀÁGUA, J.; CÁDIMA, F. R. (Org.). **Comunicação e linguagem: novas convergências**. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa, 2015. p. 235-254.

FAUSTO NETO, A; MOUCHON, J., VERÓN, E. (Orgs). **Transformações da mediaticização presidencial: corpos, relatos, negociações, resistências**. São Caetano do Sul: Difusão, 2012.

FAUSTO NETO, A; VERÓN, E. (Orgs). RUBIM, A. A. **Lula presidente. Televisão e política na campanha eleitoral, de Antonio**. Hacker, São Leopoldo: Unisinos, 2003.

FAUSTO NETO. A. A circulação do impeachment: do artigo de fundo à página virada. In CASTRO, P.C (Org) **A circulação discursiva: entre produção e reconhecimento**. 1. ed. Maceió: Edufal, 2018. p. 235-256.

FAUSTO NETO. A. Entre os Cruzamentos de Sentidos. In: FAUSTO NETO, A; VERÓN, E. (Orgs). RUBIM, A. A. **Lula presidente. Televisão e política na campanha eleitoral, de Antonio**. Hacker, São Leopoldo: Unisinos, 2003c. p. 65-83.

FAUSTO NETO. A. Fragmentos de uma enunciação desmesurada. In: FAUSTO NETO, A; VERÓN, E. (Orgs). RUBIM, A. A. **Lula presidente. Televisão e política na campanha eleitoral, de Antonio**. Hacker, São Leopoldo: Unisinos, 2003d. p. 119-146.

FAUSTO NETO. A. Inclusões e Apagamentos. In: FAUSTO NETO, A; VERÓN, E. (Orgs). RUBIM, A.A. **Lula presidente. Televisão e política na campanha eleitoral, de Antonio**. Hacker, São Leopoldo: Unisinos, 2003b. p. 85-117.

FAUSTO NETO. O presidente da televisão: A construção do sujeito e do discurso político no guia eleitoral. **Revista Comunicação & Política**, São Paulo, v. 9, n. 11, p. 7-27, abril/junho 1990.

FORD, A. **La marca de la bestia** – identificación, desigualdades y infotretenimiento en la sociedad contemporánea. 2. ed. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2002. p. 245-287.

FRANÇA, V. CORRÊA, L. G. Dilma Rousseff – Transição de imagens no processo de construção de uma mulher presidenciável. In: FAUSTO NETO, A; MOUCHON, J; VERÓN, E. **Transformações da midiatização presidencial: corpos, relatos, negociações, resistências**. São Caetano do Sul: Difusão, 2012. p. 317-334.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES, P. G. Como o processo de midiatização (um novo modo de ser no mundo) afeta as relações sociais? In: Braga, J. L. et al. (Orgs.). **Dez perguntas para a produção do conhecimento em comunicação**. São Leopoldo: Editora Unisinos. 2013.

GOMES, P. G. O processo de midiatização da sociedade e sua incidência em determinadas práticas sociossimbólicas na contemporaneidade – a relação mídia e religião. In: FAUSTO NETO et al. (Orgs.) **Midiatização e processos sociais na América Latina**. São Paulo: Paulus, 2008, p. 17-30.

GOMES, W. **A política na timeline**. Crônicas de comunicação e política em redes sociais digitais. Salvador: Edufba, 2014.

GOMES, W. **Afinal, o que quer dizer uma política nacional de participação social?** Blog CEADD. 6 abr. 2014b. Disponível em: <<http://www.ceadd.com.br/afinal-o-que-quer-dizer-uma-politica-nacional-de-participacao-social/>>. Acesso em 14 fev. 2018.

GOMES, W. **Entrevistas com candidatos a presidente transmitidas “ao vivo” em telejornais: o modelo teórico-metodológico da mediação jornalística**. **Revista Compolítica**, v. 2, n. 2, 2012. Disponível em: <<http://compolitica.org/revista/index.php/revista/article/view/70/45>>. Acesso em: 14 fev. 2014.

GOMES, W. Participação política online: questões e hipóteses. In: MAIA, R.C.M; GOMES, W. **Internet e Participação Política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011. (Coleção Cibercultura).

GOMES, W. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

GUERRA, L.F. **Da deposição de João Goulart ao impeachment de Dilma Rousseff: um estudo comparativo de editoriais dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Unisinos: São Leopoldo, 2018.

HJARVARD, S. **A midiatização da cultura e da sociedade**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2014a.

HJARVARD, S. Midiatização: conceituando a mudança social e cultural. **Revista Matrizes**, São Paulo: ECA/USP, vol. 8, nº 1, p. 21-44, 2014b. Disponível em: <<http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/issue/view/ISSN%201982-2073/showToc>>. Acesso em 14 de mar. 2015.

LACALLE, C. Elecciones Catalanas Y Web 2.0. In: CARLÓN, M. FAUSTO NETO, A. (Orgs.). **Las Políticas de los internautas: nuevas formas de participación**. 1. ed. Buenos Aires: La Crujía, 2012. p. 117-135.

LIMA, V. A. Televisão e política: hipótese sobre a eleição presidencial de 1989. **Revista Comunicação & Política**, São Paulo, v. 9, n. 11, p. 29-54, abril/junho, 1990.

MALINI, F; ANTOUN, H. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MANGIERI, R. Telepolítica on-line: As transfigurações midiáticas do corpo do presidente na era da Quinta República. In: FAUSTO NETO, A; MOUCHON, J; VERÓN, E. **Transformações da mediação presidencial: corpos, relatos, negociações, resistências**. São Caetano do Sul: Difusão, 2012. p. 173-213.

MARQUES, A. C. S. A conversação informal na internet: condições interacionais e contribuições para uma análise qualitativa. In: BRAGA, J. L; LOPES, M. I. V; MARTINO, L. C. (Orgs.). **Pesquisa empírica em comunicação**. São Paulo: Paulus, 2010. p. 315-340.

MARQUES, F. J. P. **Ciberpolítica: conceitos e experiências**. Salvador: Editora da UFBA, 2016.

MARTIN-BARBERO, J. Razón Técnica Y Razón Política: Espacios/Tiempos no pensados. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, São Paulo, v. 1, n. 1, 2004, p. 22-37.

McCOMBS, M e SHAW, D. A função do agendamento dos media [1972]. In TRAQUINA (Org.). **O poder do jornalismo, análise e textos da teoria do agendamento**. Coimbra: Minerva, 2000. p. 47-61.

MORAES, T. P. B; QUADROS, D. G. A crise do Governo Dilma Rousseff em 140 caracteres no Teitter: Do #impeachment ao #foradilma. **Em Debate**, Belo Horizonte, v. 8, n.1, mar, p. 14-21, 2016.

MOUCHON, J. Nova tendência em comunicação e política. In: FAUSTO NETO, A. MOUCHON, J., VERÓN, E. (Orgs.). **Transformações da mediação presidencial: corpos, relatos, negociações, resistências**. São Caetano do Sul: Difusão, 2012. p.145-160.

NEVES, M. M. PM. **Cartazes circulantes: Atores, instituições e ambientes de manifestações midiáticas**. Tese (Doutorado em Comunicação) - Unisinos, São Leopoldo, 2017.

O ESTADO DE S. PAULO. **Veja a íntegra do documento da Secom que aponta os erros do governo**, 2015. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B7o7oCE5mYbIaZsYjN3eXg5MWs>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

PIMENTEL, T; SILVEIRA, S. A. **Cartografia de espaços híbridos: as manifestações de junho de 2013**. 11 jul. 2013. Disponível em: <<http://interagentes.net/?p=62>>. Acesso em 17 nov. 2017.

POPPI, R. **Entrevista realizada pelo autor da pesquisa** [02 fev. 2016] Via *online*, 2016.

POPPI, R. **Entrevista realizada pelo autor da pesquisa** [31 jan. 2018]. São Paulo, 2018.

PRIMO, A. **Quão interativo é o hipertexto?:** Da interface potencial à escrita coletiva. *Fronteiras: Estudos Midiáticos*, São Leopoldo, v. 5, n. 2, p. 125-142, 2003.

RODRIGUES, A. D. **Experiência, Modernidade e Campo dos Media**, 1999. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/rodrigues-adriano-expcampmedia.html>>. Acesso em: 29 mai 2016.

ROSSETTI, R. A ruptura epistemológica com o empirismo ingênuo e inovação na pesquisa empírica em Comunicação. In: BRAGA, J. L; LOPES, M. I. V; MARTINO, L. C. (Orgs.). **Pesquisa empírica em comunicação**. São Paulo: Paulus, 2010. p. 71-86.

RUBIM, A. A. C. As imagens de Lula Presidente. FAUSTO NETO, A; VERÓN, E. (Orgs.). RUBIM, A. A. **Lula presidente. Televisão e política na campanha eleitoral, de Antonio Hacker**, São Leopoldo: Unisinos, 2003. p. 43-64.

SALDANHA, A. P. S. **Requalificação da política pela mídia:** o papel do telejornal nas eleições de 2002. Tese (Doutorado em Comunicação) – Unisinos: São Leopoldo, 2003.

SBARDELOTTO, M. **“E o Verbo se fez rede”:** Uma análise da circulação do “católico” em redes comunicacionais online. Tese (Doutorado em Comunicação) – Unisinos, São Leopoldo, 2016.

SBARDELOTTO, M. **O leigo-amador no contexto da midiáticação:** uma análise da circulação do religioso na internet. Encontro Anual da Compós, 2014.

SCHUDSON, M. Why conversation is not the soul of democracy. **Critical Studies in Mass Communication**, v.14, n. 4, p. 297-309, 1997. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15295039709367020>>. Acesso em 20 jan. 2018.

SERRANO, F; GALO, B; MARTINS, R. **Eleição de Obama simboliza relação entre política e web**. Estadão, 01 jun. 2009. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,eleicao-de-obama-simboliza-relacao-entre-politica-e-web,2565>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

SILVA, R. H. A; GUEDES I. C; JURNO, A. C; PAULA, G. M. R Vandalismo e política nas redes sociais: Caso dos Anonymus e Black Bloc. In: SILVA, R. H. (Org.). **Ruas e redes:** dinâmicas dos protestosBR. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. p. 141-185.

SILVA, R. H. A; ZIVIANI, P. Apresentação. In SILVA, R. H. (Org.). **Ruas e redes:** dinâmicas dos protestosBR. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. p. 7-14.

SLIMOVICH, A. Discursos políticos para todos y todas: Reflexiones sobre las redes sociales del Presidente argentino. In: **Sociales en Debate n. 12:** Redes y Trolls. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2017. p. 37-48.

SLIMOVICH, A. El Facebook de los gobernantes. El Caso de Cristina Fernandes Kirchner y de Mauricio Macri. In: CARLÓN, M. FAUSTO NETO, A. (Orgs.). **Las Políticas de los internautas:** nuevas formas de participación. 1. ed. Buenos Aires: La Crujía, 2012. p. 137-154.

SOLAGNA, F. **Metodologias de participação, ciclo de políticas públicas e produção de metadados**: integração às trilhas de participação social do portal Participa.br. PNUD/SGPR: Brasília, 2014.

SOUSA, M. I. **A autocrítica que faltou**: Considerações sobre o documento atribuído à Secom da Presidência da República à época dos protestos de 2015. In: VII Encontro de Pesquisa em Comunicação, 2016, Curitiba. Anais do VII Encontro de Pesquisa em Comunicação. Curitiba: UFPR, 2016b, p. 336-344.

SOUSA, M. I. **A percepção de participação política para o Governo Federal na Ocasão do lançamento do site 'Dialoga Brasil'**: Análise dos materiais comunicacionais. In: Anais do 7º Seminário Nacional Sociologia & Política, 2016a. Curitiba: UFPR.

SOUSA, M. I. **As estratégias governamentais de fomento da participação política por meio do site Participatório**. In: VI Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VI COMPOLÍTICA), 2015, Rio de Janeiro. Anais do VI Congresso da Compolítica (2015). Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2015.

SOUSA, M.I. **Cidadania, participação e deliberação online**: um estudo de caso dos sites e-Democracia e Votenaweb. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal de Goiás: Goiás, 2012.

SOUZA, V. M. **Plataforma Participa.br**: um estudo sobre a participação social na formação das políticas públicas. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2014.

TEIXEIRA, A. C. C. **Para além do voto**: uma narrativa sobre a democracia participativa no Brasil (1975-2010). Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2013.

TRAMONTINI, M. B. **Operações de Sentido na disputa presidencial**. Lajeado: WS Editor, 2014.

VALDETTARO, S. El Fuego-Revolución-Tecnologías. La *masa* te pasa a buscar. In: CARLÓN, M. FAUSTO NETO, A. (Orgs.). **Las Políticas de los internautas**: nuevas formas de participación. 1. ed. Buenos Aires: La Crujía, 2012. p. 155-172.

VARELA, M. **Él miraba television, Youtube**: La dinámica del cambio en los medios. Buenos Aires: Ed. La Crujía, 2009.

VERÓN, E. **El Cuerpo de las Imágenes**. 1ed. Buenos Aires: Norma, 2001.

VERÓN, E. Esquema para el análisis de la mediatización. **Diálogos de la Comunicación**, Lima, n. 48, out. 1997.

VERÓN, E. História da televisão e campanhas presidenciais. In: FAUSTO NETO, A; VERÓN, E. (Orgs.). RUBIM, A. A. **Lula presidente. Televisão e política na campanha eleitoral, de Antonio**. Hacker, São Leopoldo: Unisinos, 2003. p. 15-42.

VERÓN, E. *Interfaces. Sobre la democracia audiovisual evolucionada*. In Ferry, Jean-Marc y Wolton, Dominique (Orgs.), **El nuevo espacio público**, Barcelona, Gedisa, 1992. p. 124-139.

VERÓN, E. **La semioses social, 2.** Ideas, Momentos, Interpretantes. Buenos Aires: Paidós, 2013. p. 261-287.

VERÓN, E. Mediatización de la política: discursos en conflicto, cruces y distinciones. **Revista de Signis**, n.2. Barcelona: Gedisa, 2002. p. 367-377.

VERÓN, E. Mediatización de lo Político: Estrategias, actores y constitución de los colectivos. In DE GILLES, GOSSELIN; MOUCHON (Orgs.). **Comunicación y Política**. Barcelona: Gedisa, 1998. p. 220-236.

VERÓN, E. O espaço da suspeita. In: **Fragmento de um tecido**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004. p. 159-212.

VERÓN, E. Prólogo - La mediatización, ayer y hoy. In: CARLÓN, Mario; FAUSTO NETO, Antonio. **Las políticas de los internautas: nuevas formas de participación**. 1. ed. Buenos Aires: La Crujía, 2012. p. 9-15.

VERÓN, E. La palabra adversativa: Observaciones sobre la enunciación política. In: VERÓN et al. **El discurso político. Lenguajes y acontecimientos**. Buenos Aires. Hachette. 1987. p. 11-26.

Verón E. Teoría de la mediatización: una perspectiva semioantropológica In: **CIC, Cuadernos de Información y Comunicación**, Vol. 20, Madrid: Universidad Complutense.. 2015. p. 173-182.

WEBER, M. H. Pedagogias de despolitização e desqualificação da política brasileira (as telenovelas da Globo nas eleições de 1989). **Revista Comunicação & Política**, São Paulo, v. 9, n. 11, p. 67-84, abril/junho, 1990.

XAVIER, M. P. **A consulta transformada**: Experimentações de dispositivos interacionais “psi” na sociedade em mediatização. Tese (Doutorado em Comunicação) – Unisinos: São Leopoldo, 2014.